

---

# TOMO

---

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ISSN: 1517-4549

jan. a jun. | 2020

Nº 36



Editora UFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

**Angelo Roberto Antonioli**

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

**Lucindo José Quintans Junior**

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COORDENADOR DO PROGRAMA EDITORIAL

**Péricles Morais de Andrade Júnior**

COORDENADORA GRÁFICA

**Germana Gonçalves de Araujo**

PROJETO GRÁFICO E CAPA

**Débora Santos Santana**

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

**Adilma Menezes**



**UFS**



**Editora UFS**

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"

CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.

Telefone: 3194-6922/6544. e-mail: [editora.ufs@gmail.com](mailto:editora.ufs@gmail.com)

[www.editora.ufs.br](http://www.editora.ufs.br)

---

# TOMO

---

Programa de Pós-Graduação em Sociologia



**Editora UFS**

São Cristóvão | 2020

## CONSELHO EDITORIAL

**Irllys Alencar Firmo Barreira**, Universidade Federal Do Ceará, Brasil

**Roberto Grün**, Universidade Federal Dde São Carlos, Brasil  
**Clarissa Eckert Baeta Neves**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

**Adriano Nervo Codato**, Universidade Federal do Paraná, Brasil  
**Ana Maria F. Almeida**, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

**Antônio Sérgio Guimarães**, Universidade de São Paulo, Brasil  
**Benjamin Junge**, State University Of New York, Estados Unidos da América do Norte

**Carlos Fortuna**, Universidade de Coimbra, Portugal  
**Celi Scalon**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
**Claudino Ferreira**, Universidade de Coimbra, Portugal

**Franz J. Brúseke**, Universidade Federal de Sergipe, Brasil  
**Joanildo Burity**, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

**José Ricardo Ramalho**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

**Miguel Pablo Serna Forchari**, Universidad de La República, Uruguai

**Miguel Vale De Almeida**, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

**Nádia Araújo Guimarães**, Universidade de São Paulo, Brasil

**Paulo Sérgio Da C. Neves**, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

**Renato Monseff Perissinotto**, Universidade Federal do Paraná, Brasil

**Rogério Proença Leite**, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

**Sadi Dal Rosso**, Universidade de Brasília, Brasil

**Sílvia Helena Borelli**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## COORDENADOR DO PPGS

**Marcelo Alario Ennes**

## EDITOR

**Frank Nilton Marcon**

## EDITORES ASSISTENTES

**Marco Aurélio Dias de Souza**

**Tânia Elias Magno Silva**

## EDITORES ASSOCIADOS

**Julio Cesar Cossio Rodriguez**

**Marcelo Alario Ennes**

**Marina de Souza Sartore**

**Paulo Sérgio da Costa Neves**

**Carles Feixa Pàmpols**

## REVISÃO

**Danielle de Noronha**

Ficha Catalográfica

Tom: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. – n. 36 (jan./jun. 2020)- . – São Cristóvão : Editora UFS, 1998-

Semestral

ISSN 1517-4549

1. Ciências sociais – Periódicos. I. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

CDU 316

*As informações e análises contidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, portanto, o endosso do Conselho Editorial do PPGS.*

*Esta revista integra a Plataforma dos Periódicos Eletrônicos da UFS (<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/index>) e conta com apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.*

# Sumário

<b>Problemas Socioambientais na Urbanização de Zonas Costeiras</b>	<b>7</b>
Simone de Araujo Pereira Rogerio Proença Leite	
<b>Cristianismo ou Conservadorismo? O Caso do Movimento Antiaborto no Brasil</b>	<b>43</b>
Camila Rocha	
<b>A Delinquência Juvenil em Perspectiva Comparada: uma Análise Bibliométrica dos Estudos nas Ciências Sociais (2008-2018)</b>	<b>79</b>
Haydée Caruso Juliana Ferreira da Silva Yacine Guellati Jairo Castaño López Rafael Oliveira	
<b>“Avanço da Maré”, Riscos Ambientais e Estado</b>	<b>111</b>
Wilson José Ferreira de Oliveira Mayara Silva Nascimento Moises Cruz Souza	
<b>Mídias e Questões Étnico-Raciais: um Enfoque Triangular</b>	<b>147</b>
Nara Maria Emanuelli Magalhaes	
<b>As Bases de Construção do Sujeito Moderno: Posicionamento dos Movimentos Estruturalista e Pós-estruturalista</b>	<b>173</b>
Carlos Alexsandro de Carvalho Souza Karolyne Santana Costa	

- Atravessando Fronteiras: os Padrões de Relações  
entre Sociedade Civil e Estado e a Produção de  
Políticas Públicas** 195  
Carlos Vasconcelos Rocha
- A Construção Social de um Mercado de Serviços  
Pessoais** 231  
Maria Luísa Célia Escalona de Dios
- As “Regiões” nas Entrelinhas do Trabalho Político:  
Bases Sociais, Investimentos Intelectuais e Carreiras  
Parlamentares (MG, RS, PE e MA)** 267  
Eliana dos Reis  
Igor Gastal Grill  
Ariel Pereira
- Intensificação Laboral e Identidade Profissional: o  
Professor de Sociologia do Ensino Médio da cidade  
de Santa Maria/RS** 321  
Laura Senna Ferreira  
Dionas Ávila Pompeu

# Problemas Socioambientais na Urbanização de Zonas Costeiras\*

Simone de Araujo Pereira\*\*

Rogério Proença Leite\*\*\*

## Resumo:

A partir da década de 1970, um novo fenômeno demográfico é identificado nos Estados Unidos, o qual consiste em deslocamentos migratórios com relevantes saídas de grandes núcleos urbanos. Dependendo de suas características, esse fenômeno foi descrito como *population turnaround*, caracterizado por um processo emigratório que ocorre para zonas rurais, ou como *counterurbanisation*, quando a emigração se dá para áreas menos adensadas na mesma cidade. No âmbito desse fenômeno, verifica-se, atualmente, o que estamos chamando de “costeirização”, que consiste na emigração de núcleos urbanos para zonas costeiras, ambientes naturais, que têm sido demandados como capazes de fornecer melhores condições de vida, com traços de dissociação e ruptura com um intenso ambiente urbano, numa tentativa de “redesign sinérgico” em que se busca associar a natureza da costa marítima com o conforto e a infraestrutura encontrados em ambientes urbanizados. Identifica-se esse fenômeno na cidade litorânea “Barra dos Coqueiros”, na qual foi desenvolvida a presente análise.

**Palavras-Chave:** *Population turnaround. Counterurbanisation. Costeirização.*

\* Artigo realizado no âmbito da pesquisa sobre o litoral sergipano intitulada: “URBANIZAÇÃO LITORANEA: Potencialidade e sustentabilidade nos processos de desenvolvimento urbano da costa marítima de Sergipe”. Bolsa de Pós-doutoramento oferecida por convênio CAPES/FAPITEC.

\*\* Doutora em Sociologia e Mestre em Antropologia (PPGS/UFS – CES/UC), com Pós-doutoramento pelo PPGS/UFS, através do Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPd/CAPES/FAPITEC [simonearaujo@gmail.com](mailto:simonearaujo@gmail.com).

\*\*\* Professor Titular em Sociologia DCS/PPGS/UFS, Pesquisador CNPq e Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais – UFS. [rproleite@gmail.com](mailto:rproleite@gmail.com)

## Social and Environmental Problems in Coastal Urbanization

### Abstract:

From the 1970s, a new demographic phenomenon has been identified in the United States, which consists of migratory displacements with significant exits from large urban centers. Depending on its characteristics, this phenomenon has been described as “Population turnaround”, characterized by an emigration process that occurs in rural areas; or, as “Counterurbanisation”, when emigration occurs to less dense areas in the same city. In the context of this phenomenon, we are currently seeing what we are calling “Coastalisation”, which consists of the emigration of urban centers to coastal areas; natural environments, which have been demanded as capable of providing better living conditions, with traces of dissociation and rupture with an intense urban environment, in an attempt to “synergistic redesign” in which we seek to associate the nature of the sea coast with comfort and infrastructure found in urbanized environments. Identify this phenomenon in the coastal town “Barra dos Coqueiros”, which was developed in the present analysis.

**Keywords:** Population turnaround. Counterurbanisation. *Costeirização*.

## Problemas Sociales y Ambientales en la Urbanización Costera

### Resumen:

Desde la década de 1970, se identificó un nuevo fenómeno demográfico en los Estados Unidos, que consiste en desplazamientos migratorios con importantes salidas de grandes centros urbanos. Dependiendo de sus características, este fenómeno ha sido descrito como *population turnaround*, caracterizado por un proceso de emigración que ocurre en las zonas rurales; o, como *counterurbanisation*, cuando la emigración ocurre a áreas menos densas en la misma ciudad. En el contexto de este fenómeno, actualmente estamos viendo lo que llamamos *costarización*, que consiste en la emigración de los centros urbanos a las



zonas costeras; entornos naturales, que han sido demandados como capaces de proporcionar mejores condiciones de vida, con rastros de disociación y ruptura con un entorno urbano intenso, en un intento de “rediseño sinérgico” en el que buscamos asociar la naturaleza de la costa del mar con la comodidad y el confort. infraestructura encontrada en ambientes urbanizados. Este fenómeno se identifica en el pueblo costero “Barra dos Coqueiros”, en el cual se desarrolló el presente análisis.

**Palabras clave:** *Population turnaround. Counterurbanisation. Costeraización.*

Há muito que a urbanização é uma condição mundial incontornável das cidades, com forte expansão e intensificação na contemporaneidade. De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 2014, 54% da população mundial se concentra em áreas urbanas, apresentando projeções para alcançar os 66% do total da população mundial já em 2050<sup>1</sup>.

O mapa-múndi das cidades está a mudar. Apenas cerca de 30% da população mundial era urbana nos anos 1950. Hoje, já somos metade da população mundial a morar em cidades, sobretudo concentrada em megacidades com mais de 5 milhões de habitantes. No ano de 2014 existiam cerca de 28 megacidades com mais de 10 milhões de pessoas e as Nações Unidas estimam que haverá mais de 40 megacidades até 2030<sup>2</sup>.

A distribuição geopolítica das megacidades revela uma concentração maior na Ásia, lugar que tem se destacado internacionalmente pelo dinamismo das novas economias emergentes. Essa

1 Dados disponíveis em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>. Acesso realizado em 30/08/2018.

2 United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014). World Urbanization Prospects: The 2014 Revision. United Nations, New York.

concentração desvenda, por outro lado, o alto nível de adensamento humano nas megacidades no chamado *Global South*.

O relatório das Nações Unidas sobre as tendências mundiais da urbanização destaca modelarmente alguns casos. A China tem seis megacidades e 10 grandes cidades (*large cities*) com populações entre 5 e 10 milhões de habitantes. A Índia, por sua vez, tem quatro grandes cidades que foram projetadas para serem megacidades (Ahmadabad, Bangalore, Chennai e Hyderabad) em meio a sete megacidades projetadas para 2030<sup>3</sup>.

No período de 1950 a 2014, o mundo ficou mais urbano do que rural, mais concentrado demograficamente em grandes cidades e, por fim, passou por um crescimento vertiginoso do número de grandes cidades e megacidades. Em 1990, havia apenas 10 megacidades, em 2014, foram 28 e estima-se que serão 41 em 2030. Havia 21 *large cities* (com população entre 5 e 10 milhões) em 1990 e hoje já existem 43. A previsão é que existam 63 grandes cidades nos próximos 16 anos. As cidades médias, de 1 a 5 milhões de habitantes, totalizam 239 unidades em 1990. Em 2014 já são 417 e estima-se que serão cerca de 558 cidades em 2030<sup>4</sup>.

Paradoxalmente, o relatório também aponta uma queda no crescimento demográfico das grandes cidades mais tradicionais, especialmente das metrópoles e das megalópoles; como é o caso de Osaka e Nova Iorque, que hoje assumem, respectivamente, a segunda e a terceira posições entre as maiores do mundo, com estimativas que sugerem que em 2030 descerão à décima terceira e décima quarta posições, nesta ordem.

De outro modo, o mesmo relatório aponta para a rapidez com a qual algumas pequenas cidades observam um importante adensamento populacional, sem explicitar se são somente adensa-

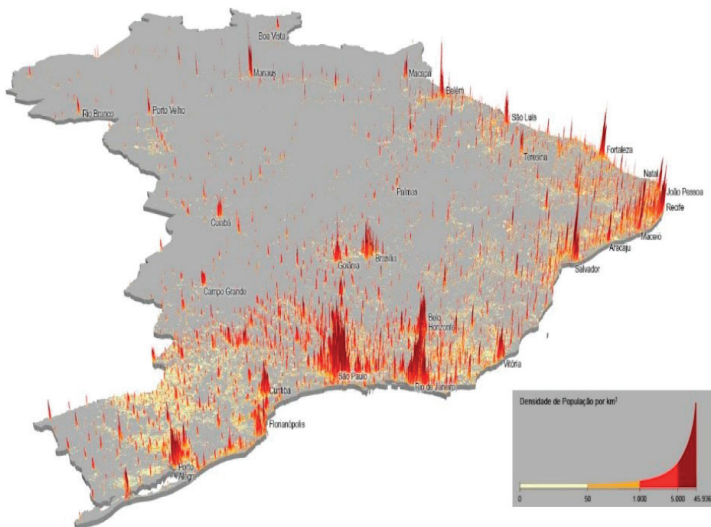
3 Idem, p. 14.

4 Idem, Ibidem, p. 14-18

mentos em reduzidos núcleos urbanos ou se são zonas rurais que, por perceberem este incremento populacional, passam a ser consideradas como núcleos urbanos.

O fenômeno da urbanização se dá em grande medida em áreas litorâneas. Dados da ONU apontam que 40% da população mundial é residente em áreas urbanas e está assentada em zonas costeiras a até 100 km da linha da costa, em muitas cidades que são consideradas praianas. No caso do Brasil há, aproximadamente, um quarto da população do país habitando nesse espaço (Ver mapa 1), sem ser possível saber, contudo, quanto deste total habita áreas urbanizadas, pois faltam pesquisas de âmbito nacional que verifiquem esta situação. O que temos até aqui é que a população que se assenta na zona costeira brasileira se distribui por 17 estados, em 463 cidades, das quais 13 são capitais (ATLAS IBGE, 2011).

Mapa 1: Densidade de População Tridimensional - Censo Demográfico 2010 - IBGE.



Fonte: [http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas\\_ge/brasil1por1.html](http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.html)

A quantidade de domicílios, em 2011, nessa zona litorânea, totalizava 17,4 milhões, dos quais 9,2% eram de uso ocasional, possibilitando um entendimento de que estas unidades de habitação estão localizadas em áreas com infraestrutura e cotidiano típicos de áreas urbanizadas. Sabemos, ainda, que em todas as regiões brasileiras, a maior concentração e densidade populacional, bem como a maior perspectiva de crescimento, se encontra na zona costeira, sendo, por consequência, foco de atenção de empresas da construção civil e de pessoas que se interessam pelo ambiente de natureza praia ou a chamada “beira-mar”; fenômeno que demanda análises de pesquisadores e cuidados específicos de todos os entes federativos.

A urbanização litorânea avança sobre a paisagem rural de determinadas cidades praianas, principalmente nas áreas limítrofes com o mar, o que nos leva a questionar a dicotomia urbano e rural no âmbito do processo de urbanização da costa. De todo modo, projeções apontam para um acréscimo populacional em zonas urbanas costeiras, talvez como fuga dos grandes núcleos urbanos para pequenos núcleos também urbanizados, num movimento que não nos parece ser o de busca ou retorno para o rural, mas, sim, o de uma certa melhoria de qualidade de vida, com um aproveitamento de todas as comodidades e estruturas compreendidas e advindas da condição urbana.

Aqui se entende “condição urbana” como uma situação de adensamento demográfico num determinado espaço, com infraestrutura de serviços e atendimentos individuais e coletivos que visem facilitar e ordenar a convivência entre estes. Isso, para dizer o mínimo, pois a ideia de urbanização e sua definição se apresentaram e foram sendo modificadas ao longo de vários anos, podendo ser observada a partir de dois espectros analíticos: 1) relacionado à forma de se processar uma urbanização, como fundamento de gestão; e 2) uma análise do resultado deste processo. Tais espectros se desenvolveram a partir de duas

correntes analíticas: a primeira apresentava o indivíduo como produtor do espaço urbano e a segunda entende que a produção do espaço urbano se dá a partir de detentores do capital, pela iniciativa pública e privada.

## Urbanismo litorâneo: em busca de um conceito

Embora o esforço para definir e conceituar urbanização seja necessário, a diversidade de configurações urbanas tem criado muitas definições ineficientes para abranger as diferentes situações e contextos. Para chegar a uma definição de urbanização que recubra, de forma aproximada, os atuais processos, faz-se necessário compreender as percepções apresentadas em variados períodos, bem como a dinâmica sociocultural que fundamentou cada movimento histórico. Assim, uma breve compreensão das clássicas definições de urbanismo é necessária para o desenvolvimento de novas percepções que considerem questões relacionadas ao ambiente natural como fundamentais para se pensar os processos de urbanização da cidade, e sobretudo analisar a urbanização em cidades praianas.

Em seu “O urbanismo”, Françoise Choay ([1965] 1979) assevera que fracassamos na ordenação das cidades, embora tenham sido concebidas por especialistas em planejamento urbano. Em busca de uma nova concepção para o urbanismo, a autora entende que este se tornou um termo ambíguo, que “designa através dele tanto os trabalhos do gênio civil quanto os planos de cidades ou as formas urbanas características de cada época” (Choay, 1979, p. 06). A autora entende urbanismo por sua acepção original, como uma pretensão científica, que tem o propósito de resolver o problema apresentado pela “cidade maquinista” (Choay, 1979).

Le Corbusier (1992), por sua vez, discute os principais aspectos que ensejaram o urbanismo como forma de ordenação da cidade, dentre os quais se destacou a perspectiva clássica, re-

conhecida por comportar uma ideia de retas e da ordem numa premissa básica da relação às curvas que não seriam do domínio humano: “a rua curva é o resultado da vontade arbitrária, da intolerância, da indolência, do relaxamento, da desconstrução, da animalidade” (p. 10). Por outro lado, mediante a condição social que se apresenta após o adensamento das cidades em decorrência da Revolução Industrial, como destaca François Choay, a condição de vida impõe uma ordenação contra as mazelas que ali se estabeleciam, o que ensejou uma expressão do urbanismo como forma de ordenação do espaço.

Le Corbusier investe num sentido de urbano de ordenamento arquitetônico, afastando o “caos” próprio da produção e dinâmica sociocultural:

Digamos desde já que há cem anos, submergidos na grande cidade por uma invasão súbita, incoerente, precipitada, imprevista e acabrunhante, tolhidos e desconcertados, abandonamo-nos, deixamos de agir. E chegou o caos com suas consequências fatais. A grande cidade, fenômeno de força em movimento, é hoje uma catástrofe ameaçadora, por já não ser animada por um espírito de geometria (Corbusier, 1992, p. 24).

Para Le Corbusier ([1925]2000), a cidade é o centro da vida e do trabalho intenso e por isto seria preciso uma reação: “A reta é uma reação, uma ação, uma atuação, o resultado de um domínio de si. É sadia e nobre” (p. 11). A busca pelo rigor perfeito da ordenação encontrava no ângulo reto sua melhor sustentação. Para ele a cidade é um fenômeno em movimento, que desafia diariamente os agentes para uma gestão adequada das condições específicas apresentadas por diferentes grupos. Deste modo, é latente a ideia de um contínuo espaço a ser ocupado pela urbanização, mediante a orientação racionalizada dos espaços urbanos. Para o autor, para essa cidade, velozmente ébria e que se movimenta em si

mesma, “bastaão alguns anos de desenvolvimento para que as características locais, impostas pelo clima e pelas tradições, surjam naturalmente neste movimento” (p. 44).

Em outra perspectiva, Bourdin (2011) estabelece uma reflexão sobre aquilo que chama de “fazer cidade”, buscando compreender as profundas mudanças que ocorreram entre os anos de 1980 e 2010, os quais estiveram sobre a pressão do urbanismo liberal e suas consequências atuais. Esse autor se preocupa em encontrar pistas para um “urbanismo depois da crise”, assente no que entende ser a “ideologia do nosso tempo”, nomeadamente no desenvolvimento urbano sustentável. Deste modo, a reflexão de Bourdin (2011) colabora para pensar o processo de urbanização litorânea, na medida em que o aspecto da interseção da urbanização e da natureza se evidencia. Pensemos que, diferentemente de outros espaços da cidade, a natureza não pode ser simplesmente sobreposta por emaranhados arquitetônicos: é preciso avançar nos arranjos urbanos que interajam com o ambiente natural, na mesma medida em que é necessária a manutenção da natureza a ser tecnicamente descoberta e incorporada aos projetos urbanos.

Nesse sentido, é importante lembrar a complexidade que é o processo de urbanização litorânea, uma vez que existem a necessidade de adequação das demandas sociais e ambientais, os problemas gerados pelo adensamento populacional no litoral e as demandas oriundas de uma certa noção romantizada pelo habitat natural da Orla Marítima. No contexto de compreensão de uma nova e necessária ideia de urbanismo, observa-se que a urbanização litorânea demanda particularidades muito distintas da antiga concepção da cidade industrial e moderna (Leite, 2017).

A cidade praiana se caracteriza por fundamentar sua economia no turismo e na comercialização da praia como mote atrativo à comercialização imobiliária. Neste sentido, a reflexão aqui de-

envolvida recai sobre a urbanização litorânea, especificamente sobre a Orla Marítima das “cidades litorâneas defrontante com o mar”. Atualmente, quando se fala na relação urbanização e natureza, a ideia de sustentabilidade é mais proeminente na medida em que a natureza tem se tornado aspecto relevante no “fazer a cidade”. Mas, que tipo de urbanização seria capaz de comportar as peculiaridades naturais das zonas de praias? Ou, ainda, para contribuir para pensar a cidade, que tipo de urbanização conseguiria congrega os desejos pela beira-mar com experiências confortáveis, que gerariam a construção de equipamentos públicos e a manutenção da natureza da praia? Que tipo, afinal, de urbanismo sustentável é possível nas cidades litorâneas?

## Urbanização e Contraurbanização

No âmbito do debate acerca dos tipos plausíveis de urbanização litorâneas, emerge uma interessante discussão acerca de formas urbanísticas mitigadas e voltadas para uma espécie de urbanismo-mínimo, por vezes chamado de *counterurbanisation* (Cloke, 1985). Este tipo *sui generis* de urbanismo às avessas é resultante de demandas culturais de uso da “natureza urbanizada”. Sem preocupação em estender e esgotar as discussões sobre o conceito, interessa-nos aqui tão somente entender que este contraurbano, como modo diferenciado da urbanização, atua para adequar as estruturas arquitetônicas da faixa litorânea defrontante com o mar<sup>5</sup> e atender às demandas individuais pelo contato urbanizado com a natureza, numa perspectiva de um processo que não aniquile a paisagem natural, mas a coloque em harmonia com a paisagem construída e edificada, numa espécie de processo sinérgico de re-design de ambos.

O entendimento desse fenômeno perpassa necessariamente pela compreensão das mudanças conceituais na ideia de urbanização

5 A linha limítrofe a qual se torna objeto principal da presente reflexão, extensivo à toda cidade, é a definição legal de Orla Marítima.



e as mudanças socioculturais que ensejaram o reconhecimento de uma condição que se encontra, de todo modo, na contramão da urbanização, pelo menos de seus modelos mais tradicionais. A partir da década de 1970, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, voltados aos estudos sobre as cidades norte-americanas, observaram um novo fenômeno demográfico nos Estados Unidos, evidenciado também em outros países de características sociopolíticas semelhantes (Williams & Sofranko, 1979; Tonts, 1993; Fuguitt, 1985).

O fenômeno estudado por esses autores foi o crescente deslocamento migratório, com saídas populacionais de grandes núcleos urbanos para áreas de menor adensamento urbano, em um movimento também conhecido como des-urbanização. Um dos aspectos observados foi uma saída de grandes contingentes populacionais em direção a habitações em zonas rurais, distantes mais de 30 km de áreas urbanizadas ou mesmo em áreas remotas (Fuguitt, 1985). Esse fenômeno foi denominado de *population turnaround* e se referia a uma espécie de fuga de parte da população urbana, que buscava se afastar da agitação e de certos transtornos dos centros urbanos, e conseqüente retorno aos locais de habitação de origens, motivados mais por razões sociais e culturais, do que econômicas. Ainda, de acordo com Fuguitt (1985), as pesquisas indicavam que razões não-econômicas associadas a fatores ambientais e subjetivos, tais como a insatisfação com a vida urbana, reforçaram esse movimento migratório de pessoas que guardavam laços com as comunidades de retorno:

[...] há evidências de que a mudança para áreas não-metropolitanas tem uma base motivacional diferente do movimento mais tradicional na outra direção [...]. Há alguma indicação de um aumento, ao longo do tempo, na preferência pela vida rural e não-metropolitana. As pessoas que se deslocam de áreas metropolitanas para não-metropolitanas são menos propensas a dar razões econômicas do que aquelas de outras áreas, com sentimentos anti-urbanos,

expressos como razões para deixar áreas metropolitanas e vínculos anteriores importantes como uma razão para ir a uma área não-metropolitana em particular (Fuguitt, 1985, p. 274, tradução nossa).

Além do *population turnaround*, há o movimento migratório de *counterurbanisation* propriamente dito que pode ser “considerada a tendência prevaiente quando a distribuição da população está mudando de maiores para menores lugares, onde ‘lugares’ são definidos como áreas relativamente autônomas, compreendendo uma área urbana e sua área de serviço e transporte” (Champion, 1989, p. 32). De acordo com o autor, essa era uma tendência no leste europeu que já fora observada nos Estados Unidos e que permaneceu forte por entre os anos da década de 1980.

Embora as razões para esse fenômeno em especial ainda necessitem de pesquisas mais aprofundadas, vários autores apontam razões que se afunilam mais uma vez em direção mais a causas de caráter não-econômico do que de motivação econômica. Os autores que mais se destacam na explicação desse movimento são os geógrafos e demógrafos Graeme J. Hugo e Peter. Smailes, que desde 1985 têm pesquisado as causas do fenômeno em diversas populações. Hugo e Smailes (1985) apresentam uma sinopse de oito “mecanismos causais” usados para explicar esse fenômeno em nações ocidentais. A primeira grande hipótese de relevância, para nossa abordagem, é a “comportamental”, a qual sugere que houve uma mudança básica nas preferências de estilo de vida de algumas pessoas, agindo em favor da residência em ambientes rurais ou de cidades pequenas.

forças concorrentes dentro da cidade resultam na mudança da indústria para áreas rurais, para utilizar terras baratas, recursos e, possivelmente, para explorar um “exército de reserva de trabalho” em áreas rurais deprimidas. O movimento é principalmente um resultado da mudança estrutural nas economias ocidentais moderado como a proporção de em-

prego terciário e quaternário aumenta em relação ao emprego secundário, enquanto o declínio no emprego primário quase correu seu curso. Outras mudanças estruturais incluem políticas governamentais de descentralização, direcionamento de empregos para áreas rurais, aposentadoria antecipada e aumento do desemprego urbano forçando as pessoas a entrar em áreas rurais para encontrar emprego e fazer uso de moradia mais barata (Hugo e Smailes, 1985, p. 22).

Um outro trabalho que vimos ter destaque é o do geógrafo Paul Cloke (1985), no qual enfatiza quatro condições que atraem as pessoas para as localidades com menor densidade populacional e com menor tensão de urbanização. Essas condições são:

1. Um ambiente físico atraente que é percebido como tendo valor ecológico, prestígio ou qualidade cênica.
2. A qualidade do assentamento em termos do ambiente construído é importante, novamente particularmente se o patrimônio deve ser conservado e irá agregar valor à comunidade.
3. A disponibilidade de um alojamento adequado, a um preço justo. Este estoque de moradia geralmente incluirá uma variedade de moradias de luxo para os afluentes e bangalôs para os menos afluentes. Um estoque adequado de casas disponíveis para locação também é um fator importante.
4. Atributos sociais e comunitários, incluindo serviços urbanos disponíveis, a existência de grupos comunitários e coesão social (Cloke, 1985, p. 21).

É no âmbito desse fenômeno e destas conceituações que entendemos que tem surgido o que estamos chamando de “costeirização”, como um fenômeno variante da *counterurbanisation*. O fenômeno consiste na emigração de núcleos urbanos para zonas costeiras, em ambientes naturais, que têm sido demandados como capazes de fornecer melhores condições de vida, com traços de dissociação e ruptura com um intenso ambiente urbano, sem que se perca o conforto e a infraestrutura encontrados nestes ambientes, buscando associar-se com a natureza da costa

marítima. Operação essa executada por empresas urbanizadoras especializadas.

Desse modo, considerando essa mais recente dinâmica de urbanização, se assim podemos dizer, nos dispomos a analisar o processo que se reconhece como contraurbanização e sua relação com a “costerização”. Para essa análise, tomamos como referente empírico a cidade costeira da Barra dos Coqueiros, que possui uma área de 90,33 km<sup>2</sup> e um litoral com 26 km de extensão. A cidade reorientou seu zoneamento, extinguindo, legalmente, sua área rural, que gerava uma série de limitações urbanísticas; inclusive relacionado ao adensamento, na medida em que se exige, no rural, maior área entre imóveis.

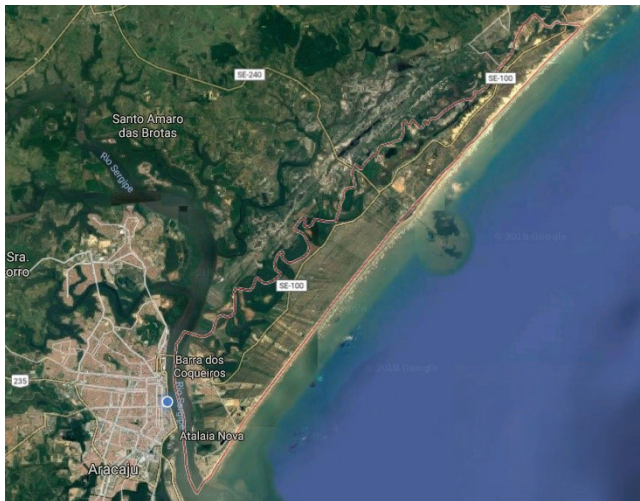
Essa situação é parte do que nos permite desenvolver uma reflexão acerca das demandas de uma parcela da população por ambientes naturais, na esteira do desenvolvimento de empresas urbanizadoras, que se apresentam como solucionadoras das demandas socioambientais. Para uma análise do processo que se desenvolve na Barra dos Coqueiros, considerando ser esta uma zona costeira, faz-se necessária uma reflexão sobre o processo de urbanização da cidade e o reconhecimento da dinâmica socioespacial empreendida na Orla Marítima. Deste modo, poderemos compreender as particularidades das formas de urbanização verificadas nas regiões defrontantes com o mar.

## A Barra dos Coqueiros e sua urbanização

A cidade Barra dos Coqueiros está localizada na “Ilha de Santa Luzia”, no estado de Sergipe, no Nordeste brasileiro. Embora seja uma península, a região é comumente denominada de Ilha. A Barra dos coqueiros, ou a “a Barra”, é uma faixa de terra entre o rio e o mar que possui manguezais, dunas e vegetação nativa, em meio a um crescente processo de urbanização de condomí-

nios de casa, voltados às classes médias e altas. A cidade Barra dos Coqueiros se caracteriza como uma dessas pequenas cidades identificadas no relatório da ONU que têm aumentado sua densidade populacional urbana. No caso específico dessa localidade, verifica-se que há tanto um aumento quantitativo da população, bem como a expansão da área geográfica urbana: além de novos agregados populacionais, houve também a supressão nominal do que seria a zona rural da cidade, em função dos crescentes interesses imobiliários na área.

Figura 1: Mapa da localização da Barra dos Coqueiros.



Fonte: googlemaps. Acesso realizado em 08/09/2018.

A análise do desenvolvimento urbano da cidade ajuda a pensar o processo de costeiraização que ocorreu na região. Como destacado anteriormente, a Barra dos Coqueiros é uma península, o que lhe confere uma condição limítrofe com o mar e o rio. Desta condição, emerge uma urbanização que se confronta com dunas, manguezais, praias e vegetação litorânea, inserindo às discus-

sões questões ambientais no âmbito da estruturação urbana. Um longo processo de formação torna perceptível os avanços da urbanização, e a evidência da relevância da ambiência natural.

A “Ilha” foi emancipada politicamente em 1995. Segundo informações da prefeitura, a divisão administrativa de 1911 colocava a Barra do Coqueiros como povoado de Aracaju. Após revisão territorial, que se estabeleceu em 1950, o território se tornou independente, então, em 1953 foi elevada à categoria de município através da lei estadual nº 525-A<sup>6</sup>. A partir de 2008, o município Barra dos Coqueiros passa a fazer parte da “Grande Aracaju”. Emancipada à condição de cidade, se pode considerar que a Barra dos Coqueiros passou por dois momentos distintos de urbanização, os quais alteraram a paisagem e a dinâmica da cidade, o que pode ser verificado a partir da análise de dados demográficos da região. O primeiro momento corresponde ao período decorrente entre os anos de 1960 e 2000, em cujas primeiras décadas é possível constatar um lento e gradual processo de urbanização. O segundo segue a partir dos anos 2001 aos dias atuais, nos quais se procede um acelerado e intenso processo de urbanização, registrando um considerável adensamento, principalmente a partir da construção da Ponte Aracaju-Barra<sup>7</sup>, que foi inaugurada em 2006.

Da ilha, que se torna cidade-ilha, já é possível considerar, por relatos dos moradores, que existem aqueles que moram na cidade e os que moram no “litoral”<sup>8</sup>. Tal possibilidade se dá em decorrência do adensamento que altera consideravelmente a

6 Conteúdo disponível em: <http://io.org.br/se/barradoscoqueiros/menu/110220/Ferriados-Municipais/110225/25-de-Novembro-Emancipacao-Politica-da-Cidade>

7 Nome oficial: Ponte Construtor João Alves.

8 Por definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade Barra dos Coqueiros está localizada no litoral; pela definição do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a Barra dos Coqueiro está em uma área que compreende a Costa Brasileira; ao considerar o entendimento dos moradores, a ideia de litoral está relacionada mais à Orla Marítima do que à cidade litorânea.

paisagem da cidade e o estilo de vida. Para aqueles moradores que moram nas áreas centrais, segue-se uma rotina de vida agitada e barulhenta, diferente dos que podem residir no “litoral”, e optam por uma vida com uma “vizinhança mais tranquila”<sup>9</sup>. Por este aspecto, já se verifica o quanto é complexa a dinâmica do desenvolvimento urbano do litoral. Assim, mesmo numa cidade peninsular, se pode delimitar, do ponto de vista dos moradores, uma área litorânea e outra urbana; do ponto de vista normativo se pode delimitar a Orla da Costa Marítima; do ponto de vista da presente análise se verifica toda a cidade como Costa Marítima, a partir das peculiaridades que apresentam a Orla Marítima.

A análise dos dados que nos mostra o adensamento da região e a urbanização intensa corrobora o entendimento dos moradores que percebem a distinção entre o núcleo urbano e a parte litoral da cidade. Analisando os dados que compreendem o primeiro período de desenvolvimento da região, é possível verificar o gradual processo de urbanização. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960 a população local correspondia a 4.577 habitantes, sendo que deste total, 2.551 estavam situadas no núcleo urbano e as demais na zona rural. Esta população estava distribuída em 982 domicílios e detinha uma densidade demográfica de 53 h/km<sup>2</sup>.<sup>10</sup>

No ano de 1970 a população chegou a 5.568, totalizando um acréscimo de 991 em dez anos. Em 1980, o município era ocupado por 7.939 pessoas. O censo de 1991 apontava o total de 12.727, sendo 7.442 na zona urbana e 5.285 na zona rural. Já a partir dos anos 2000, o número populacional totalizou em 17.807 pessoas, as quais ocupavam 4.360 domicílios, sendo 3.802 na zona urbana e 558 na zona rural. No ano de 2010, a população chegou a 24.976, deste total 20.886 estão localizadas

9 Entrevista realizada com morador em 03/10/2017.

10 Dados disponíveis em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/sergipe/barradoscoqueiros.pdf>. Acesso realizado em 30/08/2018.

na zona urbana, enquanto 4.009 estão na zona rural; sendo que a densidade demográfica chegou a 276,52 h/km<sup>2</sup> e um total de 6.835 domicílios. Atualmente, sua população está distribuída ao longo de uma área de 89,598 km<sup>2</sup>. No ano de 2010, o número de domicílios chegou a 6.835, estando 5.652 desses localizados em áreas urbanas e 1.183 na zona rural.

Comparando os dados da década de 1960 aos anos 2000, correspondente ao primeiro momento da urbanização, que compreende um período de 40 anos, se tem um crescimento de 3.378 domicílios, o que equivale ao aumento de 84 domicílios por ano. Entre os anos de 2000 e 2010, o aumento em 10 anos foi de 2.475 domicílios, com uma média de aumento de 247 domicílio por ano. Comparado ao primeiro momento, o segundo tem uma taxa de crescimento de 207% maior do que nos anos do primeiro período analisado. Sem considerar os últimos oito anos pela inexistência de dados censitários, no entanto, verifica-se um crescimento de condomínios fechados na região.

Outro dado que contribui para pensar o desenvolvimento urbano da região é o da evolução do “Grau de Urbanização”. Segundo o IBGE, o grau de urbanização deve ser interpretado como indicativo da “proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida pelas administrações municipais”<sup>11</sup>. Embora não haja registro de todos os anos aqui delimitados, dispõe-se de contribuições relevantes das décadas de 1980 e 1990 e, posteriormente, como representativo do segundo momento de urbanização, dos anos 2000 e 2010. Nos anos 1980, o grau de urbanização chegou a 69,4, muito próximo do percentual nacional, que chegou a 67,6%, e mais elevada do que a média do Nordeste, que atingiu os 50,5%. Após esse período, verifica-se uma relativa abrandada nas investidas de urbanização, pois, na década seguinte, ocorre uma pequena baixa, chegando a 58,5. No entanto, já no segun-

11 Conteúdo disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso realizado em 30/08/2018.



do momento, os números crescem consideravelmente, nos anos 2000, verifica-se a maior alta, que chega a 85,2, superior à média nacional, que chegou a 81,2%, e a do Nordeste, que atingiu 69,1%. Já em 2010, com uma leve baixa, registra números que ainda são surpreendentes, atingindo 83,6, tendo uma leve baixa em relação à média nacional, que chegou a 84,4%, e muito acima da média do Nordeste, que atingiu 73,1%.

Tais dados interessam na medida em que possibilitam evidenciar o impacto da transformação que acometeu a região, ao tempo em que indicam a importância da análise da região por ser esta uma área que resguarda peculiaridades distintas de outras áreas da cidade, exatamente por ser esta uma área costeira, a qual resguarda a complexidade da relação entre o processo de urbanização e a necessidade de manutenção das características naturais. Acerca de tal necessidade, se pode destacar dois motivos que consideramos principais: 1) normativo, por ser essa uma área considerada como Patrimônio da União, o que impõe normas que regulamentam e restringem a forma de ocupação; e 2) Econômico, uma vez que os empreendimentos são comercializados através da paisagem natural e evidenciados como atrativo turístico. Ambos motivos se imbricam à análise na medida em que se relacionam na configuração do espaço litorâneo.

Consonante com o desenvolvimento urbano da cidade, o governo municipal optou por extinguir a zona rural da cidade. No ano de 2016, a prefeitura alterou o “Plano Diretor Sustentável e Participativo do Município de Barra dos Coqueiros – SE” no Título V “DA ESTRUTURAÇÃO URBANA E RURAL”, que passou a ser intitulada como “DA ESTRUTURAÇÃO URBANA”, além de revogar o inciso IV, retirando, assim, a classificação zona rural dos macrozoneamentos. Deste modo, o município passou a ser dividido em consonância com o art. 87:

Art. 87º O macrozoneamento classifica o território do Município nas seguintes zonas de urbanização:

I. Zona de Adensamento Preferencial - ZAP;

II. Zona de Adensamento Básico - ZAB;

III. Zona de Adensamento Restrito - ZAR.

As zonas são classificadas de acordo com o nível de infraestrutura que dispõem, o que permite maior adensamento domiciliar ou não. A ZAP, onde preferencialmente se deve adensar, é “aquela em que o potencial construtivo, dado pela impossibilidade de infraestrutura básica, equipamentos urbanos, e boa acessibilidade, possibilita adensamento maior[...]” (PLD, 2008). O Plano Diretor apresenta, ainda, as diretrizes de urbanização dessas zonas, que são:

I - Orientar e intensificar o adensamento e a diversificação do uso do solo, de forma a otimizar a utilização dos equipamentos e infraestrutura instalados;

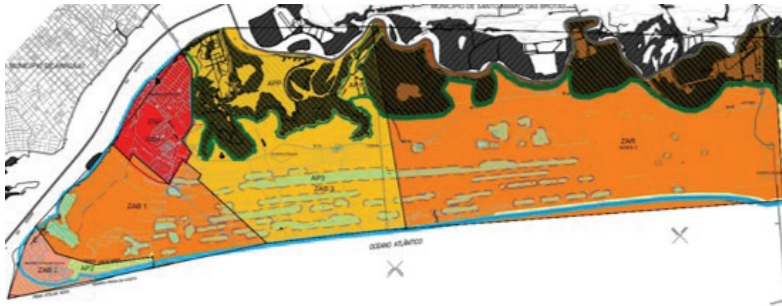
II - Incentivar o uso residencial junto às atividades comerciais e de serviços, de forma a evitar ociosidade da estrutura urbana, fora dos horários comerciais.

Há, assim, uma orientação para que se direcione a urbanização para essa região. Porém, a ZAP é uma área restrita, como é possível verificar no mapa abaixo, em vermelho. A zona que está estruturada com equipamentos públicos corresponde a um pequeno trecho em relação à área do município.

Por outro lado, as Zonas de Adensamento Baixo (ZAB) detêm potencial de urbanização, mas com limite na infraestrutura, que é considerado pela prefeitura como um déficit no “sistema viário, comércio e serviço”, e está dividida em subzonas, denominadas de 1 e 2. A principal preocupação com essa zona está relacionada à possibilidade de gerar necessidade de novos investimentos em infraestrutura, assim, a urbanização deve ser controlada a este fim. Uma informação que chama atenção nesse artigo, que apresenta as diretrizes de ocupação da ZAB, é a expressa possi-

bilidade de articulação de implantação de “infraestrutura junto a outras esferas de governo e à iniciativa privada, priorizando obras de esgotos sanitários e a contemplação do sistema viário básico” (Barra dos Coqueiros, 2008). No mapa anterior, na cor laranja, é possível verificar que são áreas mais amplas.

Figura 2: Mapa de Macrozoneamento. Destaque para a área em vermelho, classificada com ZAP.



Fonte: Seplan-SE / Base cartográfica dos municípios litorâneos de Sergipe.

Por fim, na Zona de Adensamento Restrito (ZAR) a ocupação é descontinuada e detém acentuado déficit de infraestrutura e serviços urbanos. Desta forma, a urbanização, segundo diretrizes do Plano Diretor, deve se dar posteriormente à instalação de infraestrutura. É esta a única zona que a lei relaciona a preservação e proteção do meio ambiente. Mesmo que o município esteja em sua totalidade fragmentado entre áreas de proteção ambiental e áreas urbanizadas.

Um aspecto que diferencia as zonas, em seu processo de adensamento, é a área mínima do lote. A ZAP estipula como área mínima 250 m<sup>2</sup>; a ZAB remete o mesmo limite; a ZAR estipula como mínimo 450 m<sup>2</sup>. A zona rural, anterior à alteração que a excluiu, tinha, como área mínima, lotes de 750m<sup>2</sup>, além de estabelecer uma série de critérios para utilização do sol, bem como de proteção de toda a zona, como a “implantação de um cinturão verde ao redor de Área Urbana, permitindo a convivência das ativi-

dades agrícolas à proximidade da ocupação urbana”. A maioria das regras ambientais estava descrita nos artigos que definiam as diretrizes de ocupação do solo, as quais foram suprimidas pela revogação da Seção IV, realizada pela Lei Complementar nº 04/2016.

Do ponto de vista da dinâmica urbana, os atuais macrozoneamentos se demonstram mais coerentes com a realidade que se observa do que a classificação anterior. No entanto, verifica-se a transferência da implementação de infraestrutura à iniciativa privada e a diminuição de aspectos relacionados à proteção ambiental. Assim, verifica-se processos descontínuos de produção do espaço urbano, uma vez que determinadas áreas são ordenadas pelo poder público, análogo ao que reconhecemos como “enobrecimento litorâneo”; e áreas com ordenamento privado realizado pelas urbanizadoras que revelam mais uma forma de urbanizar a orla marítima, a qual temos denominado de “costeirização”.

### Costeirização: um “redesign” do urbano sob o signo da “natureza-praia”

O processo de urbanização da cidade da Barra dos Coqueiros se estende para a área da Orla, que não pode ter sua forma de ocupação descrita de forma linear. Ao contrário, a Orla se caracteriza pela diversidade natural e pelas intervenções antrópicas as quais fora submetida ao longo das últimas décadas. Para defini-la, pode-se utilizar tipologias genéricas e específicas desenvolvidas pelo Governo Federal, através do Projeto Orla. As genéricas são definidas a partir de dois: o primeiro que considera as características fisiográficas (geografia física) “que indicam o nível de vulnerabilidade da orla em face de processos naturais e antrópicos”; e, o segundo, que “verificação dos índices de ocupação humana instalada que referenciam os níveis de povoamento e a intensidade dos usos praticados de cada localidade” (2006, p. 31).

As tipologias específicas caracterizam quatro conformações a partir do grau e do tipo de ocupação. Dentre as tipologias específicas estão as “Orlas não Urbanizadas”, as quais fazem referência:

às áreas de baixíssima ocupação, contendo paisagens com alto grau de originalidade natural e com baixo potencial de poluição sanitária e estética, geralmente associadas a atividades rurais; são os habitats principais das populações ditas “tradicionais” (que praticam uma economia de subsistência). Tratam-se de áreas de difícil acesso ou até isoladas (2006, p. 33).

Define também regiões com áreas de baixo e médio adensamento de construções e populações, definidas como “Orla em processo de consolidação”, tal tipologia:

apresentando indícios de ocupação recente ou em processo de ocupação atual, incluindo ainda os balneários (identificados pela predominância de segundas-residências e pelo volume da população flutuante). São áreas com paisagens parcialmente antropizadas, em processo de mudança cultural, podendo ocorrer atividades rurais remanescentes, e com médio potencial de poluição sanitária e estética (2006, p. 33).

Apresenta uma definição para áreas de médio e alto adensamento de construção e população como “Orla com Urbanização consolidada”, que é formada por “paisagens altamente antropizadas, com uma multiplicidade de usos e um alto potencial de poluição sanitária e estética. Trata-se da orla claramente cidadina, que varia de acordo com os níveis da hierarquia urbana” (2006, p. 34).

E, por fim, definem espaços destinados a usos específicos definidos por lei, entendidos como “Orla de interesse especial”:

podendo-se incluir nesse tipo as seguintes áreas: a) militares [...]; b) de tráfego aquaviário [...]; c) com equipamentos

geradores de energia [...]; d) de unidades de conservação [...]; e) tombadas [...]; f) de reservas indígenas, comunidades tradicionais ou remanescentes de quilombos (2006, p. 4).

A partir dessa proposta conceitual, identifica-se na Orla da Barra dos Coqueiros a confluência de todas as tipologias. Encontram-se trechos com “Urbanização consolidada”, diversos trechos em “Processo de consolidação”, outros ainda se encontram “Não Urbanizados” e, ainda, com trechos de Interesse Especial. As imagens abaixo ilustram as conceituações tipológicas da Orla da Barra dos Coqueiros.

Comunidade Tradicional Quilombola:  
Pontal da Barra.



Paisagem da Orla Marítima da Barra dos Coqueiros em processo de consolidação.



Parque Eólico, área de interesse especial



Paisagem com Urbanização Consolidada.



Fonte: Acervo Pessoal. Foto: Simone Araujo

Voltamos nossa análise para áreas definidas por duas tipologias específicas, as de Urbanização Consolidada e as que estão em Processo de Consolidação. Em ambas, podemos identificar formas de urbanização que são mais recorrentes, denominadas de “enobrecimento litorâneo”, e novos modelos de urbanização, os quais denominamos de “costerização”.

Os processos de “enobrecimento litorâneo”, o qual se apresentam pelas mudanças decorrentes do que se reconhece como políticas de *gentrification* (Leite, 2015), são uma iniciativa de apropriação do espaço costeiro pelo poder público e pela iniciativa privada, principalmente em decorrência da transformação da paisagem natural, “associam-se as características típicas do enobrecimento à apropriação singular da natureza através de um duplo movimento: que por um lado solapa a paisagem e suprime elementos da natureza e, por outro, a evidencia como mote publicitário” (Araujo, 2018, p. 279). Nesse modelo, o governo municipal orienta as áreas loteadas para moradia e comércio com os equipamentos urbanos básicos, planejando a região para receber empreendimento e imóveis de pessoas físicas ou jurídicas.

Diferentemente dos processos de “enobrecimento litorâneo”, que são comumente desenvolvidos por empresas denominadas de construtoras, a observação empírica da Barra dos Coqueiros nos apresenta uma variação específica dos processos de urbanização, que reconhecemos como um processo de “costerização”, desenvolvida por empresas que se denominam como urbanizadoras. As empresas urbanizadoras têm como propósito o desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis e a manutenção da natureza integrada ao urbano. No caso específico da Orla Marítima, o objetivo é desenvolver o conceito de “vida pé na areia”. Nesse modelo de urbanização, a iniciativa privada oferece a infraestrutura necessária à habitação do espaço costeiro e imóveis integrados à areia, a coqueiros, pedras, lagoas e bosques.

Ao analisar o modelo proposto pelas urbanizadoras, que estão localizados em áreas em “processo de consolidação”, verificamos uma saturação do modelo de ordenação urbano proposto pelos governos municipais e do adensamento antrópico promovido com pelas construtoras; e a busca de novos atrativos para a comercialização que encontram na natureza seu maior aliado.

A ideia de uso da natureza não corresponde à paisagismo, ou seja, à construção ordenada da natureza à disposição urbana, mas a manutenção da natureza selvagem entrelaçada com os imóveis urbanos. Não estamos afirmando com isso que há uma preservação do ambiente natural e, distantes de debates sobre questões ambientais, buscamos analisar a constituição de novos modelos de urbanização que passam a ocupar as Orlas Marítimas. A tais modelos temos atribuído a denominação de “costerização”, entendido como um “re-design” sinérgico do urbano sob o signo natureza-praia.

A categoria design, segundo Bruno Latour (2014), se ampliou nas últimas décadas. Inicialmente informa que a palavra tinha um sentido restrito a uma espécie de *relooking*, que seria o ato de *re-look*, ou seja, a possibilidade de dar uma nova aparência ou forma a alguma coisa. Nesse momento, a noção de design se limitava aos revestimentos da engenharia e das equipes de venda. Era um elemento superficial, que, segundo o autor, estava nas mãos de profissionais pouco sérios e subordinados a engenheiros e cientistas.

No entanto, com a posterior expansão do termo, o design assume maiores espaços no processo de produção. E, ainda, ao que nos interessa especificamente: “se estendeu de objetos cotidianos para cidades, paisagens, nações, culturas, corpos, genes e [...] para a própria natureza – a qual precisa urgentemente ser reelaborada” (Latour, 2014, p. 03).

A ampliação se dá para Latour (2014) tanto pela compreensão quanto pela extensão. Entende por compreensão a ampliação que:



tem se apropriado de mais e mais aspectos do que uma coisa é [...] qualquer pessoa com um iphone sabe que seria absurdo distinguir aquilo que foi elaborado através do design daquilo que foi planejado, calculado, arrumado, arranjado, empacotado, embalado, definido, projetado, pensado, escrito em código, etc. De agora em diante, “fazer design” pode significar igualmente cada um desses verbos (Latour, 2014, p. 03).

Pela extensão, o autor atenta que o design corresponde a “estruturas cada vez maiores de produção. O espectro de coisas que podem ser elaboradas através do design é, agora, infinitamente maior do que uma lista limitada de bens cotidianos ou de luxo” (Latour, 2014, p. 03).

É pensando nessa expansão que o conceito de design nos ajuda a compreender o processo particular de alteração na Orla da Barra dos Coqueiros. Se temos de um lado a natureza disponível e do outro o interesse em utilizá-la, pode-se considerar que a natureza passa a ser entendida como “coisa” e interesse. Para Latour: “Quanto mais os objetos se transformam em coisas – isto é, quanto mais questões de fato se transformam em questões de interesse –, mas eles se traduzem inteiramente em objetos de design” (Latour, 2014, p. 03).

O que diferencia o entendimento de determinada modificação urbana pela ideia de design? A compreensão das cinco vantagens do design relacionadas por Latour pode elucidar o diferencial do modelo de intervenção que analisamos. Todas as vantagens aparecem, segundo Latour, no momento em que se há muito para fazer, “principalmente uma vez que agora todo o tecido da vida é objeto de interesse devido à crise ecológica” (Latour, 2014, p. 10).

A primeira vantagem está relacionada à humildade, a qual, segundo Latour (2014), está ausente da ideia de construção. Através do design há sempre uma modéstia diante da elaboração de algo, não existindo a ideia de fundação. Ou seja, não existe um

modelo a ser seguido que não possa ser empreendido por particularidades. A segunda vantagem está relacionada aos detalhes, enquanto a ação prometeica seguiria em frente rompendo com o passado, construindo e destruindo, em um projeto de design, evidencia palavras como habilidade, arte e perícia. A obsessiva atenção aos detalhes que compõem é o mais proeminente aspecto observado em um designer.

A terceira vantagem está relacionada ao significado que o design busca expressar. Entende o autor que quando se pensa na produção do designer, ou seja, quando se observa um objeto e o percebe como resultado de um design, traz-se todas as ferramentas, habilidades e perícias da interpretação quando se analisa este produto do design: É, portanto, extremamente importante atentarmos para o quão profundamente encaramos os artefatos cotidianos como objetos de design. Pensar sobre os artefatos em termos de design significa concebê-los cada vez menos como objetos modernistas e cada vez mais como “coisas” (Latour, 2014, p. 06).

A quarta vantagem, relacionada ao design, está no fato de que este sempre descende de algo, nunca começa do zero. É este um dos aspectos mais proeminentes para se pensar o desenvolvimento urbano em costa marítima a partir da costerização. Neste sentido, fazer design é sempre fazer um “redesign”.

Sempre há algo que existe primeiro, que já está dado, como uma questão ou um problema. O design é uma tarefa subsequente que visa tornar algo mais vivo, mais comercial, mais usável, mais agradável ao usuário, mais aceitável, mais sustentável etc., dependendo das diversas restrições com as quais o projeto precisa lidar. Em outras palavras, há sempre algo de reparatório no design (Latour, 2014, p. 06).

E, por fim, a última vantagem, que está ligada à questão ética, é que um design sempre será mensurado como bom ou mau de-

sign. Explica Latour que a expansão da noção de design passa a compor aspectos que, entende o autor, correspondem a definição interna das coisas, apresentam consigo não apenas significado e hermenêutica, mas também moralidade: É como se a materialidade e a moralidade finalmente se unissem. Isto é muito importante porque, se você começa a reelaborar cidades, paisagens, parques naturais, sociedades, bem como genes, cérebros e chips, nenhum designer vai poder se esconder atrás da antiga proteção das questões de fato” (Latour, 2014, p. 08-09).

Pensando no desenvolvimento da costa marítima, o algo que existe primeiro é a natureza-praia, dela se parte à urbanização, que não é iniciada do zero. A natureza-praia como signo da urbanização é sua base geográfica e simbólica, que exige, assim, um redesign nos modos apresentados por Latour (2014). Ou seja, que seja reorganização com “humildade”, em atenção aos “detalhes”, numa ação continuada e o entendimento da natureza como coisa. Tal forma de desenvolvimento é possível ser verificada, em certa medida, através das ações dos urbanizadores.

A ideia de signo da natureza-praia no âmbito da costerização corresponde ao entendimento da natureza-praia enquanto elemento semiótico, correlato ao modelo apresentado por Charles Sanders Peirce (1898).

Segundo Peirce, que desenvolve uma análise da relação estabelecida entre os sujeitos e os objetos, o signo apresenta três modos de mediar o significado: semelhança, índice e simbologia. Para o autor, as semelhanças “expressam ideias das coisas que eles representam simplesmente por imitá-las” (Peirce, 2007, p. 48). Os índices ou indícios “mostram algo sobre as coisas, atualizam-se sendo fisicamente conectados a elas” (Peirce, 2007, p. 48). E, por fim, os símbolos, ou coisas gerais, que se “veem associadas com seus significados de uso” (Peirce, 2007, p. 48). Finaliza afirmando que: “Em todo raciocínio, temos que usar uma mistura de se-

melhança, índices e símbolos. Não podemos dispensar qualquer um deles. O todo complexo pode ser chamado de símbolo e para sua simbolização o caráter vivo é o que prevalece” (2007, p. 51).

Nesse sentido, desenvolver empreendimentos sobre o signo da natureza-praia é estabelecer o ambiente praiado pelo aspecto imitativo, na medida em que alguns elementos são empreendidos por representação; atualizar o ambiente conectando-o ao urbano e, por fim, promover o uso do ambiente natural no âmbito da área urbanizada.

A realização de uma redesign da natureza-praia em um processo sinérgico com o urbano é o desenvolvimento de um signo capaz de estabelecer a natureza-praia como um significado representativo, relacionado e usável (ou utilizável). Sendo possível, àqueles que passarão a habitar tais empreendimentos, permanecer com o terreno que contem, ao mesmo tempo, paisagem ordenadas como bosques e ambientes selvagens, assim compreendidos por não serem alterados, como areia e coqueiros, típicos da natureza-praia.

Na produção e promoção da zona costeira, as urbanizadoras evidenciam o conceito de “vida pé na areia”. A partir deste conceito, promovem uma ideia de viver em um resort. Seria a confluência de viver na praia, mesmo que este ambiente venha redesenhado por elementos da estrutura urbana. Segundo uma das urbanizadoras que atuam na região, morar próximo ao mar é o principal atrativo de investimentos em uma cidade litorânea:

A essência da vida pé na areia em conexão com a natureza em um empreendimento que surpreende pela beleza arquitetônica integrada ao ambiente. Com estilo próprio, lotes amplos e infraestrutura diferenciada, o Thai Residence é a escolha perfeita para quem busca uma vida tranquila perto do mar. O condomínio de lotes residenciais com segurança, tecnologia e infraestrutura completa integra um verdadeiro

complexo de lazer com acesso exclusivo à praia. Uma experiência de moradia que transformará sua vida (Disponível em: <https://thai.laredo.com.br/>).

A harmonia com a natureza é evidenciada na mesma proporção que o aspecto da privatização do uso dos bens naturais, os quais se tornam os principais atrativos. Segundo eles, seria este o “mais promissor loteamento da região”: “Você terá a melhor experiência de sua vida, loteamentos próximos ao mar, muito ventilado e na cidade, próximo a tudo que precisa, é um paraíso”<sup>12</sup>. Comumente se verifica nas peças publicitárias o oferecimento de elementos da natureza como privatizado: “uma praia só para você a poucos passos de sua casa”.

Durante a observação empírica não foram observadas áreas praias delimitadas, cercas ou com qualquer estrutura que limitasse o uso comum da faixa de área, embora seja comercializado. O modelo resort de “vida pé na areia” agrupa uma série de equipamentos que evidenciam a presença do modelo de ordenação urbano e a utilização pela manutenção de elementos da natureza. A lista é extensa, o cliente da urbanizadora é uma espécie de cliente dinâmico, que precisa se manter no ambiente pela variedade de atividades que proporciona e não uma percepção estática do cliente que busca adquirir um imóvel com a funcionalidade fim de moradia. No modelo de vida em resort e com “pé na areia”, o cliente pode encontrar:

Quadra de Tênis; Quadra de Squash; Quadra Esportiva; Espaço Esporte Radical; Espaço Fitness; Aeróbica; Quiosque; Piscinas - Infantil, prainha, 2 raias de 25m; Sauna; Hidromassagem; Sala de Massagem; Estação Alongamento; Estação Relaxamento - Contemplação; Piscinas - Adulto, infantil, prainha, biriball; Salão de Festas; Salão de Jogos; Praça Infantil; Parque Infantil; Espaço; Kids; Espaço Teen; Espaço

12 Contato telefônico realizado em 13 de março de 2018.

Gourmet; Bar de Praia; Estação Equilíbrio; Quiosques; Fonte; Labirinto; Solarium; Horta; Pista para Mountain Bike; Decks; Mirante; Praça Quatro Elementos; Praça da Criança; Templo; Espaço Tai Chi Chuan; Espaço Luau; Espaço Melhor Idade; Bosque<sup>13</sup>.

Além da congregação de todos esses equipamentos, ainda se verifica a disponibilização do serviço *Pay-per-use*, no qual o cliente pode contratar serviços que não estão inseridos na taxa condominial, tais como serviços para pets, pequenos consertos hidráulicos e elétricos, e faxina. Pode verificar na conformação do resultado do processo de “costerização” uma espécie de “economia da comodidade”, a qual corresponde à prestação de serviços tipicamente oferecidos na dispersão do conjunto urbano concentrado no ambiental residencial condominial, e a utilização do ambiente praial pelo redesign sinérgico sob o signo da natureza-praia.

## Considerações Finais

A Costa Marítima, como foi verificado, é submetida a um contínuo processo de transformação da paisagem. Neste sentido, as pequenas cidades e, em particular, a Costa Marítima têm despertado especial interesse para fixação de moradias. No âmbito do processo de povoamento dessas regiões, verifica-se uma saturação do modelo ordenador e planejador empreendido pelo poder público e pela iniciativa privada. O que gera, por outro lado, o que a literatura especializada entende por *population turnaround*, quando há um deslocamento migratório de centros urbanos para ambientes rurais; ou como *counterurbanisation*, quando se verifica uma migração para áreas menos adensadas da cidade.

No Brasil, verificamos fenômenos correlatos, nos quais se observa migrações dos grandes centros em busca de melhoria na qua-

13 Conteúdo disponível em <https://thai.laredo.com.br/>.

lidade de vida, o que se entende possível em áreas que dispõem de ambientes naturalmente constituídos, ao mesmo tempo em que também disponibilizam bens e serviços caracteristicamente urbanos.

Ao analisar a cidade Barra dos Coqueiros, identificamos um processo de urbanização que se intensifica a partir dos anos 2000. Novos condomínios, casas e empreendimentos comerciais são confrontados pela natureza-praia presente ao longo da península. A Orla Marítima da cidade é um atrativo a moradias privadas e bares pé na areia. Facilmente se identifica da fracionada Orla processos de intervenção em que o urbano sobrepõe a natureza ao mesmo tempo em que a comercializa como mote publicitário. O “enobrecimento litorâneo” é o modelo mais recorrente, pois se dá pela ordenação estrutural do governo municipal e pela construção de empreendimento no âmbito de tais delimitações, de forma a sobrepor o ambiente natural.

No entanto, verificam-se modelos distintos de urbanização que buscam valorizar o ambiente natural e estabelecer um processo de interação do ambiente natural com o urbano. Tais modelos são desenvolvidos pelas urbanizadoras, as quais se colocam o desafio de intervir no ambiente costeiro com baixo impacto ambiental e mantendo elementos naturais.

A análise desse fenômeno nos levou ao entendimento de um processo de intervenção que denominamos de “costerização”, o qual, diferentemente do enobrecimento urbano, se recobre de características próprias, tais como o desenvolvimento interrelacional do urbano com a natureza-praia. O ambiente natural tem sido demandado como capaz de fornecer melhores condições de vida, com traços de dissociação e ruptura com um intenso ambiente urbano, numa tentativa de “redesign sinérgico”, em que se busca associar a natureza da costa marítima com o conforto e a infraestrutura encontrados em ambientes urbanizados.

Desse modo, entendemos que o fenômeno da costerização promove um “redesign” sinérgico do urbano sob o signo natureza-praia. É a busca, no âmbito das exigências ambientais que se impõem, pelo redesign da natureza aos interesses da urbanização. Afinal, o que se tem com proeminência na costa marítima é a natureza-praia, da qual parte a urbanização, que, na costerização, não é iniciada do zero, mas pelo redesenho do espaço natural à alocação das demandas. A natureza redesenhada se recobre do signo da natureza-praia que é sua base geográfica e simbólica. Neste sentido, desenvolver empreendimentos sobre o signo da natureza-praia é estabelecer o ambiente praiado pelo aspecto imitativo, na medida em que alguns elementos são empreendidos por representação; atualizar o ambiente conectando-o ao urbano e, por fim, promover o uso do ambiente natural no âmbito da área urbanizada a partir de aspectos do redesign, que busca congrega uma reorganização com “humildade”, em atenção aos “detalhes”, numa ação continuada e o entendimento da natureza como coisa.

No âmbito da Costerização a urbanização conflui para uma espécie de “economia da comodidade”, a qual corresponde à prestação de serviços tipicamente oferecidos na dispersão do conjunto urbano que passam a estar concentrados no ambiental residencial condominial, e a utilização do ambiente praiado pelo “redesign” sinérgico com a natureza-praia.

## Referências

ARAÚJO, Simone. Enobrecimento Litorâneo: a Orla de Atalaia. **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 269-306, jan./jun. 2018.

BOURDIN, Alain. **O Urbanismo depois da crise**. Lisboa, Livros Horizontes, 2011.

BRASIL. PROJETO ORLA - **Fundamentos para uma Gestão Compartilhada**. Secretariado Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2003.



\_\_\_\_\_. PROJETO ORLA - **Guia de Implementação**. Secretaria do Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. PROJETO ORLA - **Implementação em Territórios com Urbanização Consolidada**. Secretaria do Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. PROJETO ORLA - **Manual de Gestão**. Secretaria do Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. PROJETO ORLA - **Subsídios para um Projeto de Gestão**, Secretaria do Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2003.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/atlas-do-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: mar. 2018.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CLOKE, Paul. Counterurbanisation: a Rural Perspective. *Geography*. **Geography**, Vol. 70, No. 1 (January 1985), p. 13-23.

FUGUITT, G. V. The nonmetropolitan population turnaround. *Ann Rev Soc. PubMed*. 11:259-280, 1985.

HUGO, G. J.; SMAILES, P. J. Urban-Rural Migration in Australia: a Process View of the Turnaround. *Journal of Rural Studies*. 1 (1), 11-30, 1985.

LATOURE, B. Um Prometeu cauteloso? Alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk). *Agitpropn*. 58. **Agitpropn: revista brasileira de design**, [2009] 2014.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. Tradução de Maria Ermantina Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEITE, Rogerio Proença. (2015). "Cities and Gentrification in Contemporary Brazil". *Current Urban Studies*, 3, 175- 186, 2015. <http://dx.doi.org/10.4236/cus.2015.33015>

LEITE, Rogerio Proença. "Razão e Cidade Moderna". **Revista Brasileira de Sociologia** | Vol. 05, No. 10 | Mai/Ago/2017, p. 290-310. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.214>

PEIRCE, Charles Sanders. **O que é um Signo?** (1894). Tradução de Ana Maria Guimarães Jorge. FACOM - nº 18 - 2º semestre de 2007.

PEREIRA, P. S.; WELLINGTON, J. C. V. Do território do vazio ao "paraíso urbano": o imobiliário-turístico na Barra dos Coqueiros (SE). **VIII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação**, Salvador, 2013.

TONTS, Matthew Aaron; **The population turnaround: a case study of the Shire of Toodyay. Faculty of Arts.** Edith Cowan University, 1993.

WILLIAMS, J. D., Sofranko, A. J. 1979. Motivations for the immigration component of population turnaround in nonmetropolitan areas. **Demography**, 16:239-56.

# Cristianismo ou Conservadorismo? O Caso do Movimento Antiaborto no Brasil

*Camila Rocha\**

## **Resumo:**

O objetivo deste artigo é interpretar a atuação do movimento antiaborto no Brasil ressaltando seu caráter conservador em detrimento de sua caracterização como um movimento cristão ou antissecular. O movimento antiaborto teria surgido após a redemocratização como um contra-movimento em oposição ao avanço do movimento feminista, passando a realizar posteriormente inúmeras disputas relacionadas a pautas feministas, LGBT, e relacionadas à defesa de direitos humanos no legislativo, no judiciário e em protestos e demonstrações públicas. O argumento principal desenvolvido neste artigo, a partir da revisão da literatura especializada e reunião de informações relacionadas aos atores políticos envolvidos no embate em torno da questão do aborto, é de que a atuação como movimento social, e não apenas com base na atuação de padres, missionários e bispos, fez com que fosse possível para os ativistas antiaborto aglutinar em torno de um mesmo discurso pessoas conservadoras que simplesmente se identificassem com suas pautas independentemente de sua confissão religiosa, e para tanto mobilizam fundamentalmente argumentos seculares.

**Palavras-chave:** Aborto. Movimentos sociais. Conservadorismo. Cristianismo. Feminismo.

\* Pesquisadora CEBRAP. Email: [camilarocha44@gmail.com](mailto:camilarocha44@gmail.com)

## Christianity or Conservatism? The Case of the Anti-abortion Movement in Brazil

### Abstract

This article's aim is to interpret the anti-abortion movement discourses and practices in Brazil by emphasizing its conservative character to the detriment of its characterization as a Christian or anti-secular movement. The anti-abortion movement would have emerged after redemocratization as a counter-movement in opposition to the advancement of the feminist movement, and would later have held numerous disputes related to feminist, LGBT agendas and human rights advocacy in the legislature, the judiciary and in public protests and demonstrations. The main argument developed in this article, based on the review of specialized literature and on information related to the political actors involved in the struggle around the issue of abortion, is that acting as a social movement, and not only based on the actions of priests, missionaries and bishops, made it possible for anti-abortion activists to agglutinate around the same conservative discourse people who simply identified with their agendas regardless of their religious beliefs, and to do so, the movement mobilize mostly secular arguments.

**Keywords:** Abortion. Social movements. Conservatism. Christianity. Feminism.

## ¿Cristianismo o Conservadurismo? El Caso del Movimiento antiaborto en Brasil

### Resumen

El objetivo de este artículo es interpretar el desempeño del movimiento antiaborto en Brasil enfatizando su carácter conservador en detrimento de su caracterización como movimiento cristiano o antiseccular. El movimiento antiaborto habría surgido después de la redemocratización como un contramovimiento en oposición al avance del movimiento feminista, y más tarde habría tenido numerosas disputas relacionadas con las agendas feministas y LGBT y la defensa de los derechos humanos en la legislatura, el poder judicial y en protestas y manifesta-

ciones públicas. El principal argumento desarrollado en este artículo, a partir de la revisión de la literatura especializada y la recolección de información relacionada con los actores políticos involucrados en la lucha en torno al tema del aborto, es que actuar como movimiento social, y no sólo a partir de las acciones de sacerdotes, misioneros y obispos, hizo posible que los activistas antiaborto aglutinaran en torno al mismo discurso a personas conservadoras que simplemente se identificaban con sus agendas, sin importar sus creencias religiosas, y que movilizaran así argumentos fundamentalmente seculares.

**Palabras clave:** Aborto. Movimientos sociales. Conservadurismo. Cristianismo. Feminismo.

“Não reconhecemos os grupos contrários à legalização do aborto como “pró-vida”. Para nós, esses grupos são pró-morte”. Esta declaração integra uma nota de repúdio emitida pelo grupo “Católicas pelo Direito de Decidir”<sup>1</sup> publicada em virtude de um embate ocorrido entre militantes a favor da descriminalização do aborto e militantes contrários à prática. No dia 25 de setembro de 2019, um grupo antiaborto, inspirado pela campanha *40 days for life*, iniciada em 2004 em uma cidade do Texas, nos Estados Unidos, resolveu acampar por 40 dias em uma praça localizada em frente ao Hospital Pérola Byington na cidade de São Paulo. O hospital é referência no atendimento de vítimas de violência sexual e realiza abortos nos três casos previstos por lei atualmente, estupro, gestação de fetos anencéfalos e risco de morte para a gestante, de modo que o intuito dos ativistas era o de fazer com que as mulheres lá atendidas desistissem de realizar o procedimento. No entanto, após integrantes do grupo terem agredido fisicamente uma vítima de estupro, militantes a favor da descriminalização do aborto, entre os quais estavam as “Católicas pelo direito de decidir”, passaram a compartilhar a mesma praça, que passou a abrigar acampamentos de ambos os grupos.

1 Ver em <http://catolicas.org.br/novidades/notas/nota-de-repudio-grupo-antiaborto-constrange-mulheres-no-hospital-perola-byington/>

Disputas entre ativistas como a descrita acima começaram a ficar mais frequentes e acirradas no Brasil após o ciclo de protestos que teve início no Brasil entre 2010 e 2011 (Medeiros, 2017). Desde então, em um curto período de tempo, durante a vigência do primeiro governo de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2014, ocorreram vários avanços relacionados a demandas de movimentos progressistas que ensejaram uma reação conservadora que não foi resultante da atuação de lideranças e ativistas religiosos conservadores, ainda que estes tenham sido constituintes e constituídos por esse fenômeno (Almeida, 2017). Em 2011 foi criada a Comissão Nacional da Verdade para investigar os crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura militar, e, no mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável homoafetiva. No ano seguinte, o mesmo tribunal reconheceu também o direito ao aborto em casos de anencefalia fetal e confirmou a validade do sistema de cotas raciais nas universidades públicas. Em 2013 foi promulgada a PEC das Domésticas, que amplia os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, e em 2014 a “Lei da Palmada”, que proíbe o uso de castigos físicos e tratamentos cruéis e degradantes a crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, no âmbito da sociedade civil, entre 2011 e 2013 ocorreram as “Marchas das Vadias” em todo o território nacional e protestos foram realizados ao longo dos anos em resposta a avanços do movimento antiaborto, o que ajudou a popularizar as demandas feministas entre mulheres jovens e a catalisar a emergência de um novo ativismo feminista no país (Medeiros; Fanti, 2019).

Na mesma época a internet começou a se popularizar no país e a competir com a televisão como principal meio de informação, fazendo com que as mediações realizadas por veículos tradicionais de mídia na esfera pública diminuíssem seu alcance. Desta forma, a comunicação por redes sociais no Brasil se tornou amplamente disseminada exatamente quando o país experimentava uma reação conservadora e uma polarização política crescente. Isso fez com que fenômenos advindos das transformações

provocadas pelo surgimento de novas formas de comunicação política se intensificassem, como a “formação de câmaras de eco (espaços nos quais se ouve o que se fala) e a emergência de situações de colapso contextual (nos quais se encontra aquilo que não se conhece o contexto)” (Brito Cruz; Massaro; Oliva; Borges, 2019, p. 12).

Tal dinâmica fez com que as disputas entre grupos conservadores e progressistas se tornassem mais intensas em comparação aos anos anteriores e a pauta do aborto figurasse como um elemento central em ambos os lados, tanto no âmbito da política institucional como na esfera da sociedade civil. No programa do partido que o presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, pretende criar, o “Aliança pelo Brasil”, a questão do aborto tem lugar de destaque e a defesa de sua descriminalização é interpretada como uma “traição social” por parte de pessoas que “já nasceram”. Segundo a advogada Karina Kufa, uma das idealizadoras do partido, a agremiação busca se pautar pela “conservação dos valores fundamentais da alma brasileira”<sup>2</sup>. No que tange à sociedade civil, a dupla conservadora “Brasileirinhos” anuncia no minidocumentário “Catarsy”, veiculado em seu canal de YouTube criado em 2017, que:

“Se você está tendo que debater suas ideias, você já perdeu, você só não sabe disso ainda, por exemplo, aborto não se discute, você cospe na cara do abortista e acabou, se você admite que isso é uma questão para debate você já perdeu. Tá chegando o dia que a resposta mais racional e coerente que vai ser possível dar a uma dessas opiniões é você enfiar dois dedos na goela e vomitar no sapato do seu interlocutor”<sup>3</sup>.

2 Ver em <https://oglobo.globo.com/brasil/programa-de-partido-soberanista-de-bolsonaro-trata-aborto-como-traicao-social-1-24091708>

3 Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=P4Q63c10kuw&t=847s>

Ao mesmo tempo, em maio de 2013 e final de 2015, feministas organizaram atos contra o Estatuto do Nascituro<sup>4</sup>, e contra o projeto de lei 5069/2013, de autoria do deputado Eduardo Cunha, que dificulta o aborto legal em caso de estupro (Medeiros; Fanti, 2019). Em 2008, o então presidente Lula afirmava que, pessoalmente, era contra o aborto, mas defendia o debate público sobre a legalização da prática e afirmava que “madames” vão para o exterior realizar o procedimento enquanto mulheres pobres morrem nas periferias<sup>5</sup>. Tal posicionamento foi reafirmado em abril de 2016, em meio ao ato “Cultura a favor da democracia”, quando o ex-presidente afirmou:

Eu sou católico, sou cristão e sou até conservador. De vez em quando, perguntavam assim para mim: ‘Lula, você é contra ou a favor do aborto?’ Eu respondia: ‘Eu, marido de dona Marisa, pai de cinco filhos, sou contra o aborto, mas como Presidente da República, vou tratá-lo como questão de saúde pública. (...) A mulher tem que ter liberdade sobre o seu corpo. Cada um tem direito de cuidar do corpo do jeito que quiser. Eu vi agora a guerra para aprovar o plano que falava em educação sexual em nossas escolas. Eles [a chamada elite pelo ex-presidente] foram contra<sup>6</sup>.

Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo é analisar o movimento antiaborto como um “movimento social conservador”

4 De acordo com artigo publicado no site JusBrasil “O Estatuto do Nascituro está intimamente atrelado à legalização do aborto, por isso é alvo de bastante polêmica e discussões de ordem política, moral e até religiosa. O nascituro é o ser humano em formação, mas que ainda não nasceu. O projeto de lei visa a proteção integral do nascituro, pois tem como base o conceito de que a vida de um ser humano se inicia no momento da concepção. Isso significa que tal projeto de lei exclui a admissibilidade do aborto em quaisquer situações, inclusive se a gestação é o resultado de um estupro. Além disso, pode proibir a pesquisa com células tronco dos embriões”. Disponível em <https://exame-daoab.jusbrasil.com.br/artigos/412530336/estatuto-do-nascituro>

5 Ver em: <http://g1.globo.com/noticias/politica/0,,mul923651-5601,00-lula+diz+que+aborto+e+questao+de+saude+publica+e+defende+debate+sobre+o+tem.html>

6 Ver em <https://www.acidigital.com/noticias/dizendo-se-catolico-lula-expressa-posicao-favoravel-ao-aborto-e-questao-de-saude-publica-78919>



que não se reduz à atuação de um grupo de atores políticos católicos e/ou evangélicos que procuram influenciar o Legislativo, o Judiciário ou mesmo Executivo, como já foi bem mapeado pela literatura especializada<sup>7</sup>. Procuo argumentar que ainda que lideranças religiosas, especialmente da Igreja Católica, tenham um papel preponderante em organizações e manifestações antiaborto, o que estrutura o movimento antiaborto é o conservadorismo. Isso lhe possibilita contar com a adesão de segmentos da sociedade que não se definem por uma atuação religiosa na esfera pública. Daí a razão pela que argumentos de cunho secular sejam mobilizados por esses grupos para defender que a prática não seja legalizada.

Ao mesmo tempo, como bem aponta Edlaine Gomes (2008), “instituições religiosas possuem posicionamentos diversos diante do aborto, embora o discurso religioso majoritário – ou pelo menos mais visível – seja o de oposição às tentativas de descriminalização e enfático quanto à “inviolabilidade da vida” (Gomes, 2008, p. 5). Deste modo, argumentos cristãos também são utilizados para defender a descriminalização da prática, principalmente pelo grupo “Católicas pelo direito de decidir” e pelo bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, que atualmente conta com quase dois milhões de fiéis em todo o território nacional.

Assim, a questão do aborto é defendida em decorrência do que o próprio movimento antiaborto denomina por “cultura da vida”, que diz respeito à manutenção de uma ordem conservadora que extravasa a questão do aborto em si. De modo que, ainda que a dinâmica institucional seja importante para compreender a atuação política desses grupos, compreendê-los como um “movimento social conservador” possibilita vislumbrar sua atuação

7 Cf. Kalsing, 2002; Rocha, 2006; Aldana, 2008; Scavone, 2008; Diniz; Velez, 2008; Gomes, 2008; Gomes; Menezes, 2008; Cervellini; Giani; Pavanelli, 2011; Machado, 2012; Rezende, 2016; Fanti, 2016; Ruibal, 2016; Machado; Maciel, 2017.

tendo em vista a defesa de um horizonte cultural compartilhado com um arco mais amplo de movimentos sociais conservadores.

Para realizar o objetivo aqui pretendido recorri a uma análise da revisão bibliográfica sobre o tema à luz de informações recolhidas na internet sobre a atuação de grupos cristãos contrários e favoráveis a descriminalização do aborto. Na primeira seção do artigo procuro justificar a compreensão do movimento antiaborto como um movimento social conservador utilizando conceitos oriundos de abordagens teóricas que versam sobre a atuação de movimentos sociais. Já na segunda seção apresento como o repertório de práticas e discursos utilizado pelos ativistas antiaborto no Brasil possui origem no movimento norte-americano e, na seção seguinte, analiso, de forma resumida, a atuação do movimento antiaborto brasileiro considerando a existência de duas fases, uma primeira fase defensiva e uma segunda fase ofensiva. Na última seção são analisados os discursos dos atores cristãos contrários e favoráveis à descriminalização do aborto tendo em vista os enquadramentos de “vida” e “morte” mobilizados pelos ativistas antiaborto, e, finalmente, na conclusão, aponto como o conservadorismo, e não o cristianismo, é estruturante dos discursos e práticas do movimento antiaborto.

## 1. É possível falar em movimentos sociais conservadores?

Considerando a existência de três correntes principais que versam sobre as dinâmicas que permeiam a atuação de movimentos sociais (Alonso, 2009), acredito que os atores antiaborto possam ser compreendidos como um movimento social a partir do entendimento proposto pela Teoria do Processo Político. Esta teoria foi utilizada de modo exitoso por Alba Ruibal (2015), Patrícia Jimenez Rezende (2016) e Marta Machado e Débora Maciel (2017) para compreender as dinâmicas de avanços e retrocessos no que tange à legalização do aborto, tendo em vista principalmente as oportunidades políticas relacionadas à dinâmica institucional e eleitoral até o ano de 2006.

Porém, acredito que essa mesma abordagem possa ainda ser utilizada para compreender os avanços e retrocessos dos movimentos conservadores também no âmbito da sociedade civil, ainda que atores conservadores, historicamente, possuam ampla presença no Estado. Para tanto, a abordagem de David Meyer e Suzanne Staggenborg (1996) sobre movimentos e contra-movimentos, utilizada pelas autoras, pode ser extremamente proveitosa para compreender as dinâmicas de movimentos conservadores, dado que o conservadorismo é necessariamente reativo aos avanços realizados na esfera dos costumes.

De acordo com o filósofo conservador Roger Scruton (2015), por conta de sua recusa à abstração, os conservadores costumam apresentar seus próprios argumentos de forma lamuriosa ao buscar conservar tradições em vista de sua substituição por algo que se julga pior. Esta necessidade de manter determinadas tradições está ancorada no entendimento de que estas que não configurariam costumes arbitrários, mas uma condensação de conhecimentos advindos de um longo processo de aprendizagem que favoreceriam a reprodução da sociedade, daí o sentimento de responsabilidade pelos mortos, pelos vivos e por aqueles que estão para nascer, na formulação consagrada pelo grande crítico da Revolução Francesa, Edmund Burke.

Tendo isso em vista, a atuação de atores conservadores como contra-movimentos contrários a avanços progressistas, ou percepção de ameaças neste sentido, vem se tornando cada vez mais comum e ganhando cada vez mais atenção por parte da literatura que enfoca a atuação política conservadora (Meyer; Staggenborg, 1996; Jacques; Dunlap; Freeman, 2008; Brulle, 2014; Dorf; Tarrow, 2014; Amparo, 2015; Rezende, 2016; Hess; Brown, 2017). Um contra-movimento entra em cena quando são atendidas três condições: 1) um movimento mostra sinais de sucesso; 2) os interesses de uma parcela da população são ameaçados pelos objetivos deste movimento, e 3) existem aliados políticos e elites dispostos a apostar em uma mobilização contrária

(Meyer; Staggenborg, 1996, p. 1635). Neste sentido, o caso do movimento antiaborto no Brasil é particularmente ilustrativo da teoria, uma vez que o movimento tomou forma após os primeiros sinais de avanço do movimento feminista que ameaçaram interesses de parcelas conservadoras da sociedade, e estas contavam com aliados políticos e elites dispostas a apostar em uma mobilização contrária: lideranças cristãs, sobretudo ligadas à Igreja Católica, e políticos conservadores. Porém, tal movimento extravasa a pauta do aborto em si, na medida em que se opõe a tudo que considera se relacionar ao que os atores antiaborto compreendem como parte de uma “cultura da morte”.

A opção pelo uso da Teoria do Processo Político para compreender a trajetória do movimento antiaborto no Brasil e suas recentes conquistas também se justifica por diferenças substanciais desta teoria em relação a outras duas importantes correntes teóricas que procuram explicar o surgimento e atuação dos movimentos sociais: a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria da Mobilização de Recursos. Diferentemente da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que compreende o Estado como um ator político em oposição aos movimentos sociais,

(...) a TPP opõe “detentores do poder” (os membros da *polity*), que têm controle ou acesso ao governo que rege uma população (incluídos os meios de repressão), e “desafiantes”, que visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos controlados pela *polity*”, e, ao contrário da Teoria da Mobilização de Recursos, nesta linha de interpretação os movimentos sociais não são analisados de forma focalizada e conjuntural mas tendo em vista o contexto histórico e político que os envolve (Alonso, 2009).

Assim, a Teoria do Processo Político oferece de forma conjunta o instrumental teórico tanto para lidar com a atuação do Estado na dinâmica dos movimentos sociais quanto para compreender estes movimentos dentro de um contexto histórico e político, ambas dimensões fundamentais para a inteligibilidade da tra-

jetória e atuação do movimento antiaborto. Porém, também é de importância fundamental discutir os sistemas de crenças e valores promovidos por tal movimento para melhor compreendê-lo, o que não é realizado no âmbito da Teoria de Mobilização de Recursos, que enfoca principalmente os cálculos racionais relacionados à melhor utilização de recursos realizados pelos atores políticos. No caso do movimento antiaborto, porém, salta aos olhos o discurso extremamente permeado de elementos religiosos “cristãos” mobilizado pelos ativistas, de modo que, em grande medida, a literatura brasileira sobre avanços e retrocessos no que tange à pauta do aborto<sup>8</sup> enfatizou, de modo explícito ou implícito, a existência de um sistema de crenças “cristão” vs. um sistema de crenças “secular” como peças-chave para a compreensão do embate travado entre militantes cristãos e “feministas/seculares”. No entanto, como procurarei argumentar aqui, o uso de argumentos cristãos e seculares é realizado tanto pelos ativistas a favor da legalização do aborto como por aqueles que são contra a legalização, de modo que a oposição principal recai entre conservadores e progressistas, sejam estes cristãos, sejam não cristãos, e esta característica é fundamental para compreender tal movimento de forma mais aprofundada, considerando a defesa do que o movimento antiaborto denomina de “cultura da vida”.

Acredito que um dos principais obstáculos para a análise dos movimentos conservadores como movimentos sociais no Brasil recai na popularidade alcançada pela chamada Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Os teóricos ligados à Teoria dos Novos Movimentos Sociais, principalmente aqueles que procuraram explicar os movimentos sociais que surgiram até o 11 de setembro de 2001, ou seja, movimentos como o feminismo, o movimento negro, o pacifismo, o movimento gay, o ecologismo,

8 Machado, 2000; Kalsing, 2002; Rocha, 2006; Aldana, 2008; Scavone, 2008; Diniz; Velez, 2008; Bezerra, 2007; Ferreira, 2010; Cervellini; Giani; Pavanelli, 2011; Machado, 2012; Luna, 2013; Rezende, 2016; Fanti, 2016; Ruibal, 2016; Machado; Maciel, 2017.

etc., possuíam uma compreensão implícita de que os movimentos sociais eram necessariamente progressistas (Alonso, 2009). Tais movimentos buscavam a alteração do *status quo* trazendo consigo novos valores e costumes, e possuindo, portanto, uma dimensão emancipatória. Esses pesquisadores não levavam em consideração na época a possibilidade de que movimentos sociais pudessem ter como base sistemas de crenças conservadores ou reacionários, ou seja, movimentos que procurassem restaurar ou preservar a ordem e não alterá-la, como é exatamente o caso do movimento antiaborto.

Assim, de acordo com a divisão entre valores materialistas e pós-materialistas proposta por Ronald Inglehart (2000), os movimentos analisados pelos teóricos dos “Novos Movimentos Sociais” costumam ser considerados como pós-materialistas. Ainda que a compreensão das demandas dos novos movimentos sociais como pós-materialistas possa soar problemática para aqueles que defendem as “vidas” de mulheres, negros, indígenas, LGBTQs e populações afetadas por catástrofes ambientais, é importante salientar que um dos elementos distintivos do pós-materialismo é a “secularidade” em oposição à “religiosidade”. A oposição binária entre progressismo/secularismo e conservadorismo/religiosidade é justamente o que dificulta o entendimento tanto de movimentos progressistas que possuam um apelo religioso e/ou transcendental como o reconhecimento de movimentos sociais que sejam conservadores ou reacionários. Afinal, na medida em que atores conservadores utilizam argumentos de cunho tradicionalista para reivindicar a manutenção dos costumes, ou mesmo a regressão a um passado idealizado, é comum o recurso a uma retórica religiosa.

Tendo isso em vista, assim como o faz Patrícia Jimenez Rezende (2016), considero que para compreender os valores e crenças que permeiam o movimento antiaborto seja mais interessante utilizar o conceito de *frame* como proposto por David Snow e Robert Benford (2000) e William Gamson (1992). O uso do con-

ceito de *frame* é compatível com a Teoria do Processo Político e utilizado por um de seus maiores expoentes, Sidney Tarrow (2009). E é também de Tarrow o conceito de repertório que utilizarei para dar conta das relações existentes entre o movimento antiaborto no Brasil e o *Pro-Life Movement* norte-americano.

## 2. Dos Estados Unidos para o Brasil: a disseminação de repertórios de ação

O autodenominado movimento *Pro-Life*, ou “pró-vida”, surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 como oposição à conquista do movimento feminista norte-americano no que diz respeito à legalização do aborto, ou seja, um contra-movimento ao movimento feminista (Meyer; Staggenborg, 1996). No entanto, o movimento passou a atuar também em relação a outras pautas “correlatas” àquela do aborto, como direitos da população LGBT, educação sexual, utilização de métodos contraceptivos, eutanásia, utilização de material humano (células tronco, material proveniente do cordão umbilical, etc.) para pesquisas científicas, prostituição, educação religiosa, ou seja, passou a ser adversário de uma compreensão progressista de formas de ser e estar no mundo, isto é, da vida humana, como aponta a declaração da missão da *Human Life International*, organização central para o movimento antiaborto nos Estados Unidos:

Nós abordamos todos assuntos relacionados à vida e à família de forma fiel à doutrina social e moral da Igreja Católica, com base tanto na fé como na razão. Nós confrontamos o mal advindo do aborto, da contracepção, da eutanásia/suicídio assistido, e da redefinição do casamento por meio da defesa da dignidade humana, do casamento, da família e da castidade. Nós fazemos nosso serviço por amor e respeito a todo o povo de Deus, independentemente de suas crenças<sup>9</sup>.

9 Declaração disponível em <https://www.hli.org/about-us/our-mission/>

Imbuídos da missão de defender o que compreendem por “vida”, ou seja, uma visão conservadora, e por vezes reacionária de padrões de reprodução e manutenção da vida humana, os militantes antiaborto norte-americanos fundaram diversas organizações para proteger seus interesses, e a maior delas – segundo os próprios militantes da organização, a maior do mundo – seria a *Human Life International* (HLI). Fundada em 1981, a HLI, apesar de afirmar sua ligação com a Igreja Católica, implicitamente possui horizontes mais amplos, aceitando militantes que defendam suas pautas ainda que estes não sejam católicos. Assim, a HLI defende uma espécie de “pan-cristianismo”, no intuito de que juntos, católicos e não-católicos, possam defender suas pautas não apenas nos Estados Unidos, mas, idealmente, no mundo inteiro. A atuação internacional da HLI é ressaltada em sua página na internet, onde se afirma que a organização possui parcerias com afiliadas em mais de 80 países e já ajudou a formar lideranças “pró-vida” em mais de 160 países por meio de conferências, seminários de treinamento e visitas de missionários.

Assim, é possível dizer que a HLI funciona como uma instância coordenadora dos movimentos antiaborto em vários países, sendo que um dos países afiliados à organização de maior destaque é justamente o Brasil. O Brasil é um dos poucos países ocidentais que ainda possui uma legislação amplamente restrita sobre a legalidade do aborto, o que faz com que o país seja um palco dos mais relevantes para a luta contra a prática, tanto que a HLI possui uma seção lusófona de atuação e separa o Brasil da América Latina, provavelmente em uma tentativa de dar mais atenção ao país<sup>10</sup>. Além disso, de modo análogo ao que ocorre nos Estados Unidos, na medida em que existem grandes contingentes populacionais que se declaram “católicos não-praticantes” e evangélicos no Brasil, a atuação da HLI visa unir setores mais amplos a partir da defesa de uma concepção conservadora de vida humana.

10Cf. <http://www.hli.org/index.php/mission-field/portuguese-speaking-nations>



Atualmente as duas principais associações no Brasil ligadas à HLI são a Associação Nacional Pró-Vida e Associação Pró-Vida de Anápolis, que surgiram, respectivamente, em 1993 e 1997. Não é mera coincidência que a primeira associação “pró-vida” do Brasil foi fundada apenas dois anos depois do lançamento do primeiro projeto de lei, de autoria de Eduardo Jorge e Sandra Starling, então ambos do PT, que dispunha sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no código penal pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O site da Associação Pró-Vida de Anápolis reproduz um texto que fora escrito na época em que o projeto foi encaminhado para votação, no dia 12 de dezembro de 1995, pelo Padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, principal responsável pela associação, e que dá o tom do debate ocorrido então:

As feministas, então eufóricas com a aprovação do projeto assassino na Comissão de Seguridade Social e Família, esperavam sua aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Aconteceu, porém, algo que as deixou perturbadas. O relator da comissão, deputado Hélio Bicudo, propôs um substitutivo que protegia a mulher estuprada, protegia a criança concebida, mas tinha um grave defeito: não derramava sangue... Defeito imperdoável, que mereceu das feministas um panfleto de protesto. (...) Afinal de contas, qual é a diferença entre matar antes e matar depois do nascimento? Esteja o leitor certo de uma coisa: qualquer solução apresentada para os problemas da mulher e da criança, por mais maravilhosa que seja, se não incluir o aborto, será sumariamente rejeitada pelas militantes feministas. Ainda está por ser inventado algo que sacie a sede delas além do sangue<sup>11</sup>.

O texto escrito pelo padre é bastante ilustrativo da configuração do movimento antiaborto no Brasil como um movimento que surgiu em oposição ao movimento feminista, cujos primeiros resultados em termos institucionais estavam começando a

11 Em <http://www.providaanapolis.org.br/index1.htm>

aparecer no fim da década de 1980, principalmente a partir da Constituinte em 1988 e início da década de 1990 (Rocha, 2006). Em menos de um ano após a Constituinte foi criada, em julho de 1989, uma das principais ONGs feministas, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), cuja uma das principais atribuições diz respeito ao *advocacy* no Legislativo e no Executivo<sup>12</sup>. O ingresso da militância feminista na política parlamentar fez com que as pautas defendidas pelo movimento começassem a se transformar em projetos de lei que procuravam propor a legalização do aborto, a união civil para casais homossexuais, maior proteção da mulher em relação à violência doméstica, etc. Foi principalmente durante a década de 1990 que as reivindicações do movimento feminista passaram a ganhar não apenas maior visibilidade como também maior importância, afinal, uma série de novas leis, campanhas e instituições foram criadas no Brasil, consolidando a atuação institucional do movimento (Scavone, 2008). Assim, é possível constatar que o movimento antiaborto brasileiro, formado por diversos grupos e entidades, se institucionalizou durante a década de 1990, isto é, exatamente no momento de conquista de novos espaços políticos no âmbito parlamentar por parte do movimento feminista.

Os militantes antiaborto possuem como suas principais adversárias as ativistas feministas, e muitas das disputas entre estes movimentos se dão no âmbito do Estado, principalmente no legislativo e no judiciário. Por esse motivo, a Associação Pró-Vida e Pró-Família disponibiliza em seu site informação destacada a respeito da atuação do CFEMEA, além de uma lista de 18 redes e articulações políticas e 42 organizações feministas atuantes no Brasil, conteúdos sobre a legislação nacional e internacional, e uma série de documentos listados como “ação parlamentar”, que descreve como votaram os parlamentares de cada estado do país em relação às pautas defendidas pelo “pró-vida”, quais

12 Em [http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1446&Itemid=95](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1446&Itemid=95). Acesso em junho de 2011.

são os parlamentares ligados a organizações feministas, quais são os projetos de lei que foram aprovados, derrubados ou que estão em tramitação no Congresso Nacional, discursos de parlamentares, entre outras informações<sup>13</sup>. Já o site da Associação Pró-Vida de Anápolis faz uma listagem de “amigos pró-vida” na qual figuram sites, jornais, revistas, rádios, dioceses, movimentos e organizações maiores como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comunidade Canção Nova, a já referida Associação Pró-Vida e Pró-Família e, obviamente, a *Human Life Internacional*<sup>14</sup>.

Por meio das informações contidas nos sites das associações acima referidas, principalmente no da Associação Pró-Vida de Anápolis, é possível verificar o grande peso dos setores da Igreja Católica dentro do movimento, uma vez que é muito mais frequente a citação de dioceses, padres, bispos e veículos de comunicação católicos em relação a organizações e militantes não-católicos, como bem aponta a literatura especializada. Os militantes antiaborto preferem unir forças de forma estratégica para promover uma ofensiva mais forte no que diz respeito à defesa de suas pautas do que atuar de forma separada e dentro de marcos estritamente confessionais (Ferreira, 2010). Por conta desta “união de forças”, o formato de “movimento social”, ao contrário da mobilização apenas por meio de Igrejas, é mais interessante para os adeptos do movimento. Afinal, esse formato de ação política mostrou ter obtido sucesso em muitos países no que diz respeito ao contra-ataque à atuação do movimento feminista (Meyer; Staggerborg, 1996, p. 1642), uma vez que esta forma de organização possibilita duas formas de mobilização, uma forma mais inclusiva e outra mais restrita.

A primeira forma, mais ampla e inclusiva, procuraria atrair a sim-

13 Cf. <http://www.providafamilia.org.br/site/index.php>

14 Para ver a listagem completa dos “amigos pró-vida” cf. <http://www.providaanapolis.org.br/index1.htm>

patia de militantes cristãos fracamente ligados a suas igrejas, simpatizantes pertencentes a outras religiões não-cristãs ou mesmo agnósticos e ateus. Já a segunda forma, mais restrita, mobilizaria apenas militantes cristãos com vínculos mais fortes com suas respectivas igrejas. Neste sentido, dado que, após os anos 2000, lideranças evangélicas costumam ser mais ativas politicamente em comparação com os católicos no Brasil (Machado, 2000; Valle, 2018), é possível considerar a hipótese de que as “elites” do movimento antiaborto sejam ligadas à Igreja Católica, de forma análoga ao que ocorre nos Estados Unidos (Meyer; Staggenborg, 1996:1643), porém suas “bases” e membros intermediários não necessariamente o sejam, especialmente considerando o crescente número de evangélicos no país em anos recentes (Valle, 2018). Desta maneira, para as Igrejas, seria preferível atuar sob a forma de um movimento social mais amplo para aproveitar estrategicamente as oportunidades políticas específicas de cada país e disseminar um mesmo repertório de ativismo oriundo dos Estados Unidos e que inclui marchas, *lobby*, ações no judiciário, pressão midiática e o apelo de imagens chocantes:

(...) o movimento Pró-Vida (...) possui as mesmas táticas de persuasão em países como Brasil, Porto Rico ou Estados Unidos. Assim, para convencer a opinião pública da “humanidade do feto” utilizam-se sempre de imagens de fetos em seus estágios mais avançados (quando, em geral, o aborto é proibido na imensa maioria das legislações) por possuírem maior semelhança a um bebê. São distribuídas cartilhas com fotos de abortos realizados, sempre com imagens chocantes e que levam as pessoas a associarem um aborto a um assassinato. Até mesmo miniaturas de feto são distribuídas (Bezerra, 2007, p. 213).

Por meio do uso de imagens impactantes o movimento antiaborto tentaria atrair simpatizantes “sensibilizando-os” para sua causa, seja “lembrando” aos cristãos que seria preciso combater políticas contrárias ao que, segundo os ativistas, seriam os desígnios divinos, seja argumentando por meio do “choque” pes-

soas pouco ou nada religiosas. Além da tática do “choque”, que procuraria desencadear um sentimento de “injustiça” nas pessoas, a utilização de referências a entidades e/ou autoridades transcendentais como santos e santas, Jesus, Deus, nos discursos dos militantes, apelaria para a transcendência da defesa destas questões, fazendo com que os argumentos ganhassem uma força retórica bastante poderosa e potencialmente mobilizadora (Goldstone; Perry, 2001).

Apesar da HLI ser uma instância coordenadora central dos movimentos antiaborto em vários países, e do repertório e táticas difundidas por esta entidade serem reproduzidos mundo afora, outros atores antiaborto menos centrais também conseguem disseminar seus repertórios de ação, especialmente por meio da popularização da internet que ocorreu em anos recentes. Este foi o caso descrito no início deste artigo dos ativistas texanos do *40 days for life*, que ficam em frente a clínicas de aborto nos Estados Unidos para dissuadir as mulheres de realizar o procedimento, repertório que foi integralmente copiado pelos ativistas brasileiros ao acamparem do lado de fora do Hospital Pérola Byington em 2016 e em 2019.

### 3. Da defensiva para a ofensiva: oportunidades políticas e a atuação do movimento antiaborto no Brasil

É importante ressaltar que ainda que as formas de atuação do movimento antiaborto nos Estados Unidos e no Brasil possuam muitas semelhanças, os atores procuram explorar as oportunidades políticas existentes em cada contexto específico tendo em vista a organização dos atores nas instituições políticas e os ciclos eleitorais (Rezende, 2016; Fanti, 2016; Machado; Maciel, 2017), mas também dinâmicas existentes no âmbito da sociedade civil (Medeiros; Fanti, 2019). Neste sentido, é possível afirmar que no Brasil os grupos antiaborto tiveram uma atuação principalmente defensiva desde a redemocratização e, após 2007, o movimento se tornou mais ofensivo. A atuação ofensiva visava

impedir avanços no que tange à legalização do aborto, pois, uma vez que o aborto é de fato legalizado costuma ser muito difícil fazer com que se volte atrás, de modo que, a Polônia, por exemplo, representa um caso excepcional<sup>15</sup>. Já as ações ofensivas, iniciadas a partir de 2007, são aquelas que visam restringir ainda mais os casos em que a prática é permitida, ou mesmo atuar no que tange a outras pautas conservadoras relacionadas ao que se concebe como “cultura da vida”, como a restrição do uso de métodos contraceptivos, do uso de células tronco para pesquisa, impedir a legalização da prática da eutanásia, restringir direitos das mulheres e da população LGBT, entre outras.

Como os primeiros discursos e reuniões parlamentares em que o autodenominado “movimento pró-vida” é citado ocorreram a partir de 1999, ano da primeiro encontro parlamentar promovido por atores antiaborto<sup>16</sup>, é possível considerar que no período que vai de 1993 até o ano de 2007 o movimento procurou consolidar sua atuação com a formação de frentes parlamentares, organização de atos públicos<sup>17</sup>, etc., e que o período que se inicia em 2007, e se prolonga até os dias atuais, pode ser considerado como o período de ofensiva. Essa divisão pode ser justificada a partir dos levantamentos realizados por Kauara Ferreira, integrante do CFMEA, que são corroborados também por Marta Machado e Débora Maciel (2017):

15 Na Polônia, durante o regime socialista, o aborto havia sido legalizado. Porém, com a queda do regime e a ascensão ao poder do “Solidariedade” em 1989 (agremiação fortemente influenciada pela Igreja Católica), o aborto voltou a ser proibido.

16 No dia 6 de maio de 1999 foi realizado no restaurante do Senado Federal o “Café da Manhã Cristão”, organizado pelo autodenominado Movimento “Pró-Vida”, sob a direção de Humberto Vieira (presidente da Associação Nacional “Pró-Vida e Pró-Família”), e pelo MCB (Movimento Cristão Brasileiro), sob direção de Pedro Laurindo. O evento contou com a participação de “(...) uma expressiva bancada de Deputados e Senadores católicos, presbiterianos, evangélicos, e de diferentes matizes ideológicos e partidários em torno da bandeira do fortalecimento da família, da estrutura familiar e da defesa da vida” (Diário da Câmara dos Deputados, 20 de maio de 1999, p. 22430).

17 Informações retiradas do site da Câmara dos Deputados em <http://www2.camara.gov.br>

(...) no âmbito do Parlamento, lançando olhar retrospectivo desde o surgimento do CFEMEA, pode-se afirmar que a atual Legislatura (2007-2010) é a mais conservadora e hostil em relação à temática dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Muitos/as parlamentares vêm atacando a possibilidade de união civil entre casais homossexuais, as novas tecnologias reprodutivas, a laicidade nas escolas e repartições públicas, o uso da anticoncepção de emergência e o direito ao abortamento legal, exemplos mais recorrentes. (...) Este panorama não era observado durante a década de 90, onde grupos religiosos fundamentalistas contrários à legalização do aborto agiam de forma mais isolada, a partir de suas próprias matrizes religiosas e sem essa forte interação (Ferreira, 2010, p. 3).

Foi justamente entre 2007 e 2010, no ano de 2009, que o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), decretado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi interpretado pelo movimento antiaborto como um avanço contra a “cultura da vida”, recebendo fortes ataques por parte de parlamentares, juristas e demais militantes e/ou simpatizantes”. Constam do PNDH 3 certos objetivos como “considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde”, “apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo” e “promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos”<sup>18</sup>.

No que tange ao espectro partidário dos apoiadores do movimento antiaborto, da mesma forma que a aproximação entre o Movimento “Pró-Vida” nos Estados Unidos com o Partido Republicano (conservadores) seja provável, mas não automática

18 De acordo com a redação do Decreto no 7.177, de 12.05.2010 *páginas 90-98*. É importante ressaltar que a parte do documento que determinava “Desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União” (p. 99) foi revogada pelo Decreto no 7.177, de 12.05.2010. Cf. <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>. Os ataques ao Programa podem ser encontrados nos discursos parlamentares feitos pelos políticos autodenominados “pró-vida” no ano de 2009 e 2010 em <http://www.camara.gov.br>.

(Wilcox; Gomez, 1990), o movimento brasileiro oscila razoavelmente no que diz respeito a um alinhamento com partidos de direita, centro ou esquerda. Muito provavelmente devido à diversidade de siglas partidárias, composição de coalizões nos governos de níveis federal, estadual e municipal, e, considerando a penetração de religiosos católicos e evangélicos em partidos de direita, de centro e de esquerda, o movimento acabou conseguindo adeptos e simpatizantes ao longo de praticamente todo o espectro ideológico-partidário, indo desde Severino Cavalcanti (PP) até Heloísa Helena e Marina Silva, ex-petistas que atualmente fazem parte do partido Rede Sustentabilidade<sup>19</sup>.

No entanto, apesar de apontar como adversários quaisquer partidos que em seus programas e/ou ações e discursos afirmem ser a favor da legalização do aborto, tais como PSOL, PCdoB, PSTU, etc., segundo o site “Aborto Não PT Não”<sup>20</sup>: “(...) nenhum desses partidos já conseguiu representatividade política significativa – como o PT que chegou à presidência do país – para pôr em prática suas ideologias”<sup>21</sup>. Deste modo, o PT parece ser o partido que mais causa desconforto para os militantes antiaborto, uma vez que é o partido que historicamente concentra o maior número de militantes feministas, foi responsável pela proposição de diversos projetos de lei visando a defesa de pautas feministas e relacionadas a direitos humanos, e que nos últimos anos se posicionou de forma favorável à legalização do aborto nas resoluções oriundas do terceiro e do quinto congressos internos organizados pelo partido respectivamente em 2013 e 2015.

---

19 O Brasil é um país organizado federativamente, seu sistema político é pluripartidário e seu modelo de democracia pode ser considerado como consensual e não-majoritário, de acordo com que a conceituação proposta por Lijphart (2008). Essas características fazem com que a autoridade governamental seja mais dividida e distribuída em diversas instâncias, o que facilitaria não apenas o surgimento, mas também a permanência de conflitos de tipo movimento/contra-movimento (Meyer; Staggenborg, 1996, p. 1637).

20 Cf. <http://www.abortonaoptnao.com>, listado como “Amigos pró-vida” no site da Associação Pró-Vida de Anápolis: <http://www.providaanapolis.org.br>

21 Cf. <http://www.abortonaoptnao.com/outros-partidos>



Outro importante partido que por vezes é tido como adversário por alguns militantes é o PSDB. O PSDB elegeu o primeiro presidente sabidamente ateu do país, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, cuja a primeira dama, a antropóloga Ruth Cardoso, já havida dado declarações a favor da legalização do aborto<sup>22</sup>. Além disso, a edição de uma norma técnica por José Serra, ministro da saúde no governo FHC durante o ano de 1998, para que as mulheres que tivessem abortado de acordo com os casos já previstos na lei brasileira pudessem ter acesso à assistência médica pelo SUS, foi interpretada como um ataque à “cultura da vida”<sup>23</sup>. Em que pese tais tendências, considerando que a movimentação da militância é afetada pelas oportunidades oferecidas ou não pelo cenário político exógeno ao movimento (Meyer, Staggerbong, 1996, p. 1633), o movimento não listou o PSDB em seu rol de “partidos inimigos”<sup>24</sup>. Isso ocorreu provavelmente porque esse partido havia feito, na época dos governos FHC, uma aliança com setores políticos conservadores e, além da ação promovida por Serra, não deu mais nenhum indicativo de que pudesse legalizar o aborto ou outras medidas correlatas.

Assim, foi com a vitória de Lula em 2002 que o movimento passou a prestar mais atenção nas possibilidades de embate que poderiam surgir. Durante o segundo governo do petista, 2007-2011, muito provavelmente devido à tramitação do PNDH3, a militância antiaborto passou a reunir forças para o embate crítico que iria se dar durante o período das eleições presidenciais

---

22 “Eu acho que se deve garantir o direito às mulheres de usarem ou não essa possibilidade. Isso é um direito que as mulheres têm, mas não *[deve ser]* uma imposição”. **Ruth Cardoso**, antropóloga e mulher do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, falecida em 2008, respondendo a uma pergunta sobre o aborto feita a ela no programa *Roda Viva*, em 1999. In <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/disseram/ruth-cardoso-falando-sobre-o-aborto> 23 Cf. “Ministério da Saúde ensina a matar” por Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz - 28 de dezembro de 1998 In <http://www.providaanapolis.org.br/msmatar.htm>

24 Os partidos listados como “inimigos” do movimento “pró-vida” além do PT são: PPS, PSTU, PV, PCdoB, PCO e PSOL. Cf. <http://www.abortonaoptnao.com/outros-partidos>

em 2010, momento em que a pauta do aborto se tornou central no debate público promovido entre as principais candidaturas à Presidência da República (Machado, 2010; Cervellini; Giani; Pavanelli, 2011; Jordão; Cabrini, 2012).

Após as eleições de 2010, é possível pensar na hipótese do início de um período de ofensiva aberta iniciado a partir do surgimento de um novo ativismo feminista. Como já foi referido anteriormente, feministas não alinhadas ao campo democrático-popular atuante até os anos 2000 passaram a se mobilizar nacionalmente para combater o Estatuto do Nascituro e o projeto de lei 5096/2013 (Medeiros; Fanti, 2019), ensejando uma dinâmica que salienta a importância de embates ocorridos no âmbito da sociedade civil baseados em demonstrações públicas, como foi o caso dos acampamentos realizados em anos recentes em frente ao Hospital Pérola Byington.

#### 4. Vida x Morte: um embate entre cristãos

Na dinâmica de movimento e contra-movimento ensejada pelos ativistas a favor e contra a legalização do aborto, descrita de forma resumida acima, os sistemas de crenças e valores que guiam e legitimam os movimentos sociais e suas campanhas são fundamentais para compreender o engajamento dos ativistas pois ancoram a percepção de injustiças. Estas visões de mundo podem ser sintetizadas em palavras ou frases de ordem do movimento que podem ser compreendidas como *frames* (Snow; Benford, 2000) ou “quadros interpretativos” (Tarrow, 2009). Os *frames* que são utilizados ou não pelos ativistas muitas vezes acabam sendo definidos na própria dinâmica dos movimentos sociais, especialmente em uma dinâmica de movimento/contramovimento (Meyer; Staggenborg, 1996, p. 1653). Um exemplo disso no Brasil foi o veto judicial do uso da palavra “abortista” para qualificar as integrantes do movimento feminista, o que gerou uma reação inflamada por parte do então deputado Elimar

Máximo Damasceno em agosto de 2005<sup>25</sup>, a despeito disto é possível afirmar que a palavra “vida” representa o *frame* principal da militância antiaborto.

O *frame* “vida” pode possuir tanto o significado mais imediato e superficial relacionado à defesa da “vida” em oposição à prática do aborto quanto um significado mais profundo, que diz respeito à vida humana compreendida a partir de uma concepção conservadora de mundo. De acordo com o movimento antiaborto existiriam duas maneiras de conceber a vida humana: uma forma de viver “errada” e outra forma “certa”, a primeira estaria “contida” em um *frame* que os militantes antiaborto nomeiam como “cultura da morte” e a segunda no *frame* de “cultura da vida”.

A “cultura da morte” seria tudo aquilo que, na visão dos integrantes do movimento antiaborto, é incompatível com a forma de viver “cristã”, ou seja, tudo aquilo que seria contrário à manutenção da família heterossexual monogâmica concebida a partir de um ordenamento conservador da sociedade, como a atividade sexual que não possua fins exclusivamente procriativos; o uso de contraceptivos; a realização de procedimentos definitivos de esterilização voluntária; a interrupção da vida em quaisquer de seus estágios por interferência humana, a utilização de células-tronco para pesquisas científicas; e a reivindicação de reconhecimento e de direitos por parte da população LGBT. Deste modo, o uso da palavra “vida” como *frame* principal do movimento pode ser compreendido como uma tentativa de expandir as demandas específicas do movimento em termos de valores sociais mais amplos relacionados à manutenção de costumes tradicionais no que tange à reprodução e conservação da vida humana (Meyer; Staggenborg, 1996, p. 1640), especialmente no que tange a estrutura familiar tradicional, daí a incorporação ao nome do movimento, no caso brasileiro, da frase “pró-família”.

25 Cf. Discursos e Notas Taquigráficas Sessão: 219.3.52.0 Orador: Elimar Máximo Damasceno, PRONA-SP, 18/08/2005 em <http://www.camara.gov.br>

A oposição “vida” e “morte” está baseada nos três elementos formadores de um *frame*: 1) injustiça; 2) *agency*; e 3) identidade (Gamson, 1992). O sentimento de injustiça se daria mais imediatamente em relação à eliminação de vidas, ou à morte dos fetos e/ou pessoas (no caso da eutanásia) e, de uma forma mais implícita, da “morte” de costumes tradicionais, considerando sobretudo a estrutura familiar tradicional. A *agency* estaria implícita no que diz respeito à manutenção da “cultura da vida”, de um modo de vida tradicional, interpretado como “santificado”, e o elemento de identidade estaria relacionado à oposição entre um “nós” que representaria a “vida” e um “eles”/ “elas” representando a “morte”. Deste modo, a oposição entre “vida” e “morte” operada pelo movimento pró-aborto serviria para chamar atenção para a percepção de injustiças relacionada às ideias de morte/assassinato/crueldade, reivindicar a mobilização por parte daqueles que “defendem a vida”, e valorizar e reforçar a identidade do movimento antiaborto como “defensor da vida”, ao mesmo tempo em que se estigmatiza os adversários como defensores da “morte”.

No entanto, o uso de argumentos cristãos relacionados às ideias de vida e morte não é utilizado apenas pelos ativistas contra o aborto, mas também para defender a legalização do aborto tanto por parte de católicos como por parte de evangélicos. O grupo “Católicas pelo Direito de Decidir”, criado em 1993 em um evento feminista realizado no Dia Internacional das Mulheres, tem como objetivo desconstruir “a mentalidade conservadora e preconceituosa que impede os avanços dos direitos humanos das mulheres”. Para além de argumentarem que a Igreja Católica procura interferir de modo indevido no Estado laico ao tentar fazer valer suas regulações religiosas para todos os cidadãos, o grupo afirma que mesmo para a população católica a questão do aborto seria passível de interpretação alternativa àquela defendida por setores conservadores. Afinal, a despeito de membros da Igreja Católica alegarem, como argumento de autoridade, que a proibição do aborto seria um dogma da

Igreja, ou seja, algo inquestionável e que não é passível de discussão, isto não corresponderia à realidade, já que a proibição do aborto:

(...) nunca foi tratada como dogma pela Igreja Católica, pois de acordo com a própria doutrina oficial da Igreja, esta questão não está sujeita ao seu magistério, não se rege pela infalibilidade papal. A proibição do aborto é matéria de lei eclesial (Hurst, 1992), isto é, faz parte do conjunto de leis relativas à moralidade que os/as católicos/as devem seguir no seu dia-a-dia (Rosado Nunes; Jurkewics, 1992, p. 22).

Assim, o discurso da Igreja não seria unitário em relação à questão do aborto dado que o assunto não é dogma da Igreja. Por isso mesmo, a questão do aborto foi fruto de inúmeros embates e discussões entre católicos ao longo de séculos (Idem, 1992, p. 34-40) que é ocultado pelos conservadores, histórico este que é abordado de forma minuciosa pelo historiador italiano Adriano Prospero (2010) a partir do caso de Lucia, uma jovem mulher pobre, residente da cidade de Bologna, que no ano de 1709 foi enforcada em praça pública. A reconstrução histórica realizada por Prospero dialoga com o debate religioso relacionado à reprodução e manutenção da humana não apenas daquela época, mas também de tempos recentes.

O debate religioso ao longo dos séculos quase sempre está entremeadado com o debate científico. À medida que a ciência passou a obter avanços significativos no campo da reprodução humana nos últimos, setores conservadores da Igreja passaram a utilizar argumentos científicos<sup>26</sup> para defender a ideia de que “desde a concepção se está diante de uma pessoa humana” e assim poder afirmar que “a interrupção do ato gestacional seria um ato ho-

26 Cf. <https://www.semprefamilia.com.br/blog-da-vida/36-citacoes-de-medicos-e-cientistas-que-confirmam-a-vida-humana-comeca-na-concepcao/>

micida” (Idem, 1992, p. 29). A mobilização da ciência pelo movimento antiaborto contemporâneo também se expressa em sua aproximação com cientistas para conferir maior legitimidade ao seu discurso (Bezerra, 2007). No Brasil, por exemplo, uma cientista passou a presidir o “Movimento Brasil sem Aborto” a partir de 2008, integrando um total de oito cientistas engajados desde então com grupos e entidades relacionados ao movimento antiaborto (Luna, 2013).

Porém, considerando que a determinação do momento em que a vida tem início é sempre fruto de uma convenção social (Bezerra, 2007), a Igreja Católica, com base na ideia de que existiria uma pessoa humana desde a concepção, elaborou um argumento “secular”, que passou a embasar a defesa da proibição do aborto para católicos e não-católicos, invocando a lei natural e uma universalidade moral no que tange aos direitos relacionados à reprodução humana:

Para quem acredita em Deus isso é espontâneo, instintivo, e é obrigatório por lei religiosa e transcendente; e também para quem não tem esta dita de admitir a mão de Deus protetora e vingadora de todos os seres humanos deve ser intuitivo, em virtude da dignidade humana, este mesmo sentido do sagrado, isto é, da intangibilidade própria de uma existência humana vivente (Paulo VI, 1977:837/p.19 apud Rosado Nunes; Jurkewics, 1992, p. 28-29).

O aborto violaria uma lei natural partilhada por todos, daí o caráter filosófico e universal conferido a certos princípios morais relacionados à reprodução humana. É justamente esse argumento “secular” e de “caráter universal”, que valeria para crente e não-crentes, que fundamenta a atuação do movimento antiaborto desde sua criação nos anos 1980 no Estados Unidos e que se disseminou para outros contextos nacionais, incluindo o Brasil, de acordo com documento emitido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

em 1984<sup>27</sup>. Assim, ainda que o posicionamento contrário à descriminalização do aborto por parte de setores da Igreja Católica tenha sido hegemônico no debate público nas últimas décadas, como bem apontou Gomes (2008), isto ocorreu como fruto de disputas internas entre setores conservadores e progressistas, sendo que os discursos progressistas a favor da legalização da prática acabaram ficando menos conhecidos até o presente momento.

Para além de mobilizarem argumentos científicos para demandar a descriminalização do aborto, setores progressistas da Igreja Católica, como as “Católicas pelo Direito de Decidir”, também utilizam argumentos religiosos. O primeiro diz respeito à ideia expressa no documento da Congregação da Doutrina para a Fé de 1974 de que “não pertence às ciências biológicas dar um juízo decisivo sobre questões propriamente filosóficas e morais, como o momento em que se constitui a pessoa humana” (1974/1999, p.1 apud Rosado Nunes; Jurkewics, 1992, p. 31). E o fato de já existir um longo debate acerca da questão do aborto dentro da própria Igreja ressalta que tal discussão não só deve como pode ser feita por católicos, principalmente levando em conta as transformações da sociedade. O segundo argumento diz respeito ao entendimento de que, ainda que Deus seja a fonte última do direito à vida, como os seres humanos irão respeitar este direito e arbitrar conflitos de direitos humanos permanece em aberto, e a glória de Deus se manifestaria justamente no agir racional da humanidade. E, finalmente, não caberia taxar de imoral, *a priori*, todas as sociedades que elaboraram legislações em que o aborto não é um crime, bem como igrejas protestantes de outros países que realizam interpretações alternativas dos evangelhos.

27 “Por ser supremo dom natural de Deus, toda a vida humana deve ser preservada desde o primeiro instante da concepção, sustentada, valorizada e aprimorada. São inaceitáveis, como atentados contra a vida humana, o aborto diretamente provocado, o genocídio, o suicídio, a eutanásia, a tortura e a violência física, psicológica ou moral, assim como qualquer forma injusta de mutilação” (1984b:413, p.36 apud Rosado Nunes; Jurkewics, 1992, p. 29)

No que diz respeito às igrejas protestantes no Brasil, de acordo com Gomes (2008), existiriam três posicionamentos que não compartilham do mesmo entendimento de setores conservadores da Igreja Católica. A Igreja Presbiteriana não se coloca a favor da descriminalização, mas admite a prática nos casos de risco de morte materna, já o Colégio Episcopal da Igreja Metodista é a favor de métodos contraceptivos e afirma que a gravidez possa ser interrompida nos três casos admitidos atualmente pela legislação. Finalmente, o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, que reúne atualmente quase dois milhões de fiéis, afirmou em seu blog no ano de 2010, que, assim como as “Católicas pelo Direito de Decidir”, é favorável a descriminalização do aborto, e, também como o grupo católico, apresenta argumentos religiosos para sustentar seu posicionamento:

Algumas pessoas têm questionado minha posição quanto à descriminalização do aborto. Um dos argumentos mais citados é quanto ao mandamento não matarás. Mas, me parece que o engano está na compreensão da totalidade do significado do termo matar. O dicionário Houaiss, entre as várias definições que apresenta para este verbo, diz: causar grande prejuízo ou dano a; arruinar. E também: causar sofrimento a mortificar, afligir; ferir. Vemos, com isso, que matar não é somente tirar a vida de alguém, mas também praticar qualquer ato que impeça que alguém tenha vida com qualidade, dignidade, felicidade. Permitir que uma criança indesejada venha ao mundo em uma família desestruturada, sem condições de lhe oferecer uma vida minimamente digna, expondo-a à violência, maus tratos, perda da autoestima e tantas outras mazelas, não significa dar um ser à luz, mas sim condená-lo à morte; uma morte social e psicológica, que vai gerar a pior de todas as mortes: A ESPIRITUAL. (...) Não estamos fazendo apologia do aborto; estamos dizendo não à hipocrisia. As mulheres não deixam de abortar porque isso é um ato ilegal. A legalidade do aborto permite que estas mulheres possam ser atendidas clinicamente da maneira que procede, e não coloquem sua vida em risco. Isso é direito à vida<sup>28</sup>.

28 Cf. <https://blogs.universal.org/bispomacedo/2010/11/22/o-que-e-matar/>



Na passagem acima o bispo Edir Macedo interpreta as ideias de morte e vida a partir de uma leitura religiosa alternativa àquela proposta por setores cristãos conservadores, e não apenas com base em questões econômicas como apontara Gomes (2008). Para tanto compreende que “a pior de todas as mortes é a espiritual”, fruto de uma existência perpassada por falta de amor e violência, e que na arbitragem de direitos humanos, o direito à vida das mulheres deve ser priorizado, e por este motivo o aborto deveria ser descriminalizado e estas deveriam poder ser atendidas clinicamente de forma segura. Neste sentido, ainda que Macedo, ao contrário das “Católicas pelo Direito de Decidir”, não faça parte do campo feminista, seus argumentos, especialmente seu posicionamento sobre a priorização da vida das mulheres, assim como os argumentos mobilizados pelas ativistas católicas, dialogam com aqueles defendidos por feministas seculares. Flávia Ribeiro (2012), ao realizar uma análise retórica dos discursos feministas em defesa da descriminalização do aborto, enfocando os posicionamentos da antropóloga feminista Débora Diniz, aponta que “a postura política feminista, de defesa do direito de escolha, e a afirmação da anteposição da vida da gestante em relação à vida do feto, foram as principais sentenças morais argumentadas por Débora Diniz” (Ribeiro, 2012, p. 111).

## Considerações finais

Minha intenção neste artigo foi demonstrar que o movimento antiaborto atua como um movimento social conservador e o faz com base em um discurso fundamentado em uma defesa conservadora da universalidade da “lei natural” e da defesa da dignidade da pessoa humana ao considerar que a pessoa humana já existe desde a concepção. É justamente o fato de atuar como um movimento conservador que permite aos grupos antiaborto contar com a adesão de segmentos da sociedade que não se definem por uma atuação religiosa na esfera pública, considerando que o discurso realizado pelo movimento pro-

cura atingir tanto crentes como não crentes. Neste sentido, a despeito dos grupos e entidades que fazem parte do movimento brasileiro serem coordenados principalmente por atores ligados à Igreja Católica, que importam do movimento norte-americano boa parte de seu repertório de ação, não é possível reduzir sua atuação a um grupo de atores políticos católicos e/ou evangélicos que procuram influenciar o Legislativo, o Judiciário ou mesmo o Executivo.

Ao mesmo tempo, também procuro apontar como argumentos religiosos são utilizados para defender a descriminalização do aborto, tanto por católicos como por evangélicos, a partir de interpretações alternativas das ideias de “vida” e “morte”, que são amplamente utilizadas pelo movimento antiaborto para conseguir maior adesão da sociedade. Assim, na disputa acerca da descriminalização do aborto, a oposição central não estaria ancorada na díade cristãos vs. feministas/seculares, mas, sim, entre conservadores vs. progressistas. Argumentos seculares podem ser conservadores e argumentos religiosos podem ser progressistas, o fundamental é compreender qual modelo de sociedade está sendo defendido por cada lado no tocante ao tema da reprodução e manutenção da vida humana independente da confissão religiosa.

## Referências

Aldana, Myriam. Vozes católicas no Congresso Nacional: aborto, defesa da vida. **Estudos Feministas**, p. 639-646, 2008.

Almeida, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175001, 2017.

Alonso, Angela. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. **Lua Nova** 76.49-86, 2009.

Amparo, Thiago. Notes on Countermovements and Conservative Lawyering: The Bumpy Road to Constitutional Marriage Equality in Brazil. **FGV Direito SP Research Paper Series** 124, 2015.

Bezerra, Carla de Paiva. “De qual vida estamos falando? Análise crítica dos discursos sobre o aborto e perspectivas” In **Revista dos Estudantes de Direito da UNB**, 2007.

Brito Cruz, Francisco (Coord.); Massaro, Heloisa; Oliva, Thiago; Borges, Ester. Internet e Eleições No Brasil: Diagnósticos e Recomendações. **Internetlab**, São Paulo, 2019.

Brulle, Robert J. Institutionalizing delay: foundation funding and the creation of US climate change counter-movement organizations. **Climatic change** 122.4, p. 681-694, 2014

Cervellini, Sílvia, Malu Giani, and Patrícia Pavanelli. Economia, religião e voto no Brasil: A questão do aborto na eleição presidencial de 2010. **IV Congresso Latino-Americano de Opinião Pública da Wapor-World Association of Public Opinion Research**. Belo Horizonte, Brasil. 2011.

Diniz, Debora; Vélez, Ana Cristina Gonzalez. Aborto Na Suprema Corte: O Caso Da Anencefalia No Brasil. **Estudos Feministas**, Vol. 16, No. 2, p. 647–652. *Jstor*, [Www.Jstor.Org/Stable/24327756](http://www.jstor.org/stable/24327756), 2008.

Dorf, Michael C., and Sidney Tarrow. Strange bedfellows: How an anticipatory countermovement brought same-sex marriage into the public arena **Law & Social Inquiry** 39.2, p. 449-473, 2014.

Fanti, Fabíola. **Mobilização social e luta por direitos. Um estudo sobre o movimento feminista**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GAMSON, William. **Talking politics**. Cambridge university press, 1992.

GOLDSTONE, Jack and PERRY, Elizabeth “The Sacred, Religious, and Secular in Contentious Politics: Blurring Boundaries”, p. 155-78 in **Silence and Voice in the Study of Contentious Politics**, edited by R. Aminzade, et al. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Gomes, Edlaine de Campos; Rachel Aisengart Menezes. “Aborto e eutanásia: dilemas contemporâneos sobre os limites da vida.” **Physis: Revista de saúde coletiva**, n.10, pp. 77-103, 2008.

Gomes, Edlaine de Campos. Resistências e possibilidades de diálogo: sobre aborto e reações político-religiosas. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**, ST 37 – Aborto e Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: Reprodução Humana e sua Interface com as Dinâmicas Sociais, Florianópolis, p.1-8, 2008.

Hess, David J., and Kate Pride Brown. Green tea: clean-energy conservatism as a countermovement **Environmental Sociology** 3.1 p. 64-75, 2017.

Inglehart, Ronald. Globalization and postmodern values. **Washington Quarterly**, v. 23, n. 1, p. 215-228, 2000.

Jacques, Peter J., Riley E. Dunlap, and Mark Freeman. The organisation of denial: Conservative think tanks and environmental scepticism. **Environmental politics**, 17.3, p. 349-385, 2008.

Jordão, Fátima; Cabrini, Paula “Urnas Reveladoras”. **Jornal Estado de S. Paulo**, 19 de fevereiro de 2012 .

Kalsing, Vera Simone Schaefer. O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul. **Cadernos Pagu**, n. 19, p. 279-314, 2002.

Lijphart, Arend. **Modelos de democracia, desempenho e padrões de governo em 36 países**. 2a edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

Luna, Naara. O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. **Religião e Sociedade**, v. 33, n. 1, p. 71-97, 2013.

Machado, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.7, p. 25-54, 2012.

Machado, Maria das Dores Campos. O tema do aborto na mídia pentecostal: notas de uma pesquisa. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 200, 2000.

Machado, Marta Rodriguez, Rebecca J. Cook. Constitucionalizacao do aborto no Brasil: uma analise a partir do caso da gravidez anencefalica. **Direito e Praxis**, n.10.3, p. 2239-2296, 2019.

Medeiros, Jonas; Fanti, Fabíola. Recent Changes in the Brazilian Feminist Movement: The Emergence of New Collective Actors. In: Juan Pablo Ferrero; Ana Natalucci; Luciana Tatagiba. (Org.) **Socio-Political Dynamics within the Crisis of the Left: Argentina and Brazil**. 1ed.Londres: Rowman & Littlefield, p. 221-242, 2019.

Medeiros, Jonas. **Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

Meyer, David S., and Suzanne Staggenborg. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. **American journal of sociology** 101.6 p. 1628-1660, 1996.

Prosperi, Adriano. **Dar a alma: história de um infanticídio**. Companhia das Letras, 2010.

Rezende, Patricia Jimenez. **Movimentos sociais e contra-movimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2016.

Ribeiro, Flávia Regina Guedes. Aborto por anencefalia na mídia brasileira: análise retórica do debate entre as posições “pró-escolha” e “pró-vida”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 83-114, 2012.

Rocha, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 369-374, 2006.

Ruibal, Alba. Social movements and constitutional politics in Latin America: reconfiguring alliances, framings and legal opportunities in the judicialisation of abortion rights in Brazil **Contemporary Social Science**, v.10.4, p. 375-385, 2015.

Scavone, Lucila. Políticas Feministas Do Aborto. **Estudos Feministas**, vol. 16, no. 2, p. 675–680. *JSTOR*, [www.jstor.org/stable/24327760](http://www.jstor.org/stable/24327760), 2008.

Scruton, Roger. **Como ser um conservador**. Editora Record, 2015.

Snow, David; Benford, Robert. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment In **Annual Review of Sociology** v. 26., 2000.

Tarrow, Sidney. **Poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político**. São Paulo, Ed. Vozes. 2009.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018.

WILCOX, Clyde; GOMEZ, Leopoldo “The Christian Right and the Pro-Life Movement: An Analysis of the Sources of Political Support” **Review of Religious Research**, Vol. 31, No. 4, p. 380-389, 1990.



# A Delinquência Juvenil em Perspectiva Comparada: uma Análise Bibliométrica dos Estudos nas Ciências Sociais (2008-2018)

*Haydée Caruso\**

*Juliana Ferreira da Silva\*\**

*Yacine Guellati\*\*\**

*Jairo Castaño López\*\*\*\**

*Rafael Oliveira\*\*\*\*\**

## **Resumo:**

O artigo apresenta os resultados de análise da produção científica dos últimos 10 anos (2008-2018) acerca da chamada “delinquência juvenil”. A análise teve como objetivo compreender quais são as problemáticas associadas às juventudes e às violências e como tais questões têm sido abordadas pela comunidade acadêmica, a partir de estudos empiricamente localizados em países como EUA, França, México, Inglaterra e Brasil. O levantamento bibliográfico foi realizado em periódicos nacionais e internacionais de excelência classificados nas áreas da antropologia/arqueologia e sociologia, de acordo com o sistema de avaliação Qualis CAPES. O levantamento foi circunscrito aos periódicos disponíveis em língua portuguesa, espanhola, francesa e inglesa que têm como escopo estudos sobre “juventude”, “segurança pública” e “violência”. Foram sistematizados 289 artigos que por diferentes caminhos teórico-metodológicos abordaram questões relacionadas à imigração, encarceramento em massa, conflitos étnico-raciais, gangues juvenis, tráfico de drogas e violência policial.

Palavras-chave: Delinquência juvenil. Violência. Juventude. Segurança pública.

\* Doutora em Antropologia (UFF). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB. Bolsista de produtividade em pesquisa 2 do CNPq. Pesquisadora associada do Instituto de Estudos Comparados em Administração de conflitos – INCT-INEAC/UFF.

\*\* Doutora em Psicologia (UFRJ). Professora e Pesquisadora do Programa Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB). Membro da ABRAPSO e da Sociedade da História da Psicologia da APA. Membro do GT História Social da Psicologia na ANPEPP.

\*\*\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UnB).

\*\*\*\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UnB).

\*\*\*\*\* Bacharelado em Sociologia (UnB).

## Juvenile Delinquency in a Comparative Perspective: A Bibliometric Analysis of Studies in Social Sciences (2008-2018)

### Abstract

This paper presents the results of an analysis of the scientific production of the last 10 years (2008-2018) about the so-called “youth delinquency”. The analysis aimed to understand what are the problems associated to youth and violence and how such issues have been addressed by the academic community, from studies empirically located in countries such as the USA, France, Mexico, England and Brazil. The bibliographic survey was conducted in Brazilian and international journals of excellence classified in the areas of anthropology / archeology and sociology, according to the Qualis CAPES evaluation system. The survey was limited to journals available in Portuguese, Spanish, French and English that focus on studies on youth, law enforcement and violence. A total of 289 articles were systematized that, through different theoretical and methodological approaches, addressed issues related to immigration, mass incarceration, ethnic-racial conflicts, youth gangs, drug trafficking and police violence.

Keywords: Youth delinquency. Violence. Youth. Law enforcement.

## Delincuencia juvenil en una perspectiva comparada: un análisis bibliométrico de estudios en ciencias sociales (2008-2018)

### Resumen

El artículo presenta los resultados del análisis de la producción científica de los últimos 10 años (2008-2018) sobre la llamada “delincuencia juvenil”. El análisis tuvo como objetivo comprender cuáles son los problemas asociados con la juventud y la violencia y cómo la comunidad académica ha abordado dichos problemas, a partir de estudios empíricos ubicados en países como Estados Unidos, Francia, México, Inglaterra y Brasil. La encuesta bibliográfica se realizó en



revistas de excelencia brasileiras e internacionais classificadas em las áreas de antropología / arqueología y sociología, de acuerdo con el sistema de evaluación Qualis CAPES. La encuesta se limitó a revistas disponibles em português, español, francés e inglés que se centran em estudios sobre la juventud, la seguridad pública y la violencia. Se sistematizaron un total de 289 artículos que, a través de diferentes enfoques teóricos y metodológicos, abordaron cuestiones relacionadas con la inmigración, el encarcelamiento masivo, los conflictos étnico-raciales, las pandillas juveniles, el tráfico de drogas y la violencia policial.

Palabra clave: Delincuencia juvenil. Violencia. Juventud. Seguridad pública.

A análise bibliométrica ora apresentada se constitui no esforço de um coletivo de pesquisadores(as)<sup>1</sup> que integraram o projeto intitulado “Sociabilidades juvenis na periferia do Distrito Federal: um estudo comparado sobre a relação entre jovens e policiais no Jardim Roriz (Planaltina) e no Sol Nascente (Ceilândia)”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília<sup>2</sup>.

A pesquisa visou compreender as sociabilidades juvenis construídas a partir de territórios periféricos do Distrito Federal. Para tanto, optou-se em realizar trabalho de campo sistemático em escolas públicas, com o intuito de, a partir da observação do “mundo da escola”, vislumbrar os principais movimentos, circuitos e dinâmicas relacionadas ao mundo dos jovens.

1 O grupo de estudos é formado por estudantes de graduação, mestrado e doutorado que sob a orientação da Profa. Haydée Caruso desenvolvem pesquisas relacionadas à cultura policial, relação juventude e polícia, racismo institucional e modelos e policiamento, gangues juvenis, coletivos criminais, entre outros temas. Os autores agradecem às colegas Laura Gonçalves de Lima, Gabriela Costa, Natália Adrielle Pereira de Sousa e Julia Gasparotto, que contribuíram para realização do levantamento bibliográfico.

2 A pesquisa contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e foi coordenada pela Profa. Dra. Haydée Caruso (PPGSOL/UnB e INCT-InEAC).

No contexto brasileiro importou aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno das chamadas “gangues juvenis”<sup>3</sup>, todavia, antes do investimento empírico necessário, a equipe se propôs a analisar bibliografias mais recentes acerca de um dos temas clássicos da sociologia, a chamada “delinquência juvenil”. O desafio de pesquisa estava em primeiro construir “o estado da arte” sobre a questão, através da realização do levantamento bibliográfico que serviu de subsídio para a revisão sistemática e a análise bibliométrica que compõem o material aqui apresentado. Os autores se dedicaram a tematizar as questões que mobilizaram pesquisadores(as) nacionais e internacionais, na última década, em torno da agenda de pesquisa acerca das juventudes e as diversas manifestações de violências.

## Materiais e métodos:

O levantamento bibliográfico foi realizado no escopo dos artigos acadêmicos publicados no período de janeiro de 2008 a julho de 2018, em periódicos nacionais e internacionais revisados por pares, disponíveis em língua portuguesa, espanhola, francesa e inglesa, classificados como periódicos de excelência acadêmica nas áreas da antropologia/arqueologia e sociologia de acordo com o sistema de avaliação Qualis CAPES/CNPq<sup>4</sup>. O levantamento foi circunscrito aos periódicos que têm como escopo estudos sobre “juventude”, “segurança pública” e “violência”. Foram uti-

3 Importantes estudos sobre o tema desenvolvidos no DF foram: ABRAMOVAY, M. (org.). Gangues, Gênero e Juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos - SDH, 2010. ABRAMOVAY, M. (et al). Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

4 Foram utilizados os extratos considerados como produção de excelência acadêmica (A1, A2 e B1) no quadriênio 2013-2016. Exceção foi feita para inclusão da revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que, embora seja classificada como B5 em sociologia, foi incorporada no levantamento tendo em vista a estreita relação com a temática do projeto. Para mais informações sobre critérios gerais e específicos utilizados em cada área de avaliação da CAPES/CNPq, conferir: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/coordenadorAreaAvaliacao/listaCoordenadorAreaAvaliacao.jsf>

lizados em português, inglês, francês e espanhol os seguintes termos de busca: *ganges, gangues juvenis, galeras, delinquência juvenil, youth gangs, juvenile delinquency, gangs, bandes de jeunes, délinquance juvénile, pandillas juveniles e delincuencia*. Por meio da leitura dos resumos, a partir do critério de afinidade temática, foram selecionados 289 artigos. Em seguida, realizou-se a extração de informações bibliométricas do banco de artigos selecionados, as quais foram sistematizadas numa planilha do software Excel, que contém: título, resumo curto, link para acessar o artigo, citação completa estilo APA, título do periódico, local do periódico, instituição à qual o periódico está vinculado, autor(a)(es), local onde fica a instituição de pesquisa do(a)(es) autor(a)(es), instituição à qual os(as) pesquisadores(as) estão vinculados(as), local do campo ou referência do estudo e ano da publicação.

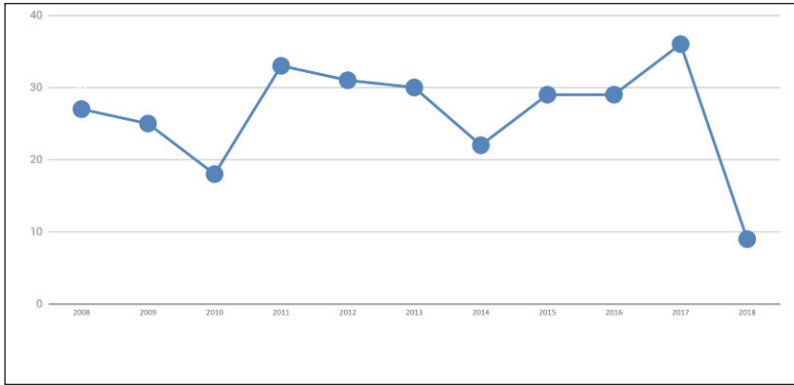
## Resultados

Em relação à bibliometria, pode-se afirmar que o volume de pesquisas sobre juventude e delinquência juvenil, considerando critérios e áreas de concentração adotados na seleção, tem oscilado ao longo da última década. Ressalva importante de que o baixo número de publicações em 2018 se deve ao término do levantamento no primeiro semestre de 2018.

Tabela 01 – Artigos publicados no período de 2008 a 2018

Ano da publicação	n.	Ano da publicação	n.
2008	27	2013	30
2009	25	2014	22
2010	18	2015	29
2011	33	2016	29
2012	31	2017	36
2013	30	Total	289

Gráfico 01 – Artigos publicados no período de 2008 a 2018



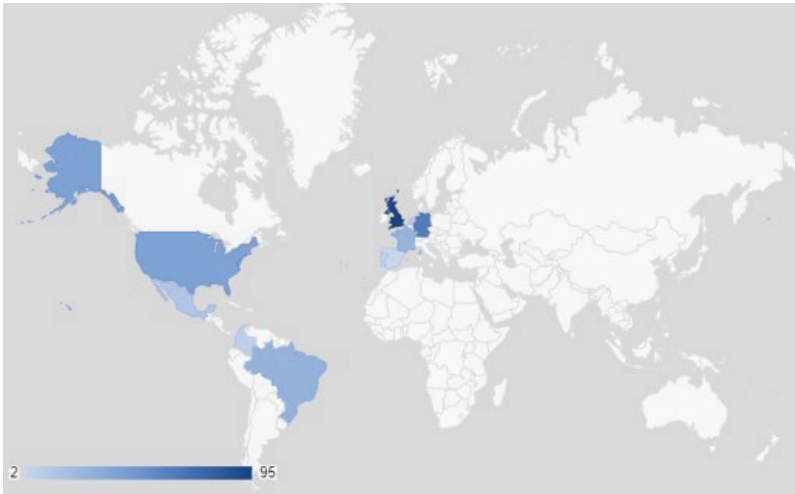
Fonte: elaboração própria (2019)

Quanto à autoria dos artigos, não há predomínio de autores que mais tenham publicado nos últimos 10 anos sobre o tema. O volume da produção relacionada à juventude e delinquência juvenil, de acordo com critérios e áreas adotados na seleção, está entre 01 e 02 artigos por autor(a). Não há, portanto, pesquisadores(as) que se destaquem como tendo maior lastro de estudos na temática. No que tange à distribuição geográfica, pode-se notar que as pesquisas são publicadas em sua maioria por periódicos associados a instituições de ensino superior e entidades de pesquisa de seis países, a saber: Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos da América (EUA), Brasil, França e México.

Tabela 02 – Periódicos com pesquisas sobre juventude e delinquência juvenil – Distribuição por país do periódico

País	n.	Periódico
Inglaterra	95	British Journal of Sociology of Educacion Citizenchip Studies Policing & Society Third World Quarterly
Alemanha	63	Crime, Law and Social Change
EUA	40	American Anthropologist Current Anthropology Current Sociology Journal of Conflict Resolution Policy Studies Research in Social Stratification and Mobility
Brasil	28	Cadernos PAGU Ciências Sociais UNISINOS CIVITAS. Revista de Ciências Sociais Contexto Internacional Dados - Revista de Ciências Sociais Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social Educação e Realidade Horizontes Antropológicos Revista Brasileira de Ciências Sociais Revista Brasileira de Segurança Pública Sociedade e Estado Sociologias Tempo Social Vibrant
França	27	Cahiers du Genre Déviance et société Espaces et sociétés Hermés Information sur les sciences sociales/Social Science Information Problèmes d'Amérique Latine Revue Française de Sociologie
México	14	Desacatos. Revista de Ciencias Sociales Estudios Sociologicos Revista Mexicana de Sociologia
Holanda	8	Contemporary Security Policy
Colômbia	7	Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud
Portugal	5	Sociologia, Problemas e Práticas
Espanha	2	América Latina Hoy
Total	289	

Gráfico 02 - Periódicos com pesquisas sobre juventude e delinquência juvenil – Distribuição por país do periódico



Fonte: Elaboração própria (2019)

As pesquisas têm sido desenvolvidas por instituições ligadas majoritariamente a cinco países, a saber: EUA, Inglaterra, Brasil, Canadá e França. Em sua grande maioria, são também instituições de ensino superior, com exceção da França, onde se encontra em maior número entidades de pesquisa não associadas a universidades.

Tabela 03 - Pesquisas sobre juventude e delinquência juvenil – Distribuição por nacionalidade da Instituição de Pesquisa

País	n.	Instituição de Pesquisa
EUA	73	Center on International Cooperation, New York University Crimes Against Children Research Center, University of New Hampshire Department of Anthropology at Johns Hopkins University Department of Anthropology at the University of Oklahoma Department of Anthropology, University of Miami Department of Anthropology, Hofstra University Department of Behavioral Sciences at Saint Francis University Department of Communication Studies, Arizona State University Department of Criminal Justice at California State University San Bernardino Department of Criminal Justice at Loyola University Department of Criminal Justice at University of Cincinnati Department of Criminal Justice, Temple University Department of Criminology and Criminal Justice, Indiana University of Pennsylvania Department of Criminology University of South Florida Department of Economics, John Jay College of Criminal Justice at The City University of New York Department of Justice, Law and Criminology at American University Department of Law, Police Science and Criminal Justice, John Jay College City University of New York Department of Political Science, University of Missouri-St. Louis Department of Political Science and Policy Studies Department of Political Science at Brooklyn College Department of Political Science Marquette University Department of Political Science, Auburn University Department of Political Science, Northwestern University Department of Political Science, University of Massachusetts Department of Political Science, University of New Mexico Department of political Science, University of North Carolina at Chapel Hill Department of Sociology and Criminal Justice at Villanova University Department of Sociology at Bates College Department of Sociology at Bowling Green State University Department of Sociology at the University of Texas Department of Sociology University of Pittsburgh Department of Sociology, Criminal Justice, & Women's Studies, University of South Carolina Upstate Department of Sociology, Criminology and Anthropology, University of Central Arkansas Department of Sociology, Purdue University Department of Sociology, University of New Mexico Edmund A. Walsh School of Foreign Service, Georgetown University Emerson College

Continuação

País	n.	Instituição de Pesquisa
EUA	73	<p>Institute for Policy Research, Northwestern University  Interuniversity Institute for Research and Development (INURED)  Kenan Institute for Ethics, Duke University, Durham  Kimberly Green Latin American and Caribbean Center, Florida  International University  Massachusetts Institute of Technology. Department of Urban Studies  and Planning”  Sociology and Anthropology, Northwestern University  Princeton University  Rutgers University  Schar School of Policy and Government, George Mason University  School of Criminal Justice and Criminalistics, California State Univer-  sity  School of Criminology &amp; Criminal Justice, Arizona State University  School of Criminology and Criminal Justice at Northeastern Univer-  sity  School of Criminology and Criminal Justice, University of Nebraska  at Omaha  School of Criminology and Criminal Justice Northeastern University  School of Law, University of California  School of Public Policy University of Maryland  School of Social Science at the Institute for Advanced Study  School of Social Science at the University of California  Seattle Police Department  Social Sciences Division, University of California  State University of New York at Oswego  The Center for Social Medicine at the Semel Institute, University of  California  The Ohio State University  Universidad de Kentucky  University of California  University of Central Florida  University of New Haven  University of Pennsylvania  University of Southern Californ  University of Texas at Austin</p>



Continuação

País	n.	Instituição de Pesquisa
Inglaterra	37	<p>African Studies Centre at Oxford University  Cardiff Centre for Crime, Law and Justice, School of Social Sciences, Cardiff University  Centre for Applied Criminology , Birmingham City University  Criminology, Cardiff School of Social Sciences at Cardiff University  Department of Anthropology, Binghamton University  Department of Educational Research at Lancaster University  Department of Information Science, Loughborough University  Department of Law and Criminology, Aberystwyth University  Department of Organization, Work and Technology, Lancaster University  Department of Political Science and Public Policy at the University of Southampton  Department of Social Policy, LSE  Department of Sociology , University of Warwick  Edge Hill University  Institute of Criminology Cambridge University  Institute of Education at London's Global University  Institute of Education at University of Huddersfield  London Metropolitan University  London's Global University  Manchester eResearch Centre, Manchester University  Methodology Institute and Mannheim Centre for Criminology, London School of Economics and Political Science  Roméo Dallaire Child Soldiers Initiative, Dalhousie University  School of Global Studies, University of Sussex  School of Law, King's College London  School of Law, University of Manchester  School of Social &amp; Health Sciences , University of Abertay Dundee  School of Social and Political Science , Chrystal Macmillan Building  School of Sociology and Criminology at Keele University  School of Sociology, Politics and International Studies, University of Bristol  St Antony's College, School of Interdisciplinary Area Studies, University of Oxford  The Department of Sociology , University of Essex  University of Bradford  University of Edinburgh  University of Glamorgan  University of Sheffield, School of Law  University of Surrey</p>

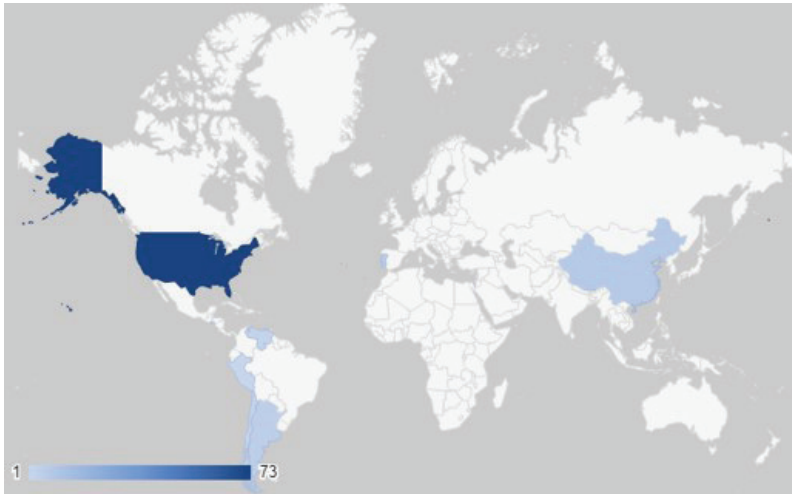
Continuação

País	n.	Instituição de Pesquisa
Brasil	27	<p>Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFMG)</p> <p>Centro Universitário UNA/BH</p> <p>Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo</p> <p>Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p>Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p> <p>Governo Municipal de Belo Horizonte-MG</p> <p>Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p> <p>Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP)</p> <p>Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NE-PPDH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p> <p>Observatório das Metrôpoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p>Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p>Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)</p> <p>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro</p> <p>Universidade Católica de Brasília</p> <p>Universidade de São Paulo (USP)</p> <p>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)</p> <p>Universidade Federal de Minas Gerais</p> <p>Universidade Federal de Pelotas (UFPel)</p> <p>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p>
Canadá	23	<p>Carleton University</p> <p>Centre for Criminology and Sociological Studies, University of Toronto</p> <p>Centre International de Criminologie Comparée, School of Criminology, Université de Montréal</p> <p>Criminology, Justice and Policy Studies at University of OntarioInstitute of Technology</p> <p>Département de criminologie Université d'Ottawa</p> <p>Department of History, McGill University</p> <p>Department of Sociology and Anthropology at Carleton University</p> <p>Department of Sociology at University of Victoria</p> <p>Department of Sociology, Social Science Centre, University of Western Ontario</p> <p>École des hautes études en sciences sociales (EHES/IRIS); Université du Québec à Montréal</p> <p>Faculty of Criminology, Justice and Policy Studies at University of Ontario: Institute of Technology</p> <p>Human Resources and Skills Development</p> <p>McMaster University</p> <p>School of Criminology, Université de Montréal</p> <p>School of Social Sciences Atkinson and Faculty of Graduate Studies</p> <p>Université Laval, Canada</p> <p>University of Waterloo</p>

Continuação

País	n.	Instituição de Pesquisa
França	23	Centre de recherches sociologiques sur le droit et les institutions pénales, France Centre Lillois d'études et de recherches sociologiques et économiques (CLERSÉ), Université de Lille 3 Centre National de Recherche Scientifique - CNRS Cesdip-UVSQ-CNRS-Ministère de la justice-UCP Department of English and American Studies, University of Paris-Sorbonne École des hautes études en sciences sociales (EHESS/IRIS) Faculté des Sciences économiques et sociales Université Lille 1, França Institut de recherche interdisciplinaire sur les enjeux sociaux, Université Paris 13 à Bobigny, France Institut Des Hautes études D'Amérique Latine; Université Paris X Nanterre Institut Universitaire de France Université de Lille 1 Programme interdisciplinaire de recherche en sciences du sport et du mouvement humain - Sports, organisations, identités (prissmhs) de l'Université de Toulouse, França Université de Cergy-Pontoise Université J. Monnet Saint-Étienne, França Université Paris Descartes (Paris V)

Gráfico 03 - Pesquisas sobre juventude e delinquência juvenil – Distribuição por nacionalidade da Instituição de Pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2019)

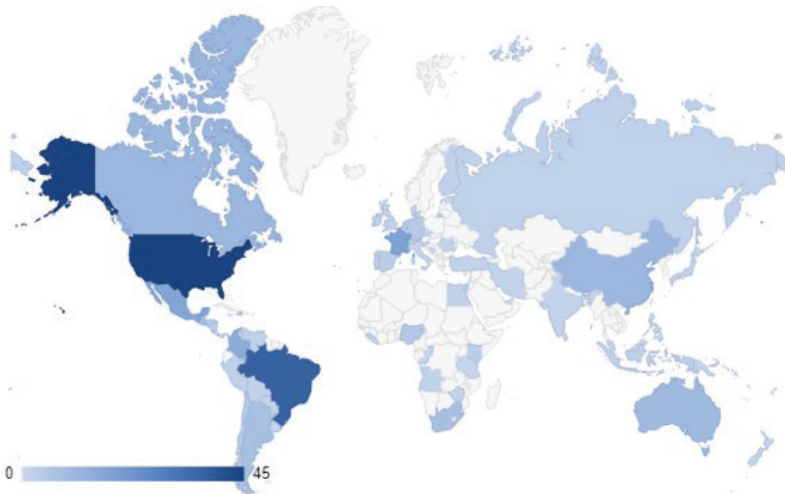
Já quanto ao campo empírico pesquisado, há concentração de estudos nos EUA, Brasil, Inglaterra, França e México. Os dois primeiros países representam majoritariamente os campos empíricos das pesquisas sobre juventude e delinquência juvenil, segundo os critérios de seleção adotados na busca.

Tabela 04 – Campo empírico das pesquisas sobre juventude e delinquência juvenil – distribuição por país

País	n.	Referências
EUA	45	Morselli, C. <i>et al</i> , 2016; Mitchell <i>et al</i> , 2010; Levi, 2008; McGuire, 2013; Briant Carant, 2017; Goldschmidt & Anonymous, 2008; Papp <i>et al</i> , 2017; Kim & Matz, 2018; Moule; Decker; Pyrooz, 2017; Dhondt, 2012; Rose & Baumgartner, 2013; Friman, 2009; Hannon & DeFina, 2012; Rocque & Posick, 2017; Mowen & Manierre, 2017; Skaggs, 2017; Vuolo, 2014; Nicholls, 2014; Willits & Nowacki, 2014; Duck & Rawls, 2012; DeKeseredy & Schwartz, 2010; Bouagga, 2010; Cynthia Ghorra-Gobin, 2008; Farrington, 2017; Pickus, 2014; Terwindt, 2014; Farrell & Cronin, 2015; Vallas; Zimmerman; Davis, 2009; Graziano & Gauthier, 2017; Singer, 2017; Frost, & Gross, 2012; Nix <i>et al</i> , 2017; Farrell, Owens, McDevitt, 2014; Martinez, Iwama, Stowell, 2015; Coutin <i>et al</i> 2017; Reuter, 2009; Montoya, 2013; Kerlikowske, 2008; Wang & Zhao, 2016; Schildkraut, Elsass, Stafford, 2015; Bourgois, 2018; Painter II, 2010; Lehman-Frisch, 2008; Kubrin, 2017; Bühler-Niederberger, 2010
Brasil	37	Delarre, Melo, Silva, 2015; Doob, 2008; Mendoza, 2015; Souza & Souza, 2010; Rocha, 2015; Marinho & Vargas, 2015; Alvarado, 2013; Silva, 2011; Paula, 2015; Misse, 2008; Bessire, 2014; Lacerda, 2016; Wolff, 2017; Schultze-Kraft, Chinchilla, Moriconi, 2018; Chétry, 2013; Mattos, 2012; Conte, 2008; Alves & Arias, 2012; Waddington <i>et al</i> , 2009; Vinuto & Alvarez, 2018; Zaluar, 2012 and 2014; Biehl & Locke, 2010; Souza, 2012; Vicentin, 2011; Arias & Barnes, 2017; Zubillaga <i>et al</i> , 2008; Gomes <i>et al</i> , 2013; Sento-Sé & Coelho, 2014; Zilli & Beato, 2015; Beato & Zilli, 2012; Bugnon & Duprez, 2014; Bühler-Niederberger, 2010
Inglaterra	26	Williams <i>et al</i> , 2013; Newburn, 2018; King, 2013; Levi, 2008; Body-Gendrot, 2013; Cooke & Sturges, 2009; Jennings <i>et al</i> , 2017; Hart, 2009; Béal, Charvolin, & Journal, 2011; Henshall, 2018; Coomber, Moyle, Mahoney, 2019; Fletcher, Bonell, Rhodes, 2009; Fisher & Fisher, 2009; Procter <i>et al</i> , 2013; Waddington, <i>et al</i> , 2009; Parmar, 2011; Medina Ariza, 2014; Griffiths, 2017; Bailey, 2013; Faas, 2008; Mac Ginty & Richmond, 2013; Maher & Pierpoint, 2011; Clayman & Skinns, 2012; Moran-Ellis, 2010; Bühler-Niederberger, 2010

País	n.	Referências
França	18	Rocha Vasconcelos, 2015; Lequesne, 2016; Mucchielli, 2008; Zauberman <i>et al</i> , 2013; Zauberman <i>et al</i> , 2013; Mohammed, 2009; Chéronnet, 2015; Marinho & Vargas, 2015; Mauger, 2016; de Maillard <i>et al</i> , 2018; Body-Gendrot, 2013; Damico & Meyer, 2010; Joannin & Mennesson, 2014; Quéro & Dupont, 2019; Zilli & Beato, 2015; Sirota, 2010; Bühler-Niederberger, 2010
México	17	Frühling, 2012; Bergman, 2013; Mendoza, 2015; Guerra, 2018; Alvarado, 2013; Kron, 2016; Durán-Martínez, 2015; Schultze-Kraft, Chinchilla, Moriconi, 2018; Pérez Correa, 2013; Cruz Sierra, 2014; Tello, 2012; Savenije, 2010; Zepeda Gil, 2018; García Peña, 2009; Gámez, Martínez, Córdoba, 2016; Estrada <i>et al</i> , 2009; Müller, 2016

Gráfico 04 – Campo empírico dos estudos relacionadas à juventude e delinquência juvenil – distribuição por países



Fonte: Elaboração própria (2019)

## Discussão

Conforme os dados bibliométricos podem demonstrar, a distribuição por países mostra que as pesquisas estão de múltiplas formas relacionadas principalmente a cinco países. Na Europa se trata da Inglaterra e da França; na América do Sul, o Brasil; na

América do Norte, os EUA e o México. Tais países estão associados às pesquisas na área por terem mais instituições produzindo pesquisas relacionadas à juventude e delinquência juvenil, por terem mais periódicos publicando tais pesquisas ou por terem seus campos empíricos mais frequentemente pesquisados. Assim, faz-se necessário compreender quais questões contemporâneas afetam a juventude e suscitam a academia na busca por compreensão das dinâmicas da violência e delinquência juvenil.

Inglaterra, França, Brasil, EUA e México são países que demonstram conflitualidades e dinâmicas criminais que possivelmente auxiliem na compreensão do interesse acadêmico sobre o tema da delinquência juvenil. No caso da França e da Inglaterra, questões relacionadas à imigração que têm produzido estudos sobre as conflitualidades envolvendo a juventude. Ambos os países demonstram problemas relacionados à integração social de suas populações de origem imigrante, ainda que tenham desenvolvido políticas sociais inclusivas completamente distintas. Na Inglaterra se tem o modelo integracionista, que reconhece as diferenças culturais, étnicas e religiosas no espaço público e onde as representações dessas comunidades negociam diretamente com o poder público a fim de obter direitos particulares. Na França se aplica o modelo assimilacionista, que parte do princípio que as populações de origem imigrante, para se integrar a sociedade francesa, devem se “dissolver” na população e assim progressivamente “esconder” tais particularidades culturais, étnicas e religiosas em nome de um republicanismo universalista. Salienta-se que nesses dois países, assim como em outros países da Europa ocidental, a migração de populações das ex-colônias foi requisitada e incentivada por políticas públicas de Estado para auxiliar na reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, entre anos de 1950 e 1970, tratava-se de uma mão de obra jovem, essencialmente masculina e pouco qualificada, que vinha por motivos de trabalho. Posteriormente, a partir de meados dos anos 1970, no intuito de antecipar os problemas relacionados ao envelhecimento da população, foram incentivadas as mi-

grações familiares. Assim, a preocupação com a juventude, nesta última década, pode ser compreendida a partir dos processos e dinâmicas sócio-políticas afetos à imigração. (Schnapper, 2003; Noiriel, 2002).

Em ambos os países europeus – França e Inglaterra – jovens imigrantes têm sido alvo de preocupação das autoridades, opinião pública e pesquisadores, por sua suposta participação em crimes de violência letal intencional, crimes contra o patrimônio e vandalismo. A questão imigratória e a estigmatização de jovens imigrantes marcam, nesses dois países, as relações entre policiais e grupos juvenis (Mucchielli, 2008; Mohammed, 2009; Mauger, 2016).

Nota-se também as políticas de policiamento que sofisticam cada vez mais os métodos de controle, ao passo que estigmatizam bairros de maioria de população imigrante (asiáticos, afro-caribenhos, latinos, afrodescendentes e árabes muçulmanos). Contraditoriamente, as pesquisas francesas demonstram que a suposição de que a juventude seria o grande elemento explicativo para a elevação da incidência criminal é falsa, uma vez que a juventude não foi relacionada estatisticamente ao aumento de tais crimes (Mucchielli, 2008; Mauger, 2016). O Estado francês, além disso, é historicamente presente no cotidiano e controle de sua população, o que se pode observar pela perenidade de políticas públicas de planejamento familiar, que datam de mais de dois séculos, nas quais a juventude foi sempre alvo de preocupação.

Já nas Américas do Sul e do Norte, o encarceramento em massa, o tráfico de drogas e a violência letal intencional são as conflitualidades marcantes nas pesquisas relacionadas à delinquência juvenil nestes últimos 10 anos. No período de 2007 a 2017, no Brasil, o encarceramento em massa cresceu na ordem 181% (Brasil, 2019), sendo marcante o encarceramento de jovens negros pobres e de periferia das grandes metrópoles no país, os

quais são condenados pela prática de tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio. Além disso, o problema dos homicídios constitui a maior preocupação acerca da criminalidade violenta no país, vitimando principalmente esse mesmo público. É coerente, portanto, que as pesquisas brasileiras tenham se dedicado à juventude, buscando compreender os elementos explicativos desses quadros.

No México, a prevalência da juventude e da delinquência juvenil como objeto de pesquisa está relacionada ao acirramento dos contextos de desigualdade, nos quais têm crescido o encarceramento em massa da juventude, cada vez mais vulnerabilizada pelo empobrecimento e pelo desemprego. Ao mesmo tempo, a reconfiguração do mercado de drogas ilícitas trouxe para o México oferta significativa de atividades criminosas, tais como sequestro, extorsão, homicídios e roubo de carga, que se tornaram alternativas de geração de renda ou ingresso em atividades econômicas – ainda que ilegais.

Finalmente, nos EUA, as tensões raciais não resolvidas são o centro das relações conflituosas que integram jovens e as forças policiais. Assim, o problema das violências de gangues e entre gangues e as polícias forma as preocupações relacionadas à delinquência juvenil. Também nesse cenário, marca-se a profunda presença de jovens de minorias étnicas (negros e latinos) como alvo prioritário do sistema de justiça criminal e da justiça juvenil.

## Considerações Finais

A violência praticada pela juventude e a violência que incide sobre a juventude constitui uma questão social que explicita os desafios do enfrentamento social da desigualdade no mundo contemporâneo. Nos artigos brasileiros, a maioria dos trabalhos traz a associação entre delinquência e pobreza como categoria



de análise preponderante para se pesquisar delinquência, seja de maneira crítica, quando a pobreza não parece ser crucial para se entender a delinquência (Vinuto & Alvarez, 2018; Paula, 2015; Zaluar 2012; Gurski, 2012); seja como pressuposto (Marinho & Vargas, 2015; Mattos, 2012; Zilli e Beato, 2012), quando a pobreza se mostra essencial para as dinâmicas de delinquência juvenil do campo.

A categoria “ganguê” foi a segunda categoria mais usada como chave explicativa para a delinquência juvenil. No texto de Rocha (2015) a gangue é o que rege as dinâmicas territoriais das “guer-ras” entre jovens e é dentro da gangue que se estabelecem as sociabilidades entre jovens para alimentar as ditas “rivalidades violentas”. Para Zilli & Beato (2015) as gangues podem, inclusive, ser chave explicativa para entender o aumento nos homicídios no país. Já para Souza & Souza (2010), as gangues ocupam um lugar de instituição de socialização para os jovens que as constituem, formando “um sentimento de solidariedade e uma vinculação identitária com o grupo” (Souza & Souza, 2010, p. 281), o que se afasta do texto de Zaluar (2014), que acredita que as gangues trazem apenas vagamente as noções de confiança, lealdade e reciprocidade e “que são as fundações da socialização” (Zaluar, 2014, p. 22).

A última categoria de análise nos estudos sobre Brasil é o contexto educacional. Esta categoria pode aparecer como incidência de violência nas escolas (Souza & Souza, 2014), impacto da escola e dos métodos de aprendizagem na formação de um estereótipo delinquente (Gomes et al., 2013), dinâmicas internas de socialização e interação nas escolas (Doob, 2006), ou a evasão escolar (Sento-Sé & Coelho, 2014).

Nas pesquisas sobre o contexto social norte-americano, a temática da delinquência juvenil é um ponto focal nos estudos sobre violência e juventude. Em relação aos adolescentes, Singer (2017) destaca a importância do estabelecimento de relações

interpessoais entre adolescentes e adultos, assim como adolescentes entre si. O autor salienta que tais relacionamentos têm diminuído nos contextos de maior urbanização e crescido em contexto de suburbanização, nos quais relacionamentos entre adolescentes, pais, funcionários de justiça e escola podem ser mais contínuos (Singer, 2017). Destacam-se também nos estudos sobre os EUA, as pesquisas que relacionam a delinquência juvenil e o encarceramento em massa, mostrando que devem ser implementadas reformas nos contextos de justiça juvenil e no sistema de justiça criminal (Hannon & DeFina, 2012; Duck & Rawls, 2012). Da mesma forma, discutem-se relações entre as dinâmicas criminais do tráfico de drogas, o acirramento do capitalismo e o encarceramento em massa de jovens em regiões industriais periféricas. Tais contextos econômicos predatórios vulnerabilizam mais grupos empobrecidos que funcionam no varejo de substâncias ilícitas, tornando-os ainda mais marginalizados pelas desigualdades econômicas. Trata-se de uma forma de lucrar com a dinâmica criminal, direcionada à quantidade mínima de capital gerado ilicitamente que é canalizada de volta para a economia lícita, através de multas de justiça criminal, apreensão de ativos por confisco civil e advogados vorazes. De outro lado, o lucro com o encarceramento é ainda obtido dos contribuintes pelos provedores de serviços punitivos e terapêuticos, os quais desfrutam da administração das vítimas da acumulação predatória do capitalismo (Bourgois, 2018).

Cinco artigos sobre o campo empírico francês abordam diretamente a questão da delinquência juvenil (Mucchielli, 2008; Boddy-Gendrot, 2013; Zauberman et al., 2013a; Zauberman et al., 2013b; Chéronnet, 2015). O artigo de Zauberman et al. (2013a) se limita a mencionar que os jovens delinquentes são tanto autores quanto vítimas de violências. Já no outro artigo do mesmo autor (Zauberman, 2013b), este mostra que os medos da população em relação à delinquência juvenil são bastante heterogêneos, mas que as supostas causas são frequentemente relacionadas à perda de moral e à imigração. Mucchielli (2008) aponta

que a despeito do discurso sobre o aumento das violências no território francês e a suposta relação desta tendência com a delinquência juvenil, as pesquisas mostram que desde os anos 1960 houve uma estabilização geral das violências cometidas por jovens. Sendo assim, tal discurso seria então mais efeito de uma transformação dos valores e do “teto” de tolerância, de uma nova retidão moral frente à violência que tem como desdobramento mais denúncias para a polícia (p. 129). Por fim, Chéronnet (2015) aborda diretamente a questão da delinquência juvenil e se dá por missão desconstruir uma visão homogênea da delinquência, que esta seria produto da opinião pública, e que tem incentivado nos últimos anos os atores da justiça francesa (para menores de idade) a adotar sanções duras ao “isolar os atos cometidos dos elementos da trajetória do jovem” de maneira a mostrar maior serviço para a sociedade (o que ela chama de “maior performance da ação pública”). Por meio de uma análise empírica de reconstituição das trajetórias biográficas de 18 jovens (de 13 a 17 anos e meio de idade), colocando em evidência as dimensões estruturantes de seus percursos delituosos, a autora construiu três categorias ideais-típicas de representação da trajetória delinquente: i) os jovens em renúncia progressiva em relação à carreira delinquente; ii) os jovens que reivindicam sua delinquência como um novo modo de socialização; iii) os jovens que encaram a entrada no percurso delinquente como uma inversão do estigma a eles atrelado. Em suma, para Chéronnet, a trajetória delinquente é mais o “produto de interações sociais e de pontos marcantes que conduzem os jovens a reinterpretar o seu percurso e a dar um sentido a este” (p. 315).

No México, a temática da delinquência juvenil é abordada, principalmente, a partir da desigualdade social como determinante principal da vinculação dos jovens com o mundo criminal, um exemplo desta associação pode ser encontrado num estudo de Bergman (2013) que mostra a correlação positiva entre a inserção precária da juventude mexicana no mundo do trabalho e a vinculação com esquemas de crimes patrimoniais como roubos a

residências, automóveis e pessoas. Com respeito à problemática do encarceramento da população jovem, a partir das estatísticas oficiais, o estudo de Perez (2014) mostra a grande homogeneidade sóciodemográfica da população carcerária e seu aumento nos anos recentes, neste sentido, se sugere a existência de uma política de estado de encarceramento massivo de jovens de bairros populares. Com respeito à delinquência juvenil vinculada aos crimes contra o patrimônio e aos impactos na saúde, o estudo de Estrada et al. (2009) e o estudo de Zepeda (2018) vão analisar as dinâmicas cada vez mais cruéis da violência juvenil que envolvem assassinato de jovens para demonstrar que no México vem aumentando estas formas de violência por conflitos associados ao tráfico de drogas e que afetam principalmente os jovens.

Na Inglaterra são poucos os estudos que focam na questão da delinquência juvenil, porém, encontramos a pesquisa de Coomber et al. (2019) que descreve formas de policiamento voltadas para grandes “operações contra o crime” que possuem como foco principal jovens (homens e mulheres) que atuam nos postos mais baixos do mercado do crack nas ruas das cidades inglesas. Outro estudo aponta que no imaginário social inglês contemporâneo e no discurso público contra a imigração e favorável à deportação aparecem uma nova figura do “demônio criminoso”, o “folk-devil”, representado pelo homem jovem migrante ou pertencente a alguma minoria étnica-racial (Griffiths et al., 2017). Finalmente, encontra-se alta participação da população jovem no cyber-crime, identificado como um tipo de crime de “colarinho branco” (*White collar*) (Levi, 2018).

Por fim, vale destacar que a análise bibliométrica proposta neste artigo visou tão somente permitir ao leitor(a) interessado(a) em temas relacionados às sociabilidades juvenis, de modo geral, e a delinquência juvenil, em particular, encontrar pistas teórico-metodológicas com base em pesquisas empíricas realizadas em contextos geográficos e sócio-políticos dos mais diversos como aqueles aqui apresentados.

## Referências

- Alvarado, A. (2013). La violencia juvenil en América Latina. **Estudios Sociológicos**, 31(91), 229-258. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/23622260>
- Alves, M. C., & Arias, E. D. (2012). Understanding the Fica Vivo programme: two-tiered community policing in Belo Horizonte, Brazil. **Policing and Society**, 22(1), 101-113.
- Arias, E. D., & Barnes, N. (2017). Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. **Current Sociology**, 65(3), 448-465. <https://doi.org/10.1177/0011392116667165>
- Bailey, M. (2013). 'A broadcasting university': educated citizenship and civil prudence. In **Governing Through Pedagogy** (pp. 75-90). Routledge.
- Béal, V., Charvolin, F., & Journel, C. M. (2011). La ville durable au risque des écoquartiers. **Espaces et sociétés**, (4), 77-97.
- Beato, C., & Zilli, L. F. (2012). A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 27(80), 71-88. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092012000300005>
- Bergman, M. (2013). Delito patrimonial e inserción laboral en México. **Estudios sociológicos**, 27-58.
- Body-Gendrot, S. (2013). Urban violence in France and England: comparing Paris (2005) and London (2011). **Policing and society**, 23(1), 6-25.
- Bouagga, Y. (2010). Qui sont les «pires des pires»? **Déviante et société**, 34(2), 201-216.
- Bourgois, P. (2018). Decolonising drug studies in an era of predatory accumulation. **Third world quarterly**, 39(2), 385-398.
- Brasil (2019) **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização** - Junho de 2017 Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional.
- Briant Carant, J. (2017). Unheard voices: a critical discourse analysis of the Millennium Development Goals' evolution into the Sustainable Development Goals. **Third World Quarterly**, 38(1), 16-41.
- Bugnon, G., & Duprez, D. (2014). Les rapports entre jeunes délinquants et police au Brésil au prisme des logiques pénales, policières et territoriales. **Déviante et société**, 38(3), 311-337.

- Bühler-Niederberger, D. (2010). Childhood Sociology in Ten Countries: Current Outcomes and Future Directions. **Current Sociology**, 58(2), 369-384. <https://doi.org/10.1177/0011392109354250>
- Chantraine, G., & Sallée, N. (2013). Éduquer et punir. **Revue française de sociologie**, 54(3), 437-464.
- Chéronnet, H. (2015). Performance de l'action publique et carrières de jeunes délinquants. Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 0, 299-326.
- Chétry, M. (2013). La domination territoriale des favelas par les trafiquants de drogue à Rio de Janeiro. **Espaces et sociétés**, 155(4), 79-93. doi:10.3917/esp.155.0079.
- Clayman, S., & Skinks, L. (2012). To snitch or not to snitch? An exploratory study of the factors influencing whether young people actively cooperate with the police. **Policing and society**, 22(4), 460-480.
- Conte, M. (2008). Desafios na Juventude: drogas, consumismo e violências. **Educação & Realidade**, 33(2).
- Cooke, L., & Sturges, P. (2009). Police and media relations in an era of freedom of information. **Policing & Society**, 19(4), 406-424.
- Coomber, R., Moyle, L., & Mahoney, M. K. (2019). Symbolic policing: situating targeted police operations/'crackdowns' on street-level drug markets. **Policing and society**, 29(1), 1-17.
- Coutin, S. B. et al. (2017) Deferred action and the discretionary state: migration, precarity and resistance. **Citizenship Studies**, 21.8: 951-968.
- Cruz Sierra, S. (2014). Violencia y jóvenes: pandilla e identidad masculina en Ciudad Juárez. **Revista Mexicana de Sociología**, 76 (4), 613-637.
- Cynthia Ghorra-Gobin, « L'entrée des Latinos sur la scène métropolitaine américaine : une ambivalence marquée par des tensions politiques et une influence certaine sur le désir de centralité », **Cahiers des Amériques latines** [Online], 59 | 2008, posto online no dia 31 janeiro 2013, consultado o 09 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cal/1164> ; DOI : 10.4000/cal.1164
- Damico, J. G. S. & Meyer, D. E. E. (2010). Constituição de masculinidades juvenis em contextos "difíceis": vivências de jovens de periferia na França. **Cadernos Pagu**, (34), 143-178. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000100007>
- de Maillard, J., Hunold, D., Roché, S., & Oberwittler, D. (2018). Different styles of policing: discretionary power in street controls by the public police in France and Germany. **Policing and society**, 28(2), 175-188.

DeKeseredy, W. S., & Schwartz, M. D. (2010). Friedman economic policies, social exclusion, and crime: Toward a gendered left realist subcultural theory. **Crime, Law and Social Change**, 54(2), 159-170.

Delarre, S., Melo, A., & Silva, G. (2015). L'Ancrage géographique de la délinquance des adolescents infracteurs à Belo Horizonte. Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 0, 111-138. Recuperado de <https://revistas.ufjr.br/index.php/dilemas/article/view/7318/5897>

Dhondt, G. (2012). The bluntness of incarceration: Crime and punishment in Tallahassee neighborhoods, 1995 to 2002. **Crime, law and social change**, 57(5), 521-538.

Doob, A. N. (2006). Prevenindo a delinqüência violenta nos jovens. **Revista de Ciências Sociais** 37(1).

Duck, W., & Rawls, A. W. (2012). Interaction orders of drug dealing spaces: Local orders of sensemaking in a poor black American place. **Crime, law and social change**, 57(1), 33-75.

Durán-Martínez, A. (2015). To kill and tell? State power, criminal competition, and drug violence. **Journal of Conflict Resolution**, 59(8), 1377-1402.

Estrada, J. G. S., López, T. M. T., Quinteros, C. R., Villaseñor, N. S. F., & Abundiz, S. V. (2009). Perspectiva psicosocial en adolescentes acusados por delitos contra la salud y robo. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 7(2), 1491-1512.

Faas, D. (2008). Constructing identities: The ethno-national and nationalistic identities of white and Turkish students in two English secondary schools. **British Journal of Sociology of Education**, 29(1), 37-48.

Farrell, A., & Cronin, S. (2015). Policing prostitution in an era of human trafficking enforcement. **Crime, Law and Social Change**, 64(4-5), 211-228.

Farrell, A., Owens, C., & McDevitt, J. (2014). New laws but few cases: Understanding the challenges to the investigation and prosecution of human trafficking cases. **Crime, Law and Social Change**, 61(2), 139-168.

Farrington, D. P. (2017). How and why do Amherst and Newark differ in crime rates? Comments on "America's Safest City". **Crime, Law and Social Change**, 67(5), 499-503.

Fisher, P., & Fisher, R. (2009). Tomorrow we live: fascist visions of education in 1930s Britain. **British journal of sociology of education**, 30(1), 71-82.

Fletcher, A., Bonell, C., & Rhodes, T. (2009). New counter-school cultures: female students' drug use at a high-achieving secondary school. **British Journal of Sociology of Education**, 30(5), 549-562.

- Freitas, A. C. V. Campos de possibilidade, liminaridade e deriva: Trajetórias de adolescentes em conflito com a lei na Grande Vitória. Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 170-194, jan. 2019. ISSN 2178-2792. Disponível em: <<https://revistas.ufjr.br/index.php/dilemas/article/view/16858>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- Friman, H. R. (2009). Drug markets and the selective use of violence. **Crime, law and social change**, 52(3), 285-295.
- Frost, N. A., & Gross, L. A. (2012). Coercive mobility and the impact of prison-cycling on communities. **Crime, law and social change**, 57(5), 459-474.
- Frühling, H. (2012). A realistic look at Latin American community policing programmes. **Policing and society**, 22(1), 76-88.
- Gámaz, A. B. P., Martínez, N. V. F., & Córdoba, S. F. (2016). Jóvenes en los intersticios de la precariedad, exclusión y violencia. **Ciências Sociais Unisinos**, 52(3), 396-404.
- García Peña, P. L. (2009). De cuerpo amenazante a cuerpo deseado. Paradojas en torno a los varones “echados a perder”: el caso de los cholos transnacionales. **Desacatos**, (30), 59-74.
- Ghorra-Gobin, C. (2008) L'entrée des Latinos sur la scène métropolitaine américaine: une ambivalence marquée par des tensions politiques et une influence certaine sur le désir de centralité. **Cahiers des Amériques latines** [Online] 59.
- Goldschmidt, J., & Anonymous. (2008). The necessity of dishonesty: police deviance, 'making the case', and the public good. **Policing and Society**, 18(2), 113-135.
- Gomes, C. A., Lira, A., Caldas, D. B., Lima, D. A., & Lopes, R. B. (2013). Violências nas escolas: decifrai-me ou vos devoro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, (71), 39-59.
- Graziano, L. M., & Gauthier, J. F. (2017). Examining the racial-ethnic continuum and perceptions of police misconduct. **Policing and Society**, 1-16.
- Greg Downey, “Being Human in Cities: Phenotypic Bias from Urban Niche Construction,” **Current Anthropology** 57, no. S13 (June 2016): S52-S64.
- Griffiths, M. Foreign, criminal: a doubly damned modern British folk-devil. **Citizenship Studies**, 2017, 21.5: 527-546.
- Guerra, E. (2018). Organización armada. La dinámica operativa de los grupos de autodefensa tepalcatepenses. **Estudios sociológicos**, 36(106), 99-124.
- Gurski, R. (2012). Violência juvenil e laço social contemporâneo. **Educação & Realidade**, 37(1).



- Hannon, L., & DeFina, R. (2012). Sowing the seeds: how adult incarceration promotes juvenile delinquency. **Crime, law and social change**, 57(5), 475-491.
- Hart, S. The 'problem'with youth: young people, citizenship and the community. **Citizenship studies**, 2009, 13.6: 641-657.
- Henshall, A. (2018). On the school beat: police officers based in English schools. **British Journal of Sociology of Education**, 39(5), 593-606.
- Jennings, W., Farrall, S., Gray, E., & Hay, C. (2017). Moral panics and punctuated equilibrium in public policy: An analysis of the criminal justice policy agenda in Britain. **Policy Studies Journal**, 00 (00).
- Joannin, D., & Mennesson, C. (2014). Dans la cour de l'école. Pratiques sportives et modèles de masculinités. **Cahiers du genre**, (1), 161-184.
- João Biehl and Peter Locke, "Deleuze and the Anthropology of Becoming," **Current Anthropology** 51, no. 3 (June 2010): 317-351.
- Kerlikowske, R. G. (2008). Safe at home? Policing the US hometown in a post 9/11 environment. **Crime, law and social change**, 50(1-2), 47-58.
- Kim, B., & Matz, A. K. (2018). The reality of partnership: formal collaborations between law enforcement and community corrections agencies in Pennsylvania. **Policing and Society**, 28(8), 947-967.
- King, M. (2013). Birmingham revisited—causal differences between the riots of 2011 and 2005?. **Policing and society**, 23(1), 26-45.
- Kron, S. 'Nacimos de la nada': border struggles and maternal politics in Mexico. **Citizenship Studies**, 2016, 20.5: 579-594.
- Kubrin, C. E. (2017). Delinquency and modernity in cyberspace?: Comments on America's Safest City. **Crime, Law and Social Change**, 67(5), 505-512.
- Lacerda, D. S. (2016). The production of spatial hegemony as statecraft: an attempted passive revolution in the favelas of Rio. **Third World Quarterly**, 37(6), 1083-1101.
- Lehman-Frisch, S. (2008). Le Barrio, une figure majeure du quartier aux États-Unis. **Cahiers des Amériques latines**, (59), 79-100.
- Lequesne, C. (2016). French foreign and security challenges after the Paris terrorist attacks. **Contemporary security policy**, 37(2), 306-318.
- Levi, M. (2008). White-collar, organised and cyber crimes in the media: some contrasts and similarities. **Crime, Law and Social Change**, 49(5), 365-377.
- Lucas Bessire, "The Rise of Indigenous Hypermarginality: Native Culture as a Neo-liberal Politics of Life," **Current Anthropology** 55, no. 3 (June 2014): 276-295.

- Mac Ginty, R., & Richmond, O. P. (2013). The local turn in peace building: A critical agenda for peace. **Third world quarterly**, 34(5), 763-783.
- Maher, J., & Pierpoint, H. (2011). Friends, status symbols and weapons: the use of dogs by youth groups and youth gangs. **Crime, law and social change**, 55(5), 405-420.
- Marinho, F., & Vargas, J. (2015). Permanências e resistências: Legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 0, 267-298. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7324/5903>
- Martinez, R., Iwama, J. A., & Stowell, J. I. (2015). Race, immigration, and homicide in contemporary Europe and the United States: an urban comparison. **Crime, Law and Social Change**, 64(4-5), 291-304.
- Mattos, C. S. Da valentia à neurose: Criminalização das galeras funk, 'paz' e (auto)regulação das condutas nas favelas. Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 653-680, out. 2012. ISSN 2178-2792. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7411/5958>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- Mauger, G. (2016). "Jovens de regiões desfavorecidas": delinquência, conflito e radicalização islamita. **Tempo Social**, 28(2), 39-56. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.110569>
- McGuire, R. H. (2013). Steel walls and picket fences: Rematerializing the US-Mexican border in ambos Nogales. **American Anthropologist**, 115(3), 466-480.
- Medina Ariza, J. J. (2014). Police-initiated contacts: Young people, ethnicity, and the 'usual suspects'. **Policing and society**, 24(2), 208-223.
- Mendoza, Arturo Alvarado. (2015). Nociones de justicia, legalidad y legitimidad de las normas entre jóvenes de cinco países de América Latina. **Sociedade e Estado**, 30(1), 75-97. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015000100006>
- Michael J. Montoya, "Potential Futures for a Healthy City: Community, Knowledge, and Hope for the Sciences of Life," **Current Anthropology** 54, no. S7 (October 2013): S45-S55.
- Misse, M. (2008). Le mouvement. *Déviance et société*, 32(4), 495-506.
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., Jones, L. M., & Wolak, J. (2010). Growth and change in undercover online child exploitation investigations, 2000-2006. **Policing & Society**, 20(4), 416-431.
- Mohammed, M. (2009). Les affrontements entre bandes: virilité, honneur et réputation. **Déviance et société**, 33(2), 173-204
- Moran-Ellis, J. (2010). Reflections on the Sociology of Childhood in the UK. **Current Sociology**, 58(2), 186-205. <https://doi.org/10.1177/0011392109354241>

Morselli, C., Bouchard, M., Zhang, S., Farabee, D., Ouellet, M., & Easton, S. (2016). It came from the north: assessing the claim of Canada's rising role as a global supplier of synthetic drugs. **Crime, Law and Social Change**, 66(3), 247-270.

Moule, R. K., Decker, S. H., & Pyrooz, D. C. (2017). Technology and conflict: Group processes and collective violence in the Internet era. **Crime, Law and Social Change**, 68(1-2), 47-73.

Mowen, T. J., & Manierre, M. J. (2017). School security measures and extracurricular participation: An exploratory multi-level analysis. **British Journal of Sociology of Education**, 38(3), 344-363.

Mucchielli, L. (2008). Une société plus violente?. **Déviance et société**, 32(2), 115-147.

Müller, M. M. (2016). Penalizing democracy: punitive politics in neoliberal Mexico. **Crime, Law and Social Change**, 65(3), 227-249.

Newburn, T., Diski, R., Cooper, K., Deacon, R., Burch, A., & Grant, M. (2018). 'The biggest gang'? Police and people in the 2011 England riots. **Policing and Society**, 28(2), 205-222.

Nicholls, W. (2014). Between punishment and discipline: comparing strategies to control unauthorized immigration in the United States. **Citizenship studies**, 18(6-7), 579-599.

Nix, J., Pickett, J. T., Baek, H., & Alpert, G. P. (2017). Police research, officer surveys, and response rates. **Policing and Society**, 1-21.

Noiriel, Gérard; Atlas de l'immigration em France. Paris, Autrement, 2002.

Painter II, M. A. (2010). Get a job and keep it! High school employment and adult wealth accumulation. **Research in Social Stratification and Mobility**, 28(2), 233-249.

Papp, J., Smith, B., Wareham, J., & Wu, Y. (2017). Fear of retaliation and citizen willingness to cooperate with police. **Policing and Society**, 1-17.

Parmar, A. (2011). Stop and search in London: counter-terrorist or counter-productive?. **Policing and society**, 21(4), 369-382.

Paula, L. (2015). Da "questão do menor" à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, 15(1), 27-43. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.16937>

Pérez Correa, C. (2013). Marcando al delincuente: estigmatización, castigo y cumplimiento del derecho. **Revista Mexicana de Sociología**, 75(2).

- Pickus, N. (2014). Laissez-faire and its discontents: US naturalization and integration policy in comparative perspective. **Citizenship Studies**, 18(2), 160-174.
- Procter, R., Crump, J., Karstedt, S., Voss, A., & Cantijoch, M. (2013). Reading the riots: What were the police doing on Twitter?. **Policing and society**, 23(4), 413-436.
- Quéro, Y. C., & Dupont, B. (2019). Nodal governance: toward a better understanding of node relationships in local security governance. **Policing and Society**, 29(3), 283-301.
- Reuter, P. (2009). Systemic violence in drug markets. **Crime, Law and Social Change**, 52(3), 275-284.
- Rocha Vasconcelos, Francisco Thiago. (2015). A invenção da violênciaMUC-CHIELLI, Laurent. L'invention de la violence: des peurs, des chiffres, des faits. Paris: Fayard, 2011, pp.340.. **Sociologias**, 17(39), 404-416. <https://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003931>
- Rocha, R. L. S. A guerra como forma de relação: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. Dilemas - **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 277-301, abr. 2015. ISSN 2178-2792. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7293>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- Rocque, M., & Posick, C. (2017). From urban to suburban criminology: Understanding crime in America's "safe" cities. **Crime, Law and Social Change**, 67(5), 481-488.
- Rolim, M., Braga, C., & Winkelmann, F. (2017) POD RS Socioeducativo e a potência da prevenção terciária **Revista Brasileira de Segurança Pública**, 11 (1), 148-162.
- Rose, M., & Baumgartner, F. R. (2013). Framing the poor: Media coverage and US poverty policy, 1960–2008. **Policy Studies Journal**, 41(1), 22-53.
- Savenije, W. (2010). Les «Maras» ou la transnationalisation des pandillas en Amérique centrale. **Problèmes d'Amérique latine**, (1), 111-135.
- Schnapper, Dominique. **La communauté des citoyens**. Folio Essais Gallimard, 2003.
- Schildkraut, J., Elsass, H. J., & Stafford, M. C. (2015). Could it happen here? Moral panic, school shootings, and fear of crime among college students. **Crime, Law and Social Change**, 63(1-2), 91-110.
- Schultze-Kraft, M., Chinchilla, F. A., & Moriconi, M. (2018). New perspectives on crime, violence and insecurity in Latin America. **Crime, law and social change**, 69(4), 465-473.

Sento-Sé, J. T. & Coelho, M. C.. (2014). Sobre errâncias, imprecisões e ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime. **Horizontes Antropológicos**, 20(42), 327-357. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200013>

Silva, J. C. G. (2011). Sounds of youth in the metropolis: the different routes of the Hip Hop movement in the city of São Paulo.. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, 8(1), 70-94. <https://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412011000100003>

Singer, S. I. (2017). A local and universal criminology of modernity: a response to comments on America's Safest City. **Crime, Law and Social Change**, 67(5), 517-523.

Sirota, R. (2010). French Childhood Sociology: An Unusual, Minor Topic or Well-Defined Field? **Current Sociology**, 58(2), 250-271. <https://doi.org/10.1177/0011392109354244>

Skaggs, S. L. (2017). Understanding arrest in rural police–juvenile interactions: A factorial designed survey approach. **Policing and Society**, 1-18.

Souza, D. (2012). Desvio e estetização da violência: Uma abordagem sócio-antropológica acerca da atividade dos pichadores de muros no Rio de Janeiro. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 5(2), 267-294. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7329>

Souza, R. S. R., & Souza, Â. M. D. N. (2010). Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas. **Revista Brasileira de Segurança Pública** 6, 4(1)

Tello, N. (2012). Police reforms: the voice of police and residents in Mexico City. **Policing and Society**, 22(1), 14-27.

Terwindt, C. (2014). Protesters as terrorists?. **Crime, Law and Social Change**, 62(3), 207-234.

Vallas, S. P., Zimmerman, E., & Davis, S. N. (2009). Enemies of the state? Testing three models of anti-immigrant sentiment. **Research in Social Stratification and Mobility**, 27(4), 201-217.

Vicentin, M. C. G. (2011). Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo Social**, 23(1), 97-113. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000100005>

Vinuto, J. & Alvarez, M. C. (2018). O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais. Pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (Febem, São Paulo/SP, 1990-2006). **Tempo Social**, 30(1), 233-257. <https://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.114545>

- Vuolo, M. (2014). Incorporating consensus and conflict into the legitimacy of law. **Crime, Law and Social Change**, 62(2), 155-170.
- Waddington, P. A., Adang, O., Baker, D., Birkbeck, C., Feltes, T., Gabaldón, L. G., ... & Stenning, P. (2009). Singing the same tune? International continuities and discontinuities in how police talk about using force. **Crime, law and social change**, 52(2), 111-138.
- Wang, L., & Zhao, J. S. (2016). Contemporary police strategies of crime control in US and China: a comparative study. **Crime, Law and Social Change**, 66(5), 525-537.
- Williams, M. L., Edwards, A., Housley, W., Burnap, P., Rana, O., Avis, N., ... & Sloan, L. (2013). Policing cyber-neighbourhoods: tension monitoring and social media networks. **Policing and society**, 23(4), 461-481.
- Willits, D. W., & Nowacki, J. S. (2014). Police organisation and deadly force: An examination of variation across large and small cities. **Policing and society**, 24(1), 63-80.
- Wolff, M. J. (2017). Policing and the logics of violence: a comparative analysis of public security reform in Brazil. **Policing and society**, 27(5), 560-574.
- Zaluar, A. (2012). Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos Jeunesse violente: processus, régression et nouveaux parcours. **Dados**, 55(2), 327-365. <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000200003>
- Zaluar, A. (2014). Sociability in crime. Culture, form of life or ethos?. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, 11(2), 12-46. <https://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412014000200001>
- Zauberman, R., Robert, P., Beck, F., & Névanen, S. (2013a). Mesurer l'implication des jeunes dans la violence. **Déviance et société**, 37(1), 89-115.
- Zauberman, R., Robert, P., Névanen, S., & Bon, D. (2013b). Victimization et insécurité en Île-de-France. **Revue française de sociologie**, 54(1), 111-153.
- Zepeda Gil, R. (2018). Violencia en Tierra Caliente: desigualdad, desarrollo y escolaridad en la guerra contra el narcotráfico. **Estudios Sociológicos**, XXXVI (106), 125-159.
- Zilli, L., & Beato, C. (2015). Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 0, 73-110. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7317>
- ZUBILLAGA, V., & QUIÑONES ACOSTA, R., & ZÚÑIGA, S., & FERNÁNDEZ, M. (2008). En búsqueda de salidas a la violencia: relatos de reconversión biográfica de hombres jóvenes en Caracas. **Revista Mexicana de Sociología**, 70 (4), 759-789.

# “Avanço da Maré”, Riscos Ambientais e Estado

*Wilson José Ferreira de Oliveira\**

*Mayara Silva Nascimento\*\**

*Moises Cruz Souza\*\*\**

## **Resumo:**

Este artigo analisa a formação do problema público que conduziu à política denominada defesa litorânea do bairro 13 de julho, em Aracaju/SE. Especificamente, narra a gênese da construção dos argumentos que sustentaram a retórica do risco iminente, como também as sucessivas etapas de seu desenvolvimento na agenda pública. Foi realizada a codificação e análise de 83 artigos obtidos em alguns dos principais sites de notícias do estado de Sergipe por meio do software Nvivo 10. Os resultados obtidos permitiram constatar que a utilização de vínculos e recursos jurídicos se tornou central na dinâmica de execução de tal política, devido ao grau de conflito entre os principais grupos envolvidos. Conclui-se que para melhor dar conta do papel e lugar da judicialização nos processos de execução das políticas públicas é preciso considerar de forma relacional o grau de oposição ou aliança entre os grupos envolvidos na formulação das políticas públicas, suas formas de controle das instâncias estatais e seus vínculos com os atores judiciais.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Estado. Problema Público. Avanço da Maré.

\* Possui bacharelado (1991) e licenciatura (1995) em Ciências Sociais, mestrado em Sociologia (1995) e doutorado em Antropologia Social (2005). Atualmente é professor Associado na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordena o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). Email: [etnografia.politica@gmail.com](mailto:etnografia.politica@gmail.com)

\*\* Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS).

\*\*\* Pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS).

## "High Tide", Environmental Risk and State

### **Abstract:**

This article analyzes the formation of the environmental problem that led to policy called Coastal defense of the July 13 neighborhood. in Aracaju/SE. Specifically, it narrates the genesis of the construction of environmental arguments that supported the rhetoric of imminent risk, as well as the successive stages of its development in the public agenda. 83 news obtained on some of the main news sites in the state of Sergipe were coded and analyzed using the Nvivo 10 software. The results showed that the use of legal ties and resources became central in the dynamics of the implementation of such policy, due to the degree of conflict between the main groups involved. It is concluded that to better understand the role and place of judicialization in the processes of public policy execution, it is necessary to consider relationally the degree of opposition or alliance between the groups involved in the formulation of public policies, their forms of control of state instances and its ties with the judicial actors.

**Keywords:** Public Policies. State. Public Problem. Tide Advance.

## "Marea Alta", Riesgo Ambientales y Estado

### **Resumen:**

Este artículo analiza la formación del problema público que condujo a la política denominada defensa costera del barrio 13 de Julho en Aracaju/SE. Específicamente, narra la génesis de la construcción de argumentos que respaldaron la retórica del riesgo inminente, así como las etapas sucesivas de su desarrollo en la agenda pública. 83 noticias obtenidas en algunos de los principales sitios de noticias en el estado de Sergipe fueron codificadas y analizadas utilizando el software Nvivo 10. Los resultados obtenidos mostraron que el uso de enlaces y recursos legales se volvió central en la dinámica de la implementación de dicha política, debido al grado de conflicto entre los principales interesados. Se concluye que para comprender mejor el papel y el lugar de la judicialización en



los procesos de ejecución de políticas públicas, es necesario considerar relacionamente el grado de oposición o alianza entre los grupos interesados en la formulación de políticas públicas, sus formas de control de los organismos estatales y sus vínculos con los actores judiciales.

**Palabras clave:** Políticas públicas. Estado. Problema público. Avance de la marea.

O presente artigo examina o processo de construção social da “defesa litorânea do bairro 13 de julho”, em Aracaju, Sergipe, como um problema público e objeto da ação estatal. Como tal, pretende não apenas traçar a sociogênese do referido problema, mas, sim, dar conta das sucessivas etapas de seu desenvolvimento até o ingresso na agenda pública e no processo decisório. O “13 de Julho”, também conhecido como “Treze”, é um bairro onde se encontram os mais nobres e luxuosos empreendimentos imobiliários de Aracaju, possuindo uma das mais belas vistas da capital e localizado próximo do encontro entre o rio Poxim e o rio Sergipe e dos dois principais shoppings da cidade.

Tal análise teve como um dos pontos de partida a crítica ao conceito de Estado centrado na análise das instituições administrativas e de seu corpo funcional, próprio, sobretudo, da Ciência Política (Carade, 2009) e em grande medida herdeiro de determinadas tradições funcional-weberianas (Souza Lima, 2012). Deve-se dizer, de início, que o estudo das políticas públicas no âmbito acadêmico se constituiu no Brasil nas últimas décadas do século XX como uma subárea da Ciência Política (Souza Lima e Castro, 2015). Enquanto herdeiro do referencial teórico da Ciência Política brasileira, essa perspectiva de estudo das ações do Estado tem sido marcada por uma perspectiva normativa, com uma linguagem formal e estatística, sem adotar uma postura reflexiva que o tratamento etnográfico possibilita (Oliveira, 2015; Souza Lima, 2012).

Nesse sentido, o Estado é concebido nos termos de uma instituição burocrática, com corpos de pessoal técnico bem definidos e

de perfil racional. Nesta acepção, a máquina estatal é idealizada como uma solucionadora de problemas públicos, armada com experts aptos a identificar os problemas e a formular soluções. Trata-se de uma visão do Estado como uma instituição burocrática solucionadora de problemas públicos, que está assentada numa longa tradição teórica da Ciência Política, que tem em seus fundamentos uma determinada leitura funcionalista de Max Weber e suas teses sobre a burocracia estatal (Souza Lima e Castro, 2015). Apesar dessa centralidade da Ciência Política no estudo do Estado e das políticas públicas, cabe destacar que tanto a Sociologia quanto a Antropologia têm recorrentemente apresentado suas contribuições para a área (Carade, 2009; Cortes, Lima, 2012; Souza Lima, Castro, 2015).

Uma das questões que tem sido negligenciada nessa perspectiva de análise das políticas públicas é a relação entre a construção social de problemas públicos e sua inserção na agenda e no processo decisório das instâncias estatais. Em contraponto a isso, cabe observar que os problemas públicos, objeto da ação e intervenção estatal, não estão dados de antemão, precisando antes ser formulados e alçados ao público. Essa dimensão da formação da agenda governamental é um tema recorrente na pauta sociológica (Cortes, Lima, 2012), sobretudo quando se compreende que o processo de criação dos problemas públicos é uma construção propriamente valorativa e social, e que a agenda do governo muitas vezes esconde um longo processo de disputa por legitimação entre diversos problemas (Cefai, 1996; Hannigan, 2009). Acrescente-se a isso que os problemas podem ser construídos e resolvidos mesmo fora da esfera governamental e nem por isto serem menos públicos (Cortes, Lima, 2012).

Essa questão remete à linha de reflexão que nos conduz a repensar o próprio conceito de Estado e suas propriedades. Em outras palavras, essa abordagem tende a colocar em jogo certas funções e propriedades como essenciais do Estado, dada a veri-

ficação de formas de exercer a política que não necessariamente passam pela forma dos Estados-nação (Oliveira, 2015). Neste sentido, autores como Souza Lima e Castro (2015) salientam a importância do conceito de “governabilidade”, na acepção de Michel Foucault, como forma de considerar o Estado não como uma instituição com tais e tais propriedades, mas como um tipo de instituição, de grupo ou de ator, que concentre em si ações ou funções que se possam dizer de governo de uma coletividade, que classifica determinado grupo e com isto reconhece sua identidade ou mesmo cria esta identidade.

Com base nisso, o artigo se propõe a estabelecer uma descrição dos sucessivos estágios de desenvolvimento do “problema público” na medida em que ele resulta de disputas a respeito da construção de um risco ambiental. A própria representação que se faz da natureza, que o Estado ou qualquer dos diferentes atores considerados como societais ou estatais, etc., detêm de determinados espaços ou fenômenos naturais envolve a construção de modos específicos de ver o mundo. Em certos casos, a construção dos problemas envolve propriamente uma representação determinada de uma localidade, ou de uma população ou fenômeno natural, que consegue se legitimar publicamente ao fim de todo um processo de disputa em certas arenas (Hannigan, 2009). É o caso, entre outros, da construção da seca como um problema no Nordeste e da construção do próprio Nordeste como uma região do Brasil separada do Norte e representada como detentora de propriedades geográficas, climáticas, etc., bastante específicas. Essa representação do Nordeste possui um início, que pode ser demarcado a partir da seca do Ceará de 1877 e os debates que se sucederam. O processo de construção e de legitimação da seca como um “problema público” constitui um ingrediente fundamental para a compreensão de como ela passou a ocupar um destaque central na atuação do Estado nacional, das políticas públicas da federação em relação ao Nordeste, mesmo ainda no início do século XXI (Ribeiro, 2002).

No presente artigo, parte-se da hipótese de que a construção do risco ambiental, que culminou na efetivação do Projeto de “defesa litorânea da 13 de julho”, pode ser entendida a partir do que se denomina de “estrutura conceitual das definições do risco” (Hannigan, 2009) e das disputas entre diferentes atores sociais em diferentes arenas, apresentando relevância heurística na compreensão da maneira através da qual tal problema se tornou público. A estrutura conceitual de definição do risco é composta de três elementos conceituais principais. Primeiro, o objeto que é posto como opositor ou causa do risco. Em segundo lugar, há o elemento do perigo: a definição de qual o perigo (efeito) que o objeto oferece ou quais os perigos. Risco e perigo são conceitualmente diferentes, uma vez que para um objeto de risco se podem apontar diversos perigos e ainda pode haver consenso quanto ao risco do objeto, mas não quanto ao perigo que ele oferece. Por fim, o terceiro elemento consiste na ligação que alega alguma relação causal entre o objeto do risco e/ou os perigos potenciais.

Esse processo de construção pública de um problema como de “risco ambiental” envolveria a definição e a disputa a respeito da definição destes elementos conceituais. Tal processo de definição e propriamente de disputa se dá dentro de arenas sociais diversificadas, às quais é composta de “palcos” em que agentes atuam e apresentam determinados argumentos no sentido de influenciar as políticas públicas. Essas arenas podem ser a da mídia, administrativa, jurídica, científica, etc. Neste sentido, o artigo pretende demonstrar que o processo de definição e de redefinição do “problema da contenção da maré” implicou a passagem e o conflito entre diferentes arenas, sendo que a arena judicial se tornou a dimensão principal tanto para a decisão dos conflitos quanto para a efetivação de uma política pública de “defesa litorânea”.

O material utilizado como fonte de informação tem como base a coleta, codificação e análise de 83 artigos obtidos em alguns dos principais sites de notícias do estado de Sergipe por meio do sof-

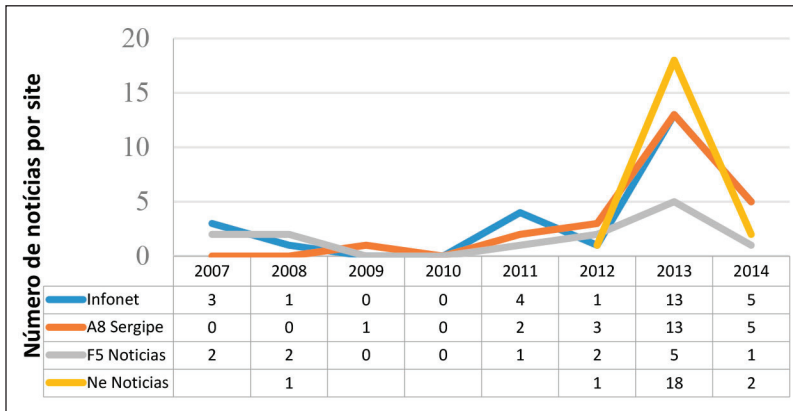
tware Nvivo 10. Tais notícias foram organizadas em listas conforme os jornais online dos quais foram retiradas e em ordem cronológica da sua divulgação nos respectivos sites, conforme dia, mês e ano, seguidos do título. Sua posterior análise foi realizada por meio da análise do conteúdo das notícias com base no processo de codificação a partir de uma estrutura conceitual de definição do risco (Hannigan, 2009). A principal árvore de códigos deu conta de destacar os trechos das notícias em que se observavam os elementos próprios, quais sejam, a causa ou objeto do risco, o perigo ou os perigos oferecidos e a ligação de causa e efeito, ligando o objeto do risco e o perigo. Outras árvores deram conta de destacar as arenas nas quais se apresentavam os argumentos; as principais decisões e entraves às ações dos diferentes atores ou instituições, etc.; os argumentos a favor e contrários à referida obra; o aparecimento dos atores, das instituições presentes, bem como de elementos que pudessem ser significativos na apropriação da moldura a partir da qual os eventos eram noticiados. Obviamente os códigos se entrecruzavam, na medida em que, por exemplo, a percepção da estrutura do risco estava incluída na moldura em que era apresentado, para além dos elementos retóricos de catástrofe, tragédia, de solução imediata, etc. Assim, a presente análise surgiu deste processo de codificação – que seguiu a ordem cronológica das notícias –, e das anotações feitas no diário de campo (Beaud, Weber, 2007) – a partir de uma perspectiva etnográfica, no sentido da apreensão reflexiva das concepções e gramáticas nativas concomitantes a este processo (Oliveira, 2015).

De forma geral, os resultados obtidos permitiram constatar que o desenvolvimento do problema do “avanço da maré na 13 de julho” deve ser visto de forma concomitante e concorrente ao problema público que posiciona o próprio projeto de defesa litorânea como causa de possíveis desastres ambientais. O embate entre ambos os problemas, financiados por diferentes instituições estatais, permite delinear as sucessivas estruturas conceituais de definição do risco nas quais tanto as causas quanto os perigos são continuamente apresentados.

## De um “Desastre Natural” a uma “Tragédia Iminente”

O primeiro momento diz respeito ao período anterior ao início do ano de 2012. As 83 notícias analisadas foram coletadas a partir das tags “maré”, “13 de julho maré”, “contenção da maré” e “13 de julho”, em alguns dos principais sites de notícias de Sergipe (Ne notícias, Infonet, A8 Sergipe e F5 notícias) e trazem informações desde 2007. A frequência de notícias aumenta exponencialmente a partir do ano de 2011 e, a partir de 2012, o tema é predominantemente dominado por informações em torno da avenida Treze de Julho. No ano de 2013, centro dos conflitos mais acirrados, a frequência de notícias em torno da maré cresceu exponencialmente, sendo terminantemente parte da agenda pública. O tema do projeto de defesa do bairro Treze de Julho é predominante em todos os sites de notícias em relação aos problemas causados pela maré em outras localidades. Abaixo um quadro apresentando a frequência de notícias em relação ao ano em cada um dos sites pesquisados.

Fig.1 Distribuição de frequência de notícias em relação ao ano de publicação numa amostra de 83 notícias em quatro dos principais sites de notícias online do estado de Sergipe, de 2007 a 2014.



Até o final de 2011, no entanto, a maior parte das notícias possuía uma moldura diferente daquelas que adquirirão posteriormente. Primeiramente, as marés eram vistas como fenômenos cotidianos e chegam a apresentar um aspecto “natural”: “são as marés de março”. O fato de que o nível do mar se eleva no mês de março parece fazer parte do cotidiano e do universo natural e simbólico da cidade de Aracaju.

Nessa fase, a maré é predominantemente emoldurada em termos de “desastre natural”, próprio dos ciclos da natureza. Regiões como Atalaia Nova e, sobretudo, pequenos comerciantes e moradores costeiros são apresentados como vítimas da “fúria do mar”. As causas elencadas para isso são as mais diversas: o aquecimento global, a ação da Lua, o avanço dos moradores e comerciantes sobre o mar, a ação de Deus, etc. Mas o que nos interessa aqui mais propriamente é que o Estado, suas ações ou instituições e possíveis organizações ou atores sociais nunca são trazidos à tona como fatores de causa dos “desastres” (Souza Lima, 2012; Souza Lima e Castro, 2015). Isto até mesmo quando é noticiada a necessidade de estudos ou de medidas nas localidades ou ainda quando, por exemplo, um morador solicita que a Atalaia seja lembrada. Neste caso não fica claro se ela foi “esquecida por Deus” ou pelo “Estado”.

Não obstante isso, a Defesa Civil é um órgão recorrentemente visitado pela imprensa como fonte de informações. Isto dá às molduras um caráter técnico, aliando a informação sobre os desastres e as perdas de moradias, etc., com descrições sobre o nível da maré, bem como com recomendações próximas àquelas oferecidas quando há um engarrafamento no trânsito, por exemplo. O risco que a maré oferece é evidente, é “natural”, não é contestado. Tem um caráter quase “mítico” e sua grande noticiabilidade na forma de tragédia incontrolada não deixa dúvidas. Mas nesse momento a moldura em torno da maré permite relativizar o fator do perigo e apresentar outros pontos positivos sobre ela, como o de facilitar a navegação no leito do rio, a despeito de as embarcações pequenas precisarem tomar cuidado.

É importante frisar isso, pois esse fenômeno não mais se repetirá após 2012, quando haverá uma clara modificação da diferença conceitual entre risco e perigo (Hannigan, 2009). Não só o fato de a maré oferecer um risco ser até então enquadrada de forma pouco ameaçadora, como ela ainda pode ser emoldurada lado a lado com seus aspectos positivos. Todavia, já no final de 2011, e sobretudo após 2012, a situação se transforma claramente, de modo que a responsabilidade do Estado passará ao centro do debate ao ponto da acirrada disputa entre diversas instâncias estatais estar no centro da discussão.

O debate sobre a maré se transforma então num palco onde os principais arguidores e interessados são os agentes das administrações estatais. A moldura é então a de um problema intrinsecamente relacionado com as divisões político-eleitorais. Deste modo, são os interesses e as ações dos agentes do Estado que transformam “o problema da maré”, de um problema rotineiro e alheio à política e à competência do Estado, em um problema público de interesse da sociedade em geral, parte da agenda pública e de competência estrita das ações do Estado. Ele constitui, agora, a parte fundamental da narrativa, tanto como a causa quanto como o solucionador inquestionável do referido problema.

Nesse sentido, o ano de 2012 marca o que se poderia entender como um período de transição. Já em janeiro daquele ano, as marés são retratadas como um fator de risco. É senso comum que elas estão aumentando e algumas zonas, com avenidas e casas, podem ser encontradas dividindo o espaço de definição do risco com a “Treze de Julho”, como, por exemplo, Pirambu, Estância e Caueira. Também em janeiro o então prefeito Edvaldo Nogueira vai ao bairro Treze de Julho com uma “equipe multidisciplinar da Emurb” e afirma estar realizando os primeiros estudos técnicos tendo em vista prevenir “possíveis consequências futuras” da ação do mar sobre a pista. Sua retórica é a de um futuro longínquo e busca se afirmar contra a tendência da mídia e de outros



atores de já tentarem definir aquele espaço com um local de risco imediato e até de “catástrofe”.

É o que se verifica numa notícia encontrada no NE NOTÍCIAS, de Joedson Telles, em 12 de janeiro de 2012: “Deputado teme tragédia na 13 de julho”. O deputado em questão é Gilmar Carvalho e é a primeira notícia encontrada que põe a situação nos termos de uma tragédia iminente. Mas, por fontes da própria página, se verifica que o tema já estava presente nas molduras da mídia há algum tempo. O próprio jornal se coloca, juntamente com alguns outros, como ator decisivo na trama, uma vez que havia realizado diversas denúncias e, como tal, despertado a atenção da prefeitura para com o tema.

Nesse momento de transição se verifica ainda a permanência de um discurso de “ausência de risco imediato”, que é o mesmo encontrado em momentos anteriores, sobretudo nas falas da Defesa Civil, mas que começa a perder força. Até o final daquele ano de 2012 há um vácuo no que diz respeito à noticialidade do projeto. Quando as notícias começam a reaparecer, a permanência de uma retórica de ausência de tragédia iminente permanece constante, não só através da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), mas também através do Ministério Público de Sergipe (MPSE) que realiza estudos e busca promover reuniões tendo em vista o impacto das “ondas na 13”.

O Ministério Público de Sergipe (MPSE) surge como a primeira instituição a tomar para si as funções de Estado e buscar movimentar as demais organizações estatais mediante essas reuniões e estudos para que ações sejam efetivadas. A ação dela pode ser tomada como catalisadora da definição que irá predominar a partir desse momento. Ela não é facilmente identificável a um polo específico do conflito, mas recorrentemente serviu como impulsionador do debate e como revelador público dos conflitos. O efeito de algumas organizações como catalisadoras dos acontecimentos, especialmente no caso do MPSE, prosseguirá

até o desdobramento final e efetivação de tal política pública. Também a mídia, como se viu acima, parece ter tido naquele momento o papel de impulsionadora das forças estatais para a ação.

O tema futuramente não mais prosseguirá com a retórica de uma “ausência de risco iminente” (ao menos não pelo lado da Prefeitura Municipal de Aracaju), e sim com a de um problema ambiental com um risco futuro que, juntamente com alguns outros fatores, são reconhecidamente fundamentais para que problemas ambientais possam ganhar espaço na mídia. Neste sentido, observa-se que, além de ter relação com o presente e não com um futuro distante, ele deve ser lembrado por ter uma moldura reconhecida: os apelos da PMA para relembrar a “antiga praia formosa” e para construir o teor de catástrofe iminente devido a posição da pista, ao tráfego, etc.; deve ser defendido por autoridades, políticas ou científicas; deve ser dramatizado e ter uma agenda de ação bem definida (Hannigan, 2009). Todos esses elementos, como se poderá observar, estiveram presentes nas futuras versões “oficiais” do problema, versões do polo encabeçado pela PMA.

Aqui também os autores do projeto já apresentam um dos principais argumentos da trama, o da necessidade da execução de uma obra não reversível e emergencial. Muitos outros atores depois contestarão essa versão, propondo medidas não intrusivas ao meio ambiente, que apenas amenizassem a situação da pista até que se encontrassem outras soluções. O projeto oficial, no entanto, não abria margem a outras medidas e continha já desde o seu início um plano de urbanização da área com fins turísticos. A retórica de um risco não imediato (futuro) está aqui lado a lado com a retórica da necessidade de uma medida de engenharia permanente. Mas ela não será uma referência constante na agenda pública. Desde o seu início, ao que levam a crer os dados, o projeto nunca foi uma proposta a ser efetivada na gestão do então prefeito Edvaldo Nogueira. Era uma resposta a uma série de rei-

vindicações, mas que desde o começo se destituía de pretensões imediatas, relegando sua efetivação ao próximo mandato.

A apresentação do projeto ocorre em 20 de setembro de 2012. O então prefeito o faz, deixando para que o futuro prefeito dê continuidade aos planos, tendo em vista que o seu mandato logo terminará. O projeto é apresentado entre a declaração do Ministério Público de Sergipe, no mês de agosto de 2012, que afirma que não há risco imediato de queda, mas ao mesmo tempo solicitando ações e a retirada do ponto de ônibus da localidade, dado risco de acidentes. Aqui talvez se encontre a primeira construção da relação entre a causa e o efeito na estrutura conceitual do risco na 13 de julho. Ela é ainda concordante com a posição de então, de que não há risco imediato. A relação estabelecida é entre a água que se insurge contra o ponto de ônibus e o perigo que correm os cidadãos ao fugir das ondas em direção à pista. Mas a relação entre a causa e o efeito do risco das ondas na Treze de Julho só vem a ser mais bem desenvolvida muito tempo depois, por João d'Ávila, professor em Engenharia Química e Engenharia Ambiental e diretor-presidente da empresa Ambientec Soluções Sustentáveis, que foi contratado pela Prefeitura de Aracaju “para desenvolver os estudos químicos e ambientais do local”. Somente lá, no auge do conflito, estudos técnicos, dados numéricos e uma descrição detalhada da relação entre as ondas da maré e os perigos serão oferecidos de forma detalhada e com pretensões científicas.

Se naquele momento (final de 2012) a tentativa de emoldurar o risco como um fenômeno futuro se encontra ainda do lado da PMA, posteriormente será o inverso, pois ela estará à frente das mobilizações para que a obra seja aprovada quanto antes dado o “risco iminente”. A antiga conceituação como um fenômeno futuro e que não oferece risco imediato será apropriada pelo polo da Administração Estadual de Meio Ambiente e Ambientalistas. Ao mesmo tempo, se há uma série de argumentos de caráter administrativos e políticos (ausência de recursos, o curto tempo

para o fim do mandato) que sinalizava para a impossibilidade de realização imediata da obra ainda no mandato de Edvaldo Nogueira, no momento posterior, com a eleição de João Alves como prefeito, a PMA concentrará argumentos que atentam para a necessidade iminente da obra, se apropriando do discurso que antes fazia frente ao seu, até então notadamente pelos atores da mídia e do MPSE. Este afinamento de posturas entre a PMA e a mídia, e que se pode atribuir a interesses já bem demarcados, oferece uma base de compreensão bastante fecunda no que diz respeito ao sucesso de construção do problema público do projeto de defesa litorânea. Finalmente o Estado (entendido como a PMA) e a mídia "se juntam", e isto será decisivo.

Esse momento é decisivo, também, pois é quando as grandes mudanças de posição ocorrerão. Os agentes passam a se posicionar uns em relação aos outros de forma dramaticamente diferente e a se apropriar de molduras discursivas que antes lhes faziam frente. E as razões dessa mudança ainda não estão claras, sobretudo por não poderem ser explicadas apenas pela verificação conclusiva da "necessidade da obra" ou do "risco", etc., algo impossível de se verificar, tanto pelos princípios do construcionismo quanto pelo campo estritamente técnico ou político, dada a permanência de discursos contrários e legítimos ainda que nem sempre dominantes (Hannigan, 2009). Mas foi sem dúvida decisivo que a mudança decorre da alteração do executivo municipal mediante as eleições de 2012, uma vez que quebrou aliança entre prefeitura e governo do Estado iniciada na gestão municipal de 2001 quando Marcelo Déda e Edvaldo Nogueira ganharam pela primeira vez as eleições. Posteriormente, em 2007, Marcelo Déda é eleito governador do Estado e Edvaldo Nogueira dá continuidade à gestão municipal, se elegendo posteriormente prefeito e sendo derrotado somente em 2012 por João Alves: um tradicional político local que foi prefeito de Aracaju entre 1974 e 1977, ministro do Interior de 1987 a 1990 e governador de Sergipe durante três mandatos (1983-1987; 1991-1994 e 2003-2006). Mais à frente, Edvaldo Nogueira será constantemente cri-

ticado por não ter dado prioridade à obra. E isto revela a posição diferenciada que a obra assumirá no mandato de João Alves.

Em janeiro de 2013 ainda se verificam notícias que atestam a cotidianidade da maré. A praia de Pirambu também é palco dos seus impactos. Um ator frequente – e que depois desaparecerá quase que por completo, sobretudo como fonte da mídia – é ainda a Defesa Civil e as características da moldura ainda são bastante técnicas. Todavia, há uma clara mudança no sentido da urgência da obra dado o risco iminente. Neste sentido, está a posição favorável à obra do Ministério Público de Sergipe (MPSE), com a promotora de justiça e meio ambiente Dra. Adriane Ribeiro. Ela ajuizou uma ação civil pública (em dezembro de 2012, posteriormente à eleição de João Alves como novo prefeito) para que a PMA adote medidas emergenciais que impeça o risco de queda. Reuniões já haviam sido feitas pelo Ministério Público, mas segundo a promotora havia omissão por parte da Prefeitura Municipal de Aracaju e da Empresa Municipal de Obras Urbanização (EMURB), além de uma argumentação administrativa com relação aos recursos. Nesse momento a área da Treze de Julho adquire uma atenção especial dado o evento que ocorria sempre no final do mês de janeiro, conhecido como “O Pré-cajú”, e que contaria com veículos pesados passando pela pista avariada pelas ondas. Essa moldura de catástrofe servirá como o evento inicial do processo através do qual a nova gestão construirá a Treze de Julho como um lugar de risco de tragédia iminente.

Em 15 de janeiro de 2013 é publicada uma notícia sobre a ação civil pública do MP e no dia seguinte, 16 de janeiro, o novo prefeito João Alves se pronuncia a respeito de sua ida a Brasília com fins de angariar recursos para a obra junto ao ministro de Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho. Já aqui a posição da PMA é a de que a obra oferece risco iminente para a população. “Um administrador não pode contar com a sorte”, pontua João Alves. Além disso, a situação de risco iminente é finalmente atestada pelos estudos técnicos da EMURB,

que até então se posicionava junto à PMA na posição contrária: a da ausência de risco iminente. Aqui é possível verificar que a mudança da PMA com relação ao risco ser iminente ou não talvez estivesse diretamente ligada às prioridades da nova gestão municipal do que como uma forma de resposta a reivindicações que tinham sido feitas por associações comunitárias do bairro ou organizações ambientalistas.

Como se pode observar, a forma de emergência e de publicização do “avanço da maré” como um problema social e político teve nas instâncias do Estado os principais promotores, ao invés de pressões provenientes de associações de bairro, organizações ambientalistas, etc. Neste sentido, pode-se dizer que são as ações internas do próprio Estado, entendido aqui como executivo municipal, e sua nova disposição em levar adiante o projeto, em conjunto com a intervenção do Ministério Público de Sergipe (MPSE), foram os principais catalisadores da mudança na definição do risco que o “avanço da maré” oferece: de algo futuro para algo imediato e urgente, quase em termos de uma catástrofe iminente. Isto é pertinente na medida em que vai contra certa compreensão “racional-funcionalista” do Estado como uma administração pública racional, composta por atores também racionais e dispostos numa hierarquia piramidal e acrílica (Souza Lima, Castro, 2015). O que vai se observar no transcurso dos debates e decisões que ocorrerão são conflitos internos às próprias instâncias e organizações estatais decorrentes de oposições político-partidárias, como já temos observado em outros contextos nacionais (Oliveira, 2014). São justamente nessas situações em que o acentuado conflito político-partidário atravessa diretamente as instâncias estatais, impossibilitando a própria continuidade da referida política, que a arena jurídica passa a ocupar um papel determinante, sendo acionada por ambas as partes envolvidas.

## O “Risco Ambiental”, o Licenciamento e a Arena Jurídica

O período que se segue ao longo do ano de 2013 é de intenso debate e conflito. Já no final de março se pode verificar argumentos contra a obra na Treze de Julho. Este discurso não se verifica com tanta força antes, em que se intensifica e ganha espaço somente agora. É ele que virá a predominar no debate a partir desse período.

O discurso possui, sobretudo, um caráter ambientalista no sentido da defesa ou preservação do meio ambiente, colocando o Rio Sergipe como possível prejudicado. “Querem matar o rio”, “Lei protege o rio” são alguns dos títulos encontrados. Ao mesmo tempo, outros jornais online se posicionam a favor, acentuando que é necessário que se realize a obra em caráter de urgência tendo em vista os incômodos que a maré tem trazido à região. Quanto a isso, vale lembrar que além do ponto de ônibus ter sido retirado do local no final de 2012, no final de abril de 2013 a juíza Simone de Oliveira Fraga interditou o tráfego na avenida até que a situação da maré fosse resolvida mediante uma tutela liminar favorável ao Ministério Público Estadual. Pela decisão da justiça, a PMA deveria delimitar a área da avenida que apresenta risco e interditá-la até que se iniciasse a obra; também deveriam ser feitas vistorias semanais para acompanhar o progresso dos danos à pista.

O maior impedimento agora não é mais a morosidade da prefeitura, sua ausência de recursos, etc., mas a “cantinela da ADEMA”, como pode ser encontrado na matéria “Maré: 13 de julho x Cantinela da ADEMA”, de Cláudio Nunes. Segundo ele, o órgão se recusa a fornecer o licenciamento ambiental, que é de competência e obrigação da ADEMA e é um requisito necessário para que a prefeitura possa prosseguir com a obra dada a possibilidade de ela perpetrar em riscos ao meio ambiente. O órgão (ADEMA) é então acusado de morosidade e de ter interesses políticos se sobrepondo aos seus aspectos técnicos. Por outro lado, ve-

rificam-se estudos que defendem o posicionamento da ADEMA em não autorizar a obra antes dos devidos estudos e propõem a busca por medidas alternativas ao “avanço da maré na 13”, como no título “Querem matar o rio”, de Adilberto de Souza.

É significativo o fato do discurso contrário à obra e atento aos possíveis danos ambientais não se manifestar no sentido negativo e, como tal, de desconstruir “a maré da 13 de julho” como um objeto de risco. Pelo contrário, não se trata de negar o risco da maré na pista, tão somente de chamar atenção para um outro risco: o dos danos ambientais. Constrói-se, assim, outra moldura, outros referenciais para “o avanço da maré”. A própria ADEMA e, mais à frente, os movimentos denominados genericamente como “ambientalistas” ou “movimentos sociais” também não tentarão, de forma geral, negar os argumentos do risco iminente.

Dito isso, talvez a série de acontecimentos que se segue seja melhor interpretada não mediante a tentativa de se construir um problema público ambiental, por um lado, e a manifestação de posições contrárias a este problema, por outro. O que nos levaria a provocar uma série de contra-posicionamentos, etc., como poderia sugerir uma análise no qual o Estado é sobretudo um solucionador de problemas públicos e, funcionalmente, um gestor de reivindicações societais, bem como o único detentor das propriedades de propositor e de solucionador de problemas. Ela pode ser melhor interpretada mediante a compreensão de que há dois blocos político-partidários concorrendo para a definição do “avanço da maré” como problema público. Cada um deles com estratégias distintas, com relações particulares com a esfera judicial e com compreensões diferentes do problema, tanto no que diz respeito ao que seria o objeto do risco quanto a quais seriam suas causas e perigos.



## Uma Definição Científica do Problema

No mês de maio a disputa continua envolvendo as arenas midiáticas e jurídicas. Os principais atores no palco são Genival Nunes e Eduardo Matos, representando, respectivamente, a ADEMA – órgão do governo do estado responsável pelo licenciamento ambiental –, e a EMURB da prefeitura de Aracaju.

As opiniões se dividem. Por um lado, a obra é vista como uma forma de transformar o rio Sergipe num “canal pestilento”, um “tietê”, o que seria um crime ambiental para com as futuras gerações. A própria obra é apontada como solução não mais para a “maré”, mas para este “risco ambiental”. O perigo é o da destruição do meio ambiente e do aumento da poluição na área e a causa se encontra nas ações do próprio Estado, no seu favorecimento à especulação imobiliária, no avanço sobre as áreas costeiras, os assoreamentos em outros lugares sem os devidos estudos, etc. Esse problema, que começa a ser construído e que se manterá de pé, carrega uma característica antes adotada pela prefeitura gerida por Edvaldo Nogueira, que é a de construir o problema através de um risco futuro. Tal narrativa não nega o risco de desabamento, nem o reforça, tão somente sugere a possibilidade de resolvê-lo de outra forma e se põe contrariamente à obra. Posição semelhante é defendida por Genival Nunes na mesma época. Quando se noticia em 05 de julho de 2013 que o

[...] juiz de Direito substituto Eduardo Portela, a partir de um recurso da Prefeitura de Aracaju, vem consolidar o entendimento defendido e justificado didaticamente pelo secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Genival Nunes, de que as obras definitivas de contenção do mar na avenida Beira Mar, no bairro 13 de Julho, só poderão ser realizadas após a conclusão dos estudos ambientais necessários (INFONET - 13 de julho: Decisão judicial consolidada entendimento do governo - 07/05/2013).

Nesse momento também outras instituições surgem na arena midiática oferecendo legitimidade e argumentos. Os especialistas pertencentes ao que se poderia denominar de polo societal se mostrarão ativos em ambos os lados. Em 12 de maio de 2013, Luiz Carlos Fontes, do Laboratório de Geo, Rio e Mar (Georioemar) do Departamento de Engenharia de Pesca da Universidade Federal de Sergipe (UFS) se manifesta. É a primeira vez que atores da esfera científica surgem para emoldurar o risco de forma detalhada. No que diz respeito aos problemas ambientais, os argumentos que tendem a ser acrescentados são frequentemente provenientes da esfera científica, o que como se sabe tem um papel determinante no sucesso da construção de determinado problema como público (Cefaï, 1996; Hannigan, 2009).

Por outro lado, já em 02 de maio de 2013, é possível encontrar no site da Infonet a notícia "Blog X 13 de Julho = obra e transparência", que visa esclarecer o posicionamento oficial do blog de Claudio Nunes: ele é terminantemente favorável ao projeto de defesa litorânea. A sua moldura é a de um problema no qual o objeto de risco é a maré. A ADEMA é vista como morosa e tendenciosa e é acusada de não priorizar o licenciamento do local por motivos políticos. É oferecido como recurso retórico o exemplo do povoado Tabocas, em Nossa Senhora do Socorro, como um caso em que, atendendo aos interesses de uma determinada empresa privada, a ADEMA teria oferecido o licenciamento sem maiores transtornos.

Se os atores e argumentos anteriores fossem tomados como uma frente de ataque ao projeto, buscando inseri-lo como objeto de risco na construção de um novo problema – e angariando argumentos de caráter científico para deslegitimar o projeto de defesa –, esta última notícia seria o marco do início do contra-ataque. Nos meses que se seguem, uma série de elementos aparece, certamente não fortuitamente, no sentido de fortalecer o problema público no qual o objeto de risco é a maré e o seu auge será no acionamento de um outro professor e engenheiro: João D'Avila.

## A Arena Jurídica

Em 06 de junho de 2013 ocorre a primeira audiência pública de conciliação, no Fórum Gumercindo Bessa, mas não houve consenso. A ADEMA continua os estudos de danos ambientais e há discussão entre Eduardo Matos da Secretaria de Meio Ambiental e Genival Nunes da ADEMA. O Ministério público estadual, presente na audiência por meio do promotor de justiça Gilson Feitosa, diz que pretende se manifestar a respeito e talvez solicitar laudo da Defesa Civil. O Procurador Geral do Município, por sua vez, solicitou à ADEMA liberação sem o estudo, com o compromisso de realiza-lo durante as obras. Também o engenheiro Armando Brito, agora apresentado como sendo o autor do projeto, fala em defesa da liberação das medidas definitivas.

Ainda em junho, pela primeira vez, o polo PMA-EMURB começa a juntar argumentos e fornecer elementos retóricos de legitimação da obra, fazendo referência à competência técnica de seus estudos. A notícia, sobremaneira interessante nesse início do que poder-se-ia optar por denominar de “contra-ataque” na arena da mídia, se intitula “Beira Mar: Luiz Durval reafirma credibilidade do laudo da Emurb” e começa assim:

Enquanto a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) se empenha para evitar riscos e danos à população aracajuana, um relatório elaborado pela Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), da Universidade de São Paulo (USP), pontuou que há um equívoco na interdição de parte da Avenida Beira Mar, no bairro 13 de Julho. No entanto, em resposta ao relatório, o presidente da Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb), Luiz Durval, afirmou que todo o trabalho feito pela PMA tem em vista um laudo técnico que aponta o risco (Universo Político, Beira Mar: Luiz Durval reafirma credibilidade do laudo da Emurb, 2013).

Esse laudo técnico também havia sido disponibilizado ao público por Luiz Durval em maio de 2013. O texto da notícia é expres-

sivo na retórica de deslegitimação do laudo oferecido pela USP e que é justaposto a ADEMA, de forma a que as duas instituições são apresentadas como filiadas, sobretudo pois estas afirmações vêm seguidas de uma busca por reafirmar a legitimidade e o papel das organizações ligadas ao polo PMA-EMURB.

Em meio a isso, a prefeitura começa a investir no argumento de que não há risco ambiental, juntamente com a empresa Planave e, depois, a Ambientec do prof. João D'Ávila, para que, assim, a avaliação técnica a respeito dos possíveis danos do projeto sejam entregues à prefeitura e não mais à ADEMA. Começa-se a desmoralizar a construção de uma estrutura do risco, mas o ataque é realizado apenas por um dos lados. Mais adiante, os Ministérios Públicos também se insurgirão contra a inabilidade da ADEMA. A prefeitura obtém sucesso em se apropriar da construção do problema público do polo ambientalista, negando-o. A ADEMA crescentemente é ausentada do palco da mídia e as obras são autorizadas, até que o Ministério Público de Sergipe e Ministério Público Federal finalmente se posicionem efetivamente, não apenas em oposição às ações da PMA, mas também em relação à ADEMA que foi incapaz de exercer seu papel de fiscalizador ambiental.

Isso é importantíssimo para se compreender efetivamente o processo através do qual aos poucos a aliança encabeçada pelo governo do Estado-ADEMA-ambientalistas foi perdendo força, apoio público do judiciário e presença na arena midiática. Isto, pois, (1) os argumentos que teriam sido oferecidos no laudo da USP para descaracterizar o risco de queda não são elencados de forma descritiva, de forma a ter uma retórica efetiva, com dados técnicos, etc.; ou seja, eles não são utilizados para caracterizar uma moldura de ausência do risco. (2) Tão somente Luiz Durval é tomado como fonte, tendo espaço de opinião privilegiado – o que aliás é recorrente da relação entre o Estado (“oficial”) e a mídia (Hannigan, 2009). (3) Não há evidência nos dados das notícias coletadas de recorrência de argumentos ligados a este

laudo da Universidade de São Paulo ou da tentativa de legitimá-lo por parte da ADEMA, ou seja, (4) o posicionamento do polo do governo do Estado permanece caracteristicamente na busca por emoldurar um problema público distinto, seja no que diz respeito ao objeto do risco, à causa, etc.

No início de julho de 2013, a juíza Simone Fraga, em resposta ao Ministério Público de Sergipe, que havia ajuizado ação para que os órgãos em questão entrassem em acordo, entende que a demora da ADEMA na apresentação de um parecer sobre a situação da Treze de Julho, favorável ou desfavorável ao projeto, está atrasando as obras, pois a ADEMA deveria se pronunciar em 30 dias sobre a concessão ou não do licenciamento ambiental.

Nos dias que se seguem a essa decisão se inicia uma exposição sobre a história do bairro Treze de Julho. A ocorrência desse evento, largamente noticiado pela imprensa escrita e televisiva, contribui para elevar as características propriamente fundamentais de marketing na construção de um problema público (Hannigan, 2009). A área da Treze de Julho, se já chamava atenção do público por ser uma área movimentada, de acesso ao centro da cidade, etc. terá agora um outro fator importante: sua importância histórica para a história da cidade de Aracaju. Esse evento constitui um acontecimento importante por parte do polo liderado pela PMA de angariar legitimidade ao projeto desde o início apresentado como a “defesa” do bairro Treze de Julho diante da força da maré. Agora é uma ameaça não só a uma “área nobre e movimentada”, com risco de que ocorra uma tragédia, mas um apelo quase mítico para que se salve o local da “antiga praia formosa”.

Em 16 de agosto de 2013 as obras de caráter não definitivo são iniciadas, segundo secretário municipal de comunicação social Carlos Batalha. O prazo de 30 dias estipulado para a ADEMA terminaria no dia 18 de agosto de 2013. Os meses de agosto e setembro passam sem notícias relevantes sobre a obra, quando

curiosamente, em outubro de 2013, dia 04, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN pede estudo arqueológico da área. A informação é oferecida pelo assessor da EMURB, Ademar Queiroz, e o estudo custaria cerca de um milhão de reais. Chama atenção que esta ação do IPHAN ocorra concomitantemente à referida ação por parte do polo do governo do Estado para evitar a consecução da obra, não fossem as inúmeras manifestações em contrário por parte tanto da mídia quanto do próprio João Alves Filho. As falas explicitamente tomam ação do IPHAN como uma tentativa de embargar a obra.

Como exemplo, tem-se o blog de Cláudio Nunes, que reaparece nessa exposição. Ele ironiza o pedido do IPHAN noticiando que foi encontrado um “ET na 13 de julho” e chega a apresentar uma fotografia da cabeça do extraterrestre como evidência. Alguns meses depois o próprio João Alves Filho fará menção ao ocorrido dizendo que a obra gerou tanto debate e controvérsia que “até dinossauro tinha embaixo”.

Fica claro que por detrás da referida ação do IPHAN, como também o evento sobre a história da Treze de Julho, existe a ideia de reforçar que aquele é um espaço a ser preservado da fúria do mar. Tomar a Treze de Julho como um “sítio arqueológico” é elevar em igual medida o valor daquele território do ponto de vista ambiental e, conseqüentemente, agregar valor e argumento à perspectiva de que a obra de contenção da maré é um fator de risco. A ação do IPHAN pode, de fato, ser tomada como ação em direção contrária à construção do risco de queda da balaustrada, desde que se reconheça que o seu efeito na mídia foi o contrário. A aliança liderada pela prefeitura municipal de Aracaju em consonância com parcela da mídia não deixaram, mais uma vez, de se apropriar do fato como um recurso em favor próprio.

Esse é um momento de vitória, por assim dizer, da tentativa de se construir o problema do risco de queda da balaustrada e de angariar para si, no palco da mídia, os fatores fundamentais de

sucesso de um problema público. Mesmo os eventos em contrário e que poderiam ter sido utilizados como ferramentas para o outro polo foram reapropriados em favor dos argumentos da PMA: tanto o laudo técnico vinculado à USP quanto o possível sítio arqueológico atestado pelo IPHAN. Além disso, e talvez o fator mais decisivo: crescentemente a ADEMA perde espaço, bem como os argumentos favoráveis à necessidade do licenciamento ou contrários à obra. A PMA começa, então, a tomar para si a legitimidade de decidir a respeito dos efeitos ambientais da obra, a despeito da ADEMA e através da arena jurídica.

## A Disputa entre as “Administrações”

Em 21 de outubro de 2013 as obras de caráter definitivo são autorizadas pela justiça. O laudo técnico apresentado pela PMA e realizado por uma empresa contratada tendo em vista servir de substituto ao laudo que deveria ser oferecido pela ADEMA é aceito.

A decisão foi do desembargador Ricardo de Abreu, que atendeu à solicitação da Prefeitura de Aracaju que apresentou um laudo apontando que a obra é de caráter definitivo e não emergencial (A8 SERGIPE, Justiça autoriza início das obras da balaustrada da avenida Beira Mar, 2013).

Para o desembargador, o laudo oferecido pela EMURB se mostra suficiente para atestar a necessidade da obra de defesa litorânea. Ele também vê a demora da ADEMA como prejudicial, dadas as despesas públicas e também os transtornos que a situação tem causado a população. Assim, não só a ADEMA é apresentada como um empecilho, como também é transferida à EMURB a atribuição para decidir a respeito dos riscos que o projeto representa. Se até então a autoridade da ADEMA era inquestionável, no que diz respeito às suas competências referentes ao licenciamento ambiental, a partir desse momento ela não terá mais este papel, sendo o mesmo transferido para a instância da prefeitura.

Mostra-se indispensável a execução de projeto que assegure a edificação de uma estrutura capaz de evitar o avanço do mar e o risco de desmoronamento da calçada e rodovia', avaliou o magistrado (A8 SERGIPE, Justiça autoriza início das obras da balaustrada da avenida Beira Mar, 2013).

O fato de o risco ambiental constituir um risco futuro, não imediato, é utilizado tanto pela PMA, por intermédio do procurador Carlos Pinna, quanto pelo próprio desembargador, como fator não impeditivo de que os estudos de impacto ambiental sejam realizados simultaneamente à execução da obra, tendo em vista a urgência desta, justificando que isto não equivaleria à ausência de preocupação da prefeitura com as questões ambientais e, mais especificamente ainda, com o próprio licenciamento.

No entanto, mesmo com a decisão, os embates não cessam. Na verdade, vozes dissonantes ainda surgem, como a vereadora Lucimara Passos (PcdoB/SE) do mesmo partido do ex-prefeito Edvaldo Nogueira, que questionou o modo como a obra estava sendo conduzida, com o excessivo acúmulo de pedras no local e nenhuma urgência, contrariamente ao discurso da prefeitura até o momento, o que constitui para ela uma ausência de "transparência da PMA". É também nesse momento que Carlos Pinna publica mais uma matéria sobre o tema, desta vez salientando os aspectos legítimos da atuação do engenheiro responsável, Armando Bezerra, e se mostrando contra a necessidade de um suposto "estudo de modelagem matemática" e outras exigências muito demoradas e que não consideram a urgência do problema.

Mas o maior trunfo do polo liderado pela PMA surge talvez nesse momento, com o já mencionado "professor" João D'Ávila, permitindo uma nova redefinição da estrutura conceitual do risco. Ele representará agora algo semelhante ao que o Geólogo Luis Carlos Fontes representou num determinado momento já exposto ao polo ADEMA-AMBIENTALISTAS. O que há é a reconstrução



da estrutura conceitual do risco, mudando tanto a definição do objeto quanto o perigo. Quanto a isso, as falas de João d'Ávila são muito reveladoras. Como já destacamos anteriormente ele é contratado pela prefeitura mediante a empresa Ambientec e é a primeira vez, ao que parece, que se busca estabelecer fortemente e com viés científico a relação causal entre o objeto do risco e o perigo por parte da PMA. No mandato de Edvaldo, o risco era definido como não imediato. No mandato de João Alves, no entanto, o risco é crescentemente definido como iminente. Isto com relação ao risco de queda da avenida. E essa definição parece crescer conforme cresce o conflito.

Agora, com João D'Ávila o risco iminente não é mais apenas o de queda, mas se passa a investir fortemente no aspecto de poluição. As ondas na pista da 13 de julho passam a ser emoldurada não apenas, como era até então, como um fator de risco por poder destruir a estrutura física da pista, mas por oferecer risco à saúde pública dado o alto índice de coliformes-fecais. O número "assustador" apresentado redefine o perigo da estrutura conceitual do risco, de forma que se apropria de argumentos já antes utilizados por atores que se opunham à obra. Se antes a poluição das águas era tomada como fator de impedimento da obra, ele agora é elencado como um fator a favor: o projeto levaria as águas para longe da pista, com o aterro.

É também João D'Ávila que pela primeira vez "muda" a área da obra do rio Sergipe para o rio Poxim. É uma estratégia interessantíssima, pois pode retirar do palco a arena judicial, dado os argumentos que haviam sido levantados em consideração à área ser do rio Sergipe e, como tal, patrimônio da união, o que impediria a realização das obras definitivas pela prefeitura sem o licenciamento ambiental da ADEMA. E como se verá esse argumento foi de fato utilizado mais tarde por Luiz Durval numa reunião decisiva com a Ordem dos Advogados do Brasil. Isso sem que se leve em consideração a importância que possui o rio Sergipe no imaginário público. Fato atestado pelas inúmeras

ras manifestações em contrário que trazem com argumento, por exemplo, a consequência de que o rio Sergipe, um dos principais rios do estado, possa ser destruído pela obra. A mesma atenção não foi dada ao rio Poxim, nem antes de ele ser elencado como a causa do risco, nem depois. Aqui, fica evidente que mesmo que os fenômenos ecológicos não sejam de origem social, eles são valorados socialmente. Na relação entre a ecologia e a política só se presta atenção e se selecionam eventos naturais na medida em que são significativos para as atividades sociais. João D’Ávila busca então promover uma mudança tanto no objeto do risco quanto no perigo e também na explicitação da relação entre o objeto e os perigos – ambos os perigos – aspecto fundamental na construção da estrutura do risco.

Em 28 de novembro de 2011 há a fala de Iran Barbosa (vereador do PT) em defesa da causa ambiental no caso da maré, sendo mais um vereador se posicionando contra o projeto. Já em 19 de dezembro daquele mesmo ano, ocorre a primeira grande reunião do polo ambientalista envolvendo representantes políticos e administrativos, juntamente com determinados movimentos sociais com o fim de constituir uma frente em relação à obra da 13 de julho. O caráter geral de estrutura do risco defendida ali, no entanto, não se transforma. É a primeira e única vez que se encontra uma notícia que dá nomes, rostos e ideia àqueles que são em geral denominados de “ambientalistas” ou de membros de “movimentos sociais”. A reunião ocorreu na forma de um debate público na sede da Central dos Trabalhadores (CUT). Estavam presentes o Fórum em Defesa da Grande Aracaju, representado por Lizaldo Vieira, membro do Fórum e também coordenador estadual do Movimento Popular Ecológico de Sergipe (Mopec). Também representantes do Movimento Não Pago, da ONG Sílvio Romero, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/SE), parlamentares da Barra dos Coqueiros e Aracaju, entre eles a deputada Ana Lúcia (PT). Os debatedores marcaram outra reunião para decidir o que deveria ser feito e uma ação junto ao MPF estava sendo estudada.

A notícia foi encontrada no site da Infonet e foi publicada no mesmo dia em que, mais uma vez, no mesmo site, Cláudio Nunnes comenta a respeito do debate em torno da obra. O título da sua matéria é: “13 de Julho: Foto mostra pequenez da briga”. Ele se posiciona contrariamente ao embargo da obra e tenta com isto, pela primeira vez, aliás, descaracterizar os argumentos de impacto ambiental. Isto é feito após a apropriação da definição do risco ambiental pela EMURB, a despeito da ADEMA, e da aprovação, no judiciário, do argumento da PMA de que não há risco ambiental. A fotografia que é apresentada serve como evidencia de que o trecho da obra é pequeno demais para afetar qualquer coisa no rio e que o verdadeiro crime ambiental foram os 16 milhões de coliformes fecais por 100ml, tal como trazido anteriormente por João D’ávila. Será preciso que os MPE e MPF tomem para si a definição do risco e redefinem o espaço da Treze de Julho, bem como rio Sergipe e os efeitos da obra no local como assunto de competência da União e não somente do município para que a questão ambiental seja retomada e que se exija novamente argumentos científica e tecnicamente mais elaborados.

## Entre as “Administrações”: a Justiça

A definição do problema público como ambiental, tendo como objeto o projeto de contenção e não mais a maré, é realizada de forma definitiva pelos Ministério Público de Sergipe e Ministério Público Federal não muito tempo após a reunião apresentada acima. Na verdade, no dia seguinte a ela, em 20 de dezembro de 2013, é noticiado que “a justiça determina a suspensão das obras” na avenida beira mar por conta de ação dos MPs solicitando que União e ADEMA embarguem as obras. A decisão é do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5). Cerca de 10 dias depois, uma nova decisão do judiciário é emitida, desta vez aprovando a obra. No mesmo dia, 30 de dezembro, o Ministério Público Federal (MPF) informa que recorreu da decisão do presidente do TRF-5. Em 30 de janeiro de 2014 a prefeitura consegue

que a conclusão seja mais uma vez autorizada no judiciário. A sentença foi do juiz Ronivon de Aragão, da 2ª Vara federal, do Tribunal Regional Federal – 5ª Região – que julgou improcedente o pedido de paralisação da obra de contenção do avanço da maré na balastrada 13 de Julho.

No período dos embates no judiciário não se verificam mais postagens em blogs sobre o tema ou pronunciamentos dos ditos “ambientalistas” tendo em vista estratégias de construção do risco. Também não se verificam do lado da PMA. O final do conflito concernente a primeira fase da obra de defesa da Treze de Julho se passa em terreno completamente judicial. A última tentativa por parte dos contrários à obra, no caso “alguns ambientalistas”, pode ser verificada em 25 de fevereiro de 2014 quando se noticia já no título que “OAB/SE rejeita proposta de impetrar ação contra obra na beira mar”. Pela moldura do evento trazido na notícia, estavam presentes os membros da OAB/SE, Luiz Durval e Eduardo Matos, ambos argumentando a favor da obra.

Com ampla maioria dos conselheiros entendendo que neste momento seria extemporâneo e sem a presença de elementos técnicos que substanciassem a ação, a Ordem se manifestou favorável a continuidade da obra (A8 SERGIPE, OAB/SE rejeita proposta de impetrar ação contra obra na beira mar, 2014).

Os argumentos apresentados pelos representantes são os mesmos formulados e já destacados aqui pelo professor e engenheiro João D’Ávila. O rio é mais uma vez trazido como sendo o Sergipe e não o Poxim, como queriam os ambientalistas. Além disso, como fator a favor da necessidade da obra, é apresentado o elevado índice de poluição dos jatos de água que as ondas trazem à avenida. O fato evidencia a importância de João D’Ávila na construção bem-sucedida do problema ambiental da defesa litorânea da Treze de Julho, na medida em que conseguiu realizar a explicitação da estrutura conceitual do risco mediante uma argumentação de caráter científico e técnico (Hannigan, 2009).

## Conclusão

As análises das políticas públicas têm sido amplamente dominadas pela ênfase na ação do Estado, entendida como suas agências e instâncias burocráticas. Quando muito, tais perspectivas salientam os conflitos interadministrativos como fatores importantes para a compreensão do processo de emergência e de formulação de projetos e programas governamentais. Recentemente, alguns trabalhos têm salientado a importância de se considerar a ação de organizações e movimentos sociais como dimensões relevantes na análise das formulações de políticas públicas, o que nos conduz a pensar tais políticas como resultado das relações entre sociedade e Estado. Esse foco na dimensão societal acaba, por vezes, minimizando as dinâmicas próprias das agências e instâncias estatais. Por outro lado, a ênfase na dimensão estatal deixa de lado as mobilizações e ações desenvolvidas por organizações e atores sociais diversificados.

Ainda que permaneça muito residual, as tentativas de articular os processos de formulação e implementação de políticas públicas com as dinâmicas político-eleitorais constitui um passo importante para a ruptura da dicotomia “Estado versus Sociedade” neste tipo de análise. Isso porque evidencia o quanto a formulação e a execução de políticas públicas são impactadas pelas alterações políticas e eleitorais, desde clivagens político-ideológicas vinculadas às dinâmicas próprias do processo eleitoral até as que dizem respeito mais amplamente à esfera da política partidária (Oliveira, 2014). Ao tomarmos como objeto primeiro de análise o próprio processo de construção social do objeto da política estatal, foi possível observar o quanto essas dimensões estão profundamente interligadas e se retroalimentam.

Desse modo, os resultados obtidos permitiram constatar que a construção do “avanço da maré” no bairro Treze de Julho como um problema público envolveu um longo processo de definição e redefinição que resultou no seu posicionamento como causa

de possíveis desastres ambientais. Neste processo, algo que dizia respeito, inicialmente, a um fenômeno natural que fazia parte de normalidade do ano e das estações, se torna um problema de grandes proporções devido ao seu caráter de ameaça e risco ambiental. O embate entre os diferentes problemas foi promovido por diversas instituições, ao mesmo tempo em que permitiu delinear os sucessivos quadros conceituais de estruturas fundamentais do risco, nos quais tanto as causas quanto os perigos e as relações causais se contrastam. Neste sentido, ela nos mostra algo relativamente antigo na forma de utilização do "referencial ambiental" nas políticas públicas: ou seja, como ele constitui um instrumento importante para legitimar as intervenções do Estado em determinado setor e, principalmente, como um recurso importante nas lutas e conflitos em jogo (Oliveira, 1995).

Mais propriamente, tal desenvolvimento parece poder ser dividido em três grandes momentos principais: primeiramente, há o desenvolvimento concomitante e concorrente de dois problemas ambientais com estruturas diferentes e que, inicialmente, não se confrontam ou se opõem. É o que se poderia chamar de um "conflito frio". Os dois problemas se constroem a partir do impasse a respeito da ausência de liberação do licenciamento ambiental por parte da ADEMA. Já o segundo grande momento se inicia quando um dos polos encabeçado pela Prefeitura Municipal de Aracaju promove uma transformação substancial na estrutura do risco (tanto na causa do risco quanto no que constitui o perigo), ao mesmo tempo em que assume para si o direito legítimo, com base em ações na arena jurídica de decidir qual seria o principal risco e quem teria competência para licenciar a obra. Neste momento, a aliança liderada pela PMA ataca e nega a existência de risco ambiental, de forma que consegue retirar a presença da ADEMA do palco, que era quem tinha a competência legal para licenciar ou não tal projeto. Por fim, o terceiro grande momento se inicia quando o Ministério Público Federal e Ministério Público de Sergipe tomam para si a posição que antes estava com a ADEMA. Eles o fazem também através da arena ju-

dicial e com uma estratégia semelhante a que foi anteriormente utilizada pela PMA: buscam reconstruir a estrutura do risco no qual o próprio projeto de contenção é o objeto.

Dentre as condições que propiciaram a emergência do “avanço da maré” como um problema público está a alteração no executivo municipal decorrente do processo eleitoral de 2012 que elegeu João Alves Filho como prefeito da cidade de Aracaju. Tal mudança quebrou a aliança que até então tinha se estabelecido entre o governo do Estado e a prefeitura de Aracaju desde 2006, quando o então prefeito Marcelo Deda que governava o município ganhou as eleições para governo do Estado, deixando seu vice, Edvaldo Nogueira, no município. Este concluiu o mandato e foi reeleito, estabelecendo uma relação de proximidade entre as duas esferas estatais. Com a eleição de João Alves ao governo da capital se quebrou esse tipo de relação e a prefeitura se tornou uma esfera de concorrência entre dois grupos cuja origem remonta ao regime autoritário iniciado em 1964: de um lado, um grupo político cujo ingresso nos postos do Estado ocorreu em aliança com os que estavam no comando do Estado; de outro, um grupo que neste mesmo período estava na oposição e que inicia a ocupação nas instâncias administrativas e estatais no início dos anos 2000. Sem dúvida, isso constitui uma das condições principais para a compreensão do que levou o executivo municipal a mudar sua posição em relação à gestão anterior, de Edvaldo Nogueira, de investir na obra e na crescente construção do risco dos efeitos da maré.

Desse modo, o embate em torno do “avanço da maré” constitui um catalisador do confronto entre esses dois grupos com base na utilização das duas esferas estatais que estavam sob seu domínio. Todavia, tal conflito traz à tona outro ator estatal e a mobilização de uma arena distinta: o judiciário. Quanto a isto, constitui um importante achado desta pesquisa o papel da arena judicial na resolução dos conflitos entre diferentes setores da administração do Estado: a esfera municipal e estadual. Também no que diz res-

peito aos conflitos político-partidários que envolvem as disputas e competição entre diferentes níveis administrativos, salienta-se o fato de que é a arena judicial que se coloca como a esfera decisiva para a resolução desse tipo de conflito. Tal como já observamos em outro estudo (Oliveira, 2013), a utilização de vínculos e recursos judiciais se tornou central na dinâmica de formulação e de execução da política de defesa litorânea do Treze de Julho. Isso comprova que os atores judiciais passaram a ocupar uma posição destacada na formulação de políticas públicas. Todavia, pode-se dizer que o uso de recursos e da arena judicial está estreitamente ligado ao grau de conflito e de disputa entre as diferentes instâncias do Estado conforme sua vinculação com os diferentes grupos políticos em oposição e concorrência.

Tal investigação evidenciou que é preciso considerar o grau de oposição ou aliança entre os grupos envolvidos na formulação das políticas públicas, suas formas de controle das instâncias estatais e seus vínculos com os atores judiciais para melhor dar conta do papel e lugar da judicialização nos processos de execução das políticas públicas. Tais dimensões e suas diferentes formas de combinação constituem aspectos importantes para uma melhor compreensão das relações entre sociedade e Estado nas dinâmicas de implementação de políticas públicas.

## Referências

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia da Pesquisa de Campo: produzir e analisar dados etnográficos**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARADE, H. O. S. Políticas Públicas: uma abordagem teórico-metodológica nos campos da ciência política e da antropologia. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, 3. n. 8, p. 150-172, set/dez 2009.

CEFAÏ, Daniel "La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques", **Réseaux** 14, n<sup>o</sup> 75 (1996): 43-66.

CORTES, S. V.; LIMA, L. L. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. **Lua Nova**, São Paulo, 87: 33-62, 2012.



HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**. Tradução Annahid Burnett. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. v. Coleção Sociologia.

RIBEIRO, Rafael. A construção da seca como problema: administração pública e representações da natureza durante a seca de 1877-1879 no Ceará. In: LIMA, A. C. DE S.; ENNE, A. L. S. (eds.). **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

OLIVEIRA, W. J. F. Antropologia, Política e Etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo. In: PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. N. (Eds.). **Como estudar elites**. Série Pesquisa. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. “Dinâmicas institucionais e competência técnica no zoneamento ambiental da silvicultura no Rio Grande do Sul”. Lisboa: **Análise Social**, nº 211 (2014): 382–407.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. **A Utilização do “Referencial Ambientalista” como Justificativa à Implantação do Sistema de Coleta Seletiva de Lixo em Porto Alegre**. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 1995 (Dissertação de Mestrado).

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. O Uso de Dados Disponíveis como fonte de Informação. In: **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2a ed. São Paulo: E.P.U, 1967. p. 355–386.

SOUZA LIMA, A. C. Dossiê Fazendo o Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. São Paulo: **Revista de Antropologia**, v. 55, p. 559–564, 2012.

SOUZA LIMA, A. C.; CASTRO, J. P. M. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). Recife: **Revista Antropológicas**, 2. v. 26, p. 17–54, 2015.



# Midias e Questões Étnico-Raciais: um Enfoque Triangular\*

*Nara Maria Emanuelli Magalhaes\*\**

## **Resumo:**

Este artigo propõe algumas reflexões teóricas a respeito de questões étnico-raciais e mídias, que podem ser úteis em pesquisas que abordem percepções e representações de sujeitos que se autodefinem como negros comparadas a abordagens da televisão sobre questões étnico-raciais e interações a respeito do tema em redes sociais. Se deseja ressaltar a importância de realizar pesquisas que considerem o protagonismo dos sujeitos nas construções sociais de estereótipos e no seu combate. Para tanto se propõe a reflexão focada em sujeitos que buscam a valorização da raça negra, vivida positivamente, como valorização social, verificando suas vivências em torno da televisão e seu protagonismo nos usos de redes sociais, bem como a interação e interpretação de outros sujeitos a respeito destas questões, as representações que outros sujeitos constroem a respeito deles e as repercussões destas construções em seus espaços de convívio. A reflexão propõe um enfoque metodológico que valorize esse protagonismo, tendo como base a experiência de realização de um estudo anterior com estudantes de países africanos que buscam formação no Brasil<sup>3</sup>, e

\* Uma versão deste artigo foi publicada nos Anais do GP Comunicação e Culturas Urbanas, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado no Rio de Janeiro em setembro de 2015.

\*\* A autora possui Doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC) e realizou Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD)/CAPES. Atua na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como Técnica em Assuntos Educacionais. Email: magalhaes.nara@gmail.com

\*\*\* A pesquisa contou com Missões Científicas a países como Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau, com apoio do CNPq, analisando a pós-diplomação de estudantes originários destes países que se graduaram no Brasil.

a observação de seu convívio em espaços universitários, pesquisa que lançou algumas bases para as questões sobre as quais propomos refletir neste artigo.

**Palavras-chave:** Mídias tradicionais. Novas mídias. Questões étnico-raciais. Televisão. Redes sociais.

## Media and Ethnic-Racial Issues: a Triangular Approach

### Abstract

This paper proposes some theoretical reflections on ethnic-racial issues and media, which may be useful in research focusing on perceptions and representations of self-defining subjects as black, compared to television approaches to ethnic-racial issues, and interactions respect of the theme in social networks. We emphasize the importance of conducting research with focus that consider the protagonism of the subjects, in the social constructions of stereotypes and in their combat. Therefore, it is proposed the reflection focused on subjects who seek the valorization of the black race, lived positively, as social valorization, verifying their experiences around television and its protagonism in the use of social networks, as well as the interaction and interpretation of other subjects, the representations that other subjects construct about them and the repercussions of these constructions on their living spaces. The reflection proposes a methodological approach that values this protagonism, based on the experience of conducting a previous study with students from African countries seeking training in Brazil, and the observation of their conviviality in university spaces, a research that laid some foundations for questions we propose to reflect on in this article.

**Keywords:** Traditional media. New media. Ethnic-racial issues. Television. Social networks.

## Medios de Comunicación y Cuestiones Étnico-raciales: un Enfoque Triangular

### Resumen

Este artículo propone algunas reflexiones teóricas sobre los problemas étnicos y raciales y los medios de comunicación, que pueden ser útiles en la investigación que aborda las percepciones y representaciones de sujetos autodefinidos como negros en comparación con los enfoques televisivos de los problemas étnico-raciales y las interacciones acerca del tema en las redes sociales. Es importante destacar la importancia de realizar una investigación que considere el protagonismo de los sujetos, en las construcciones sociales de los estereotipos y en su combate. Por ello, se propone la reflexión centrada en sujetos que buscan la valorización de la raza negra, viviéndola positivamente, como valorización social, verificando sus experiencias en torno a la televisión y su protagonismo en el uso de las redes sociales, así como la interacción e interpretación de otras personas sobre estos temas, las representaciones que otros sujetos construyen sobre ellos y las repercusiones de estas construcciones en sus espacios de convivencia. La reflexión propone un enfoque metodológico que valora este protagonismo, basado en la experiencia de realizar un estudio previo con estudiantes de países africanos que buscan formación en Brasil, y la observación de su convivencia en espacios universitarios, una investigación que sentó algunas bases para preguntas que proponemos reflexionar en este artículo.

**Palabras clave:** Medios de comunicación. Cuestiones étnico-raciales. Televisión. Redes sociales.

Este artigo propõe uma reflexão teórico-metodológica a respeito de pesquisas com as mídias tradicionais e novas mídias – como a televisão e as redes sociais –, e o protagonismo de sujeitos que se autodefinem como negros. Argumentamos aqui que quando se estuda os estereótipos construídos pelas mídias é de grande importância adotar um foco triangular<sup>1</sup> (os sujeitos, a mídia e os outros), com ênfase nos sujeitos que se autodefinem como negros. Assim, é possível evitar reificações a respeito das construções midiáticas e se interrogar até que ponto estas construções encontram ou não eco entre os diversos grupos sociais. Conhecer os sujeitos sobre os quais consideramos que as mídias constroem estereótipos é fundamental para não repetir e/ou criar novos estereótipos, ou para verificar até que ponto existem reinterpretações e/ou ressignificações realizadas pelos mesmos.

## Os sujeitos, as mídias tradicionais e as novas mídias, e os outros

Quando o estudo é focado em pontos de vista específicos de indivíduos que pautam sua atuação, com maior ou menor ênfase, na valorização da identidade étnico-racial, se propõe buscar compreender sua relação cotidiana com os meios de comunicação, com destaque para a televisão, e considerando também o acesso e interação em redes sociais como o facebook. É importante conhecer algumas de suas práticas cotidianas, e dialogar sobre o modo como analisam os bens produzidos pela televisão<sup>2</sup>, e como interagem nas redes sociais, suas considerações sobre produções de estereótipos e/ou reforço das desigualdades e o modo como afetam suas vidas, segundo seus relatos.

1 Para construir o foco nos inspiramos na metodologia proposta pelo pesquisador colombiano Armando Silva (2004), que propõe, para estudar os urbanismos cidadãos, centrar em três dimensões: os dados oficiais, as visões da mídia e os próprios cidadãos.

2 Consideramos os bens produzidos pela televisão no mesmo sentido de Bourdieu (1979), quando define “bens culturais” como aqueles cujo significado não é apenas econômico, mas envolvem valores subjetivos que precisam ser investigados.

Assim, se deve buscar conhecer quais suas interpretações e vivências com as mídias; que iniciativa ou agência já protagonizaram no sentido da sua pertença identitária, envolvendo as questões étnico-raciais e conflitos relacionados a elas; como interpretam representações da mídia a respeito, que outras representações constróem e que diálogos diretos e indiretos com as produções televisivas aparecem em suas construções identitárias; as representações que os outros constróem a respeito deles e as repercussões destas construções midiáticas em seus espaços de convívio<sup>3</sup>.

A perspectiva de análise deve se dar comparativamente, em diferentes planos, ou seja, buscar destacar o ponto de vista dos próprios sujeitos representados diante de algumas abordagens da mídia tradicional televisiva a respeito de questões com as quais se identificam/confrontam, para cotejá-los entre si e com o ponto de vista de outros, analisando consequências recíprocas desse debate identitário público, bem como os diversos tipos de agência<sup>4</sup> promovidos pelos sujeitos, inclusive iniciativas protagonizadas em novas mídias como o facebook.

Assim, temos como objetivo geral desta reflexão contribuir para o debate a respeito da dinâmica cultural brasileira, através da comparação entre representações sobre identidades étnico-raciais, procurando evidenciar se em alguma medida o debate público sobre o tema tem conseguido ou não ampliar espaços para que as diferenças construídas com base nelas sejam vistas como

3 Representações aqui estão sendo entendidas como produções simbólicas construídas na vida em sociedade, e que não estão isentas de relações de poder para alcançar legitimidade e se tornarem aceitas. A este respeito, ver Foucault (1979) e também Rabinow (1986; 1999). Sobre as identidades dos sujeitos e suas representações, ver Hall (1998), especialmente o capítulo "Nascimento e morte do sujeito moderno" (p. 23-46).

4 Refiro-me ao conceito de agency utilizado por Sherry Ortner em sua discussão sobre uma "teoria da prática" para se referir a vários tipos de ações e práticas que os sujeitos protagonizam em contextos variados, em processos que incluem relações de poder. Ver Ortner (1984 e 2007).

distintividade e positividade; é nossa intenção também contribuir para compreender alguns novos significados atribuídos a práticas relacionadas à televisão, tais como possíveis usos da visibilidade que proporciona, de modo a ampliar nossa percepção sobre a agência das pessoas nas dinâmicas de construção identitária que envolvem a mídia, e os diversos protagonismos construídos por grupos em disputa por espaço, numa época em que o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação alcança grande parte da sociedade, inclusive os grupos que denominamos minorias.

Sabemos que tradicionalmente têm sido considerados minoritários aqueles grupos com características consideradas diferentes da maioria da sociedade. As minorias étnicas podem ser definidas simultaneamente por si mesmas, através de critérios específicos de pertencimento (fronteiras de inclusão) e pela sociedade envolvente (fronteiras de exclusão). Podem, também, acionar traços de sua tradição (a ancestralidade por exemplo) como alavanca para o alcance de algum recurso político (Banton, 1977). Atualmente, esse conceito tem sido ampliado e abrange todo grupo humano em situação de desvantagem social, cultural, econômica, política ou jurídica, cujos direitos são vulnerabilizados apenas por possuírem alguma ou algumas características diferentes das do grupo dominante da sociedade (Lopes, 2006). Assim, busca-se contribuir para dar visibilidade a questões sociais e identitárias de um grupo social cuja característica de “minoria” está longe de ser relacionada a critérios numéricos.

Outra contribuição para o debate é buscar desvendar algumas complexidades envolvidas no “jogo de espelhos”<sup>5</sup> que se realiza entre algumas produções culturais da mídia televisiva sobre su-

5 Expressão utilizada por Sylvania Caiuby Novaes (1993) em livro do mesmo nome. Ver especialmente o capítulo sobre a fabricação da identidade, em que a autora discute a possibilidade de grupos indígenas utilizarem códigos do mundo “moderno” dos brancos para reafirmarem sua diferença e suas identidades “tradicionais” indígenas.



jeitos negros e interpretações construídas pelos próprios sujeitos representados, bem como as representações de outros que se consideram não negros, inclusive em outros espaços onde essas múltiplas representações se expressam, no processo de convívio e na dinâmica social, como através das interações em redes sociais. Argumentamos que, no debate sobre questões étnico-raciais, não basta conhecer práticas cotidianas em torno da televisão, incluindo usos domésticos e públicos protagonizados pelas pessoas<sup>6</sup> pesquisadas sobre a (e em torno da) televisão e seus produtos culturais. É importante, e até mesmo necessário nos dias atuais, analisar as repercussões nas redes sociais a partir dos destaques dos sujeitos pesquisados.

## Questões étnico-raciais ou raças?

Sabemos que o debate sobre raças no final do Século XIX gerava muitos preconceitos e exclusões, reforçando as relações de desigualdade<sup>7</sup>. Mas as teorias do início do Século XX sobre supostas “democracias raciais”<sup>8</sup> se mostraram ainda mais perversas, pois

6 Ao nos referirmos às expressões “individuais”, aos “sujeitos” e às “pessoas” pesquisadas não estamos problematizando estas categorias, o que pode ser feito conforme o tipo de pesquisa realizada. Para compreender a importância e o impacto do debate sobre essas categorias no campo antropológico, ver Dumont (1993), Da Matta (1987), Duarte (1986, 2003).

7 Referimo-nos a teorias dos Séculos XVIII e XIX, como a de Joseph Gobineau (1816-1882), que fundamentaram a expansão colonial e imperial de nações europeias, justificando a subjugação de povos e territórios. Ver a respeito Giddens (2005, p. 205). Ver também Boas, que já em 1930, discutindo a metodologia das Ciências Sociais para explicar as formas culturais, recusava determinismos como o geográfico, econômico e racial (recusando as teorias de Gobineau). Em suas palavras: “Não acredito que se tenha dado até hoje qualquer prova convincente de uma relação direta entre raça e cultura. (...) Características hereditárias têm um valor cultural quando são socialmente significantes... Qualquer tentativa de explicar as formas culturais numa base puramente biológica está fadada ao fracasso”. (Boas, 2005, p. 60).

8 Como o argumento desenvolvido por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, no início do século XX, que colocaria o Brasil para o resto do mundo como uma experiência bem-sucedida de mistura de raças e de “democracia racial”, ideia que permaneceu em um imaginário que dificultou o combate ao racismo, considerado como “inexistente” por aqui.

impediam as reivindicações de direitos daqueles atingidos pelos preconceitos. Na virada do Século XXI, ganhou força a racialização do debate, numa outra direção, como forma de valorização das identidades e singularidades. O resgate do orgulho da raça negra, por exemplo, foi reforçado por movimentos sociais que propõem a valorização das diferenças como parte da diversidade cultural, que podem ser entendidas dentro de uma nova política de identidades (Hall, 1998). Tanto nos estudos teóricos como no movimento social, houve proposições nunca plenamente atingidas de abandonar a ideia de raça e adotar a noção de etnia, por considerá-la menos carregada de valor e menos geradora de preconceito. Mas, na atualidade, os movimentos sociais propõem ressignificar a noção de raça, positivando-a. Com isso, pressionam e influenciam o surgimento de novas políticas de inclusão racial, que buscam através de ações concretas reparações históricas de injustiças sociais: cotas para ingresso nas universidades; critérios para demarcação de terras de quilombos, entre outras. Essas medidas geram calorosos debates, demonstrando que raças podem não existir geneticamente, mas permanecem como valor na cultura<sup>9</sup> (Barcellos, 2004), por isto a grande importância do tema e a relevância desta investigação proposta.

Por outro lado, as abordagens da mídia a respeito têm proliferado, mas pouco têm sido estudadas, especialmente através de pesquisas que busquem privilegiar o contexto etnográfico e a visão de nossos interlocutores em campo, buscando ir além do tom de denúncia sobre abordagens estereotipadas<sup>10</sup>. Por isso,

9 Ver, por exemplo, o artigo de Daisy Barcellos (2004b) sobre o “ódio” racial, em coletânea organizada por Cláudia Fonseca, que debate os direitos humanos.

10 Essa proposição de estudos etnográficos sobre televisão no atual contexto encontra eco nas análises realizadas por Abu-Lughod, *The Interpretation of Cultures after television*. A autora afirma que estamos apenas começando a encontrar o ponto de entrada para um trabalho etnográfico que resgate a importância da televisão no imaginário e na vida das pessoas na sociedade contemporânea (2000). Dialogando com mulheres do alto Egito sobre suas vidas, relações de parentesco, de vizinhança, etc. e uma série televisiva demonstra como a televisão pode ser boa para falar de megaconceitos (como sugeriu Geertz), e até para repensar o conceito de cultura ou culturas.

a importância de estudar os sujeitos que se autorrepresentam como negros e, além das interpretações da mídia que protagonizam, dos vários usos que fazem das tecnologias digitais, buscar compreender as relações que estabelecem com a mídia, em momentos rotineiros do cotidiano, ou em momentos de luta política por valorização identitária.

Num contexto em que vivemos, em que os valores internos às sociedades se chocam, questionando proposições relativistas que chegam a parecer ingênuas (Geertz, 1999), podemos pensar no papel que a mídia tem na expressão de valores conflitantes, como aqueles que envolvem questões étnico-raciais. Consideramos que as normas e prescrições que a sociedade e a cultura ditam sobre comportamentos; as representações que as pessoas de diferentes grupos constroem sobre si mesmas, sobre as relações com os outros e as demandas sociais a que estão sujeitas num contexto de cruzamento de valores podem ser com maior facilidade acessadas pelo pesquisador se estiver atento às novas formas de interação social com a mídia que os sujeitos estabelecem na sociedade atual<sup>11</sup>.

As pesquisas sobre sujeitos que se situam no campo das relações étnico-raciais, e que se autodefinem como negros, muito nos têm revelado sobre seus estilos de vida, histórias e complexos esquemas de pertencimento. A discussão também nos revela um viés que sai das “fronteiras” do grupo propriamente ditas para pensá-las num esquema mais complexo que envolve forças políticas e jurídicas. As comunidades tradicionais, por exemplo, têm notoriamente acumulado visibilidades desde os ganhos políticos oriundos da constituição de 1988<sup>12</sup>. Porém, pouco tem se falado

11 Ver proposição a respeito da televisão como “pretexto” para falar de si e do outro, ou como metáfora para falar de personagens, para expressar valores conflitantes ou afins e construir comunidades de sentido, em Magalhães (2008).

12 E aqui foi aberto todo um campo de trabalhos antropológicos, de elaboração de laudos que muitas vezes foram apropriados pelas comunidades, no sentido da luta por direitos à propriedade territorial. Ver debates a respeito na coletânea “Antropologia extramuros”, organizada por Gláucia Silva (2008).

da mídia, do debate que pauta a respeito do protagonismo dos sujeitos quanto às construções identitárias e suas visibilidades, das elaborações e reelaborações midiáticas em torno deste tema.

Vale ressaltar que, enquanto isso, a temática da diferença étnica tem ganhado cada vez mais espaço na mídia. Existe a recorrência de “leituras desconfiadas” sobre várias demandas envolvendo essas problemáticas, como aquelas relacionadas aos quilombolas, por exemplo, que colocam em jogo a pertinência e veracidade dos pleitos políticos por regularização fundiária<sup>13</sup>. Ou as relacionadas aos ingressos por cotas em universidades, questionando critérios de autoatribuição de cor<sup>14</sup>. Por outro lado, os sujeitos envolvidos parecem interessados em “responder” a tais “desconfianças”. Queremos contribuir, com a proposta metodológica de pesquisas nesta linha, para conhecer alguns elementos dessa controversa relação, e para ampliar o repertório dos vários sujeitos em interação a respeito das polêmicas e conflitos sobre questões étnico-raciais. Gostaríamos também de ampliar a visibilidade de práticas dos sujeitos mais diretamente envolvidos nessa luta, seu protagonismo social por valorização identitária, contribuindo para que essa identidade seja positivada, e suas relações com a mídia sejam vistas de outro modo, além dos argumentos de manipulação.

Estamos considerando a importância da categoria raça para a discussão sobre a identidade cultural dos sujeitos nesse campo de pesquisa, sem considerá-la, no entanto, de modo essencialista. Consideramos que, do ponto de vista biológico, raças não existem, mas do ponto de vista cultural e social elas estão permanentemente definindo pertencimentos, inclusões e exclusões. Preferimos, portanto, trabalhar considerando que não há uma essência de cor, mas, sim, uma gradação de cores (Barcellos, 1996), a qual os sujeitos recorrem para se autodefinir. Com isso,

13 Ver a respeito Magalhães (2008), e também Salaini e Magalhães (2009).

14 Uma abordagem sobre cotas encontra-se em Arabela Oliven (2007).

se destaca a importância de privilegiar a gradação de cores autoatribuída pelos sujeitos nas pesquisas.

A categoria “identidade” tampouco pode ser considerada de modo estanque. As considerações de Paul Gilroy a respeito das identidades negras reportarem-se ou não à África podem servir de referência: “A história do Atlântico negro fornece um vasto acervo de lições quanto à instabilidade e à mutação de identidades que estão sempre inacabadas, sempre sendo refeitas” (Gilroy, 2008, p. 30).

Além dessas questões, é importante atentar para o contexto atual de diversidade cultural, considerando-o como pano de fundo em distintos temas de pesquisa. A diversidade cultural atual pode ser vista como um fenômeno com características próprias que demanda novas posturas metodológicas e um giro de perspectiva teórica, bem como uma reflexão sobre os limites do relativismo diante de conflitos advindos não mais (ou não só) de outras sociedades com costumes diversos, mas internamente às sociedades (Geertz, 1999). Ao reconhecer que existem grupos assumindo posturas conflitantes a respeito do que se considera “correto” e/ou “normal” em determinada sociedade, é possível considerar que vivemos num complexo contexto de colagem de valores diversos, que as pesquisas podem revelar. As identidades étnico-raciais diante e através da mídia podem ser pensadas neste contexto de cruzamento diário entre distintas referências culturais, buscando pistas sobre os processos de legitimação e deslegitimação construídos pela mídia e/ou seus intérpretes, ou pelos atores interagindo em redes sociais.

## Estudos sobre mídias: breve histórico de categorias no debate

Consideramos importante definir aqui em que sentido estamos propondo os estudos sobre televisão e redes sociais, ou mídias tradicionais e novas mídias. Para tanto, faremos um breve resgate histórico sobre as diferentes abordagens, ressaltando algumas categorias (como cultura, ideologia, hegemonia, autor/leitor, receptor, entre outras) e metodologias priorizadas<sup>15</sup>.

A importância de estudar a televisão e sua repercussão sobre a sociedade tem sido destacada por vários estudiosos, desde o seu surgimento. Os precursores já se preocupavam em estudar os efeitos da televisão sobre a população (Merton e Lazarsfeld, 2000). Ainda nos anos 1940, essa temática começou a interessar um grupo de filósofos alemães: a conhecida Escola de Frankfurt<sup>16</sup>. Só após os anos 1950 é que a temática começou a interessar os sociólogos, inicialmente os seguidores de Merton. A grande maioria dos estudos durante esse período inicial se centrava na análise dos meios, de seu poder, de seus efeitos, de suas intenções ocultas. Outro problema que durante muito tempo ocupou os pesquisadores da comunicação foram as tentativas de controle do poder dos meios sobre a população.

Os autores da Escola de Frankfurt trabalhavam com o pressuposto de que um determinado sistema de produção de símbolos está ligado a um modo social de produção. No debate teórico

15 Além desses destaques, que optamos por realizar percorrendo categorias de debate em períodos históricos, reconhecemos que seria impossível no âmbito deste trabalho fazer justiça a toda tradição teórica de pesquisas sobre cultura e televisão. Como esperamos evidenciar, a linha de interlocução adotada aqui perpassa várias áreas do conhecimento: Kaplan (1983), Eagleton (1983), Sousa (1995), Martín-Barbero (1997), Jacks (1987; 2005; 2006), Borelli et al. (2000) são algumas das referências, entre outras.

16 O posicionamento dessa Escola foi tão importante que se manteve quase que como única referência considerada válida no debate sobre meios de comunicação de massa no Brasil até meados da década de 1980, no chamado paradigma crítico.

daquele período, o conceito de ideologia era central. Pensada como indissociável de um conteúdo de falsidade e dissimulação da realidade, levada a efeito pela classe dominante, a concepção de ideologia se completava com a análise da massificação e homogeneização levada a efeito pelos meios de comunicação, a serviço da mesma classe e das quais a grande “massa” seria alvo.

O cenário começou a mudar nos anos 1980, quando proliferaram as críticas aos frankfurtianos e se resgatou a importância do receptor como sujeito da comunicação, e esta passou a ser vista então como um processo complexo e não apenas num esquema linear. A crítica aos frankfurtianos e a todos que temiam o “fim da cultura” ou a irremediável desqualificação realizada pela mídia foi feita por vários autores, especialmente à sua compreensão da cultura como algo imposto e não construído coletivamente, e à sua suposição de que a massificação seria irreversível, lamentando a destruição das formas estéticas puras<sup>17</sup>.

Com a incorporação do conceito gramsciano de hegemonia, a discussão avançou. Muitos trabalhos na área de ciências sociais partiam de Gramsci, e abordavam a reelaboração possível de um bem cultural produzido massivamente. Questionou-se então a ideia do “produtor legítimo”, a partir da análise do processo em que a reprodução e a transformação de uma dada produção hegemônica são simultâneas ou fruto de negociações e relações de poder em que a legitimidade é alternadamente atribuída a diferentes grupos. Nesses e em outros estudos sobre televisão, cinema, literatura, música, das áreas das Ciências Sociais e Comunicação<sup>18</sup>, a sociedade é pensada de forma dinâmica e a construção da hegemonia é tomada como um processo, nunca pronto e acabado, que inclui o aspecto da negociação: para que as ideias de uma classe

17 Quanto a essas concepções, me refiro especialmente a Adorno e Horkheimer. Para uma crítica à Escola de Frankfurt, ver Eco (1993), e no Brasil, Leal (1986) e Ortiz, Borelli e Ramos (1989), entre outros.

18 Refiro-me às abordagens de Ortiz, Borelli e Ramos (1989); Leal (1986); Lopes (1998); Jacks (1987), entre outros.

possam ser dominantes, elas precisam ser convincentes, o que não pode acontecer exclusivamente com base em valores falsos.

Nesse período, os pesquisadores da área utilizavam o conceito de ideologia de uma maneira muito identificada com a concepção de cultura. Recorrendo ao conceito gramsciano de hegemonia para entender a dinâmica cultural e as oscilações nas relações de poder, definiam ideologia como sinônimo de sistemas de significados construídos coletivamente e próprios de determinada época histórica, sem o conteúdo de falsidade e mascaramento que geralmente lhe era atribuído pelos marxistas<sup>19</sup>.

Ainda nos anos 1980, temos outro importante debate no campo da literatura. Um dos autores é Terry Eagleton, que reflete sobre a relação autor-leitor, de um modo que serve de paralelo para pensarmos a relação emissor-receptor e o processo de comunicação como um todo. Em seu livro “Teoria da literatura - uma introdução” constrói um diálogo com vários autores da filosofia e questiona concepções que tomam o significado de um texto como se fosse dado pelo que o autor pretendeu que fosse. Segundo ele, não há nada na natureza do texto que leve o leitor a interpretá-lo de acordo com o significado pretendido pelo autor. Só quem considera o significado como algo à parte da linguagem poderia afirmar isso. Ele situa como uma novidade importante para esse debate o surgimento, na Alemanha dos anos 1980, de teorias que denomina de estética da recepção, ou teoria da recepção, a qual ele considera como uma manifestação da hermenêutica, a partir da tradição fenomenológica de Husserl e Heidegger (Eagleton, 1983).

Esta que Eagleton chama de teoria da recepção corresponde ao que outros autores chamam de estudos de crítica literária. É o caso de Maria Immacolata Lopes que, ao fazer um breve ba-

19 Com isto, tais abordagens foram consideradas responsáveis pela “despolitização” do conceito de ideologia no Brasil. O destaque aqui é para marcar a mudanças de significados das categorias no debate.



lanço sobre a tradição que antecedeu os estudos de recepção, refere-se à existência de algum consenso quanto a considerar as seguintes correntes teóricas como principais: pesquisas dos efeitos; pesquisas dos usos e gratificações; estudos literários; estudos culturais, e análise da recepção. E a autora considera que os estudos de recepção assumiriam hoje o caráter de uma etnografia das audiências (Lopes, 1998)<sup>20</sup>.

Por outro lado, o campo conhecido como “estudos culturais” constitui conhecida referência em pesquisas sobre a temática da comunicação. Mas eles não podem ser tomados como sinônimo de “estudos de recepção”, apesar de terem muitos pontos em comum. É o que esclarecem Jacks e Escosteguy, para quem a diferença é que:

... no campo dos estudos culturais, a comunicação de massa é vista como integrada às demais práticas da vida diária, entendidas estas como todas as atividades que dão sentido à vida social. (...)...para os estudos culturais, portanto, a pesquisa de comunicação não é a que focaliza estritamente os meios, mas a que se dá no espaço de um circuito composto pela produção, circulação e consumo da cultura midiática. O que caracteriza (...) a análise da recepção são os procedimentos comparativos entre o discurso dos meios e o da audiência, e entre a estrutura do conteúdo e a estrutura da audiência em relação a este conteúdo (Jacks e Escosteguy, 2005, p. 38-42).

Portanto, os estudos culturais abrangem uma ótica ampliada, não focando apenas nos meios, mas abrangendo produção, circulação e consumo da cultura midiática, enquanto os estudos de recepção têm o foco nos meios e suas audiências.

20 Os estudos de recepção têm por referência na antropologia o trabalho de Leal (1986 e 1993), e na comunicação Sousa (1995), que encontram correspondência na obra Martín-Barbero (1997), o qual influenciou uma série de pesquisas nessa linha em toda América Latina, inclusive em abordagens mais recentes. Nos estudos sobre televisão de modo mais geral, importante referência é a coletânea organizada por Kaplan (1983). Mais recentemente, Jacks e Escosteguy (2005, p. 39-41) se referem aos estudos nas mesmas cinco tradições citadas por Lopes, mas mantendo diferenciação entre “estudos de recepção” e “etnografia das audiências”.

Outros autores também buscam contribuir na definição do campo dos estudos culturais, que surgiram na Inglaterra e se espalharam pelo mundo. É o caso de Silva (1999), que situa a diferença entre a época do surgimento e a perspectiva atual: os chamados estudos culturais têm sua origem a partir da fundação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, na década de 1960, mas há uma vertente contemporânea que contempla a perspectiva pós-estruturalista dialogando com a produção de Michel Foucault e Jacques Derrida. Stuart Hall é outro dos autores que fazem parte do campo dos Estudos Culturais, mas que se diferencia do campo, pois propõe um modelo analítico que desloca o foco do texto para a audiência (Jacks e Escosteguy, 2005).

Cabe ressaltar que consideramos importante priorizar a etnografia, realizando estudos de etnografia de audiência, sempre que o trabalho de campo mostre a relevância de comparar a produção televisiva e a interpretação dos sujeitos, considerando que esta é uma metodologia com especificidade antropológica, a qual mantém interfaces com os “estudos culturais” e com os “estudos de recepção” (Magalhães, 2008).

Ao analisar as várias tradições de pesquisas sobre meios de comunicação e cultura, podemos perceber que durante um longo período, num Brasil mergulhado num contexto político de dominação e repressão, a perspectiva frankfurtiana foi considerada “a grande explicação”, mantendo seu prestígio inabalável por um período de quase meio século (e ainda hoje constituindo-se em forte referência).

Mas no período imediatamente subsequente, proliferaram as perspectivas dos estudos de comunicação e cultura. E esse proliferar não se fez por acaso, ele foi fruto de uma efervescência no pensamento científico mundial, que atravessou várias áreas do conhecimento. É que a partir da segunda metade da década de 1980, o saber científico se tornou, ele próprio, o centro das

reflexões, e houve uma série de questionamentos que colocou em xeque certos pressupostos, antes sacralizados. Na relação sujeito e objeto de pesquisa, se começou renegando o próprio termo “objeto”, como forma de tentar refletir sobre as desigualdades criadas na situação de pesquisa. Esta só podia acontecer a partir de uma relação social estabelecida entre no mínimo dois sujeitos - o pesquisador e o pesquisado. As tentativas de acabar (ou diminuir) o poder do pesquisador se estenderam à escrita científica, tendo como proposta a polifonia, isto é, a construção do texto acadêmico a partir das muitas vozes dos pesquisados. Na antropologia, uma das críticas mais contundentes foi ao chamado realismo etnográfico, que seria, entre outras questões, a pretensão de, a partir da pesquisa empírica e da comprovação inegável de que se esteve em campo, tomar a descrição resultante como se fosse “a própria realidade”, construindo a teoria de modo empiricista e dando à teoria um estatuto de verdade inquestionável, como se pudesse expressar fielmente a realidade<sup>21</sup>.

Com o questionamento ao saber científico, chegou-se ao reconhecimento de que ele é um saber entre outros<sup>22</sup>, sem aquele estatuto de superioridade e verdade que geralmente lhe era atribuído, desde o seu surgimento no século XVIII. Os ideais da modernidade não só não haviam se realizado, como precisavam ser abandonados.

21 Estamos nos referindo aqui ao debate pós-moderno, que a princípio foi visto como bastante original e depois foi considerado exagerado em vários pontos e muito próprio da realidade dos países hegemônicos, especialmente da antropologia norte-americana. Ver a respeito Eriksen e Nielsen (2007), os quais destacam: “depois do pós-modernismo, a antropologia não podia mais ser vista como discurso privilegiado com acesso à verdade objetiva sobre os povos que ela estudava” (p. 180).

22 Os questionamentos sobre o saber científico e a pretensão de verdade ou apreensão da realidade encontram-se já em Foucault, em *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979; e também em Rabinow, *Representations are social facts: modernity and post-modernity in Anthropology*, de 1986. Este último artigo mais tarde foi publicado em português, em coletânea junto a outros textos do autor (1999).

Ainda nos anos 1990 e adentrando no novo século, a discussão sobre a globalização, que se deu ora sucedendo, ora potencializando o intenso debate sobre o saber científico, veio trazer novo fôlego às ciências sociais como um todo. Segundo os estudiosos do fenômeno, o processo de formação da sociedade global ocorre de modo contraditório, heterogêneo e desigual, levando a transformações nas categorias do entendimento sociológico que buscam explicá-lo. O processo histórico-social de formação da sociedade global é definido tanto pela integração e pela homogeneização quanto por tensões, desigualdades, diferenciações e exclusões<sup>23</sup>.

Nesse contexto, as abordagens sobre as novas tecnologias, e sobre a crescente influência dos meios de comunicação na sociedade ganharam novos matizes, e proliferaram as metáforas – a sociedade do espetáculo (Subirats, 1989), o mundo virtual (Lévy, 1993), a sedução televisiva sobre as audiências (Baudrillard, 1992); a era da comunicação (Matellart, 2000). Foi um período de intensos debates e a busca de construção de novas categorias para explicar as aceleradas transformações, num mundo cada vez mais interligado e complexo, marcou nossa produção científica dessa virada de século. A abordagem aqui proposta tem como referência esses questionamentos.

Uma perspectiva de análise oriunda das Ciências Sociais sobre abordagens midiáticas pode considerar, portanto, que a mídia opera como uma “caixa de ressonância” das múltiplas formas de construção da diferença e da desigualdade social. A discursividade verbal, visual, sonora, etc., que a mídia produz e reproduz, organiza e amplifica uma discursividade social atra-

23 Esse período de intensos debates e questionamentos ficou conhecido como “crise de paradigmas”, e resultou em uma profícua produção teórica, que renovou o projeto das ciências sociais como um todo. Autores como Ianni (1996), Sousa Santos (1994), Giddens (1996), entre outros, abordam as modificações das sociedades contemporâneas, e as novas categorias de entendimento sociológico elaboradas para entender a sociedade global.

vessada por essas formas, que estão na base dos processos de recepção e produção dos produtos midiáticos. Esses processos merecem ser estudados em sua complexidade, buscando compreender como são construídas maneiras de legitimar ou deslegitimar, convalidar ou desacreditar modos de conceber o pertencimento e a exclusão, e modos de imaginar e viver as clivagens e as categorias sociais. Por isso, é importante considerar que as variadas mídias, em especial a televisão e as redes sociais, podem ser valiosas portas de acesso ao “ponto de vista dos nativos” (Geertz, 1983) no mundo globalizado do século XXI<sup>24</sup>. Por isso a importância de propor um enfoque que priorize não só os programas e suas audiências, mas os entornos construídos pelos sujeitos pesquisados, sua interação com as mídias e com outros sujeitos que não estão envolvidos em suas pautas identitárias.

Ao atentarmos para as práticas e representações sobre a televisão nesse contexto de diversidade cultural, não estamos supondo que elas possam ser compreendidas de um ponto de vista exclusivamente individual. É sempre necessário atentar para os valores coletivos presentes nas escolhas e posicionamentos individuais. A reflexão sobre as “determinações” da cultura sobre o indivíduo, ou ainda sobre as possibilidades de mudança do sistema, é uma questão já clássica nas ciências sociais, sobre a qual uma instigante proposição é a de Sherry Ortner: em seu artigo *Theory in Anthropology since the Sixties*, a autora faz um balanço a respeito das abordagens que privilegiam a “prática” de sujeitos no cotidiano, comparando-as e também buscando nelas visões sobre o “sistema” social ou cultural (Ortner, 1984).

Segundo a autora, os teóricos da prática consideram que a interação e agência humanas podem trazer mudanças, ou “fazer e desfazer o sistema”. A partir de seu estudo, as tensões entre o in-

24 Para um debate a respeito de cultura(s) e formas culturais, ver Abu-Lughod (2000) e também Appadurai (2001).

dividual e o coletivo podem ser melhor elucidadas, e certamente são referenciais importantes para analisar valores de indivíduos que se identificam com um grupo ou grupos étnico-raciais, e a exposição midiática mais ampla de traços nas quais eles se reconhecem ou não.

Reafirmamos a pertinência do método etnográfico para o estudo desses novos contextos. Temos em consideração as afirmações de Geertz: o etnógrafo, afirma ele, tem sido “o conoisseur por excelência de outras maneiras de pensar, dramatizando a estranheza, exaltando a diversidade, e respirando a profusão de pontos de vista” (Geertz, 1999, p. 29). No entanto, no contexto atual, isso não basta: hoje somos obrigados a pensar sobre a diversidade de um modo bem diferente ao que estamos acostumados. Cada vez mais, segundo o autor, estamos vivendo no meio de uma enorme “colagem”.

“Não é apenas no noticiário da noite, onde assassinatos na Índia, bombardeiros no Líbano, golpes na África e tiroteios na América Central são distribuídos entre desastres locais...” (Geertz, 1999, p. 31) que podemos perceber as colagens. Elas estão em toda parte: na linguagem, na cozinha, na música, nas mudanças do mundo rural e urbano, etc. Para entender este mundo, segundo ele, “Precisamos aprender a apreender o que não podemos abraçar” (id., p. 33). Ou seja, compreender aquilo com o que não concordamos, o que implica em rever o que pensamos até aqui sobre etnocentrismo e relativismo, e sobre qual a vocação da antropologia num contexto novo de conflitos “internos” às sociedades, próprio do contexto de diversidade em que estamos mergulhados.

Assim, consideramos frutífero pensar nas definições e indefinições das identidades étnico-raciais de um novo ângulo, justamente nas relações que as pessoas envolvidas nos processos de construção identitária, de luta por valorização social, estabelecem com a mídia, suas interpretações e relações com outros

intérpretes, de modo a ressaltar outros aspectos além dos tradicionais que concorrem para as definições identitárias<sup>25</sup>.

Nessa mesma perspectiva, temos em vista alguns dos pressupostos de Paul Gilroy (2008) a respeito da questão racial. Ele busca definir a modernidade a partir da diáspora negra e, para ele, as culturas negras não são apenas um repositório exclusivo de herança africana. Outra abordagem que relaciona televisão e identidade é o estudo de Abu-Lughod (2000). Assistindo seriados na televisão com mulheres do Alto Egito, a autora reflete sobre o modo como a televisão opera uma ruptura da distância entre “nós” antropólogos e “eles” os nativos em campo. Ou seja, vendo TV juntos, fazemos parte de um mesmo mundo de meios massivos, de consumo e de comunidades de imaginação.

Consideramos que o método etnográfico permite o aprofundamento desejado, priorizando os sujeitos pesquisados em relação à mídia. É um método que permite atentar às evocações e percepções dos sujeitos em relação às produções midiáticas e seus usos nas relações familiares, profissionais, de amizade, etc., observando as releituras e novos significados acionados. Em debates sobre os desafios antropológicos contemporâneos, destacamos que o método etnográfico tem mantido uma certa invisibilidade sobre a presença dos diversos meios de comunicação no cotidiano, quando os temas de estudo não estão relacionados diretamente à mídia. Esperamos contribuir para ampliar esse debate e para a execução de pesquisas nessa área, de modo que os resultados possam contribuir para ampliar esse campo de conhecimento, na interface entre ciências sociais e comunicação.

25 Na pesquisa sobre televisão que realizei, me chamou atenção os hibridismos identitários: numa região de colonização alemã havia uma combinação da valorização da identidade alemã com a valorização de uma “identidade gaúcha”. Estas identificações se combinavam perfeitamente com uma crítica à televisão “brasileira”, e à “identidade brasileira” na qual as pessoas não se reconheciam (Magalhães, 2008). Vários outros estudos relacionando identidade e televisão foram realizados, entre eles o de Hughes-Freeland (1998), abordando identidade balinesa e a Televisão Estatal da Indonésia.

## Considerações Finais

Abordou-se aqui o tema das relações étnico-raciais e as mídias novas e tradicionais, com ênfase numa proposição metodológica que contemple o protagonismo dos sujeitos envolvidos em disputas identitárias. Propõe-se, para tanto, uma perspectiva que contemple o ponto de vista dos sujeitos envolvidos em pleitos de valorização de sua(s) identidade(s), que aborde interpretações das mídias tradicionais por diferentes sujeitos e interações/construções de perspectivas nas redes sociais. Ou seja, um foco tripartite ou triangular.

O estudo trouxe a perspectiva de debates sobre as questões étnico-raciais nas ciências sociais, especialmente as perspectivas que des-essencializam o debate, propondo a reflexão a respeito das mudanças de significado da categoria raça, sua crítica e posterior apropriação positivada por movimentos visando a valorização da identidade negra, bem como a gradação de cores necessária para compreender as várias definições sobre identificações. Com isso, quisemos demonstrar que a discussão a respeito do tema está longe de definições biológicas, ela é social e cultural. Portanto, a pesquisa a respeito de um tema que não encontra medidores ou indicadores totalmente mensuráveis deve, necessariamente, ser qualitativa, e, de preferência, privilegiando pontos de vista dos sujeitos envolvidos e suas interações.

O debate sobre mídias em perspectiva interdisciplinar foi outra das contribuições aqui destacadas, procurando demonstrar que o debate a respeito das questões étnico-raciais e mídias, bem como sobre as metodologias consideradas adequadas para entender as abordagens das mídias consideradas estereotipadas sobre identidades sociais, pode se beneficiar de várias mudanças propostas ao longo do desenvolvimento das pesquisas em ciências sociais e comunicação, visando destacar o protagonismo dos sujeitos envolvidos.



## Referências bibliográficas

Abu-Lughod, L. The Interpretation of Culture(s) after television. In: Ortner, Sherry B. **The fate of "Culture"**: Geertz and Beyond. Berkeley: University of California Press, 2000.

Appadurai, A. **La Modernidad Desbordada**: dimensiones culturales de la globalización. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Economica de Argentina, Ediciones Trilce, 2001.

Banton, M. Etnogênese. In: **A idéia de raça**. Cap. VIII. São Paulo: Edições 70. Martins Fontes, 1977.

Barcellos, D. M. Família e ascensão social de negros em Porto Alegre. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1996.

Barcellos, D. M. Violência racial e ofensa social: o ódio do outro e sua desqualificação. In: Fonseca, C. et all. **Antropologia, diversidade e direitos humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004 b.

Baudrillard, J. **Da Sedução**. Campinas, SP: Papirus, 1992.

Boas, F. **Antropologia Cultural**. Apresentação e tradução: Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Borelli, S. e Priolli, G. **A Deusa Ferida**: porque a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência. São Paulo, Summus, 2000.

Eagleton, T. **Teoria da Literatura** - uma introdução. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

Eriksen, T. H. e Nielsen, F. S. **História da Antropologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Feldman-Bianco, B. e Capinha, G. **Identidades**: Estudos de Cultura e Poder. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

Foucault, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Freyre, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1989.

Geertz, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **Local Knowledge**. Basic Books, 1983.

\_\_\_\_\_. Os usos da diversidade. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 5, no. 10, p. 13-34, maio 1999.

Gilroy, P. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed.34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2008.

- Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- Hughes-Freeland, F. From temple to television: the balinese case. In: **Recasting Ritual: Performance, media, identity**. Felicia Hughes-Freeland and Mary M. Crain Editor. London: Routledge, 1998.
- Ianni, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- Jacks, N. **Mídia nativa**. Um estudo sobre cultura regional do RS e sua relação com a indústria cultural. Dissertação de Mestrado. São Paulo, ECA/USP, 1987.
- Jacks, N. e Escosteguy, A. C. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- Jacks, N.; Piedras, E. e Vilela, R. (ORGS.). **O que sabemos sobre audiências?** Estudos latino-americanos. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006.
- Kaplan, E. A. **Regarding Television**. Critical Approaches. An Antology. Los Angeles, California: University Publications of America, the American Film Institute Monograph Series, 1983.
- Kuper, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. São Paulo: EDUSC, 2002.
- Leite, I. B.(org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: Co-Edição NUER/ABA, 2005.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (org.) **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina, SC: Letras Contemporâneas, 1996.
- Lopes, A. M. Multiculturalismo, minorias e ações afirmativas: promovendo a participação política das mulheres. **Pensar**, Fortaleza, v. 11, p. 54-59, fev. 2006.
- Lopes, M. I. Mediações na Recepção: um estudo brasileiro dentro das tendências internacionais. In: GT Mídia e Recepção. **VII COMPÓS**, junho de 1998.
- Magalhães, N. M.E. **Eu vi um Brasil na TV: televisão e cultura em perspectivas antropológicas**. Santa Maria, RS: Editora Universidade de Santa Maria, 2008.
- Martín-Barbero, J. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
- Matellart, A. **A globalização da comunicação**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- Merton, R. e Lazarsfeld, P. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: Lima, L. **Teoria da Cultura de Massas**. RJ, Paz e Terra, 2000.
- Novaes, S. C. **Jogo de Espelhos: Imagens da representação de Si Através dos Outros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Oliven, A. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, ano XXX, n.1 (61), p. 29-52, jan./abr. 2007.

Ortiz, R.; Borelli, S. e Ramos, J.M. - **Telenovela**, História e Produção. São Paulo, Brasiliense, 1989.

Ortner, S. B. Theory in Anthropology since the Sixties. In: **Comparative Studies in Society and History**. 26, n. 1, p. 126 – 66, 1984.

Ortner, S. B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M.; ECKERT, C. e FRY, P. (orgs.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. 25 Reunião Brasileira de Antropologia em Goiânia, 2006. Blume-nau: Nova Letra, 2007.

Rabinow, P. Representations are social facts: modernity and post-modernity in Anthropology, in Clifford e Marcus. **Writing Culture**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1986.

Rabinow, P. **Antropologia da Razão**: ensaios de Paul Rabinow. Organização e tradução João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

Ruby, J. The Viewer Viewed: The Reception of Ethnographic Films. In: **The construction of the Viewer**. Intervention Press, 1995. (Aces: <http://www.temple.edu/anthro/ruby/viewer.html>, julho 1999).

Salaini, C.J. e Magalhães, N. M. E. In: **33º. Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 2009. Disponível em: [www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)

Sousa, M. W. (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Silva, A. **Imaginários urbanos**: hacia el desarrollo de um urbanismo desde los ciudadanos. Metodologías. Bogotá: Conv. Andre Bello/UNC, 2004.

Subirats, E. **A Cultura como espetáculo**. São Paulo: Nobel, 1989.



# As Bases de Construção do Sujeito Moderno: Posicionamento dos Movimentos Estruturalista e Pós-estruturalista

*Carlos Alexsandro de Carvalho Souza\**

*Karolyne Santana Costa\*\**

## **Resumo:**

A produção do conhecimento é uma das características distintivas das sociedades humanas e vem registrando mudanças decisivas nas ciências sociais. Parte dessas transformações tem como pano de fundo questionamentos epistemológicos a respeito dos principais pilares do conhecimento científico, como sua possibilidade, validade e extensão. Este trabalho se serviu da revisão bibliográfica para responder como os paradigmas estruturalistas e pós-estruturalistas contestaram a concepção kantiana de sujeito que se tornou representativa da modernidade e suas formas de produção de conhecimento. Concluiu-se que a concepção transcendental kantiana de sujeito moderno foi contestada por modelos teóricos que destacavam o papel das contingências e das estruturas, contribuindo para ampliar as possibilidades de análise dos fenômenos e para a construção de novas epistemologias.

**Palavras-chave:** Racionalismo transcendental. Estruturalismo. Pós-estruturalismo.

\* Professor da pós-graduação em Linguagens e Práticas Sociais do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e da pós-graduação em Docência na Educação Profissional na mesma instituição. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. Email: c.alexcarvalho@hotmail.com

\*\* Doutoranda em Ciências Sociais. Mestre em Economia, curso de Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais e graduação em Economia todos pela Universidade Federal de Sergipe. Email: krolyne.sc@gmail.com

## The bases of Construction of the Modern Subject: Positioning of Structuralist and Post-structuralist Movements

### **Abstract**

The production of knowledge is one of the distinctive features of human societies and has been recording decisive changes in social sciences. Part of these transformations has as its origin the epistemological questions about the main pillars of scientific knowledge, such as its possibility, validity and extension. This work used the literature review to answer how the structuralist and post-structuralist paradigms challenged the Kantian conception of the subject that became a representative of modernity and its forms of knowledge production. He concluded that the Kantian transcendental conception of the modern subject was challenged by theoretical models that highlight the role of contingencies and structures, contributing to expanding the possibilities of phenomenon analysis and the construction of new epistemologies.

**Keywords:** Transcendental rationalism. Structuralism. Poststructuralism.

## Las Bases de Construcción del Sujeto Moderno: Posicionamiento de Los Movimientos Estructurales y Postestructuralistas

### **Resumen**

La producción de conocimiento es una de las características distintivas de las sociedades humanas y ha estado registrando cambios decisivos en las ciencias sociales. Parte de estas transformaciones tiene como origen las preguntas epistemológicas sobre los principales pilares del conocimiento científico, como su posibilidad, validez y extensión. Este trabajo utilizó la revisión bibliográfica para responder cómo los paradigmas estructuralistas y postestructuralistas desafiaron la concepción kantiana del tema que se convirtió en representante de la modernidad y sus formas de producción de conocimiento. Concluyó que la

concepción trascendental kantiana del sujeto moderno fue desafiada por modelos teóricos que resaltan el papel de las contingencias y estructuras, contribuyendo a ampliar las posibilidades de análisis de fenómenos y a la construcción de nuevas epistemologías.

**Palabras clave:** Racionalismo trascendental. Estructuralismo. Postestructuralismo.

A modernidade inaugura uma forma diferente de pensar e de entender o lugar ocupado pelo sujeito diante da profusão de um conjunto de valores associado às possibilidades da razão, à crença no progresso e em um conjunto de instituições que gradativamente suplantava as expressões do Antigo Regime na Europa. Ela se destaca da idade antiga em seu modo de encontrar respostas para explicar as coisas do mundo, as reflexões sobre os fenômenos da natureza, a percepção humana sobre a existência, o alcance da verdade e do conhecimento, entre outros temas que passaram a representar as dimensões do mundo moderno.

Nessa senda, o iluminismo, movimento intelectual ocorrido no século XVIII, fundamenta e guia a crença na libertação do homem de sua pequenez. Conforme expressou Kant, “Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado” (1995, p. 516). O homem deveria assumir o papel principal na construção e na narrativa de sua própria história, lidando com um conjunto de valores oriundo de um contexto que pregava a igualdade e a liberdade entre os homens e inaugurou novas perspectivas em relação à produção de conhecimento e às concepções de mundo.

O sujeito moderno passava a ser marcado por valores que poderiam ser adquiridos pelo uso da sua própria razão, cujo conhecimento não deveria ser provido por um saber baseado nas crenças religiosas ou tradições míticas. O ser humano, dadas as suas possibilidades de realização potencializadas pela razão, se tornaria consciente de sua capacidade autônoma para orientar

suas ações, desviando dos condicionamentos extramundanos. Se pode imaginar que no mundo moderno o sujeito alcança um novo estatuto em relação ao conhecimento de si e do mundo.

Na obra “A crítica da Razão Pura”, Immanuel Kant estabeleceu um ponto de partida crítico para o uso da razão pelo homem. A teoria do conhecimento kantiana pode ser discutida como uma tentativa de sanar as insuficiências e problemáticas que existiam nas fronteiras dos pensamentos empiristas e racionalistas enquanto correntes da filosofia moderna com as quais ela dialogava. Ela remete a uma tentativa de explicar a ciência procurando resolver lacunas existentes no acesso ao conhecimento que acabam por envolver questões entre sujeito e o objeto. Com o racionalismo transcendental kantiano se fortalecia a esperança na razão como força emancipadora que se confundia com a própria representação geral da modernidade como um projeto de sociedade.

Sua teoria do conhecimento também foi responsável por produzir bases que serviriam a futuras críticas, mesmo àquelas que estão ocasionalmente distantes na correspondência direta com seu pensamento transcendental, como, por exemplo, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Mas que, em certa medida, procuraram direcionar seus fundamentos teóricos na direção oposta a todas aquelas correntes que conferem o sujeito a uma posição de destaque por seus aspectos subjetivos, como a ação, a intenção, a consciência, a razão, entre outros.

O objetivo do presente trabalho é, portanto, refletir sobre a possibilidade de destacar a epistemologia crítica de Kant como referência nos termos da teorização do sujeito moderno, tido como a figura da autoconsciência, bem como quais aspectos da sua filosofia do sujeito ajudam a compreender a emergência histórica e o novo estatuto do sujeito inaugurado na modernidade. Em contraponto, procura também relatar como movimentos teóricos posteriores, a exemplo das correntes estruturalistas e



pós-estruturalistas, se posicionam em relação ao modo como o sujeito moderno foi representado.

## A centralidade do sujeito como indicador da produção de conhecimento no projeto moderno

A obra do filósofo Immanuel Kant denominada de “A Crítica da Razão Pura” é, segundo Skvirsky (2008), a mola propulsora no entendimento do processo de consolidação da modernidade, acentuadamente por suas contribuições epistemológicas como forma de estabelecer um importante marco temporal nas teorias do conhecimento que em grande medida foram fruto das mudanças mais amplas dos fundamentos históricos e filosóficos da modernidade.

Desse modo, a obra mencionada contribuiu para entender como o uso da razão se tornou central na teorização do sujeito, colocando-a como referência de um projeto de sociedade baseada nos valores sintetizados pelo Iluminismo e como proporcionadora de uma atividade radicalmente libertadora, tendo o homem como princípio de sustentação de um conjunto de expectativas do projeto moderno expresso pelo antropocentrismo. Isso possibilita uma forma de compreensão do sujeito moderno como síntese da modernidade, já que representa a centralidade da razão, a crença no progresso humano e na produção do conhecimento científico.

De forma complementar, Joas e Knöb (2017) alegam que a fase “clássica” da modernidade foi atingida por meio das obras de Rousseau e, principalmente, Kant, que representou uma nova era em que “a tese da unidade da humanidade e do universo, anteriormente justificada em termos religiosos, era substituída por outras ideias” (Joas e Knöb, 2017, p. 452). A afirmação ganha sentido quando se observa que a obra de Kant procurava responder como se dariam todos os meios ou as condições que

possibilitaram o conhecimento humano, ou como seria possível justificar satisfatoriamente o conhecimento científico. Nesta perspectiva, o racionalismo transcendental foi influenciado pelo espírito moderno, que procurava analisar as condições que precedem a experiência, condições *a priori*.

Considerando a variedade de critérios sobre a delimitação temporal da modernidade, este trabalho adota a perspectiva de Peters (2000). A adoção dessa análise ajuda a compreender as influências que constituíram o sujeito moderno. Este sujeito foi objeto de várias teorizações que surgiram ao longo do período moderno e que, por sua vez, também passaram a ser alvo de críticas de diversos movimentos posteriores, como aqueles que derivavam do estruturalismo francês. Ampliando esse quadro, percebe-se que o pós-estruturalismo também deu tratamento crítico à relação sujeito-objeto.

O movimento iluminista, na medida em que saudava “a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano” (Harvey, 2008, p. 23), também abraçava as inúmeras mudanças causadas por aquilo que era fugidio ao projeto. Desta forma, nota-se que o esforço se revelava em todos os aspectos gerais do espírito moderno, fosse ele vindo do advento de novas técnicas, da revolução científica, do método experimental, da crítica aos paradigmas de explicação religiosa e até mesmo do modo como, do ponto de vista social, novas composições de segmentos sociais foram responsáveis por mudanças nas sociedades europeias.

Percebe-se que a intensidade do movimento iluminista impulsionou uma mudança radical no sistema de valores dessas sociedades, estabelecendo novas práticas que passaram a ser subjacentes à própria modernidade e passaram a ser expressas nas reflexões, preocupações e na construção de abordagens epistemológicas por diversas correntes que se debruçavam sobre as

relações entre sujeito e conhecimento. Segundo David Harvey, logo:

O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio na própria natureza humana (Harvey, 2008, p. 23).

Encontra-se na epistemologia kantiana a proposta de que existem certas condições *a priori* que levam as impressões sensíveis a se converterem em conhecimento, apesar do princípio do conhecimento residir na experiência, não se limita a ela. A reflexão kantiana sobre a forma de construção do conhecimento e a sua tentativa de estabelecer uma solução intermediária à dicotomia existente nela, em sua época, é um contributo para que se possa analisar, ainda que sucintamente, aquilo que se tornou o projeto da modernidade e toda a subjetividade do sujeito intrínseco a seu surgimento, que levou cada vez mais a ampliação dos embates teóricos daquelas vertentes filosóficas que se posicionavam em função do dualismo existente entre sujeito/objeto, sobretudo no âmbito da filosofia da ciência, desdobrando-se de modo mais amplo nas Ciências Humanas, com especial vigor no século XIX, devido às problematizações crescentes das relações entre ação e estrutura e/ou indivíduo e sociedade (Skvirsky, 2008).

Nesse panorama, progressivamente, novos caminhos guiados por esses embates teóricos apresentavam questões conflitantes entre aqueles que observavam o sujeito como o ator individual no papel de protagonista na trama social – caracterização do processo ativo do agente frente à sociedade e aqueles que viam que “as ações individuais eram, em sua totalidade, resultados da estrutura social. Em outros termos, a ação era um reflexo estrutural e, por conta disso, o indivíduo tornava-se passivo frente à sociedade” (Bender e Coelho, 2018, p. 62).

## O reconhecimento do sujeito moderno a partir do pensamento crítico kantiano

No que concerne às principais problemáticas sobre as possibilidades de produção do conhecimento, Kant é um divisor de águas, pois sua filosofia pode ser reconhecida pelo seu criticismo que é sua dimensão mais fundamental. Por estar concentrado ao que pareciam equívocos conceituais das teorias de sua época, procurou apresentar uma crítica sobre o valor do conhecimento humano. O filósofo almejava entender aquilo que legitima o conhecimento e o que pode ser fundamentalmente conhecido (Bazarian, 1988). Segundo Da Silveira (2002), a epistemologia de Kant partiu, em certa medida, da constatação que nem o racionalismo, nem o empirismo eram capazes de explicar o conhecimento satisfatoriamente.

Kant procurou criar seu próprio sistema que era composto de conceitos do pensamento mais gerais ou categorias lógicas, conforme analisou Bazarian (1988), para ele o autor sustentava que “o conhecimento não é a conformidade da imagem ou ideia com a coisa, nem o reflexo do objeto na consciência do sujeito cognoscente, mas uma criação ou construção do objeto pelo sujeito” (Idem, p. 78). Esse conhecimento é construído a partir de um sujeito que acessa o mundo e assim passa a emitir seus juízos sintéticos, esta capacidade fundamental racional (*a priori*) leva ao conhecimento que guia ao entendimento da verdade.

Logo, se antes admitia-se que o conhecimento era regulado pelo objeto, na abordagem da filosofia transcendental “a própria experiência é um modo de conhecimento que requer entendimento” (Kant apud Da Silveira, 2002, p. 36). E “a razão impõe aos objetos conceitos *a priori*”, partindo do pressuposto que a faculdade de intuição no sujeito regula o objeto dos sentidos (Da Silveira, 2002, p. 36). Prontamente, o que Kant parece propor é que de fato o conhecimento requer a cooperação entre instuições sensíveis e conceitos, ou seja, embora nenhum conhe-

cimento chegue a mente sem que passe pelos sentidos, há todo um processo racional de depurar e filtrar os conteúdos da intuição, como as categorias, os conceitos, que são de natureza *a priori*, considerados por Kant como juízos.

Dúvida não há de que todo o nosso conhecimento principia pela experiência. Sem dúvida, que outro motivo poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão as coisas que afetam os sentidos e que, de um lado, movimentam nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando então a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Dessa forma, na ordem do tempo, nenhum conhecimento precede em nós a experiência, e é com esta que todo o conhecimento se principia (Kant, 2005, p. 44).

A citação destacada chama atenção para o conhecimento puro *a priori*, que não depende totalmente da experiência, mas que com ela se relacionava, mostrando a existência de uma lógica relacional entre a razão teórica e a prática. Este conhecimento deveria ser construído a partir do sujeito que possui uma capacidade fundamentalmente racional, que guia seu conhecimento no entendimento da verdade, as estruturas estão dentro do homem – *a priori* – as quais o guia na busca pelo conhecimento puro.

Foi a perspectiva sobre o uso da razão como estruturadora na ordenação do conhecimento de Kant que serviu como inauguradora de uma concepção de sujeito como um elemento ativo do processo de conhecimento, e a razão, por sua vez, como a emancipadora do sujeito sensível, em que tempo e espaço se comportavam como formas *a priori*<sup>1</sup> da sua própria sensibilidade e existiam apenas na mente deste sujeito. Essas conclusões evidenciam a distância existente entre o racionalismo transcendental e o empirismo clássico, bem como do próprio racionalismo clássico da metafísica.

1 Proposto como algo que independe dos sentidos.

O criticismo kantiano se configurou como inspiração para vários teóricos que conduziram a tendência filosófica para solidificar uma filosofia moderna que ansiava “a necessidade de investigar o homem conjuntamente à sua investigação do real” (Skvirsky, 2008, p. 16). Segundo Peters (2000), com a agenda kantiana se tornou comum que as crenças tradicionais fossem submetidas à operação da crítica, que deveria ser precursora do conhecimento. Mas como na agenda filosófica nada é facilmente esgotável, a epistemologia kantiana que influenciou outras filosofias do sujeito também remete ao surgimento de movimentos que avaliam de forma oposta esta visão do sujeito autoconsciente, autodeterminado e livre das influências estruturantes. Sobre esse ponto de vista é que será analisado o estruturalismo francês e o pós-estruturalismo como movimentos que se posicionaram em oposição ao lugar de destaque dado ao sujeito moderno.

### A descentralização do papel dado ao sujeito moderno no estruturalismo e no pós-estruturalismo

O estruturalismo e o pós-estruturalismos são notoriamente contramovimentos teóricos que surgem no século XX dentro de um cenário filosófico dominante existente na vida intelectual da França, aproximadamente na metade deste século (Joas e Knobl, 2017). O estruturalismo pode ser caracterizado por apresentar um entendimento específico na ideia de “estrutura” que busca na análise coordenada coesão e significado no comportamento humano e no funcionamento de sua mente. Autores como Saussure, Roman Jakobson, Lévi-Strauss, Lacan, Althusser são referências teóricas desse movimento. Em sequência, o pós-estruturalista se destacou pela forma como atacou o próprio estruturalismo, a partir de uma crítica que o ataca desde o seu interior, revendo os limites do conhecimento estruturalista, criticando o excesso de cientificismo pregado e, ainda, contesta como muitos textos estruturalistas pregavam

em demasia um descentramento da subjetividade que acabou por causar uma noção tão centrada da importância da estrutura que não sobrava nada do sujeito. Contudo, esse movimento também adota uma postura antagônica a respeito de todo protagonismo dado ao sujeito moderno, quando contestam sua autoconsciência, cuja base, conforme pontuamos, foi construída sob a influência de fundamentos do pensamento kantiano. Alguns dos seus representantes são Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Deleuze, entre outros.

Iniciando pelo entendimento do estruturalismo, o francês, especificamente, garante a extensão sobre o entendimento, ainda que sintético, das características comuns a este movimento em geral. O caso francês foi dado no período entre guerras na França, através da intensificação de novas formas de pensamento, que recepcionaram de forma diferente o pensamento alemão, as releituras em grande escala de ícones como Hegel, Marx, Freud e a revisão teórica de pensadores da fenomenologia como Husserl e Heidegger (Joas e Knoblz, 2017). As transformações do século XX também podem ser consideradas importantes fatores que exerceram influências naquele ambiente, elas se apresentavam como consequências de eventos a exemplo das “duas guerras mundiais, da II revolução industrial, as descobertas da física quântica, entre outros contextos e mostram a alta dinamicidade do tecido social e a necessidade de compreensão que ali foi criada” (Bender e Coelho, 2018, p. 61).

Nesse cenário, é possível perceber o estruturalismo francês como indicador de mudanças no universo intelectual da França na virada para o século XX e que segue até seu ápice nos anos 1950 e 1960, com reflexos que podem ser notados tanto na filosofia, na sociologia, na psicologia, na antropologia, na psicanálise, entre outras áreas, que resultou em novas abordagens e elos intelectuais contrários ao exagerado subjetivismo dominante nas ciências. Com áreas que passaram a ser premiadas com formas estruturais de rever o conhecimento, logo:

A psicanálise acompanhou o surgimento de Jacques Lacan (1901-1981) e seus seguidores, que leram a teoria freudiana de forma particularmente estruturalista; na filosofia, na sociologia e nas ciências políticas, teóricos como Louis Althusser (1918-1990) e Nicos Poulantzas (1936-1979) começaram a reinterpretar a obra de Marx, expurgando todos os elementos considerados não científicos [...] Roland Barthes (1915-1980) tornou-se o maior e mais sensível teórico estruturalista da cultura, analisando cultura de massa na França (Joas e Knoblz, 2017, p. 384).

Os esforços teóricos desse movimento se concentravam em propor um novo método objetivo de caráter puramente científico para alcançar o conhecimento – tal como foi feito anteriormente pelo funcionalismo de Durkheim que já havia atingido um estatuto próximo do que se pode considerar um esforço para a construção de um caráter efetivamente científico para ciências humanas – objetivando dar às mudanças geradas por dinâmicas sociais uma concepção global da realidade.

Muitas vezes, porém, encontrar uma única característica exata sobre o modo como o conhecimento era pensado no estruturalismo, mesmo o francês<sup>2</sup>, é tido frequentemente como algo complexo e refratário a delimitações mais precisas. Seguindo o que pensa Piaget (1979), as estruturas invocadas pela corrente estruturalista se revestiram de formas e sentidos diversos, em diferentes campos de conhecimento, nos quais dificilmente encontraremos um denominador comum.

Por isso, a noção dos caminhos que levam à formação do conhecimento no estruturalismo deve ser observada como uma história complexa e difusa, sendo extremamente comprometedor

2 Não é possível falar em homogeneidade entre as teorias estruturalista da contemporaneidade, mas elas podem, segundo Piaget (1979), ser sintetizadas por seu ideal positivo que recobre a ideia de estrutura e por sua crítica, que as acompanham em oposição às tendências reinantes em diferentes disciplinas do período.



tentar entendê-la somente como “uma unidade de pensamento ou mesmo uma circunscrição bem delimitada de premissas” (Sales, 2013, p. 165). Mas, a critério de entendimento e cientes da não homogeneidade na proposta estruturalista, é possível observar que existem muitas sínteses de caráter estrutural que se reconhecem na existência deste ideal usual de inteligibilidade, que tentam investigar nas discussões a queixa estruturalista sobre “todas as formas de recursos ao sujeito humano em geral” (Piaget, 1979, p. 8). A mesma opinião é compartilhada por Reali e Antiseri, para os quais:

O estruturalismo filosófico é um leque de propostas díspares que encontram, contudo sua unidade em um protesto comum contra a exaltação do eu e a glorificação do finalismo de uma história humana feita ou, de qualquer forma, guiada ou co-criada pelo homem e por seu esforço (Reali e Antiseri, 2006, p. 82).

Por esse motivo, Sales (2003) afirma que a origem do estruturalismo Francês, em sua concepção moderna e na medida em que provoca repercussão em toda ciência humana, está conectada à linguística estrutural de Ferdinand Saussure e Roman Jakobson. Havia a pretensão nesse movimento francês de emitir novos métodos e trazer explicações a todos aqueles que não se sentiam satisfeitos com as respostas dadas pelas ideologias até então dominantes nas ciências humanas que dedicavam ao sujeito um estágio central na sua própria história (Peters, 2000). Esta inquietação foi tratada por Lévi-Strauss em uma crítica direcionada da seguinte forma:

O estruturalismo reintegra o homem na natureza e, se permite fazer abstração do sujeito - insuportável enfant gaté que tem ocupado tempo demais na cena filosófica e impedindo qualquer reflexão séria [...] Os que criticam em nome de valores sagrados da pessoa humana, se fossem coerentes consigo mesmos, argumentariam de outro modo. Deveriam

dizer: se a finalidade postulada por todos os seus procedimentos não está nem na consciência nem no sujeito, aquém dos quais você procura situá-la, onde estaria, a não ser fora deles? (Lévi-Strauss, 2011, p. 663).

Essas palavras compartilhadas por Lévi-Strauss a respeito do papel do estruturalismo e a crítica àqueles críticos do movimento fortalecem a proposta aqui retratada, que considera o método estruturalista como um freio às ideias constituídas da modernidade que encontram respaldo em um sujeito totalmente livre de quaisquer influências. A posição de Lévi-Strauss também realça uma ruptura epistemológica ocorrida nos anos 1950 e 1960, quando há um recrudescimento do interesse pelas estruturas inconscientes e a influência exercida por elas na capacidade de escolha do sujeito.

Ainda sobre o foco do estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss, ele pode ser encarado como “a encarnação da crença na perenidade da natureza humana”, segundo Piaget (1979, p. 86). O modelo dedutivo construído por Lévi-Strauss era, segundo as observações daquele autor, de caráter exemplar para as ciências humanas empíricas. Nele se nota que o modelo dedutivo poderia ser visto como a dimensão estrutural, cujos aspectos ultrapassam a individualização dos contextos. Pimenta (2013) também destaca o feito de Lévi-Strauss na obra “O pensamento Selvagem” que, entre outras coisas, é a sua apresentação sobre a tentativa de investigar a forma de constituição do “mundo da natureza” ou “experiência”.

É possível observar que a noção de ‘estrutura’ na obra de Lévi-Strauss pode se comportar como a definição que propõe Piaget (1979, p. 8) para o termo, segundo o qual em uma primeira análise o termo ‘estrutura’ trata de “um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema”. Este sistema que no olhar de Bender e Coelho (2018) objetiva, por meio da construção destas leis e a partir de generalizações, obter uma explicação total dos fenômenos.

A abordagem de Lévi-Strauss se distancia daquilo que Kant propôs ao sustentar em sua epistemologia que a concepção de que qualquer fenômeno é constituída a partir das sensações, ordenadas por formas *a priori* da sensibilidade – espaço e tempo – e que resultam nas percepções. É, no entanto, a razão que se aplica às formas *a priori* do entendimento, desta forma alcançando os fenômenos mais puros: os *noumena*. Assim, os objetos eram dados ao sujeito pela sensibilidade e “pensados através de conceitos e princípios no entendimento” (Da Silveira, 2002, p. 40), ou seja, as duas faculdades cognitivas são indispensáveis ao conhecimento. O fenômeno em Kant é a perspectiva da realidade, pois a experiência não permite atingir a verdade “universal”, que só se chega através da razão pura.

Dito isso, se pode pensar que o estruturalismo de Lévi-Strauss tem postura epistemológica totalmente diferente da kantiana ao propor uma metodologia que remete à destituição “do sujeito transcendental de suas prerrogativas”, conforme trata Pimenta (2013, p. 313), ligando-o a um contexto e justificando seu comportamento dentro de uma lógica societal e estruturalmente condicionada. Ao apresentar o seu método ele cumpre com o objetivo de mostrar questões que levam teoricamente ao entendimento da dissolução da subjetividade humana na totalidade que a razão projetou no mundo, revertendo em sua teoria a ideia de primazia que era subjacente ao sujeito. Desta forma, o sujeito, no estruturalismo, poderia ser visto como um objeto sob o efeito das ideias de estrutura, ainda que subconscientemente. Suas ações na sociedade eram limitadas por diversos fatores que estão além da sua subjetividade.

As influências do estruturalismo “clássico” ou “tradicional”, conforme denominou Joas e Knöbl (2017, p. 384), a respeito da produção acadêmica, acabaram por ser reduzidas a partir do final da década de 1970. Nesta insígnia, se tem a ascensão de um movimento que se tornou conhecido como pós-estruturalismo. Este termo é assim denominado pois alguns dos principais no-

mes que povoam esse cenário vieram da tradição Estruturalista, ainda que, em alguma medida, afastem-se dela. As concepções pós-estruturalistas providenciaram uma nova roupagem teórica. A crítica feita ao papel dado às estruturas e à ideia que muitas vezes nos escritos estruturalistas havia tanto de estrutura que não sobrava nada do sujeito é uma das questões fundamentais dessa concepção, no entanto, nesta revisão nos interessa principalmente compreender como, dadas as considerações necessárias, o posicionamento desta corrente quanto ao papel do sujeito é também antagônico àquelas que, em alguma medida, foram influenciadas pelos adeptos ao pensamento kantiano.

Williams (2012) apresenta o pós-estruturalismo como um movimento filosófico que se comporta de forma divergente ao tradicionalismo “das ciências e dos valores morais estabelecidos” (Idem, p. 10) e que de certa forma dissemina influência para um leque de áreas de conhecimento ampliado, incluindo a sociologia. Segundo o autor, o âmago comum ao movimento são os limites do conhecimento. Peters (2000) argumenta que o pós-estruturalismo bebe nas releituras de estruturalistas da primeira fase, a exemplo de Lévi-Strauss. No entanto, o movimento pode ser encarado como uma forma de filosofar que não possui uma unidade comum, e, por isto, pode ser o próprio termo questionado em essência, opinião compartilhada por Terry Eagleton:

Em lugar de ser uma estrutura bem definida, claramente demarcada, encerrando unidades simétricas de significantes e significados, ela passa a assemelhar-se muito mais a uma teia que se estende sem limites, onde há um intercâmbio e circulação constante de elementos, onde nenhum dos elementos é definível de maneira absoluta e onde tudo está relacionado com tudo (Eagleton, 2006, p. 194-5).

A despeito disso, Williams (2012) destaca o movimento como uma prática de diversos trabalhos que pretendiam realizar uma crítica ao estruturalismo a partir do seu interior, revendo posi-

ções sobre os limites do conhecimento estruturalista para o qual as mudanças só ocorrem quando há alterações nas estruturas observadas. Segundo Giacoia (2006), os pós-estruturalistas eram “confluentes a que respeita a certo conjunto de temas, como o privilégio da diferença sobre a identidade, o caráter plural do pensamento, a ruptura com os grandes empreendimentos de sistematização e totalização do conhecimento, o descentramento da subjetividade” (Idem, p. 143), entre outros pontos.

Os pós-estruturalistas também estão empenhados em realizar um ataque aos pressupostos pretensamente universalistas da racionalidade, da individualidade e da autonomia do sujeito que foi fortalecida, conforme mencionado, nas constituições teóricas que partiram do criticismo kantiano. Sua crítica é voltada à exclusão do outro que está intrínseco a este processo universalista de autoafirmação do sujeito, por isto os pós-estruturalistas negam a autoconsciência a substituindo por uma “constituição discursiva do eu – sua corporeidade, sua temporalidade e sua finitude, suas energias inconscientes, e libidinais – e a localização e histórica e cultural do sujeito” (Peters, 2000, p. 36).

Peters mostra que o pós-estruturalismo “inaugura e registra a recepção francesa de Nietzsche” (2000, p. 29-31) e também a interpretação de Martin Heidegger sobre ele, além das releituras de Nietzsche feitas por Deleuze, Derrida, Foucault, Klossowski e Koffman, entre as décadas de 1960, 1970 e 1980. Para ele, os pós-estruturalistas continuavam a questionar as diversas construções filosóficas do sujeito, entre elas a cartesiano-kantiana, que tendiam a colocar o sujeito como centro de toda análise e teoria, sustentando, de forma variada, “a compreensão estruturalista do sujeito”.

O livro “Nietzsche e a Filosofia”, escrito por Gilles Deleuze, é um dos momentos inaugurais do pós-estruturalismo e estabelece um ponto de virada da filosofia francesa. Nessas condições, é válido introduzir a seguinte passagem: “a razão é apenas um conceito, e um conceito bem pobre para definir o plano e os mo-

vimentos infinitos que o percorrem” (Deleuze, 2004, p. 60), esta tiragem mostra a crítica do autor feita ao privilégio dado à pretensão de se obter a verdade pelo uso da razão que se vê no pensamento kantiano. Observe essa passagem em Kant na qual ele nota que a razão não deveria se apresentar como um aluno que se deixa guiar por tudo que é dito por seu professor, mas na qualidade “de juiz nomeado que obriga as testemunhas a responder as perguntas que lhe propõe” (2005, p. 50).

Williams (2012, p. 86) propõe que Deleuze trata estrutura como a razão que conduz a transformação da coisa. Estrutura não se define pela repetição da unidade, mas como uma condição necessária à sua transformação. É a estrutura que dá o limite do conhecimento de determinada coisa, ela age como uma parte viva, que lhe dá a intensidade necessária do que pode vir a ser uma mudança. A visão de múltiplas estruturas e discursos heterogêneos estão presentes na obra de Deleuze e procuram romper com a dicotomia existente na concepção do sujeito moderno e aquele puramente estrutural.

O processo de identificação tem alta relevância, assim como foi visto em Deleuze, a estrutura não determina a ação do sujeito. O pós-estruturalismo não concede privilégio ao sujeito moderno, mas há também uma desconstrução da estrutura. Assim, Newman (2005) defende que se no estruturalismo o sujeito é algo unificado marcado por sua identidade fixa e estável que lhe é acomodada pela estrutura a-histórica, para os pós-estruturalistas ele não é unicamente uma estrutura, mas um acontecimento e, como tal, não pode deixar de pertencer a uma ordem histórica. Para De Souza (2013), o sujeito se comporta como uma incompletude que é constituída e delimitada a caráter da contingência social e pela sua indecibilidade.

Dessa forma, os pós-estruturalistas rejeitam o essencialismo de qualquer parte, por isto o sujeito de seus trabalhos aparece na maior parte das vezes como resultado de um movimento de

produção e efeito, bem diferente daquele sujeito completamente autônomo, contida na perspectiva da noção ou filosofia do sujeito constituída a partir das premissas kantianas, que foram a base para o sujeito moderno.

Williams mostra que “o pós-estruturalismo deve muito ao método kantiano da filosofia transcendental” (2012, p. 28), pois ao ponto que as ideias do pensamento kantiano vão exatamente em direção oposta ao que eles desejam combater, existem pontos que levam o “pós-estruturalismo a apresentar limites que podem ser vistos como as condições transcendentais para o âmagô” (Idem, p. 28).

Em resumo o que o trabalho aborda é similar à visão geral traçada por Hall. Na sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade” ele traça um panorama de como foi importante o trabalho de alguns autores das correntes Estruturalista e Pós-Estruturalista para propor teorias que procuravam descentralizar a ideia de sujeito moderno. O autor enfatiza que esse movimento contribuiu para construir uma visão que “nós não somos, em nenhum sentido, os ‘autores’ das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua” (Hall, 1992, p. 40), ou seja, que reproduzimos “sistemas de significados de nossa cultura”, sendo a língua um sistema social e não individual, boa parte deste pressuposto está associada às influências saussurianas e à linguística estrutural dela derivada, e, portanto, se afasta significativamente da concepção kantiana de sujeito.

No pós-estruturalismo, Hall (1992) também traça um panorama que reforça essa questão. Ele propõe que alguns autores, ao revisarem os conteúdos estruturalistas, acabaram por ser influenciados pela “virada-linguística de Saussure” (Idem, p. 41) que, em geral, propunha que “nossas afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que são, por assim dizer, conduzidas na corrente sanguínea de nossa língua” (Idem, 1992, p. 41). Esta passagem, por exemplo, pode ser vista no trabalho de Derrida (2001), o qual supôs a

existência de que há sempre uma lacuna na ação postulada por um antes e um depois e nela cabe interferência de outros, que fogem ao nosso controle.

Faz-se oportuno registrar que não é pretensão do trabalho esgotar o debate sobre todas as formas que caracterizam essas correntes de pensamento aqui tratadas, já que toda exposição feita neste trabalho é uma síntese com o objetivo de destacar o modo como essas correntes alteraram a forma de encarar o sujeito moderno, tomando, em grande medida, mesmo diante das profundas críticas tecidas, a modelação do entendimento do sujeito moderno a partir da herança kantiana.

## Considerações Finais

O artigo explorou, por meio de revisão bibliográfica, como a razão e o modelo de indivíduo foram pensados na modernidade, partindo do pressuposto que ao observar estes cenários é possível perceber que usualmente muitas teorias epistemológicas passadas foram influenciadas a entender o conhecimento a partir do sujeito autoconsciente e livre. Essas influências, dadas as considerações cabíveis, advêm de alguns conceitos fundamentais do pensamento transcendental kantiano. É explorado como a epistemologia kantiana foi basilar nas influências na constituição do sujeito moderno tido como aquele que deveria adquirir seus valores pelo uso da própria razão e cujo conhecimento não deveria ser baseado em crenças religiosas ou tradições míticas, o que o tornaria consciente suficiente de si mesmo e do mundo, livre dos condicionamentos extramundanos.

No segundo momento, o artigo mostrou como os movimentos do estruturalismo e do pós-estruturalismo são antagonísticos à concepção desse sujeito, pois em seus escritos os autores procuram destacar que há limites diante dos quais se depara o sujeito que o impede de ser guiado inteiramente por um processo racional com suas ações. Essas correntes trouxeram novos elementos às



análises, como a ideia de estrutura no estruturalismo. E toda a questão que envolve o ceticismo ao projeto científico das ciências humanas que traz o pós-estruturalismo.

Por fim, o artigo explorou como com a construção desses novos métodos de análise e formas de pensar propostos por essas correntes citadas se construíram fortes rupturas sobre as ideias majoritárias da modernidade quanto à construção da verdade, sobre o papel do sujeito moderno, das formas de acesso ao conhecimento que foram diretamente influenciadas por uma agenda teórica que encontrou na epistemologia de Kant fundamentos necessários aos seus desenvolvimentos.

## Referências

BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade: teoria do conhecimento**. São Paulo: Alfa-Omega, 1988.

BENDER, Mateus; COELHO, Gabriel Bandeira. Anthony Giddens E Pierre Bourdieu: É Possível Falar Em Pós-estruturalismo? **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v.7, n. 1. p. 59-70, 2018.

DA SILVEIRA, Fernando Lang. A teoria do conhecimento de Kant: o idealismo transcendental. **Caderno brasileiro de ensino de Física**, Florianópolis, v.19, número especial, p. 28-51, jun. 2002.

DELEUZE, G. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: 34, 2004.

DERRIDA, Jacques. **Writing and difference**. London: Routledge, 2001.

DE SOUZA, Eloisio Moulin, Susane Petinelli Souza, and Alfredo Rodrigues Leite da Silva. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, 17, no. 2 (2013).

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: Uma Introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria Social: Vinte lições introdutórias**. Tradução de Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

- GIACOIA, Oswaldo. **Pequeno Dicionário de Filosofia Contemporânea**. São Paulo: Publifolha, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Porto Alegre: DP&A, 1992.
- HAMM, Christian. **Kant. In: Os Filósofos Clássicos da Filosofia, de Kant a Popper**. Vol. II. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral. 17ª edição. São Paulo: Loyola, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Mitológicas: O homem nu**. São Paulo, Cosac Naify, volume IV, 2011.
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta o que é Iluminismo**. In: KANT, Immanuel. A Paz Perpétua e outros Opúsculos. São Paulo: Edições 70, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- NEWMAN, S. **Power and politics in post structuralist thought: new theories of the political**. London: Routledge, 2005.
- PIAGET, Jean. **O Estruturalismo**. Tradução Moacir Renato. 3ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- PIMENTA, Pedro Paulo. Kant no pensamento selvagem de Lévi-Strauss. **Revista de Antropologia**, p.: 291-320. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- REALI, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: de Freud à atualidade**. São Paulo: Paulus, 2006. v. 7.
- SALES, Léa Silveira. Estruturalismo - história, definições e problemas. **Revista de Ciências Humanas 33**: 159-188, 2003.
- SIMONIS, Yvan. **A Paixão do Incesto: Introdução ao Estruturalismo**. Tradução de Manuel de Castro. Rio de Janeiro: Moraes, 1968.
- SKVIRSKY, Alexandre A. Pereira. **Dogmatismo e Ceticismo na Filosofia Crítica de Kant. Dissertação (Mestrado em Filosofia)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes Limitada, 2012.

# Atravessando Fronteiras: os Padrões de Relações entre Sociedade Civil e Estado e a Produção de Políticas Públicas\*

Carlos Vasconcelos Rocha\*\*

## Resumo:

O trabalho busca desenvolver a hipótese de uma confluência entre duas perspectivas teóricas que buscam explicar a tomada de decisões públicas: a centrada na sociedade civil e a centrada no Estado. Isso é feito através de uma análise da literatura. A tese é que as teorias focadas exclusivamente em análises sustentadas em fatores sociais ou institucionais apresentam problemas. A confluência dessas teorias revela uma tentativa de ultrapassar essas abordagens polares. No entanto, até o momento, o movimento de confluência não logrou ultrapassar essa dicotomia, permanecendo problemas analíticos relevantes. Uma proposta alternativa apresentada é trabalhar com o conceito de *policy entrepreneurs*, especialmente aqueles que transcendem as duas esferas em suas ações. São atores que agem simultaneamente na dimensão da sociedade e do Estado. A política de saúde no Brasil é tomada como exemplo para a discussão.

**Palavras-chave:** Decisões públicas. Movimentos sociais. Estado. Reforma sanitária.

\* Este trabalho é fruto de pesquisas mais amplas financiadas pelo CNPq, FAPEMIG e FIP/PUC Minas, a quem agradecemos.

\*\* Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, com estágio de pós-doutorado no IGOP da Universidade Autônoma de Barcelona, professor e pesquisador da Pós-graduação e do Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas. E-mail: carocha@pucminas.br

## Crossing Borders: the patterns of relations between civil society and the State and the production of public policies

This paper seeks to develop the hypothesis of a confluence between two theoretical perspectives, which seek to explain public decision making: one centered in civil society and the other centered in the State. This will be done through an analysis of the literature. The thesis is that theories focused exclusively on analyzes based on societal or institutional factors have problems. The confluence of these theories reveals an attempt to overcome these polar approaches. However, until now the confluence movement has failed to overcome this dichotomy, leaving behind relevant analytical problems. An alternative proposal presented is to work with the concept of policy entrepreneurs, especially those who transcend both spheres in their actions. They are actors who act simultaneously in the dimension of society and the State. Health policy in Brazil is taken as an example for discussion.

**Keywords:** Public decisions. Social movements. State. Health reform.

## Atravesando Fronteras: los patrones de relaciones entre sociedad civil y Estado y la producción de políticas públicas

El trabajo busca desarrollar la hipótesis de una confluencia entre dos perspectivas teóricas que buscan explicar la toma de decisiones públicas: una centrada en la sociedad civil y la otra centrada en el Estado. Esto se va hacer a través de un análisis de la literatura. La tesis es que las teorías enfocadas exclusivamente en análisis sostenidos en factores sociales o institucionales presentan problemas. La confluencia de estas teorías revela un intento de superar estos enfoques polares. Sin embargo, hasta el momento, el movimiento de confluencia no logró superar esa dicotomía, dejando problemas analíticos relevantes. Una propuesta alternativa presentada es trabajar con el concepto de *policy entrepreneurs*, especialmente aquellos que trascienden las dos esferas en sus acciones. Son actores que

actúan simultáneamente en la dimensión de la sociedad y del Estado. La política de salud en Brasil se toma como ejemplo para la discusión.

**Palabras clave:** Decisiones públicas. Movimientos sociales. Estado. Reforma de salud.

São variados os enfoques temáticos e as elaborações teóricas que tratam das relações políticas. Em particular, duas referências analíticas são propostas para explicar um momento crucial da política, que é o processo de tomada de decisão sobre políticas públicas. Essas tentativas explicativas se organizam na literatura pela disjuntiva entre abordagens centradas na sociedade civil e no Estado. De um lado, concebe-se que o embate entre interesses e valores é decidido primordialmente no plano da sociedade civil; de outro lado, toma-se a esfera estatal como o espaço privilegiado do equacionamento de tais conflitos. Neste sentido, a explicação dependeria, no limite, para a primeira perspectiva, das características da sociedade civil, e, para a segunda perspectiva, dos atributos e do desenho das instituições estatais. A questão de fundo, que demarca essa dualidade de posições, é se as características da sociedade civil explicam a ação das instituições políticas ou, antes, se o caráter das instituições define a capacidade de concretização de interesses e valores presentes na sociedade.

Em consequência, essas perspectivas de análise acabam por demarcar, inicialmente, duas subáreas de pesquisa estanques, com teorias, conceitos e autores próprios. Dessas subáreas, no caso deste trabalho, serão privilegiadas, para o âmbito da sociedade civil, as abordagens sobre os movimentos sociais, e para a dimensão estatal a corrente teórica denominada neoinstitucionalista.

Como se procurará argumentar aqui, com o avanço das pesquisas essas ênfases polares vão se arrefecendo e cada vertente passa a considerar o potencial analítico da perspectiva oposta. Paulatinamente, e de forma lenta e ainda limitada, alguns estudiosos das instituições estatais vão reconhecendo a relevância dos requisitos

sociais para a produção de políticas públicas e certos estudiosos dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil os requisitos institucionais para o sucesso das demandas sociais.

Na verdade, como se disse, a análise da evolução da literatura sobre o tema mostra que ênfases argumentativas se movimentam para um espaço de interseção entre a sociedade civil e o Estado: analistas da sociedade civil incorporam o Estado para um melhor entendimento de seu objeto principal, no caso os movimentos sociais; e institucionalistas passam a focar o Estado a partir de suas conexões com a sociedade civil. Permanecem, contudo, as referências iniciais: de um lado, as instituições estatais são incorporadas analiticamente a partir da preocupação primordial com a sociedade civil; de outro lado, a dimensão societal passa a ser considerada como uma extensão do foco preponderante no Estado.

Apesar desse movimento de confluência, fica clara a insuficiência do diálogo entre essas duas vertentes analíticas, na medida em que cada qual preserva suas referências bibliográficas compartmentadas, fundadas em teorias e conceitos próprios. Isso apesar de integrarem um mesmo campo de conhecimento, versando sobre um mesmo objeto<sup>1</sup>. Essa impermeabilidade relativa, diga-se de passagem, é notável em uma época em que tanto se fala de inter e transdisciplinaridade<sup>2</sup>.

1 De forma incipiente foi comparada a bibliografia utilizada por cada uma das vertentes e constatado que cada qual trabalha com seus autores específicos desconhecendo, salvo raríssimas exceções, os autores principais da outra vertente. Foram encontradas três referências de uma autora e uma de um autor mais expressivos do neoinstitucionalismo – respectivamente, Theda Skocpol e Peter Evans – nos trabalhos de viés sociocêntrico, e ainda assim de forma meramente indicativa. Nos trabalhos da perspectiva neoinstitucional não foi encontrada qualquer referência a autores sociocêntricos. O único autor que tem utilização em ambas as vertentes é Charles Tilly. Mais recentemente, já por volta de 2017, principalmente na vertente de estudos dos movimentos sociais de Lavalle et al. (2017), começam a aparecer autores institucionalistas como T. Skocpol e P. Evans.

2 É interessante registrar como MacAdam e Tarrow expressam o mesmo desconforto ao tratar da “indiferença recíproca entre os estudiosos de movimentos sociais e aqueles que estudam as eleições; o que é impressionante, se levamos em consideração a forma como os movimentos e as eleições influenciam-se mutuamente” (2011, p. 24).

Ao lado do problema indicado acima, outro aspecto da questão deve ser abordado: em certos momentos, a própria distinção entre as categorias do Estado e da sociedade civil se torna bastante problemática. Isso fica claro se considerarmos a abordagem dos denominados *policy entrepreneurs*, utilizados como vetores empíricos para a demonstração da dificuldade, em certos casos, de se trabalhar com essa perspectiva dicotômica. Especificamente quando esses atores atuam simultaneamente nos movimentos sociais e nas instituições estatais. Esse aspecto é negligenciado mesmo por parte dos autores que reconhecem a confluência entre as esferas societal e estatal.

Definidos esses pressupostos, o que se propõe, neste trabalho, é discutir certa literatura que trata da atuação e das relações entre os movimentos sociais e as instituições estatais no processo das disputas em torno da tomada de decisões sobre políticas públicas. Considera-se a noção compartilhada paulatinamente por autores de ambas as vertentes teóricas, de que a sociedade civil e o Estado são dimensões que devem ser consideradas simultaneamente no esforço de análise<sup>3</sup>. Tal arrefecimento das posições polares se sustenta na constatação dessa necessidade de confluir duas literaturas congêneres que teimam seguir caminhos próprios e pouco dialogam. As evidências indicam que as experiências de sucesso de movimentos sociais são potencializadas quando os mesmos superam o seu caráter meramente reivindicativo, passando a ocupar, com alguns de seus membros, lugares estratégicos no aparato de Estado e, a partir daí, a participar do processo decisório das políticas públicas. E, ao mesmo tempo, constata-se que a capacidade de ação eficiente do Estado depende em grande medida do suporte que encontra na sociedade civil<sup>4</sup>.

---

3 Para nossos fins esse tratamento bipolar é suficiente. Por exemplo, não há vantagem analítica em agregar a dimensão da “esfera pública” como forma de mediar, ou mesmo de tentar resolver, os problemas contidos na dicotomia entre Estado (ou sistema político-administrativo) e sociedade civil. Cefai (2017), por exemplo, se inspirando em J. Habermas, aborda a questão com o conceito de arena pública.

4 Apesar da relevância das chamadas Instituições Participativas para o tema em discussão, este trabalho considera formas menos institucionalizadas

Em sua primeira parte, o trabalho busca demonstrar, através de uma análise da bibliografia, o processo que faz confluir a abordagem dos movimentos sociais com a perspectiva institucionalista. Posteriormente, visando ilustrar os argumentos, será abordado o caso da reforma da política de saúde no Brasil, visando explorar as formas em que Estado e sociedade civil se conectam na produção de uma política pública. Especificamente será considerada a atuação do movimento sanitarista na reforma da política de saúde, em geral, e em particular na constituição dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS no estado do Paraná. O exemplo mostra como um movimento social vigoroso, inicialmente meramente reivindicativo, passa a atuar em cargos governamentais com alguns de seus membros, classificados como *policy entrepreneurs*. Ao combinar pressão social com participação direta no processo de *decision-making*, o movimento acaba por concretizar parte significativa dos seus objetivos. No plano teórico o caso demonstra os problemas que as análises fundamentadas na dicotomia das esferas da sociedade civil e do Estado apresentam. Para o desenvolvimento desse tópico foram consultados documentos, resenhada ampla bibliografia, e entrevistados personagens centrais do processo. Finalmente serão apresentadas algumas considerações finais.

## A confluência em processo de duas perspectivas analíticas

Como se disse, a discussão sobre as relações políticas, em geral, e sobre as decisões públicas, em particular, organiza duas vertentes analíticas que focam duas esferas explicativas diferenciadas: a da sociedade civil e do Estado. Conformando subcampos de estudo distintos, cada uma dessas perspectivas foi desenvolvendo suas

---

que esses “enxertos na estrutura do Estado e da democracia representativa” (Wampler, 2011). Isso porque as Instituições Participativas definem claramente os contornos e as relações entre os planos da sociedade civil e do Estado. O interesse aqui são justamente os casos em que as relações Estado e sociedade civil não estão institucionalizadas formalmente.



pesquisas nos seus respectivos grupos de especialistas, em que o debate fica circunscrito. Neste sentido, de forma independente, ambas foram matizando sua ênfase inicial para incorporar em seu horizonte explicativo o objeto da vertente oposta: alguns autores com abordagem na sociedade civil passaram a considerar a relevância explicativa do Estado e autores institucionalistas começaram a considerar em suas análises os processos da sociedade civil. Desta forma, ambas as vertentes constituíram um espaço analítico de confluência sem, contudo, estabelecerem um campo comum com teorias e conceitos compartilhados, requisito para um intercâmbio profícuo dos resultados das suas pesquisas. A seguir será feita uma descrição resumida desse movimento de confluência focando a evolução de cada uma das vertentes, utilizando certos autores que exemplificam a tendência teórica de constituição de uma abordagem mais abrangente.

## Da sociedade civil ao Estado

A primeira perspectiva considerada é aquela que aborda trabalhos cujo objeto de interesse é a sociedade civil. Sua assertiva básica é que as características da sociedade civil são decisivas para explicar o resultado da luta política e o processo de tomada de decisões públicas. A análise é direcionada para processos desenvolvidos na esfera da sociedade civil, visando entender a capacidade de ação dos movimentos sociais e das organizações sociais.

Vertente importante dessa perspectiva – no sentido do volume de pesquisas e dos avanços teóricos – é a que tem como foco os movimentos sociais. Conforme define Gohn, movimentos sociais envolvem

ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples de-

núncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (2011, p. 335).

O contexto do desenvolvimento dos estudos sobre movimentos sociais, no Brasil, foi o processo de luta pela democratização política desenvolvida a partir da metade da década de 1970, que disseminou novos atores sociais no cenário político, portadores de reivindicações em torno da democracia política e social. A ênfase inicial adotada era que “quase todas as abordagens dos movimentos sociais” eram consideradas “como sendo inerentemente distintas do Estado” (Abers, Von Bülow, 2011, p. 63). Portanto, os estudos voltavam atenção estritamente para a esfera da sociedade civil.

Nesse sentido, o pressuposto explicativo é de que a ação das instituições estatais resulta de disputas ocorridas no âmbito da sociedade civil. No caso, seria a capacidade de pressão dos movimentos sociais que definiria as decisões públicas. Assim, diversos autores tomam as políticas públicas como emergindo da sociedade civil: o Estado agiria em resposta a demandas societais (Weyland, 1995, p. 1699). Em um desdobramento normativo dessa perspectiva, os movimentos sociais deveriam manter independência das instituições estatais, visando evitar o perigo da sua cooptação pelo Estado. Comentando esses registros, Abers e Von Bülow apontam que na literatura sobre movimentos sociais ora o Estado não é relevante em termos explicativos, ora é visto como um inimigo (2011, p. 54). Essa posição que considera estritamente a esfera da sociedade civil é ultrapassada, num determinado momento, por diversos autores.

Diagnosticando os problemas dessa ênfase exclusiva na esfera societal, Goldstone (2003), por exemplo, nota a pouca atenção dada aos dilemas envolvidos na interação entre os movimentos sociais e o Estado. Ele aponta que, na literatura, os movimentos sociais eram frequentemente considerados em contraposição

à política institucionalizada e desafiados a influenciá-la: eram tomados como necessariamente extrainstitucionais. No entanto, o autor constata que não raro os movimentos sociais se deparam com a oportunidade de acesso à política institucionalizada. Se por um lado esse acesso possibilitaria a participação direta nos processos de decisão, o preço pago, em contrapartida, seria uma perda na capacidade de utilização da estratégia de protesto. Assim,

In the other words, protest is for outsiders and opponents of the system; normal citizens seeking policy changes or social reforms should stick to supporting political parties and candidates and should use the legal system, petitions, and lobbying to pursue their goals (2003, p. 2).

O autor segue afirmando que “social movements constitute an essential elements of normal politics in modern societies, and that there is only a fuzzy and permeable boundary between institutionalized and noninstitutionalized politics” (Ibid, p. 2). E que “state institutions and parties are interpenetrated by social movements, in response to movements, or in close association with movements” (Ibid, p. 2)<sup>5</sup>.

Dessa maneira, Goldstone assume uma postura que busca superar a ênfase exclusiva nos processos societais. Chama atenção para a relevância de se considerar a política institucionalizada para se entender os movimentos sociais, como também, inversamente, considerar os movimentos sociais para a compreensão do funcionamento das instituições estatais.

5 Os partidos políticos, uma dimensão referida por Goldstone, são certamente analiticamente relevantes como mediadores entre os movimentos sociais e o Estado. Neste trabalho, por questão de espaço, tal dimensão é tratada de forma acessória. Sobre essa temática ver MacAdam e Tarrow (2011), que enfatizam a relação entre estudos eleitorais e movimentos sociais; e Silva e Oliveira (2011), que de forma mais abrangente relacionam movimentos sociais, partidos políticos e Estado.

Lavalle (2011 e 2014) também reconhece, em seus trabalhos, o problema da falta de diálogo entre as duas vertentes analíticas. Afirma que

a literatura de sociedade civil, movimentos sociais e participação tendeu a cultivar linguagem própria [...] sem travar interlocução com a literatura de políticas públicas, ou do poder executivo, respectivamente, que acumularam conhecimento sistemático durante décadas (2014, p. 14).

Na mesma direção, Abers, Sefarim e Tatagiba argumentam que “talvez devêssemos aceitar esses vínculos e práticas [com as instituições estatais] como parte de um movimento social” (2014, p. 77).

Para Abers e Von Bülow, também transpondo as fronteiras entre as duas esferas, a análise não deve excluir “atores que estão posicionados dentro da esfera estatal” (2011, p. 54), reconhecendo especialmente que ativistas atuam dentro do Estado (Ibid, p. 55) e que as análises negligenciam compreender como o fazem. Muitas vezes, em suas palavras, os ativistas “buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal” (Ibid, p. 78). Neste sentido, ao contrário da preocupação com os perigos da cooptação, os movimentos sociais podem potencializar o seu poder ao estabelecer relações com as instituições estatais (Silva e Oliveira, 2011; Abers e Von Bülow, 2011).

Seguindo a mesma trilha, Carlos, Dowbor e Albuquerque enfatizam a necessidade de diálogo entre a abordagem dos movimentos sociais com as análises centradas nas instituições estatais. Os autores utilizam, para tal, uma análise que busca privilegiar as conexões entre a sociedade civil e o Estado, ressaltando que essa abordagem

oferece vantagens analíticas para investigar os efeitos institucionais da ação coletiva no contexto de interações com

o Estado, na medida em que pressupõe a externalidade da relação sociedade civil/Estado e parte do reconhecimento da constituição mútua entre os atores societários e os institucionais (Carlos, Dowbor e Albuquerque, 2016, p. 4).

Os autores mencionados – filiados originalmente na perspectiva da sociedade civil – passam a argumentar, portanto, que a avaliação da efetividade dos movimentos sociais na produção das políticas públicas não deve se restringir à dimensão dos movimentos sociais, mas deve considerar sua combinação causal com outros dois elementos, a dimensão do Estado e a da política pública.

Esses estudiosos exemplificam o processo em que os movimentos sociais passam progressivamente a se interessar pelo polo estatal, buscando ampliar a compreensão das dinâmicas participativas e das condições de concretização das demandas de setores da sociedade civil. A consciência da necessidade dessa expansão do foco analítico surge, em certo aspecto, pela própria evolução da percepção sobre os espaços e formas de atuação dos atores da sociedade civil. Os atores sociais passam a adotar um repertório variado de estratégias, além das formas de pressão autônomas sobre as instituições estatais, que passam a incluir também a atuação institucionalizada em canais de diálogo como as arenas participativas<sup>6</sup>; “política de proximidade”, através de contatos pessoais entre atores da sociedade civil e do Estado; e – mais relevante para o tema deste trabalho – passam a ocupar cargos governamentais e na burocracia pública (Abers, Serafim, Tatagiba, 2014, p. 332). Tal ponto será retomado à frente.

6 É o caso das Instituições Participativas – IPs, modalidade que tem uma grande difusão no caso brasileiro. Ver, por exemplo, Pires (2014a e 2014b).

## Do Estado à sociedade civil

Discutida a bibliografia relativa aos processos centrados na sociedade civil e nos movimentos sociais, neste tópico serão considerados alguns trabalhos que abordam a questão da política, em geral, e das decisões públicas, em particular, pela perspectiva do Estado.

Até meados dos anos 1980, como referência para o estudo das políticas públicas, havia uma preponderância das análises baseadas em teorias sociocêntricas, como o pluralismo, o elitismo e o marxismo (Marques, 1997). Ou seja, as teorias construíam suas explicações a partir dos padrões de distribuição do poder no plano da sociedade, para então delinear suas inferências sobre os padrões de decisões públicas. A partir de então houve uma chamada “guinada para o Estado”, com a migração do foco analítico da sociedade civil para as instituições estatais. Assim, de variável dependente, o Estado passa a variável independente. Marca dessa mudança foi o lançamento do livro de P. Evans, D. Rueschmeyer e T. Skocpol, em 1985, com o sugestivo título “Bringing the State Back In”, que lançou as bases do movimento neoinstitucionalista. Essa perspectiva analítica buscou fornecer instrumentos para estudos empíricos, enfatizando a importância das instituições estatais para o entendimento dos processos sociais, vistas não como rebatimento de outras esferas ou de outros fenômenos, mas tomadas como centro das análises. Passou, a partir daí, a dominar as pesquisas na área das políticas públicas.

Pode-se dizer que o neoinstitucionalismo conforma dois momentos, com ênfases relativamente diferentes: o neoinstitucionalismo *state-centered* e o *polity-centered*. A passagem de uma ênfase para outra evidencia justamente o processo de relativização das instituições estatais como variável explicativa, na medida em que processos localizados na sociedade civil – antes subestimados – passam a ser considerados relevantes em termos explicativos.

No neoinstitucionalismo *state-centered*, que centra suas análises estritamente na dimensão estatal, os grupos de funcionários que tomam decisões sobre políticas públicas de longo prazo são estabelecidos como variável analítica, em distinção aos atores e grupos de interesses da sociedade civil. Esses funcionários agiriam não apenas através da força e coerção, legitimamente constitutiva do Estado, mas principalmente pela proposição de uma “visão” sobre determinadas áreas de problemas de uma sociedade.

A ação do Estado, nessa perspectiva, não seria um mero rebatimento de interesses localizados na sociedade, como pressupõem certa versão do marxismo, com as classes sociais, e do pluralismo, com os grupos de interesses. As ações estatais, nesse registro, podem ser vistas como parciais, fragmentadas, irracionais e desarticuladas, mas, de qualquer forma, são consideradas como autoproduzidas e visam exercer controle sobre a sociedade. O Estado é tomado como autônomo em relação à sociedade civil, e a variável independente na análise é a lógica de ação das burocracias públicas e dos governantes.

No caso, o pressuposto é que a burocracia busca interesses próprios, consolidados em condições históricas particulares, expressando ideias específicas, e descolada dos interesses presentes na sociedade: sua ação não dependeria de fatores exógenos, pois são as características das instituições estatais que afetariam as suas orientações. Em relação aos interesses sociais, as instituições são o que explicariam a capacidade e a organização política dos grupos da sociedade civil. Os grupos sociais agiriam, nessa visão, pelas expectativas que têm sobre a ação estatal, e seus recursos de poder derivariam do contexto institucional no qual são inseridos.

Num segundo momento, com o desenvolvimento das pesquisas e o acúmulo de evidências, começou a consolidar certo consenso de que essa postura estritamente focada no Estado não era

suficiente para a explicação dos eventos. Como no caso dos autores focados exclusivamente na esfera societal, iniciou-se um movimento de relativização da análise exclusiva na esfera estatal. Houve assim uma evolução do neoinstitucionalismo *state-centered* para o *polity-centered*, representando uma ampliação do escopo de análise para além das estruturas estatais. Outras variáveis analíticas passaram, assim, a ser consideradas: burocracias eleitas e indicadas; caráter e natureza do conjunto das estruturas políticas (estatais e partidárias); forma pela qual as estruturas condicionam as identidades, objetivos e capacidades dos grupos sociais envolvidos na formulação de políticas; e formas de organização de interesses da sociedade civil, suas estratégias e objetivos (Skocpol, 1995).

Dessa maneira, os analistas dessa vertente passaram, portanto, a considerar não mais o Estado *stricto sensu*, mas também os espaços de interseção entre o Estado e a sociedade civil. Tais tentativas podem ser exemplificadas pela utilização, por exemplo, dos conceitos de “imbricamento” (*embeddedness*), por Evans (1993), ou “encaixe” (*fit*), por Skocpol (1995).

Skocpol (1995), em trabalho que busca discutir a produção de políticas sociais nos Estados Unidos, desloca sua ênfase inicial no Estado para a perspectiva denominada por ela de *policy approach*. Enfatiza, nessa obra, as conexões entre Estado e sociedade civil através do conceito de *fit*: pontos de acesso entre atores sociais e instituições estatais.

Para os objetivos deste trabalho, no entanto, a análise que interconecta mais claramente as esferas do Estado e da sociedade civil é a de Peter Evans, autor destacado do neoinstitucionalismo desde o primeiro momento, que evolui de uma ênfase estrita no Estado para incorporar a dimensão da sociedade civil.

Evans (1993) inicia sua análise relativizando a noção do neoinstitucionalismo *state-centered* de que o Estado confor-



maria os processos sociais, e de que essa capacidade de ação estatal seria proporcional ao grau de autonomia do Estado em relação aos interesses sociais. Ao contrário desse pressuposto, para Evans um alto grau de autonomia implicaria pouca efetividade das ações estatais; e, por outro lado, a exposição excessiva das instituições aos interesses da sociedade civil implicaria em vulnerabilidade do Estado em relação aos interesses sociais organizados. Propõe que a efetividade das decisões públicas demandaria a combinação contraditória do Estado com a sociedade civil. Dessa forma, descarta uma explicação estritamente fundada no Estado – sua posição inicial – propondo uma abordagem de equilíbrio entre as duas esferas. Visando operacionalizar essa noção, o autor propõe o conceito de *embedded autonomy*, significando que as estruturas e estratégias do Estado exigem, para alcançar seus objetivos, suportes complementares localizados na esfera social.

Assim o autor propõe que tanto a eficácia da ação estatal em buscar seus objetivos como da sociedade civil em alcançar suas metas dependem da forma como o Estado e a sociedade se conectam. Afirma que em sociedades cujas instituições públicas se caracterizam pelo autoritarismo, coerção e clientelismo, a mobilização da sociedade civil se tornaria difícil e as experiências de políticas públicas bem-sucedidas não se generalizariam<sup>7</sup>. Desta forma, matizando a sua postura inicial estritamente focada na esfera estatal, busca demonstrar que o Estado deve ter um papel ativo de mobilização social e de incentivador de redes cívicas, como requisito para determinar o próprio sucesso das suas iniciativas.

Para sustentar essa tese, Evans desenvolve uma análise da produção de políticas desenvolvimentistas em seis países, com resultados variáveis conforme as características dos Estados e das

7 Tal observação, sobre o poder desmobilizador do Estado, deve considerar aspectos contextuais. O caso da saúde tratado neste trabalho, e em Falleti (2010), aborda justamente a capacidade de reação dos movimentos sociais contra o poder autoritário.

suas conexões com a sociedade. Aborda os casos os agrupando a partir de características comuns: o Zaire, como um Estado com alto grau de autonomia sobre uma sociedade fraca, que ele chama de predador, servindo a interesses de suas elites, e com resultados negativos; o Japão, a Coréia do Sul e Taiwan, exemplos de *embedded autonomy*, e desenvolvimentistas de sucesso; o Brasil e a Índia, combinando características dos dois grupos, com sucessos limitados e pontuais.

Ao abordar esse conjunto de países, o autor busca demonstrar que a chave do sucesso das políticas desenvolvimentistas está num Estado muito mais “inserido” na sociedade do que insulado. Refuta assim tanto as posições que tomam o Estado como o problema como aquelas que o consideram a solução. Demonstra que, ao contrário, o Estado necessita de coerência corporativa, com recrutamento meritocrático e carreiras organizadas da sua burocracia, para produzir políticas públicas eficientes. Alerta que o Estado predatório e patrimonial, onde a classe política visa extrair renda em seu favor, convertendo a sociedade em sua presa (cujo exemplo é o Zaire), é fruto da falta e não da presença de uma burocracia de fato. Sustenta que as redes burocráticas ampliam a coerência das ações estatais. A autonomia do Estado desenvolvimentista de sucesso (exemplificado pelos casos do Japão, Coréia do Sul e Taiwan) expressa na verdade uma sinergia com a sociedade civil, diferindo, portanto, da dominação do Estado predatório, através de sua ação autônoma em pilhar a sociedade.

Nesses casos de sucesso, como busca demonstrar, há uma complementaridade entre Estado e sociedade civil. Há uma situação de *embedded autonomy*, que apresenta uma combinação aparentemente contraditória entre isolamento e inserção, expressando uma característica historicamente constituída, determinada pela relação entre o aparelho do Estado e a estrutura social. Isso implica

um conjunto de laços sociais que amarra o Estado à sociedade e fornece canais institucionalizados para a contínua ne-

gociação e renegociação de metas e políticas. [...] um projeto partilhado por um aparelho burocrático altamente desenvolvido e um conjunto relativamente organizado de atores privados que podia fornecer informações úteis e implementação descentralizada (1993, p. 117).

A capacidade estatal de produzir políticas efetivas, segundo o autor, exige uma combinação de coerência interna e conexão externa. Aos governos, afirma, não basta mobilizar as capacidades organizacionais do Estado, mas requer também a interação com setores da sociedade civil<sup>8</sup>.

Pode-se concluir, com os exemplos apresentados acima, que a passagem do neoinstitucionalismo *state-centered* para o *polity-centered* implica um reconhecimento, construído paulatinamente, de que abordar as instituições estatais como seccionadas dos interesses da sociedade civil resulta em uma postura analítica pouco produtiva. Esse deslocamento teórico, também no caso desses autores que privilegiam originalmente as instituições estatais, implica um ganho analítico ao incorporar a dimensão societal como variável explicativa.

## Sobre a dicotomia persistente entre as duas abordagens

Como se procurou demonstrar nos tópicos anteriores, a existência de um movimento de convergência, entre perspectivas inicialmente polares, em direção ao ponto de conexão entre o Estado e a sociedade civil caracteriza a literatura considerada neste trabalho. Tomando as análises que enfatizam as características da sociedade civil e aquelas que centram atenção nas instituições, poderíamos demarcar como ponto de partida – considerando a contribuição de diversos autores – a seguinte proposição: abordar eventos referentes ao processo político e de tomada de decisões demanda uma postura que considere tanto a dimensão da

8 Trabalho que ilustra conclusão parecida é Stark e Bruszt (1998).

sociedade civil como do Estado. Há, portanto, razão na crítica de que minimizar o papel de qualquer uma das vertentes implicaria em desconsiderar dimensões relevantes para o esforço analítico. Assim seria necessário atentar simultaneamente para as características e processos que se desenvolvem nas conexões entre as esferas da sociedade civil e das instituições públicas.

No entanto, a capacidade de demarcar esse pressuposto analítico não anula o fato de que operacionalizar tal proposta não é trivial, como mostram os trabalhos disponíveis. A busca analítica da confluência das dimensões da sociedade civil e do Estado se desenvolve sem que os autores se livrem de sua ênfase inicial, cujo resultado é a persistência do tratamento dicotômico: os neoinstitucionalistas passam a considerar a sociedade civil sob a perspectiva do Estado e os autores dos movimentos sociais passam a considerar o Estado sob a perspectiva societal<sup>9</sup>. Isto significa que confrontados com o desafio de definir um espaço analítico de confluência entre as duas esferas, os autores tendem a manter a ênfase no objeto original, mesmo reconhecendo a relevância em ultrapassá-lo.

Pode-se definir essa situação de aproximação e ao mesmo tempo distinção de dicotomia persistente. Dicotomia persistente em dois sentidos relacionados. O primeiro, no plano da organização do conhecimento, na persistência de dois subcampos que mantêm sua bibliografia, conceitos e teorias próprios, sem instaurar um campo comum de debates entre as abordagens que originalmente enfatizam a sociedade civil e as instituições estatais. Se o conhecimento científico avança através do debate, no caso há um claro problema em seccionar dois campos congêneres, que tratam do mesmo objeto, na medida em que estas perspectivas

9 É interessante que isso fica evidenciado se tomamos os títulos dos trabalhos desses autores, que a despeito de analisar a conexão Estado/sociedade ainda enfatizam sua perspectiva inicial. Como exemplo representativo ver Evans (1993) e Abers e Von Bülow (2011).

teóricas não conseguem produzir um “campo” teórico comum. Isto claramente limita as possibilidades do debate e do cotejamento entre o resultado das pesquisas, pressuposto da acumulação de conhecimento. O segundo, no plano metodológico, com a própria manutenção de um olhar que organiza a realidade através da dicotomia entre Estado e sociedade civil. O caso aqui se complica na situação limite em que a atuação dos atores diluem na prática a distinção entre as duas esferas, aspecto que será desenvolvido logo a seguir.

Antes, porém, deve-se ressaltar que na dimensão teórica o desafio seria que ambas as perspectivas se agregassem em um mesmo “paradigma”. Tal solução permanece problemática sob outro aspecto. Se fatos demandam uma abordagem conjunta, a distinção de ambas é relevante pelas condições distintas que as caracterizam. Os atores que atuam dentro do Estado são investidos de uma legitimidade de controle privilegiado do processo de policy-making, o que significa um diferencial de poder não negligenciável. Como argumenta Almeida, sociedade civil e instituições estatais se encontram em patamares diversos, pois “as instituições estatais têm capacidades únicas para coordenar, regular e administrar um contexto de larga escala [...]. Sua legitimidade deriva do consentimento dos indivíduos, o qual determina a capacidade de tomar decisões vinculantes que implicam a obediência dos cidadãos” (2014, p. 190).

A demarcação de constrangimentos e potencialidades diferenciadas que a atuação nas esferas da sociedade civil ou do Estado implicam fica prejudicada quando se busca solucionar o problema da dicotomia através de abordagens como das redes sociais. Um exemplo das limitações dessa alternativa pode ser encontrado em Petrarca (2015), que aborda a construção das políticas de combate à AIDS.

Retomando: determinados eventos aprofundam a dificuldade de se delimitar as próprias fronteiras entre a sociedade civil e o Es-

tado, particularmente quando se referem a casos em que atores relevantes atuam simultaneamente em ambas as esferas. A expressão empírica desse dilema emerge em duas direções. Quando atores dos movimentos sociais, visando a concretização de seus valores e interesses, ocupam espaços no Estado e se qualificam como partícipes do processo de *decision-making*. Abers e von Bülow apontam situações como essas, já que “às vezes movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparelho estatal” (2011, p. 78). E, de outro lado, quando o próprio Estado busca recrutar ativistas sociais para atuar nos espaços das instituições estatais como formuladores de políticas públicas.

O resultado é que esses atores atuam simultaneamente em ambas as esferas. É a persistência do que poderíamos chamar de “atores anfíbios”: ou seja, aqueles que ocupam o aparato do Estado e ao mesmo tempo são ativistas sociais. A distinção entre Estado e sociedade civil se torna assim significativamente artificial<sup>10</sup>.

Como, nesses casos, a diferença entre as esferas tende a se apagar, um possível caminho alternativo ao tratamento dicotômico seria adotar uma abordagem focada nos atores que, em suas ações, são portadores das características e dilemas inscritos nas duas esferas: atores que vivenciam, por assim dizer, as consequências, em termos de acesso aos recursos de poder, de se atuar em ambas as frentes simultaneamente.

Tais personagens podem ser tomados como um tipo dos atores classificados como *policy entrepreneurs*<sup>11</sup>. Os *policy entrepreneurs*

10 São vários os autores que expressam de alguma maneira a insatisfação em relação à dicotomia sociedade civil e Estado. Vale reproduzir a constatação de Poggi, que afirma só se poder tratar do Estado moderno em alto nível de abstração. Para ele um dos complicadores da utilização do conceito é a ocorrência de “fenômenos recentes que tendem a desalojar a distinção entre Estado e sociedade” (1981, p. 27).

11 Outra sugestão que aparece na literatura como alternativa à dicotomia é a abordagem de redes, considerada com críticas por Bourdieu (2014, p. 161-3).

são indivíduos ou grupos de pessoas que defendem uma ideia e investem recursos como tempo, reputação, perseverança e recursos financeiros em defesa de determinadas propostas. Atuam promovendo suas ideias em *policy communities* relacionadas com uma área temática de políticas públicas. Podem se posicionar tanto dentro como fora do governo (Kingdom, 2003, p. 123). Entendem a importância das ideias no processo político, buscando assim convencer os outros atores dos seus pontos de vista<sup>12</sup>. Segundo Mintrom,

Policy entrepreneurs can play a key role in identifying policy problems in ways that both attract the attention of decision makers and indicate appropriate policy responses [...] policy entrepreneurs must develop strategies for presenting their ideas to others. This is why policy entrepreneurs spend large amounts of time **networking in and around government** [...]. In so doing, they learn the ‘world views’ of various members of the policy-making community and make contacts that can help build their credibility. Making these contacts allows policy entrepreneurs to determine what arguments will persuade others to support their policy ideas (1997, p. 739 – grifo do autor)

Atores, portanto, que ao diluir em suas ações o limite que separa a sociedade civil e o Estado, podem potencialmente fornecer uma abordagem mais integrada do problema.

Para ilustrar os argumentos desenvolvidos até aqui, o próximo tópico tratará de certos aspectos relacionados com a adoção do Sistema Único de Saúde – SUS em décadas recentes no Brasil. Considerará a reforma da saúde em geral se detendo, contudo, num aspecto específico: a organização de consórcios de saúde no estado do Paraná.

12 Na verdade, há uma grande variação na definição desses atores, desenvolvida por diversos autores. Capella (2016), por exemplo, apresenta algumas abordagens. No caso deste trabalho, serão enfatizadas algumas de suas características relevantes com o objetivo de se pensar a questão em discussão.

## As relações entre Estado e sociedade civil na produção de políticas públicas: o exemplo da reforma da saúde no Brasil<sup>13</sup>

Como meta de uma reforma estrutural na área da saúde pública, no Brasil, o SUS tem origem num movimento impulsionado no final da década de 1970, com o objetivo de superar a política de saúde, adotada no regime militar, com ênfase na oferta privada dos serviços e financiada de forma contributiva pelos usuários. Diversamente a reforma buscou adotar um sistema nacional de saúde baseado nos princípios da universalização, integralidade e descentralização, com financiamento público.

Contrastando posições, a adoção do SUS instaurou uma disputa entre setores reformistas e setores que buscavam defender os interesses da saúde privada. Pode-se dizer que a luta política, nesta perspectiva, buscava manter ou modificar os arranjos institucionais que satisfariam os objetivos de poder dos diversos atores políticos envolvidos na área da saúde. Sendo assim, o processo de reforma, seus sucessos e insucessos, deveu-se ao resultado dos conflitos entre atores que buscavam maximizar suas posições em relação aos recursos de poder que a manutenção ou modificação de certa forma de estruturar as instituições públicas da saúde oferecia.

Como exposto anteriormente, os esforços analíticos de casos como o considerado aqui derivaram, de início, duas perspectivas analíticas: uma focada na sociedade civil, e nos movimentos sociais; outra com ênfase nas instituições estatais. O processo de adoção do SUS exemplifica bem a necessidade de integração das duas perspectivas, já que atores reformistas fundamentais transpuseram, em sua ação, a linha que separa as duas esferas.

13 Este tópico é baseado em pesquisa, cujo um dos resultados pode ser encontrado em Rocha e Castro (2016).



O processo de reforma da saúde envolveu movimentos coletivos amplos, de âmbito nacional. O principal desses atores coletivos foi o movimento sanitário, que surgiu em meados dos anos de 1970, composto especialmente por profissionais da saúde, tanto ativistas sociais como especialistas e profissionais de cargos técnicos que trabalhavam no governo. O objetivo era a defesa da saúde pública como direito universal e baseada nos princípios de integralidade, equidade e descentralização, visando franquear o acesso aos serviços para toda a população, especialmente a mais pobre. Os sanitaristas, como formuladores das ideias sobre a reforma do sistema de saúde brasileiro, atuaram também em universidades desenvolvendo pesquisas e formando profissionais. Para a produção e a divulgação de suas concepções reformistas estabeleceram várias ações como, por exemplo, a criação do Centro Brasileiro para Estudos da Saúde (CEDES) e da revista Saúde em Debate<sup>14</sup>.

Além de constituir um movimento social com a característica clássica de direcionar demandas ao Estado, através de um leque de estratégias de pressão articuladas na esfera da sociedade civil, os sanitaristas buscaram também desenvolver sua atuação nos partidos políticos – quase sempre de esquerda – e ocupar cargos governamentais.

Nesse aspecto, como contraponto aos sanitaristas, o Movimento Popular de Saúde (MOPS), que compartilhou os mesmos objetivos reformistas – sem alcançar, contudo, a mesma relevância em termos de capacidade de ação – tinha como estratégia desenvolver suas ações no âmbito exclusivo da sociedade civil, visando pressionar e confrontar o Estado “de fora”. Buscava criar um poder alternativo ao “Estado capitalista” no âmbito da sociedade civil (Doimo e Rodrigues, 2003), mantendo uma clara distinção entre a sua esfera de atuação e a arena estatal, com o objetivo de manter sua autonomia.

14 Escorel (1999) desenvolve uma história detalhada do movimento sanitarista.

Dois movimentos, portanto, que exemplificam duas estratégias distintas: uma privilegiando a ação na esfera da sociedade civil exclusivamente, e a outra visando atuar concomitantemente nas duas esferas.

De todo o modo, será considerado aqui o movimento sanitarista, pelo protagonismo que teve na adoção da reforma da saúde e pela forma como transcendeu a distinção entre as esferas societal e estatal. Nesse movimento é claro o papel de destaque dos *policy entrepreneurs*, que, como se disse, buscaram atuar tanto no espaço da sociedade civil como no interior das instituições estatais. Esses membros do movimento sanitário tanto mobilizavam setores da sociedade civil como ocupavam altos cargos na área de saúde nos três níveis de governo da federação brasileira: o governo central, os estados e os municípios.

Nesse sistema federativo a organização da política de saúde tem de equacionar a distribuição de competências entre os entes. Inicialmente, no regime militar, as relações federativas na área se estruturavam de forma centralizada, com a delegação de competências do governo central para os estados e os municípios. Com a Constituição Federal de 1988, a responsabilidade pela saúde passa a ser de todos os entes, com ênfase para os municípios. Na verdade, o SUS foi se constituindo em seu aspecto federativo através de um movimento de aprendizado que envolveu, de alguma forma, os três níveis de governo, com cada qual equacionando suas funções em relação aos outros.

Como numa federação as estruturas de oportunidade para a ação dos movimentos sociais variam segundo as características de cada nível de governo (Pierson, 1995), os sanitaristas buscavam avaliar, em cada momento, a melhor estratégia para alcançar os seus objetivos. Inicialmente privilegiaram sua atuação junto ao governo central; posteriormente, quando da municipalização da política de saúde, passaram a valorizar sua atuação no plano municipal. E sempre agindo tanto “junto aos” como “dentro dos” governos.

Refletindo essa resiliência quanto aos espaços de atuação, ainda no regime militar, na presidência do General João Figueiredo (1979 – 1985), onde a política era centralizada em termos federativos, os sanitaristas ocuparam posições no topo das instituições estatais, no governo central. O que os qualificou para atuar em posições de mando em governos aos quais se opunham ideologicamente era a sua capacidade de articulação de ideias sobre o setor e a liderança que exerciam junto ao movimento reformista<sup>15</sup>. Além de atuarem dentro das instituições estatais, mobilizaram um amplo apoio à reforma no âmbito societal. Momento relevante nesse processo foi a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 1986, que contou com ampla participação de diversos setores da sociedade civil. Cumprindo etapas nos municípios e estados, que indicavam seus delegados para a plenária final, a Conferência teve termo num encontro com mais de 4.000 delegados de todo o país, com direito a voz e voto. Foram as propostas retiradas daí que fundamentaram a elaboração do capítulo sobre a política de saúde da Constituição Federal de 1988, na qual o movimento sanitário teve papel crucial. Fazendo a ponte entre a sociedade civil, o parlamento e setores da burocracia, o principal articulador na elaboração da parte da saúde na constituinte foi o *policy entrepreneur* e deputado federal Sérgio Arouca, uma das principais lideranças do movimento sanitário<sup>16</sup>.

Como apontado, da ênfase no plano federal as prerrogativas federativas da política de saúde foram se deslocando principalmente para os municípios, através de um processo de descentralização político-administrativa. Instaurou-se assim uma intensa transferência de competências e recursos materiais e financeiros

15 Por exemplo, os sanitaristas e exemplos de *policy entrepreneurs* Eleutério Rodriguez Neto e Hésio Cordeiro eram, respectivamente, secretário geral do Ministério da Saúde e presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, portanto no topo das instituições públicas da saúde (Weyland, 1995).

16 Arouca foi pesquisador, ativista social, político e funcionário e presidente da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), instituição de pesquisa ligada ao Ministério da Saúde.

ros, antes concentrados no governo central, em direção aos municípios. Estes passaram, assim, a assumir progressivamente a gestão dos serviços de saúde em seus territórios.

Na medida em que a descentralização ia se consolidando, a municipalização começou, no entanto, a demonstrar problemas. Primeiramente, a heterogeneidade das capacidades financeiras e administrativas dos municípios para assumirem a gestão da saúde acabou conflitando com um dos princípios do SUS: a equidade na oferta dos serviços. Também a fragmentação territorial, resultante da afirmação das prerrogativas políticas dos municípios como gestores da saúde, acabou contraditando com os princípios do SUS. O desenho da territorialidade político-administrativa se torna potencialmente incompatível com a territorialidade requerida pela política de saúde. Foi ficando cada vez mais clara a necessidade de outro modelo de organização territorial para a área das políticas de saúde, através da configuração de arranjos cooperativos entre os municípios visando permitir uma ação conjunta entre diversos governos municipais de uma dada região.

Ficou evidente que a provisão da saúde para a população requer um planejamento que considere uma escala adequada de oferta dos serviços. Isso demanda um ordenamento territorial que pode abranger vários municípios, mais de um estado, ou mesmo partes de municípios. Daí a necessidade de acordos políticos entre os governos municipais para a institucionalização de formas de cooperação intermunicipais.

Como forma de buscar essa cooperação, foram ensaiadas diversas tentativas de regionalização, através de legislação federal, no entanto malogradas. Um efetivo processo de regionalização só vai surgir, em meados dos anos de 1990, com a difusão dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS).

Um Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) é a união ou associação de dois ou mais municípios, geralmente contíguos, vi-

sando a resolução de problemas e a busca de objetivos comuns no setor, mediante a utilização conjunta dos recursos humanos e materiais disponíveis (Brasil, 1997, p. 10). A difusão dos CIS teve início em alguns estados brasileiros. Esse processo se deu de forma heterogênea, pois dependeu, em grande medida, das características políticas específicas dos estados. Dois dos casos de maior sucesso foram dos estados de Minas Gerais e do Paraná, este último objeto de exame a seguir<sup>17</sup>.

No Paraná, a partir do início de 1990, foram constituídos progressivamente 26 CIS, com as primeiras experiências se desenvolvendo nos municípios pequenos do Norte e Nordeste, com capacidades administrativas e financeiras precárias, e, posteriormente, se difundindo para a quase totalidade do estado. Hoje, dos 399 municípios, 390 integram um CIS. Ou seja, 97,5% dos municípios paranaenses estão consorciados, com uma média de 16 por consórcio, sendo que o menor tem três e o maior tem 30 municípios.

Diversos são os fatores que, conjugados, explicam a articulação dos esquemas de cooperação intermunicipal na área da saúde: a tradição de cooperação de grupos de municípios para fins diversos e a indução do governo estadual, dentre outros. Porém um fator relevante, e relacionado com a questão aqui tratada, é a capacidade e a capilaridade da ação do movimento sanitário, dos *policy entrepreneurs*, bem como de suas estratégias<sup>18</sup>.

17 Em 1999, por exemplo, Minas Gerais é o estado com maior porcentagem de municípios consorciados na área da saúde, 92,4% do total, seguido pelo Paraná, com 77,6%. O Brasil apresentava 31,5% dos seus municípios consorciados (Cruz, 2001, p. 74). Para o caso de Minas Gerais, ver Rocha e Faria (2004) e Diniz Filho (2006).

18 Uma evidência da relevância do movimento sanitário na organização dos municípios foi o seu protagonismo na criação do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), em 1988, principal espaço de mobilização dos gestores municipais da saúde (Dowbor, 2014, p. 110). Aliás, evidência da relevância do caso do Paraná é que de lá surge a proposta de criação do CONASEMS, a partir da experiência da Associação de Secretários Municipais de Saúde do Paraná, criada no início dos anos 1980.

De um lado, os mecanismos indutores da cooperação intermunicipal vão paulatinamente se fortalecendo, tanto pela ação do governo central como, e principalmente, dos estados, que passaram a fornecer incentivos seletivos para que os municípios articulassem consórcios. Por outro lado, do ponto de vista dos municípios, num contexto de crise econômica e restrições fiscais dos anos de 1980 e 1990, a incapacidade de fornecer respostas individuais às pressões do eleitorado por acesso aos serviços de saúde induziu à consciência de que diversos problemas de gestão só poderiam ser equacionados de forma cooperativa.

Como uma faceta dos motivos apontados acima, a constituição dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, no Paraná, resultou de um processo de aprendizado envolvendo políticos, técnicos e setores da sociedade civil, como prefeitos, secretários municipais e estaduais de saúde, técnicos da Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e dos municípios, movimentos de profissionais da área da saúde e partidos políticos, cuja atuação atravessou as fronteiras do Estado com a sociedade civil. Agindo dentro de contextos específicos, ao longo do tempo, os atores envolvidos teceram relações horizontais, conectando municípios, e verticais, articulando os mesmos com o âmbito estadual. Em grau relevante, desenvolveram uma teia de relacionamentos, muitas vezes informais, que vitalizaram a dimensão formal dos CIS. Além das regras pactuadas que orientavam a cooperação, desenvolveram uma confiança, principalmente entre as burocracias municipais e estadual, exercitada no trato frequente das questões relativas à gestão da saúde. Esses relacionamentos eram sedimentados por uma visão comum sobre os objetivos da política de saúde.

Especificamente, os *policy entrepreneurs*, ligados ao movimento sanitarista, foram fundamentais na difusão dos esquemas de cooperação. Numa mistura de técnicos da área da saúde com ativistas sociais, de formuladores de ideias com profunda dedicação à causa pública e com significativa capacidade de articulação política, esses atores incentivaram relações entre autoridades municipais de par-

tidos variados, buscando convencê-las da relevância da cooperação para a produção das políticas de saúde (Laczynski e Teixeira, 2012; Rocha e Faria, 2004). No limite, faziam política através de um discurso técnico, difundindo ideias elaboradas coletivamente em diversos âmbitos, e atuando simultaneamente nas esferas do Estado e da sociedade civil. Eram portadores de concepções sobre como estruturar as políticas de saúde e trabalhavam para concretizá-las. Considerando o caso do Paraná, são vários exemplos da atuação desses personagens, como será apontado à frente.

No plano estadual, a partir de 1983, os governos consecutivos do PMDB<sup>19</sup> (José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião), partido que abrigava um amplo contingente de sanitaristas nos seus quadros, passaram a recrutar equipes técnicas multiprofissionais para a SESA, que foram distribuídas pelo território do Paraná. Esses técnicos cumpriram um papel fundamental no enfrentamento da situação de carência de estrutura de oferta de serviços de saúde, especialmente por parte dos municípios menores. Recrutados em grande medida no movimento sanitário, passaram a ocupar cargos de direção no setor da saúde, difundindo suas ideias, formuladas no âmbito das universidades, centros de pesquisa e dos movimentos sociais, através de ações visando qualificar os funcionários públicos.

Por exemplo, definiram, no âmbito do estado, que os técnicos que entravam para a SESA tinham que fazer um curso intensivo de três meses, de 40 horas semanais, em centros cuja orientação se baseava nos princípios do pensamento sanitário. Essas pessoas estavam, em grande parte, alocadas nas Regionais de Saúde (RS) da SESA<sup>20</sup>, quando do processo de implementação do SUS. Criou-

19 Um partido que fazia oposição ao regime militar, congregando uma pluralidade de grupos.

20 As Regionais de Saúde (RS) foram fixadas pela SESA, que definiu recortes territoriais agregando grupos de municípios, em espaços geográficos contínuos, com base em uma série de informações técnicas, visando induzir o mapeamento de regiões de saúde como referência territorial para a organização das ações de saúde no estado.

-se, assim, uma massa crítica de técnicos que compartilhavam das mesmas ideias, distribuídos por todo o território do estado, que utilizavam as RS como suporte para suas ações, conectando o governo estadual com conjuntos de municípios, e que no futuro teriam um papel crucial na criação dos CIS. Se a formação desses técnicos resultava de um projeto dos sanitaristas levado para o interior das instituições públicas, os mesmos acabavam aderindo a ações mobilizadoras na esfera da sociedade civil. Instaurou-se um duplo movimento em que atores da sociedade civil ocupavam espaços no Estado e burocratas passavam a atuar com o movimento sanitário.

Essa lógica também foi replicada no plano dos municípios. Devido à precariedade técnica de grande parte das administrações municipais, e com dificuldade de cumprir a sua recente prerrogativa de gerir os serviços de saúde, vários prefeitos passaram a recrutar militantes do movimento sanitário para cargos de direção na área da saúde (Dowbor, 2014). Assim, técnicos e militantes dedicados à causa da saúde pública passaram a ocupar espaços na burocracia e em cargos de direção nos governos municipais. Levaram, portanto, para os espaços de tomada de decisões suas concepções sobre a política de saúde, especificamente sobre a importância da cooperação intermunicipal para estruturar essa política setorial (Laczynski e Teixeira, 2012; Rocha e Faria, 2004). Passaram da mesma maneira a formar uma burocracia municipal com base nos princípios da reforma sanitária.

Tomando 16 atores que foram protagonistas da reforma, e entrevistados para a pesquisa em discussão<sup>21</sup>, pode-se notar como atuavam concomitantemente nas esferas do movimento e das instituições estatais, conforme demonstrado abaixo:

---

21 As entrevistas foram definidas com o método “bola de neve”, uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência, em que os entrevistados sugeriam pessoas significativas a serem ouvidas. Foram sendo realizadas até que novos elementos deixaram de ser acrescentados, conforme o “critério de saturação”. Tais métodos sugerem que os entrevistados possam ser tomados como representativos do perfil dos atores envolvidos na criação dos CIS.



Quadro 1 – Atores protagonistas na formação dos CIS Paraná segundo características (Entrevistados para Rocha e Castro, 2016)

Características	N	Percentual
Cargos governamentais	6	37,5
Militantes mov. Sanitarista	0	0,0
Cargos governamentais se tornam militantes	4	25,0
Militantes ocupam cargos governamentais	6	37,5
Total	16	100

Elaboração própria.

Nota-se que 62,5% dos entrevistados, com origem numa ou noutra esfera, passaram a atuar tanto no movimento como em cargos estatais.

Assim, inicialmente, os *policy entrepreneurs* são forjados no movimento sanitaria, constituído na sociedade civil com o objetivo de articular demandas ao Estado. Quando passam a compor a burocracia estatal ou assumir posições de mando nos governos o impacto das suas ações se potencializa: passam a participar diretamente do processo de tomada de decisões, bem como treinar uma burocracia com base nos seus princípios.

Na verdade, há um interesse recíproco nessa articulação entre Estado e sociedade civil. O movimento sanitário avalia como uma estratégia eficiente para alcançar seus objetivos a atuação dentro do aparato estatal. Por sua vez, a necessidade dos governos estaduais e municipais de estruturarem a área da saúde através do recrutamento de profissionais preparados coloca em relevo os participantes do movimento sanitário, que fornecia especialistas com uma concepção elaborada sobre um modelo de organização do setor. Resulta uma situação em que se constitui um grau de indistinção entre as esferas da sociedade civil e das instituições públicas.

Os desdobramentos teóricos do exemplo apresentado ilustram os limites analíticos do uso da dicotomia entre as abordagens

centradas na sociedade civil ou no Estado de fornecer um entendimento adequado do processo de reforma da saúde. Os fatos nos mostram que os movimentos sociais envolvidos na reforma da saúde penetraram o Estado e, por outro lado, os burocratas aderiram a estes movimentos. Estes movimentos expressam a capacidade dos grupos da sociedade civil em penetrar as instituições estatais, participando do processo de *decision-making* e, por outro lado, a busca do Estado em encontrar suporte em movimentos da sociedade civil para sustentar suas ações. Mais que isso, *policy entrepreneurs*, que atuavam simultaneamente nas duas esferas – ou melhor, transcendiam as mesmas –, tiveram um papel fundamental em várias etapas da mudança da política de saúde.

## Considerações finais

Este trabalho buscou abordar um problema relacionado com as teorias que buscam explicar as decisões públicas. Duas abordagens, em grandes linhas, demarcam as vertentes analíticas que buscam explicar o processo de tomada de decisões públicas, reproduzindo a dicotomia Estado/sociedade civil. Perfazem duas perspectivas teóricas que enfatizam um ou outro polo. Com o desenvolvimento das pesquisas, uma área de confluência entre ambas as vertentes passa a ser demarcada como resultado da relevância que os autores de cada uma das perspectivas passam a dar ao enfoque da outra: os autores dos movimentos sociais passam a valorizar o potencial explicativo das instituições estatais, e os autores institucionalistas passam a incorporar a relevância dos processos localizados na sociedade civil. Considerando essa confluência, essas vertentes, no entanto, não se desligam da perspectiva inicial. Chegam, portanto, a compartilhar um espaço analítico de confluência, mantendo, contudo, a ênfase seja no Estado, seja na sociedade, preservando a abordagem dicotômica.

Pode-se definir essa situação de aproximação e ao mesmo tempo de distinção de dicotomia persistente. Como tentou se mos-

trar, apesar das aproximações, são mantidos dois subcampos que mantêm sua bibliografia, conceitos e teorias próprios, sem instaurar um campo comum de debates entre as abordagens que originalmente enfatizam a sociedade civil e as instituições estatais. Resulta que se o conhecimento científico avança através do debate, a manutenção de dois campos teóricos em pesquisas que tratam do mesmo objeto impede o diálogo entre as duas vertentes teóricas.

A partir da demarcação desse problema, procurou-se ensaiar uma abordagem alternativa. A proposta foi considerar os *policy entrepreneurs*, especialmente aqueles que agem simultaneamente na esfera estatal e da sociedade civil – ou seja, os atores anfíbios –, buscando, através deles, capturar a ação que ultrapassa ambas as esferas, mas que ao mesmo tempo é impactada pelas potencialidades e constrangimentos que cada esfera fornece.

Como exemplo, foi utilizado o caso da reforma da saúde no Brasil, especificamente a criação dos Consórcios de Saúde no estado do Paraná. No caso, buscou-se ilustrar as dificuldades relacionadas com a persistência da dicotomia, no plano teórico, quando a ação de atores relevantes, na reforma da saúde, apontam para uma considerável artificialidade da distinção entre as esferas estatal e societal.

## Referências

Abers, R.; Serafim, L.; Tatagiba, L. (2014). Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, vol. 57, n. 2. 325-357.

Abers, R.; Von Bülow, M. (2011). “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade?” **Sociologias**, n. 28. 52 – 84.

Almeida, D. (2014). Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50.

- Bourdieu, P. (2014). **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brasil. Ministério da Saúde. (1997). **O Consórcio e a Gestão Municipal em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/cd05\\_14.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/cd05_14.pdf). Acesso em: 8 set. 2015.
- Capella, A. C. N. (2016). **Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas**: Ideias, Interesses e Mudanças. Cadernos EBAPE, vol 14.
- Carlos, E.; Dowbor, M.; Albuquerque, M. C. A. (2016). **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas**: proposições analíticas e desafios metodológicos. Anais do 40 Encontro Anual da Anpocs.
- Cefai, D. (2017). Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas...**Novos Estudos Cebrap**, v. 36/02, 129-142.
- Cruz, M. do C. M. T. (2001). **Consórcios Intermunicipais**: uma alternativa de integração regional ascendente. São Paulo: Pólis.
- Diniz Filho, P. R. (2006). **Federalismo, indução estadual e cooperação intermunicipal**:
- A experiência de dois Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Doimo, A. M., Rodrigues, M. M. A. (2003). A formulação da nova política de saúde no Brasil em tempos de democratização: entre uma conduta estatista e uma concepção societal de atuação política. **Política e Sociedade**, n. 03. 95-115.
- Dowbor, M. (2014). **Ocupando o Estado**: análise da atuação do Movimento Sanitário nas décadas de 1970 e 1980. In: E. Carlos; O. P. Oliveira; W. de M. Romão (orgs.). Sociedade Civil e Políticas Públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo. Chapecó: Argos.
- Evans, P., Rueschmeyer, D. e Skocpol, T. (1985). **Bringing the State back in**. New York: Cambridge University Press.
- Escorel, S. (1999). **Reviravolta na Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Evans, Peter. (1993). O Estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 28/29.
- Falleti, T. G. (2010). Infiltrando o Estado: a evolução da Reforma da Saúde no Brasil, 1964 - 1988. **Estudos de Sociologia**, v. 15, n. 29, 345-368.
- Fox, J. How Does Civil Society Thicken? The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico. (1996). **World Development**, vol. 24, n. 6. 1089-1103.

Gohn, M. das G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47.

Goldstone, J. (2003) **States, Parties and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press.

Kingdom, J. (2003). **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. New York: Harper Collins.

Lavalle, A. G. (2011). Após a participação: nota introdutória. **Revista Lua Nova**, n. 84. 13-23.

\_\_\_\_\_. (2014). Introdução. In: E. Carlos; O. P. Oliveira; W. de M. Romão (orgs.). **Sociedade Civil e Políticas Públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo**. Chapecó: Editora Argos.

Lavalle, A. G.; Carlos, E.; Dowbor, M.; Szwako, J. (2017). **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência**. Texto para Discussão 019/2017. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole.

Laczynski, P.; Teixeira, M. A. C. (2012). Os limites de um consórcio intermunicipal em condições assimétricas de poder: o caso do CINPRA no Maranhão. In: **FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos**. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer.

Marques, E. C. (1997). Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB** n. 43. 67-102.

MacAdam, D.; Tarrow, S. (2011). Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Revista Sociologias**, v. 13, n. 28, 18-51.

Mintrom, M. (1997). **Policy entrepreneurs and the diffusion of innovation**. American Journal of Political Science. Wisconsin, v. 41, n. 3.

Petrarca, F. R. (2015). A Luta contra a AIDS: uma causa, múltiplos saberes. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, 91-114.

Pierson, P. (1995). Fragmented Welfare State: federal institutions and the development social policy. **Governance**. Cambridge, v. 8, n. 4.

Pires, R. R. C. (2014a). Da sociedade para o Estado: desafios da participação do Brasil. In: V. Marx (Org.). **Democracia participativa, sociedade civil e território**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV. 181-200.

\_\_\_\_\_. (2014b). Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 93. 61-91.

Poggi, G. (1981). **A Evolução do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Rocha, C. V.; Faria, C. A. P. (2004). Cooperação Intermunicipal, reterritorialização da gestão pública e provisão de bens e serviços sociais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, n. 11. 73-105.

Rocha, C. V.; Castro, J. F. M. (2016). Dilemas da territorializa o na produ o de políticas públicas: reflexões a partir do caso dos Consórcios Intermunicipais de Saúde em um estado brasileiro. In: C. A. P. Faria; C. V. Rocha; C. Filgueiras; L. G. Souki. (orgs.). **Políticas Públicas na América Latina: territorialidades e intera es com a sociedade**. Porto Alegre: CEGOV/UFRGS.

Silva, M. K.; Oliveira, G. L. (2011). A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e interse o Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 28.

Skocpol, T. (1995). **Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States**. Cambridge: Harvard University Press.

Stark, D.; Bruszt, L.(1998). *Enabling constraints: fontes institucionais de coerência nas políticas públicas no pós-socialismo*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 36

Wampler, B. (2011). Institui es Participativas como “Enxertos” na Estrutura do Estado: a importância de contextos, atores e suas estratégias. In: R. R. C. Pires. (org.) **Efetividade das institui es participativas no Brasil: estratégias de avalia o**. Brasília: Ipea.

Weyland, K. (1995). Social Movements and the State: The Politics of Health Reforms in Brazil. **World Development**, vol. 23, n. 10.

# A Construção Social de um Mercado de Serviços Pessoais

*Maria Luísa Célia Escalona de Dios\**

## **Resumo:**

O artigo trata da construção social de um mercado de serviços pessoais (*personal*) sob a perspectiva da Sociologia e Antropologia da Economia, que postulam que a economia está imersa no social e os mercados são diversos porque são construções históricas, sociais e políticas. Os prestadores de serviços pessoais se autodenominam *personals*. Os serviços oferecidos têm um caráter pessoal e sob medida, exigindo interação face a face. É uma relação de proximidade atravessada pelo econômico. Tal constatação me levou a questionar sobre que tipo de ajustes e como são feitas as composições no cotidiano profissional dos *personals* com seus clientes para que a relação se mantenha ajustada. Então para pensar como esses ajustes ocorrem trago a noção de trabalho relacional, como um recurso conceitual, que é definido como um esforço (de ajustes e de composições) que as pessoas têm que fazer para tornar possível esse mercado de serviços pessoais.

**Palavras-chave:** Prestação de serviços pessoais. Consultorias pessoais. Personal. Relações de proximidade. Trabalho relacional.

## The Social Construction of a Personal Services Market

### **Abstract:**

The article deals with the social construction of a personal services market from the perspective of Sociology and Anthropology of Economics, which postulate that the economy is immersed in the social and the markets are diverse because they are historical, social and political constructions. Personal service providers call themselves *personals*, the services

\* Doutora em Ciências Sociais pela PUC-RS, com período de estágio doutoral na École des hautes études en sciences sociales - EHESS. E-mail: mldios@outlook.com

offered are personal and tailor-made, requiring face-to-face interaction, a close relationship crossed by the economic. This finding led me to question what kind of adjustments and how the compositions are made in the professional daily life of the personals with their clients so that the relationship remains adjusted. So to think about how these adjustments occur I bring the concept of relational work, as a conceptual resource, which is defined as an effort (of adjustments and compositions) that people have to do for make this personal service market possible.

**Keywords:** Provision of personal services. Personal consultancy. Custom Proximity relations. Relational work.

## La Construcción Social de un Mercado de Servicios Personales

### Resumen:

El artículo aborda la construcción social de un mercado de servicios personales desde la perspectiva de la Sociología y Antropología de la Economía, que postulan que la economía está inmersa en lo social y que los mercados son diversos porque son construcciones históricas, sociales y políticas. Los proveedores de servicios personales se llaman a sí mismos *personals*, los servicios ofrecidos son personales y a la medida, lo que requiere interacción cara a cara, una relación cercana cruzada por lo económico. Este hallazgo me llevó a cuestionar qué tipo de ajustes y cómo se realizan las composiciones en la vida diaria profesional de los personales con sus clientes para que la relación permanezca ajustada. Entonces, para pensar cómo ocurren estos ajustes, traigo el concepto de trabajo relacional, como un recurso conceptual, que se define como un esfuerzo (de ajustes y composiciones) que las personas tienen que hacer para hacer posible este mercado de servicios personales.

**Palabras clave:** Prestación de servicios personales. Asesoría personal. Personalizado Relaciones de proximidad. Trabajo relacional.



O mercado das consultorias pessoais (*personal*) abrange tanto atividades que vieram do mundo da dádiva (Mauss, 2003), que tiveram que ser construídas para se transformar em mercadoria, como outras que vieram do mercado e que tiveram que se personalizar. As atividades que vieram do âmbito do dom (Mauss, 2003), que tradicionalmente eram prestadas no âmbito dos vínculos familiares ou laços de amizade como, por exemplo, organizar armários, passear com cachorros, recomendações sobre o que e como se vestir, se transformaram em serviços especializados e personalizados prestados pelo *personal organizer* (especialista em organização de ambientes), *personal dog* (cuidador e passeador de cães) e o *personal stylist* (especialista em consultoria de estilo).

Por sua vez, como exemplos de atividades que vieram do mercado e se personalizaram temos o *personal trainer*, que é um professor de ginástica e que personaliza seus serviços de educação física ofertando um serviço sob medida de acordo com o tipo de cliente e seus objetivos em prol da saúde e forma física, e o *personal financial planer* ou *personal invest*, que são profissionais que trabalhavam em instituições financeiras e que passaram a oferecer serviços especializados que organizam a vida financeira dos clientes, seus investimentos e até seus patrimônios, de acordo com seu estilo, estágio de vida e planos futuros.

Esses serviços pessoais, que adquiriam a forma de consultorias, abrangem todas as áreas da vida cotidiana. Assim, para cada contratempo é factível encontrar alguém propondo uma solução específica e sob medida, existindo inúmeras ofertas destes profissionais através de sites, vídeos, blogs, redes sociais e em programas de TV. Os profissionais que nele atuam se autodenominam de *personal*, destacando a característica individualizada dos serviços oferecidos. Ao mesmo tempo, por deterem um saber específico, se apresentam também como especialistas.

Conforme veiculado nas mídias, existem *personals* para quase tudo: para ensinar a se vestir com elegância e cuidar da imagem pessoal (*personal stylist*); para ajudar a fazer atividades físicas e manter-se saudável (*personal trainer*); para auxiliar na elaboração do cardápio diário e ajudar a personalizar a dieta (*personal diet*). Além disso, há *personals* que auxiliam no preparo de jantares especiais e requintados (*personal gourmet*), que ensinam a paquerar (*personal paquera*), a ser sensual e “apimentar a relação” (*personal sex trainer*), e os que auxiliam nos preparativos para a chegada de filhos (*personal grávida*).

Assim, é possível perceber como está se tornado corriqueiro as pessoas de extratos sociais economicamente favorecidos terceirizarem atividades cotidianas e pessoais. Os serviços oferecidos por esses consultores têm um caráter pessoal e sob medida; exige a interação face a face; exige um esforço por parte de quem adquire o serviço, orientado para seu benefício e bem-estar; bem como o aprimoramento de capacidades, tais como: economizar tempo, melhorar a imagem e o estilo, manter elevada a estima, organizar tarefas e a vida cotidiana, entre outros.

Os *personals* prestam serviços que não podem ser alienados da sua pessoa, a relação com os clientes é de proximidade, circulando o afeto e a empatia. No entanto, ao mesmo tempo, é uma relação comercial, pois está se vendendo um serviço especializado e ajustado às demandas dos clientes. Como se estabelece o fenômeno de mercado de serviços pessoais denominado *personal*? Que ajustes e combinações ocorrem na relação de prestação de serviço nas interações entre o *personal* e os clientes? Como se estabelecem as aproximações e distanciamentos entre a relação comercial e afetiva que se desenvolve nessa modalidade de prestação de serviço?

O presente artigo traz uma discussão sobre a noção de trabalho relacional (o esforço de ajustes, combinações e composições) que é praticado nas relações entre prestadores de serviços pes-

soais e seus clientes, segundo abordagens de Viviana Zelizer (2000, 2003, 2009, 2010, 2011) e de Nina Bandelj (2012, 2016). Inspirado nas reflexões de Zelizer (2000, 2003, 2009, 2010, 2011) sobre o trabalho relacional nas relações domésticas e do *care* e o trabalho de Bandelj (2012, 2016) sobre as dimensões do trabalho relacional, o objetivo do artigo é analisar como os aspectos de reciprocidade e poder, a noção de intenção, das dimensões afetiva, comportamental, cognitiva e da delimitação de fronteiras aparecem no cotidiano das relações entre os *personals* e seus clientes.

Nos textos de Zelizer (2000, 2003, 2009, 2010, 2011) as dimensões do trabalho relacional que ficam evidentes são, por um lado, as do afeto e, por outro, do estabelecimento de fronteiras. Pretendo demonstrar como essas dimensões fazem parte de ajustes constantes para estabelecer limites entre o comercial e o pessoal no dia a dia dos *personals*<sup>1</sup> e seus clientes. O que torna o estudo dos *personals* relevante é que este mercado de serviços pessoais somente se estabelece por meio de um vasto trabalho relacional do *personal* em relação ao cliente. Cada *personal* personaliza o seu serviço a sua maneira, isto é, cada um atribui sentidos diferentes à categoria “pessoal”. Nos serviços realizados pelos *personals* reside a ideia de pessoalidade envolvida em relações comerciais. Os *personals* não personalizam só para

1 Existem diferenças entre um *coach* e um *personal*. O *coach* é um profissional que pratica o *coaching* e o *coachee* (cliente) é a pessoa que passa pelo processo de *coaching*. A palavra tem origem no idioma inglês e significa treinador. Existem várias escolas de *coaching*. Portanto, cada uma utiliza metodologias, técnicas e ferramentas específicas conforme a sua abordagem para o benefício de uma empresa ou de um indivíduo. Assim no *coaching*, o *coachee* (cliente) se adapta à metodologia da escola que o *coach* utiliza. Portanto, o *coach* não personaliza o serviço, ele aplica uma metodologia seguindo os critérios da escola de *coaching* na qual ele foi treinado. O *coaching* é pago, existe um contrato formal, as sessões são estruturadas conforme a metodologia adotada pelo *coach*. O objetivo do *coaching* é ajudar profissionais, executivos, diretores de empresas, gerentes a maximizar o potencial de suas carreiras, trazendo mais resultados para as empresas nas quais trabalham atrelado ao desenvolvimento pessoal. Em algumas empresas o *coaching* entra no pacote de benefícios oferecidos pela empresa aos executivos (Ortiz de Zárate, 2010).

o cliente, cada um deles, para cada tipo de serviço, construiu a ideia do que é ser um *personal* e do que é personalizar. Os *personals* formam uma categoria profissiona fluída, não existindo fronteiras precisas, nem critérios de pertencimento<sup>2</sup>.

As principais ideias abordadas neste artigo tratam dos processos de construção relacional entre os *personals* e seus clientes evidenciando que tais relações se caracterizam por serem relações de proximidade e ao mesmo tempo relações comerciais. Este artigo é o resultado de uma pesquisa etnográfica realizada em Porto Alegre e São Paulo, entre 2013 a 2017, a partir da qual realizei observação direta, acompanhei suas atividades e entrevistei alguns profissionais dessa modalidade de prestação serviços. Sobre meus interlocutores, optei por alterar os seus nomes no decorrer do texto para preservar suas identidades.

## Trabalho relacional no mercado de serviços pessoais (personal)

Na obra *La negociación de la intimidad*, Zelizer (2009) procura desvendar as conexões existentes entre as transações econômicas e as relações de proximidade, como no caso deste artigo. A autora argumenta que relações pessoais e trocas econômicas não constituem esferas antagônicas, como nos levam a crer o senso comum e alguns ditados populares, tais como “amigos, amigos, negócios à parte”. Contrariamente, ela defende que essas relações são complexas e delicadas, exigindo intensas e diversas negociações para que as partes envolvidas se sintam contempladas. Zelizer (2009) denomina essas negociações de trabalho relacional. A denominação de trabalho relacional dá a entender que esta negociação exige esforço e é meticulosa. Além

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes sobre a formação do mercado de serviços pessoais ou mercado *personal* acessar o link da tese: Chama o *personal* – estudo etnográfico: sobre consultorias pessoais. <http://hdl.handle.net/10923/10808>.

disso, trata-se de um processo lento, tendo em vista que os participantes da relação têm que se assegurar que as combinações são viáveis e as transações, os veículos de troca e os limites estão adequados ao tipo de relação. Em suma, a discussão de Zelizer (2009) evidencia o trabalho relacional que é exigido para a construção da possibilidade moral, da legitimidade de certos mercados como o mercado *personal*.

Na intenção de complexificar a noção de trabalho relacional, dialogando com outras áreas, Nina Bandelj (2012, 2016) mostra que algumas dimensões da noção de trabalho relacional não aparecem ou se revelam apenas sutilmente no trabalho de Zelizer (2000, 2003, 2009, 2010, 2011). Esses aspectos são: a noção de intenção de reciprocidade e poder, além das dimensões afetiva, comportamental, cognitiva e construção de fronteiras. As perspectivas de Zelizer (2000, 2003, 2009, 2010, 2011) e Bandelj (2012, 2016) se complementam e são um aporte teórico frutífero para analisar de forma microscópica como as relações de proximidade perpassadas pelo econômico requerem um constante ajuste.

Analisando estudos da área de Gestão e Negócios, Bandelj (2012) mostra que a dimensão de intenção é mais acentuada, significando um esforço deliberado para a realização de metas profissionais para o bom andamento e conclusão de projetos. A dimensão da intenção está associada à busca da eficácia e resultados e ao engajamento das pessoas envolvidas no grupo de trabalho. Nas referidas áreas Bandelj (2012) detectou que a ideia de trabalho relacional tem as seguintes denominações: prática relacional e inteligência interpessoal, para descrever todo o esforço que as pessoas fazem para manter as suas relações bem ajustadas no ambiente de trabalho, engajando-se com o propósito de obter bons resultados. A noção de intenção nas pesquisas de Zelizer (2009) aparece de forma subjacente.

Para evidenciar os aspectos de reciprocidade e poder, Bandelj (2012) traz o aporte teórico de Charles Tilly (2006) sobre a no-

ção de trabalho relacional. Apesar de Zelizer (2009) ter se inspirado nesse autor, as dimensões de reciprocidade e poder não aparecem em sua análise. Tilly (2006) utiliza a ideia de trabalho relacional para compreender como as pessoas negociam a sua vida social, ou seja, de que maneiras, porque, e como as pessoas fornecem razões para as coisas que fazem, para o que os outros fazem, para o que acontece com elas ou o que acontece com os outros. O autor enfoca o processo social da construção de fornecer razões, justificativas e explicações entre pessoas. Para ele, quem dá e aceita razões ou justificativas está apropriadamente confirmando, negociando ou reparando as suas conexões. Na sua noção de trabalho relacional, Tilly (2006) enfatiza o caráter recíproco das relações, pois é necessário haver o reconhecimento recíproco dos envolvidos. Contudo, a reciprocidade não significa igualdade. Os doadores e receptores de justificativas estão negociando a definição da sua igualdade ou de sua desigualdade. Para Tilly (2006), o poder é intrínseco ao trabalho relacional.

Para enfatizar a dimensão afetiva do trabalho relacional, Bandelj (2012) se apoia nos estudos de disciplinas como Psicologia Relacional e Organizacional, por explicitarem mais claramente a referida dimensão na área de negócios. Essas disciplinas consideram o afeto essencial para o desenvolvimento da confiança nas interações. Elas utilizam os termos empatia, energia emocional, autorrespeito e gerenciamento dos relacionamentos como o alicerce do trabalho relacional. Então, Bandelj (2012) defende que o papel da dimensão afetiva pode ser central para moldar as interações econômicas. Bandelj (2012, 2016) defende que se a dimensão afetiva é central, ela se completa por meio das dimensões cognitivas e comportamentais que também ficam muito evidentes nos trabalhos de Zelizer (2009), quando ela analisa as relações de casal, relações de cuidado (*care*) e a economia doméstica.

O aspecto cognitivo tem a ver, por um lado, com a compreensão do que está acontecendo pelas partes envolvidas na rela-

ção de proximidade permeada pela atividade econômica. Por outro lado, no aspecto comportamental as partes combinam quais as atitudes são adequadas para determinada relação. As dimensões cognitiva e comportamental jogam luz no processo de como as partes envolvidas em uma relação de proximidade permeada pela atividade econômica definem, constroem e negociam seus papéis. Tais dimensões ajudam na construção de uma compreensão comum para que ambas as partes estejam cientes do que acontece naquela relação e do que é esperado em termos de comportamento adequado de ambas as partes.

A partir da leitura dos artigos de Nina Bandelj (2012, 2016), depreende-se que a noção de trabalho relacional contém dimensões que evidenciam como é complexo e constante o ajuste dos relacionamentos pessoais, dos laços afetivos e das afinidades. Para Bandelj (2012, 2016), a ação econômica envolve lógicas que são afetivas, cognitivas, de reciprocidade, de poder e de intenção. Em outras palavras, para a autora, a racionalidade econômica não é uma dimensão separada do social como postula a teoria econômica. Bandelj (2012, 2016) sobrepõe a noção de trabalho relacional a de *embeddedness* (imersão). Assim como Zelizer (2009), Bandelj (2012, 2016) utiliza a noção de imersão como princípio metodológico, acatando a formulação de Gemice (2008), de que esse é o único uso plausível do conceito de imersão (*embeddedness*) de Polanyi (2000), assim [...] “Economia e Sociedade somente podem ser analisadas com uma abordagem holística; a vida econômica pode ser analisada somente através do exame de como ela faz parte das relações sociais e instituições” (Gemice, 2008, p. 7).

Para Bandelj (2012, 2016), analisar as relações sociais perpassadas pelas atividades econômicas com a lente do trabalho relacional é conferir sentido, estabelecer papéis, construir afinidades, empatia e possibilidades de negociação. A autora advoga que a noção de trabalho relacional pode ser pensada como uma categoria para refletir sobre a economia, ou seja,

uma lente para olhar o econômico como social, e não como um dado da realidade que está no contexto social. Dito de outra forma, para Bandelj (2012, 2016), o econômico é uma relação social que exige um trabalho relacional, que é a construção da possibilidade do econômico, isto é, o trabalho relacional é o trabalho social em ação. Assim, a categoria trabalho relacional, sob as perspectivas de Zelizer (2009) e Bandelj (2012, 2016), ajuda a refletir sobre a construção do econômico de uma forma ativa, nas práticas cotidianas, no processo de esforço social de construção das relações.

Ao se debruçar sobre o potencial da noção de trabalho relacional, Nina Bandelj (2012, 2016) mostrou como ela é frutífera para as pesquisas da Sociologia Econômica. A autora evidenciou que existem situações nas quais o trabalho relacional é mais acentuado, são elas:

- Quando as trocas são face a face,
- Quando existe a sobreposição de papéis entre os participantes,
- Na medida em que a incerteza permeia a relação,
- Quando os termos de troca são ambíguos e não estão esclarecidos por escrito,
- Em relações ambíguas nas quais não existe um padrão a ser seguido e que o final está aberto,
- Quando os participantes da troca têm uma história em comum ou um conjunto de significados compartilhados,
- Quando há assimetria das relações devido à desigualdade de informação, de recursos, determinando quem tem mais ou menos poder na relação.



Segundo Bandelj (2012, 2016), os aspectos citados acima propiciam que as pessoas se engajem em um trabalho relacional para definir mutuamente a natureza da relação, estabelecendo regras básicas, determinando o que está ou não sendo trocado, quais serão as fronteiras e como denominarão e se denominarão nesta relação específica. A intenção de Bandelj (2012) está longe de fazer uma crítica a Zelizer (2009), mostrando como essa noção é utilizada na área dos negócios para descrever as combinações e negociações que são feitas para manter as relações entre colegas de trabalho ajustadas. Em síntese, Bandelj (2012) coloca uma lente de aumento no trabalho relacional, mostrando como ele é utilizado em outras áreas, tornando certos aspectos do trabalho relacional mais visíveis.

## O trabalho relacional e as suas dimensões no cotidiano dos serviços personal

O trabalho relacional dos *personals* e seus clientes envolve o esforço constante de educá-los, de estabelecer parâmetros, de criar mensurações, de negociar com eles para estabelecer fronteiras. Também de assegurar o entendimento do significado da relação entre eles, o que é uma relação que, igualmente, envolve afetividades e cuidado. Os serviços prestados pelos *personals* envolvem proximidade de quem presta os serviços (*personal*) com quem os recebe. O serviço se propõe personalizado, mas a relação não, na medida em que ela é, também, comercial. No entanto, em atendimentos de médio e longo tempo, a proximidade influi tanto na natureza como nos resultados das atividades econômicas em jogo (Zelizer, 2009, p. 308). Por intermédio do acompanhamento sistemático dos *personals* em atividade observei algumas dimensões do trabalho relacional realizado por eles em prol da manutenção de mundos entrelaçados e vidas conectadas. Assim, foram escolhidas algumas situações nas quais as dimensões destacadas por Nina Bandelj (2012, 2016) na noção de trabalho relacional, utilizada por Zelizer (2009), emergem

com mais destaque, como: cognição, intenção, estabelecimento de fronteiras, poder e reciprocidade, afeto e care.

## Cognição

Essa dimensão é analisada em primeiro lugar por que ela tem desdobramentos que serão tratados em outras dimensões, na sequência desta. A dimensão da cognição se refere ao entendimento do que está acontecendo pelas partes envolvidas na relação de proximidade atravessada pela atividade econômica. A dimensão da cognição aparece no primeiro encontro que os *personals* fazem com os futuros clientes e no primeiro encontro pós-contratação dos serviços do *personal*. As combinações feitas nesses encontros servem para balizar as fronteiras que são erguidas, para destacar que a relação é comercial, ou seja, que existe um pagamento e que algumas regras serão estabelecidas. Também para definir o que é esperado de cada uma das partes. No encontro pré-contratação existe um trabalho relacional envolvendo *personal* e cliente para assegurar que haja um entendimento da parte do provável cliente sobre o tipo de relação que está sendo estabelecida. A relação *personal*-cliente se caracteriza por ser comercial, ou seja, haver um pagamento é ao mesmo tempo estabelecer uma relação pessoal (de proximidade). A cognição tem a ver com chegar a um acordo sobre que tipo de relacionamento é esse, ou seja, definir claramente que tipo de relação está sendo estabelecida.

Em relação aos *personals* pesquisados encontraram-se alguns pontos em comum. No encontro pré-contratação, o *personal* ouve as expectativas do cliente e se empenha em descobrir quais as razões que levaram o futuro cliente a procurá-lo. Além disso, o *personal* busca saber o quê o futuro cliente conhece sobre o serviço, ou seja, se ele conhece alguém que já passou por este tipo de consultoria pessoal e o que sabe sobre ele. Na primeira parte do encontro o *personal* procura obter o máximo de informações sobre o cliente, ele deixa o futuro cliente falar sobre si, condu-

zindo uma espécie de entrevista semiestruturada, fazendo com que o cliente se sinta acolhido, compartilhando experiências em comum. Assim, com as informações obtidas, o *personal* adapta a sua fala com o intuito de fechar o negócio. Na segunda parte, o *personal* fala sobre como vai desenvolver e ajustar o seu serviço para o cliente, aborda a importância do engajamento do cliente na obtenção dos resultados e como eles serão mensurados. Também são abordadas as formas de pagamento. Desta maneira, o *personal* vai construindo na mente do futuro cliente o entendimento de como será a relação. Percebe-se que os *personals* têm facilidade de convencimento e têm habilidades comunicativas. Caso o *personal* esteja com a agenda lotada ou perceba que não houve empatia entre ele e o futuro cliente, ele o encaminha para outro colega alegando que o seu perfil se encaixa mais noutra linha de atuação que não na dele.

Uma vez contratado o serviço, no primeiro encontro pós-contratação, os *personals* fazem uma espécie de contrato verbal com o cliente, ou seja, combinações, consolidando o entendimento e os comportamentos adequados para a relação *personal*-cliente. Essas combinações estipulam o que pode e o que não pode acontecer na relação e estão mais voltadas para as atitudes do cliente. Nessas reuniões existe um trabalho de convencimento da parte dos *personals* para que os clientes compreendam qual o tipo de serviço que será realizado, que o serviço oferecido tem limites, que o *personal* não está à disposição do cliente fora do horário da prestação do serviço. Também, existe a definição de papéis e atribuições de ambas as partes e como elas devem se comportar nesta relação durante a prestação do serviço. Ao longo do relacionamento *personal*-cliente, quando os clientes extrapolam o combinado das mais diferentes formas, ou quando os clientes esperam mais do que foi proposto, ou, ainda, quando não se engajam na obtenção dos resultados, os *personals* relembram as combinações do contrato verbal. Para a manutenção do contrato verbal, as outras dimensões também são exigidas. A dimensão da cognição não aparece nos trabalhos de Zelizer (2009), talvez

porque ela aborde relações no âmbito familiar e doméstico. Assim dentro do âmbito familiar e doméstico a dimensão cognitiva não se explicita, porque dentro do imaginário das pessoas já existe uma concepção pré-formada dos papéis familiares e domésticos.

## Intenção

Bandelj (2012), ao analisar trabalhos da área de negócios, percebeu que a dimensão de intenção (propósito), ou seja, o esforço deliberado para alcançar objetivos, se destaca de diversas maneiras, quando as pessoas são engajadas para a obtenção de metas com resultados econômicos exitosos, quando se engajam em motivar os participantes de um projeto para obter os resultados no tempo e orçamento previstos, entre outros. A relação *personal*-cliente contém o aspecto da intenção na obtenção de resultados de ambas as partes. Os *personals* têm por objetivo alcançar bons resultados com os clientes, pois conforme a fala de um informante: “cliente satisfeito é uma canal de venda muito lucrativo, você é indicado e passa a ser comprado, não precisa se vender, os clientes se encarregam disso” (Dora, *personal organizer*). Assim, manter uma relação bem ajustada (Zelizer, 2009) com os clientes conduz a resultados satisfatórios e a futuras indicações.

Os *personals* têm um comportamento intencional motivado pela crença de que é sempre relevante ter clientes satisfeitos, conduzindo-os a alcançarem as suas metas de forma exitosa. Pensamento parecido com o que Bandelj (2012) detectou ao analisar os trabalhos da área de negócios. Os *personals* estipulam as metas em conjunto com os clientes, assim a responsabilidade de obtenção dos resultados é compartilhada, engajando o cliente e dando a entender que parte dos resultados positivos também depende do seu esforço. Pelo lado dos clientes, ao procurarem um serviço *personal*, eles têm em mente o propósito de obterem

resultados que lhes sejam satisfatórios. Observa-se um trabalho relacional que compreende *personal* e cliente no sentido de ser um esforço intencional que se engajando na realização das metas combinadas por ambas as partes, mesmo que as metas sejam readequadas ao longo da relação (Bandelj, 2012).

A dimensão da intenção fica evidente nos primeiros encontros e ao longo da convivência ela vai sendo reforçada, sobretudo pela lembrança das metas estipuladas, quando o cliente se desmotiva. Quando a desmotivação aparece, os *personals* conversam com os clientes para descobrir o que está acontecendo, para retomar ou readequar as metas. Os *personals* em que essa dimensão ficou mais evidente foram os *personals trainer* e *organizer*.

Eduardo, *personal trainer*, engaja o cliente no estabelecimento de metas em relação aos resultados desejados e está regularmente, durante as aulas, relembando as metas ou ajustando-as conforme as necessidades dos clientes. Eduardo materializa as metas em uma planilha na qual ele vai mensurando a cada conquista ou não das metas propostas. As metas são mensuradas e materializadas pelo peso, medidas dos clientes, bem como o grau de dificuldade que o cliente demonstra em relação aos exercícios, pelo acompanhamento dos indicadores clínicos por meio dos gráficos e pela planilha de “momentos uau!”<sup>3</sup>, que Eduardo faz de cada cliente.

Através do período de manutenção dos serviços de organização, Dora – *personal organizer* – engaja o cliente no cumprimento das metas elaboradas em prol da organização. Dora,

3 Na Planilha de Momentos UAU! ou Extraordinários são registrados comentários dos clientes sobre os efeitos dos exercícios (exemplo: cliente conta que foi paquerado por uma mulher mais jovem quando estava caminhando na beira da praia ao lado da mulher) e com ela Eduardo administra o relacionamento com os seus clientes. Essas informações são utilizadas durante as aulas para motivar os alunos, conhecer aprofundadamente seus interesses, seu momento de vida, gerando empatia e ajustando cada vez mais o seu serviço aos clientes.

em conjunto com os clientes, determina os prazos para o descarte de objetos e também em relação à dificuldade de manter os ambientes organizados. Os clientes de Dora são engajados por ela em objetivos desde o descarte até a manutenção da organização.

A dimensão do engajamento tem a ver com a intencionalidade (Bandelj, 2012) para obtenção de resultados. Os *personals* constroem a relação com o cliente ao engajá-los nessa elaboração em um objetivo em comum. Para os serviços que dizem respeito ao bem-estar, a saúde e organização de ambientes a ideia do *personal* funciona melhor que as recomendações dos livros sobre estes assuntos. Isso acontece porque existe o engajamento do cliente, um vínculo dele com o *personal* e quando ele não cumpre o que foi combinando com o *personal* se sente com vergonha, constrangido por falhar com a meta combinada. O vínculo faz parte desse engajamento/comprometimento na elaboração e o alcance do objetivo em comum.

### Estabelecimento de fronteiras

Na perspectiva de Viviana Zelizer (2009), para que as relações de proximidade sejam bem ajustadas e assim se mantenham é preciso estabelecer fronteiras, que às vezes dão certo e outras não, a relação se rompe, justamente porque uma das partes não aceita a definição de fronteiras. O trabalho dos *personals* é caracterizado pela personalização dos serviços e, para que isto ocorra, é necessário que haja proximidade e confiança. Contudo, para que a relação seja vista como ajustada (Zelizer, 2009) os *personals* têm que deixar claro que é uma relação comercial, que estão prestando um serviço e que não são amigos dos clientes.

Embora a relação seja permeada por simpatias e afinidades, ela não é pessoal. Então, a constante construção de fronteiras para evidenciar que a relação é antes de tudo comercial é um dos

principais desafios dos *personals*. Em outras palavras, os *personals* se empenham na desconstrução dessa proximidade. Nesses serviços, o peso reside tanto na qualificação, na técnica, como na maneira de ser, ou seja, na empatia, na gentileza, na sociabilidade, na diplomacia, na afabilidade e na maneira de estabelecer vínculos desses profissionais. Entretanto, o estabelecimento de vínculos com os clientes não pode ser total, se não *personal* e cliente entram no registro da amizade.

Nessa árdua e incessante negociação de limites entre o comercial e o pessoal se observa que a maior dificuldade reside no fato de que, no Brasil, as palavras intimidade e íntimo, além de terem significados similares aos descritos por Zelizer (2009), ainda têm mais um significado que é a informalidade ou “falta de cerimônia”. Assim, indicando que a intimidade pode conduzir uma das partes envolvidas na relação a certas intromissões, à falta de respeito ou, como se diz popularmente “tomar certas liberdades” com a outra parte. A seguir se analisam alguns exemplos.

O *personal trainer* Eduardo tem que averiguar minuciosamente o estilo de vida dos clientes para poder prestar continuamente um serviço ajustado a eles. No início da relação de Eduardo com um novo aluno, essa busca de informações é considerada bem-vinda pelos clientes, pois sentem que são o foco das atenções de Eduardo e isto também é interpretado como uma garantia que o serviço será totalmente personalizado. Contudo, ao longo da relação, essa proximidade com tanta troca de informações sobre a vida pessoal dos clientes (hobbies, gostos, questões profissionais, familiares, amorosas, fontes de estresse, de alegria, satisfação, etc.) pode gerar, nas palavras de Eduardo, uma “intimidade indesejada, e dar a entender que os clientes podem tomar certas liberdades”, que ele considera inadequadas. Acontece, por exemplo, dos clientes se acharem no direito de perguntarem sobre a vida particular de Eduardo, ocorrerem atrasos no pagamento das mensalidades, alguns clientes insistem para recuperar as aulas passado um mês das faltas e não no mês vigente, conforme

o acordo inicial feito por Eduardo. Há, também, alguns clientes que tentam chamá-lo de Dudu ou Edu.

No decorrer da sua carreira de *personal trainer*, Eduardo observou que quando isso acontecia afetava tanto o conteúdo da relação como os resultados desejados por ele e pelo cliente. Assim, quando Eduardo precisa de uma informação sobre o estilo de vida do aluno, antes de fazer as perguntas, ele sempre contextualiza o seu interesse pela vida particular do cliente, mostrando que são informações úteis para propiciar um atendimento cada vez mais ajustado às necessidades dele, cliente. Assim, Eduardo consegue evitar com relativo sucesso situações de proximidade indesejada por parte dos clientes. Ele faz isso com todos os alunos, sistematicamente, marcando a fronteira e mostrando que a relação apesar de próxima é, antes de tudo, comercial. Eduardo se engaja ativamente em um trabalho relacional de construção de fronteiras para mostrar que a relação é impessoal: ele deixa claro para os clientes, desde a conversa inicial, que ele quer ser chamado de Eduardo e não por diminutivos ou apelidos como “Edu” ou “Dudu”, pois, segundo ele, apelidos e nomes no diminutivo “são coisas de família, pai, mãe, dindas, avós e irmãos”.

Ao longo de sua carreira Marta, *personal stylist*, também foi aprendendo a erguer fronteiras para demarcar a relação comercial com os clientes, deixando clara a existência de limites:

Quando comecei a trabalhar como Personal Stylist (nos dois primeiros anos) depois do período da consultoria, as clientes não paravam de me ligar. Aí que eu percebi que mexer com a imagem, mexe no psicológico, no emocional das pessoas. Elas ligavam a toda hora, dia de semana, final de semana, quando estavam nas lojas comprando roupa, bijuterias, joias, sapatos, “bah”, me ligavam até do exterior [...] ficavam ligando para saber o que levar na mala quando iam viajar a lazer, a negócios [...] para saber como combinar as cores da cartela de cores [...] e eu lá atendendo a todas, a gente nunca diz não para cliente, né? Isso me dava um cansaço daqueles!



Marta percebeu que as clientes tinham muitas dúvidas porque ao final da consultoria ela lhes entregava poucos materiais, sem explicações detalhadas sobre o processo de consultoria. Assim, as clientes careciam de informações mais específicas que as guiassem após a consultoria de estilo. Ao final da consultoria ela somente entregava para as clientes o álbum com as fotos e as planilhas com a explicação resumida dos quatro estilos (formal, informal, casual e esportivo), que tipo de roupa que caracterizava cada um e as ocasiões adequadas para utilizá-los. Marta percebeu que as dúvidas se repetiam e decidiu fornecer mais materiais para as clientes, que seriam entregues no último encontro.

No dossiê dos looks<sup>4</sup> eu separei roupas para trabalho, eventos, lazer e em cada um dos três acompanhados das múltiplas combinações com os acessórios. Com a cartela de cores fiz a mesma coisa cada cor com as possíveis combinações com outras cores, fiz uma lista de roupas para cada estilo (clássico, esportivo, casual) conforme o tipo físico da cliente que a favoreça e disfarce a silhueta desafiadora. [...].

Marta também decidiu prestar serviços de consultoria para organizar com estilo as malas para viagem das clientes. Esse serviço seria cobrado por hora. Outra maneira de diminuir as dúvidas das clientes foi levá-las como suas convidadas para eventos de moda Vips, patrocinados por marcas consagradas na área da moda para jornalistas, *personals stylist*, estilistas e artistas. E ela também criou as suas próprias palestras sobre as tendências da moda a cada troca de estação. Para esses eventos ela convidava pequenos grupos formados por clientes e suas amigas. Caso alguma cliente quisesse saber como adaptar a tendência da moda da estação ao seu estilo, Marta marcava uma consultoria presencial, cobrando por hora. Assim, Marta foi amadurecendo a ideia de elaborar a Caixa de Estilo que ela entregaria ao final do

4 *Look*: o termo significa a composição completa da vestimenta combinando, conforme os ditames da *personal stylist*, roupa, sapato, bolsa e acessórios.

processo de consultoria de estilo, contendo matérias e explicações bem detalhadas sobre o processo de consultoria para que a cliente pudesse se guiar depois da consultoria.

Por meio da Caixa de Estilo, Marta disciplina a relação com as clientes. O interessante sobre o estabelecimento dessa barreira é que a Caixa de Estilo é uma fronteira bem concreta. Dentro da Caixa está materializado o serviço oferecido por Marta, deixando claro para a cliente que é isso que ela vende. Após a consultoria, Marta não estará disponível, pois ela não é uma *personal stylist* tempo integral, para responder dúvidas por telefone a qualquer momento. Dentro da caixa, a cliente tem todo o material que precisa para se auto-orientar em relação ao seu novo estilo.

A fronteira estabelecida com a entrega da Caixa de Estilo disciplina a relação de Marta com as clientes. Ela somente se relaciona com as clientes dessa forma. Aqui se configura aquilo que Zelizer (2009) denomina de barreiras ou fronteira das relações de proximidades que envolvem uma atividade econômica; fronteiras que visam ajustar a relação que podem ser aceitas ou não por uma das partes.

Madalena, *personal friend*, enfrentou situação semelhante a de Marta no que diz respeito ao assédio das clientes. Duas de suas clientes costumavam ligar para seu telefone fixo para conversar com ela. Embora, no início da sua atuação, ela não tivesse previsto que conversas ao telefone poderiam ocorrer, Madalena não se importava de conversar com as clientes por telefone. Ela acreditava que seriam eventos esporádicos, que essas conversas agregariam valor aos seus serviços, que as clientes ficariam satisfeitas e a indicariam para outras pessoas, ou seja, ela as enxergava como uma troca recíproca. Com o passar do tempo, os telefonemas se intensificaram: “eu nunca pensei que iria dar uma de CVV (Centro de Valorização da Vida), aí também já é demais, né?” desabafou Madalena. A partir de então, ela tomou algumas atitudes: para as novas clientes ela não informava o número do

telefone fixo; adquiriu um celular pré-pago para ser seu número comercial, o qual era desligado à noite. Quando as duas clientes iniciais ligavam, Madalena argumentou que, se ficassem conversando por telefone, não teriam assunto para conversar nos encontros presenciais, e ainda avisou que, por alguns meses, iria fazer um curso de culinária à noite, o que, de fato, fez. Depois de algum tempo Madalena cancelou seu telefone fixo. Agora ela tem um celular pós-pago que é o número que ela informa para a família e amigos e o pré-pago, que é o comercial.

Tendo em vista a experiência “de invasão de privacidade”, como Madalena a denominou, ela salienta para as futuras clientes que os seus serviços são presenciais e que em caso de agendamento ou cancelamento do serviço as clientes devem deixar recado no seu celular que ela retorna. Ela, também, avisa para as clientes que o melhor é deixar recado, pois o telefone fica desligado porque ela está em atendimento. Assim, ela reforça para as clientes que durante o atendimento elas terão a sua atenção total, mas fora dele não. Madalena disciplina a sua relação com as clientes ao não atendê-las fora do horário combinado. As fronteiras que ela ergue são em relação ao tipo de conversa que ela tem com a cliente e em relação a não estar disponível fora dos horários de atendimento combinados.

Existe outro tipo de fronteira que foi percebido nos casos analisados, que exige um trabalho relacional para ser estabelecida: a fronteira da intimidade entre o *personal* e o cliente. Na demarcação de fronteiras (Zelizer, 2009), observa-se que os *personals* evitam o emprego de vocábulos no diminutivo durante os atendimentos e enfatizam para os clientes, desde o primeiro contato, que não querem ser chamados por apelidos ou pelo nome no diminutivo evitando o que nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda,

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade [...] representam, com

efeito, um traço definido do caráter brasileiro [...]. Seria enganoso supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. [...] No domínio da linguística [...] esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o e dos diminutivos. A terminação “inho”. Aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para dar-lhes relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração (Holanda, 1963, p.136, 137, 139).

Assim, para conter o excesso de proximidade e de afetividade, de que fala Holanda (1963), Eduardo, Dora, Marta, Madalena, Amadeu (somente utiliza palavras no diminutivo quando conversa com os cães) evitam o uso de palavras no diminutivo, pois seu emprego promove a confusão de papéis entre o *personal* e o cliente; deslocando para os laços de amizade em que imperam os laços afetivos ou de dependência e desta forma dificultando muito a cobrança dos honorários por parte dos *personals*. Esse deslocamento cria constrangimento aos *personals* quando da cobrança pelo serviço prestado, dando liberdade ao cliente para atrasar o pagamento, reagendar os encontros indefinidamente, faltar aos encontros sem avisar e não se empenhar em cumprir as metas estipuladas. Quando o cliente é idoso, verificou-se que existe um cuidado redobrado por parte dos *personals* para re-frear o emprego de diminutivos porque pode ser interpretado, por este tipo de cliente, como uma tentativa de infantilização, ou seja, de falta de respeito.

Outro tipo de barreira é construído através da habilidade comunicativa por parte dos *personals* de desviar de assunto de forma educada quando o cliente começa a falar excessivamente sobre assuntos cotidianos, sobre a sua vida pessoal, assuntos que não dizem respeito ao serviço que está sendo realizado, no momento em que busca informações sobre a vida pessoal do *personal*. Algumas dessas manobras: Eduardo chama atenção para a postura e respiração na execução do exercício; Marta desvia o assunto para

comentar detalhes nas roupas, das cores, do estilo, dos tecidos; Dora correlaciona a fala da cliente com algum tema sobre organização, dando a entender que a organização do guarda-roupa também é uma maneira de organizar a vida; Madalena desvia o assunto para algum tema preferido da cliente ou para o humor.

Especificamente na relação do *personal*-cliente, por ocorrer o estabelecimento de uma relação pessoal, ou seja, um vínculo pessoal, a relação tem que se manter amigável. A relação tem que ser cuidadosamente cultivada e ao mesmo tempo delimitada, por isto a habilidade comunicativa é importante.

### Poder e Reciprocidade

Conforme Bandelj (2012), o trabalho relacional na teoria de Tilly (2006) consiste em esforços interacionais entre duas pessoas. Assim a reciprocidade tem que ser a sua principal característica definidora, ou seja, deve haver um reconhecimento recíproco do outro para que o trabalho relacional seja levado a termo. As questões relacionadas com reciprocidade e poder também podem ser analisadas sob a perspectiva de Bourdieu (2004) sobre a violência simbólica. As dimensões do poder e da reciprocidade aparecem nas atuações dos *personals organizer* e *stylist*. Também se verifica um viés cognitivo, pois, além de estabelecerem os códigos, elas conseguem que os clientes os incorporem, isto é, existe um treinamento e aprendizado. Nessa dimensão do trabalho relacional se percebe que existe uma assimetria simbólica entre o *personal* e seus clientes, embora nem sempre haja assimetria econômica. Paralelamente, a reciprocidade é definidora dos esforços interacionais entre as partes (*personal* e cliente), ou seja, existe um reconhecimento mútuo do outro, embora a relação seja desigual (Bandelj, 2012).

Qual a diferença entre uma *personal organizer*, uma doméstica, uma faxineira e uma mãe? Afinal, todas elas arrumam armários

e os ambientes da casa. A diferença é que Dora, *personal organizer*, estabelece categorias e códigos de organização e faz com que o cliente os incorpore por intermédio de treinamento. Para Dora as palavras arrumar e organizar não são sinônimos:

Arrumar é colocar as coisas em qualquer lugar e de qualquer jeito, já organizar é ordenar os objetos de forma inteligente, para que sejam fáceis de achar e ocupando os espaços certos, colocando as coisas de forma regular e com certos critérios de classificação de forma que quando você precise uma roupa, sapato ou acessório não precise tirar os outros da frente para alcançar o objeto que você deseja. Organizar é solucionar, é resolver problemas, é livrar-se de coisas que entulham a nossa vida.

Ela exemplifica mostrando a disposição em que estavam os colares na casa de uma cliente:

Esses colares estão arrumados, mas não organizados. Se estivessem organizados estariam separados por tamanho, tipo, estilo, cor, ou seja, por critérios que depois vamos estipular. Deixa isso comigo.

Assim, Dora, tem por premissa que organizar é classificar os objetos segundo características estipuladas por ela. Na primeira etapa, ela retira todos os objetos do closet ou guarda-roupa (roupas, calçados, acessórios) e os classifica conforme certas categorias e cada categoria é demarcada por uma cor, que ela escolheu utilizando seus conhecimentos na área de arquitetura de interiores. Para essa tarefa, ela usa recipientes aonde vai colocando os objetos:

**Recipiente Conservar (cor rosa):** nele são depositados todos os objetos que serão conservados. Ela escolheu a cor rosa porque significa afeto e para ela: “as pessoas somente conservam aquilo que é afetivo”.

**Recipiente Lixo (cor preta):** como o nome diz tudo que é acondicionado nele vai ser jogado fora, especificamente, no lixo. Segundo ela: “escolhi essa cor porque geralmente os latões de lixo são pretos”.

**Recipiente Bazar (cor amarela):** são objetos que serão vendidos em bazares ou brechós. Algumas vezes a própria Dora, ou conhecidas dela que atuam no ramo, planeja e realiza os bazares para vendê-los. Para Dora a cor amarela é a cor do dinheiro e vender em um bazar ou para um brechó vai trazer dinheiro.

**Recipiente Doação (cor laranja):** são os objetos que serão doados para instituições ou para bazares de caridade. Segundo Dora: “escolhi essa cor por que é a cor da energia, o sol é mais laranja que amarelo, e temos que doar os objetos com energia boa, com desprendimento”.

**Recipiente Conserto (cor azul):** podem ser roupas, acessórios, utensílios e móveis que serão consertados. De acordo com a sua percepção:

o azul é uma cor que tem um significado próximo ao rosa que é das coisas a serem conservadas, pois tudo o que vai ser consertado é para ser conservado. O azul é uma cor de confiança e a gente somente aposta em consertar no que a gente confia e aposta que vai durar, que tem qualidade, que merece ser consertado.

**Recipiente Futuro (cor branca):** neste recipiente são colocados roupas, pequenos objetos de decoração e acessórios que a cliente ainda tem algum apego e não quer se desfazer no momento. Num prazo de um ano ela terá que decidir o que vai fazer com esses objetos, se vai voltar a usá-los, se vai doá-los ou colocá-los à venda em um bazar. Dora acompanha atentamente esse processo estando ao lado da cliente no período de manutenção, que dura um ano. Nesse período ela vai uma vez por mês na casa do cliente verificar a adaptação do cliente à nova maneira de organização e readequar o que não esteja dentro dos parâmetros estipulados por ela. Para Dora: “o futuro é uma tela em branco e a cliente ainda não sabe o que vai fazer com eles e também esse recipiente representa uma espécie de limbo”.

**Recipiente Recordação (cor vermelha):** nele são colocados objetos em relação aos quais a proprietária tem um apreço especial e dos quais não quer se desfazer de modo algum. Esses objetos têm que ser realmente especiais e trazer recordações agradáveis. Segundo Dora: “vermelho representa a paixão, são coisas que a cliente tem uma paixão, lembram momentos especiais da vida dela, são importantes para ela”

Fonte: Informações fornecidas por Dora, personal organizer, quadro elaborado pela autora.

Dora ensina e impõe, de forma sutil por meio de suas habilidades comunicativas, maneiras de dobrar as roupas de cama, mesa e banho, os critérios de como guardá-las organizadas, por cor, o que também se verifica com as roupas, acessórios e sapatos. Ela orienta a cliente para que compre todos os cabides da mesma cor, de preferência transparente, para que passem despercebidos e não concorram com as cores das roupas. Para Dora,

“cabides coloridos poluem o visual e a harmonia do closet”. As calças jeans são classificadas por tipo (*skinny*, *reta*, *flare*, etc.), os vestidos e as saias são classificados por cor, comprimento e ocasião de uso. Os objetos que não são utilizados com frequência, como por exemplo edredons e cobertores, são colocados na parte superior do armário. Dora ensina para seus clientes que cada peça íntima tem uma maneira específica de ser dobrada e acondicionada em recipientes específicos. Por exemplo: porta sutiãs, porta meias, porta echarpes, porta biquínis, porta gravatas, entre outros. Como um mantra, durante a prestação do serviço, ela repete a seguinte máxima: “um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar”. Constatou-se que, para Dora, a essência da sua atividade é o treinamento, ou seja, é ensinar a cliente a utilizar as categorias propostas por ela e incorporar o seu entendimento sobre organização. A questão do treinamento é tão marcada que Dora inclui nos seus serviços um período de manutenção de seis meses durante o qual ela vai uma vez por mês na casa da cliente para auxiliá-la na conservação da organização, isto é, na incorporação das categorias e códigos estipulados por ela.

Marta, *personal stylist*, por sua vez, determina e ensina para as clientes o que é ser elegante, quais os estilos que elas devem seguir, que tipo de roupa fica melhor conforme o tipo físico, qual o conjunto de cores que mais as favorece e quais as combinações de cores que são sofisticadas, elegantes, inovadoras, modernas, contemporâneas e clássicas. Ela detém o poder simbólico (Bourdieu, 2004) de ditar categorias, de estabelecer noções de bom gosto, sofisticação, elegância, porque quem contrata seus serviços reconhece como detentora destes capitais (Bourdieu, 2005). Ela ensina para as clientes que existem quatro tipos de estilo, a saber: formal, informal, casual e esporte. Além disso, existem ocasiões específicas para usá-los e, ainda, cada um deles passa uma determinada imagem. Na sequência, para se ter uma ideia do que Marta entende e ensina para as clientes sobre estilo, são mostrados dois tipos que foram arbitrados por Marta, o formal e o informal



ESTILOS	OCASIÕES DE USO	SIGNIFICADO DO ESTILO	TIPOS DE ROUPAS
Formal	Coordenação de reuniões formais, Apresentações, Visitas a clientes, Negócios Internacionais.	Credibilidade Confiança Autoridade	Tailleur ou Terninho coordenado Vestido com blazer ou Spencer Vestidos tubinhos (clássicos) Camisas e Blusas de tecidos nobres Sapato scarpim ou Channel com salto alto Bolsa de couro de marca consagrada Joias ou bijuterias discretas Meia-calça transparente
Informal	Coordenação de reuniões formais, Apresentações, Visitas a clientes	Descontração Credibilidade Confiança Autoridade	Blazers ou Terninhos desordenados Jaqueta e alças sociais retas Saias retas, evasês (sem pontas) Vestidos tubinhos (clássicos) Camisa de algodão Blusas de algodão Suéteres leves, gola alta, V, careca Sapatos scarpim ou Channel com salto médio Bolsa de couro de marca consagrada Joias ou bijuterias discretas Meia-calça transparente

Fonte: Informações fornecidas por Marta, *personal stylist*, quadro elaborado pela autora.

Segundo Marta, reuniões formais seriam aquelas em que estão presentes diretores e presidentes de empresa e algum político proeminente (deputado ou senador, secretários de estado e governador). Reuniões informais seriam aquelas realizadas entre um gerente e a sua equipe.

Ela estipula um conjunto de cores a ser utilizado pela cliente e este é determinado levando em consideração a cor da pele, do cabelo e dos olhos da cliente, gerando a Cartela de Cores, que não são as cores ditadas pelas tendências de moda da estação<sup>5</sup>. As clientes têm duas cartelas de cores uma para o inverno e outra para o verão, porque no verão as suas peles estarão bronzeadas. A Cartela de Cores é dividida em duas partes e as cores são representadas por pedaços de tecido. Na primeira constam as

5 Cada ano a indústria da moda lança uma cartela de cores para cada estação.

cores que a cliente deve utilizar nas roupas para a parte de baixo do corpo (calças, saias, shorts, bermudas), são tons considerados neutros como preto, branco, cinza claro, cinza escuro, caqui escuro e claro (bege), creme, marrom e azul marinho, verde escuro. Na segunda parte da cartela é composta de cores para roupas que são usadas na parte de cima do corpo e próximas ao rosto (camisas, camisetas, blusas e vestidos, echarpes, bijuterias, chapéus e maquiagem). Aqui é que as cartelas se diferenciam, de acordo com o tom de pele da cliente. Marta aprendeu a elaborar cartelas de cores por meio das informações de moda que as marcas que ela vendia na sua loja forneciam e depois aprofundou este conhecimento através de um curso numa escola de moda nos EUA.

Marta explicou que a indústria de cosméticos instituiu que existem quatro tipos de cores de pele, que são utilizados pela área da moda para escolher quais os tons favorecem mais um tipo ou outro. Ela alega que por meio da sua experiência e do curso que realizou criou um método próprio e analisa cuidadosamente a pele da cliente para elaborar uma cartela única para cada uma delas para inverno e outra para verão. Caso as clientes queiram utilizar cores que não lhes favoreçam, Marta recomenda que elas comprem bolsas e sapatos nessas cores, porque são peças que são usadas longe da área do rosto. Na Cartela de Cores, ao lado de cada cor, Marta escreve como as cores devem ser combinadas entre si.

Marta também ensina para as clientes o significado de termos como: luxo, elegância, roupa e atitude. Segundo Marta:

Luxo: é ter tempo e conhecer a si mesma, saber comprar roupas que favoreçam o teu tipo físico, na cor que favoreça o teu tom de pele e ser elegante até dentro de casa. Elegância: é um conjunto harmonioso de gestos, de atitudes, de expressões, de palavras, tom de voz, procedimentos civilizados, normas de conduta, postura física e de vida. Roupa: é

um símbolo com o qual comunicamos quem somos e a que viemos. Atitude: é fazer o máximo por você e pelo outro.

Marta diz para as clientes que a combinação desses elementos resulta no estilo de cada um.

As dimensões de poder e reciprocidade, ou seja, reconhecer a outra parte envolvida na relação como legítima (Bandelj, 2012) se destacam mais quando o *personal* está realizando seu trabalho propriamente dito. Quando Dora está organizando *closets* e impondo o que é organização e de que maneira os objetos devem ser guardados. Marta, por sua vez, quando determina o estilo e estipula que cores as clientes devem usar. Marta e Dora exercem o poder de impor categorias, somente por que os clientes as reconhecem como legítimas e detentoras de um saber específico (Bourdieu, 2004). Poder que é exercido por meio das palavras, ou parafraseando Bandelj (2012, p.180), utilizando “sutis expressões linguísticas que conferem a assimetria” nas relações que Dora e Marta estabelecem com os clientes.

### Afeto e Care

Com relação ao afeto, Zelizer (2009, 2010) tem um trabalho extenso não só com as relações de intimidade, mas também com as relações de cuidado (*care*). Bandelj (2012), por sua vez, olhou para a dimensão do afeto no mundo dos negócios, ou seja, como o afeto entra na relação empresarial e como ela é negociada. Nas publicações analisadas, ela mostra que existe um trabalho relacional que é necessário para manter a empatia entre os colegas de trabalho, pois desta maneira “uma pessoa é capaz de experimentar e sentir um grande senso de entusiasmo, de energia e vitalidade, sente-se empoderada e mais capaz para agir” (Bandelj, 2012, p. 180.) Nessa parte a abordagem mais apropriada sobre a dimensão afetiva e que será utilizada é a de Zelizer (2000, 2003, 2009, 2010), porque nas suas pesquisas ela se debruça intensamente sobre essas dimensões.

Na dimensão do afeto entra a questão da habilidade comunicativa dos *personals*, que é uma forma de cuidado (*care*). Conforme Zelizer (2009, 2010), toda a dimensão do trabalho do *care* está relacionada com a ideia de que o prestador deste tipo de serviços (cuidados) não pode, simplesmente, cumprir tarefas, ele tem que ter afinidades e gostar da pessoa que ele cuida. Numa relação de cuidado, o cuidador tem que criar um vínculo com o seu cliente, assim como quem é cuidado tem que gostar do cuidador, se não a relação não funcionará. No entanto, essa relação não pode se transformar em uma relação familiar ou de muita intimidade, se não deixa de ser comercial. Zelizer (2009, 2010) mostra que as relações que envolvem afeto, cuidados e trabalho pago exigem um ajuste muito fino e delicado, ou seja, um constante trabalho relacional para que os laços não se tornem fortes, conseqüentemente, deixando de ser uma relação comercial.

A dimensão do afeto permeia moderadamente a relação *personal-cliente*, pois, se não for dessa maneira, a relação comercial se transforma em amizade. Ela aparece desde o primeiro contato na pré-contratação. A empatia é uma das faces dessa dimensão. Os *personals* buscam estabelecer empatia de várias maneiras: por meio de experiências compartilhadas, lembranças de um passado comum, prestando muita atenção à linguagem corporal do cliente e, caso percebam uma reação negativa, desviam o assunto que estavam abordando. Por exemplo, no primeiro encontro de Dora, *personal organizer*, com uma provável cliente, ao abordar a questão dos honorários a cliente cruzou os braços, então Dora mudou de assunto, deixando a questão para um segundo encontro. Outra forma de exercer empatia é ouvir mais do que falar, deixar o cliente falar, interessar-se por ele, ser cordial e gentil.

Durante o atendimento os *personals* demonstram ser capazes de se colocarem no lugar dos clientes relatando experiências parecidas, dificuldades semelhantes e mostrando como as superaram. Eles empoderam seus clientes, motivando-os, mas sempre evidenciando que a relação é comercial:

Tu me contratou para que a tua aparência combinasse com a tua essência interior, tu é uma pessoa bacana, mas só as pessoas que te conhecem sabem disso, tu tens que mostrar pela a tua aparência que tu é bacana. Tu está quase lá (fala de Marta, *personal stylist*, incentivando uma cliente). Depois da organização a sua vida vai fluir, coisas muito boas vão acontecer, você vai ver a vida muda para melhor, vai ficar mais leve em todos os sentidos. Organizar é atitude de gente inteligente como você, por isso você me contratou e eu sei que consegue. Desapega desse “eu” que insiste em ser desorganizado, ele não te representa, a tua essência é organizada, tu me chamou para ajudar a resgatar isso (Dora, *personal organizer*, motivando uma cliente durante o atendimento).

As falas refletem a dimensão afetiva da motivação e ao mesmo tempo deixam claro que a relação é de prestação de serviço, o que é evidenciado pelo uso de frases como: “Tu me contratou para que a tua aparência combinasse com a tua essência interior” e “Organizar é atitude de gente inteligente como você, por isso você me contratou”.

A relação de Eduardo, *personal trainer*, se caracteriza por ser de longa duração e, desta maneira, o afeto, especificamente na forma de motivação, está presente de forma sistemática:

Na minha profissão um fator chave de sucesso não é a qualificação, até é, mas de nada adianta se eu não conseguir motivar com jeito carinhoso - pero no mucho - os meus clientes. Isso é fogo, é um trabalho duríssimo. Haja criatividade e disposição. Às vezes eu acho que “tô” na profissão errada, devia ser psicólogo, eu sou um administrador de egos (Eduardo, *personal trainer*).

A legitimidade e o êxito de Eduardo como *personal trainer* estão atrelados às suas habilidades em motivar o cliente de forma constante, eficaz e com afeto moderado. Nota-se que essa é a faceta mais difícil do seu trabalho relacional, pois ele deve se

manter entusiasmado para poder motivar os clientes e, desta forma, mantê-los aderentes aos treinos e, com isto, alcançar os resultados desejados. Deste modo, os clientes ficam satisfeitos e falam bem dele, o indicam e divulgam seu serviço.

O afeto na relação de Marta, *personal stylist*, aparece em todo o processo de consultoria. Mas é no final do processo que a dimensão afetiva é mais marcada. Isso se percebe através da sua habilidade discursiva de motivar e empoderar as clientes para que elas se tornem autônomas em relação aos seus novos estilos. Segue seu relato mostrando como ela motiva a cliente a ser independente:

Eu falo que ela tem que aprender a se apropriar do novo estilo, ela passou pelas etapas e tem a Caixa de Estilo que ela pode consultar quando tiver dúvidas. Eu também digo que faz parte do crescimento pessoal dela e do seu empoderamento, dela ficar dona do seu estilo, decidir sozinha, ela tem material que eu deixo com ela, a Caixa para tomar decisões sobre estilo. Ela não precisa inventar tá tudo ali, é só olhar e fazer igual. Ela tem que se esforçar um pouquinho, né? Afinal quando se faz uma pós, tem que estudar para fazer a monografia, né? Com estilo é a mesma coisa [...]. Eu aviso as clientes, que tem gente que pode criticar o estilo delas depois da consultoria, mas isso é normal, as pessoas que estão a nossa volta às vezes não querem que a gente mude se destaque da multidão, mudar causa reações nas pessoas, choca as pessoas. Já aviso se chamarem elas de superfulas, de sem personalidade é pura inveja [...] Eu digo para elas que são borboletas que eu libertei do casulo do mau gosto. Elas gostam quando eu uso essa metáfora, quando eu digo tu era uma lagarta que virou borboleta e a borboleta tem que exercitar as asas para ficar forte e poder voar alto.

Ela utiliza comparações próximas ao mundo da cliente, que são executivas e empresárias, como na alusão ao curso de pós-graduação, como se aprender um novo estilo requeresse o mesmo empenho que escrever uma monografia de conclusão de um cur-

so de pós-graduação. Ao mesmo tempo em que Marta empodera a cliente, ela também a engaja na manutenção do novo estilo.

Assim, o afeto e o cuidado são dimensões importantes na relação dos *personals* com seus clientes, pois sem a criação destes vínculos a consultoria pessoal não existira. No entanto essas dimensões – afeto e cuidado – são meticulosamente dosadas e mantê-las constantemente na medida adequada requer empenho, ou seja, muito trabalho relacional da parte de quem oferece o serviço.

## Considerações finais

As relações dos *personals* com seus clientes são permeadas pelas dimensões evidenciadas acima. Dependendo da ocasião, como foi apresentado, uma dimensão aparece mais que a outra, mas todas se entrelaçam no bojo das interações da relação *personal*-cliente. Observou-se que o trabalho relacional é um esforço constante no dia a dia do *personal*, pois estabelecer laços afetivos e relações de proximidade e, ao mesmo tempo, evidenciar que a relação é comercial, requer um trabalho de ajuste constante.

As dimensões que envolvem o trabalho relacional (Zelizer, 2000, 2003, 2009, 2010, 2011 e Bandelj, 2012, 2016) entre os *personals* e clientes exigem muito empenho na definição das relações e dos papéis, na atenção aos detalhes, em ajustes constantes para a determinação de limites, no engajamento dos clientes para o alcance dos objetivos para que estes obtenham resultados exitosos. Além disso, a relação *personal*-cliente exige uma relação de afeto e cuidado que tem que ser sistemática e sutilmente ajustada. Isso exige empatia, pois é fundamental que o *personal* se coloque no lugar do cliente para compreender as suas dificuldades e ajudá-lo a superá-las. O serviço realizado pelos *personals* tem um viés de cuidado (*care*) marcado, pois requer atenção pessoal constante e visa melhorar o bem-estar dos clientes (Zelizer, 2010).

As relações dos *personals* com seus clientes são permeadas pelas dimensões evidenciadas acima. Dependendo da ocasião, como foi apresentado, uma dimensão aparece mais que a outra, mas todas se entrelaçam no bojo das interações da relação *personal*-cliente. Observou-se que o trabalho relacional é um esforço constante no dia a dia do *personal*, pois estabelecer laços afetivos e relações de proximidade e, ao mesmo tempo, evidenciar que a relação é comercial, requer um trabalho de ajuste constante.

As dimensões que envolvem o trabalho relacional (Zelizer, 2000, 2003, 2009,2010, 2011 e Bandelj, 2012,2016) entre os *personal* e clientes exigem muito empenho na definição das relações e dos papéis, na atenção aos detalhes, em ajustes constantes para a determinação de limites, no engajamento dos clientes para o alcance dos objetivos para que estes obtenham resultados exitosos. Além disso, a relação *personal*-cliente exige uma relação de afeto e cuidado que tem que ser sistemática e sutilmente ajustada. Isso exige empatia, pois é fundamental que o *personal* se coloque no lugar do cliente para compreender as suas dificuldades e ajudá-lo a superá-las. O serviço realizado pelos *personals* tem um viés de cuidado (*care*) marcado, pois requer atenção pessoal constante e visam melhorar o bem-estar dos clientes (Zelizer, 2010). A ideia do *personal* é a construção da possibilidade de ser duas coisas ao mesmo tempo pessoal/personalizado e comercial.

Este artigo evidencia como o trabalho relacional possibilita que se estabeleça um mercado de serviços pessoais. Zelizer (2003, 2009) afirma que os mercados são múltiplos e que cada mercado é uma construção social específica que exige trabalho, esforço e o compartilhamento de valores e significados. Assim, como foi visto ao longo deste trabalho, a construção de um mercado de serviços pessoais envolve cuidados, estabelecimento de relações de confiança, a construção de limites, o compartilhamento do entendimento acerca do tipo de relação que está sendo esta-



belecida. Tudo isso exige um trabalho muito específico, isto é, um trabalho permanente de habilidades muito precisas, elaboração de parâmetros e criação de formas de materialização do serviço, como foi demonstrado.

O mercado *personal* é interessante porque sua criação está em sintonia com uma realidade social mais ampla. Ela pode ser tomada como um sintoma da construção de uma sociedade mais voltada para o indivíduo, pelo menos no segmento social estudado. Pode-se dizer que a construção social do mercado *personal* pode ser tomada como um indício das mudanças sociais mais abrangentes que dizem respeito aos formatos de família (famílias mais desconectadas e muitas pessoas morando sozinhas), ao fato de que a família talvez tenha deixado de ocupar uma posição tão central na vida dos indivíduos no fornecimento desses serviços. Agora, as pessoas têm alguém que vende esses serviços, ou seja, ocorreu uma autonomização de certas habilidades em relação às práticas que eram familiares ou que tinham a ver com o *habitus* (Bourdieu, 2000, 2001). Em outras palavras, essas habilidades se independizaram em relação aos papéis sociais tradicionais, ou seja, pode-se argumentar que houve uma terceirização destes papéis. Assim podemos fazer uma relação com o que Giddens (1991) denomina de “desencaixe” na Alta Modernidade, ou seja, algumas funções ao serem transformadas em serviços pessoais se tornaram autônomas em relação aos seus papéis tradicionais.

Espero que o estudo de como trabalho relacional possibilita a existência do mercado de serviços pessoais – que tem características tão particulares como a ideia da pessoalidade envolvida em relações comerciais e que aponta para novas formas de individualização – possa contribuir para um conhecimento melhor do estudo dos processos econômicos na sociedade.

## Referências

- Bandelj, N. (2012.< 10.1177/0032329212441597>. ). Relational Work and Economics Sociology. **Politics & Society**, 40(2), 175 - 201.
- Bandelj, N. (2016). Thinking about social relations in Economy as relational work. Em P. Aspers, & N. Dodd, **Re-Imagining Economic Sociology** (1ª edição ed., pp. 227 - 251). New York: Oxford University Press.
- Bourdieu, P. (2004). **O poder simbólico**. (F. Thomaz, Trad.) Rio de Jnaeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P., & Miceli, S. (2005). **A economia das trocas simbólicas** (6 edição ed., Vols. Coleção Estudos,20). São Paulo: Perspectiva.
- Geertz, C. (2008). **A interpretação das culturas** (1ªed.13ªreimpressão ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Gemice, K. (6 de 2008). Karl Polanyi and the Antinomies of Embeddedness. **Socio-Economic Review**, 5-33.
- Holanda, S. B. (2008). **Raizes do Brasil** (26 ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Mauss, M. (2003). Ensaio sobre a dádiva.Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas. Em M. Mauss, **Sociologia e Antropologia** (pp. 183-316). São Paulo: Cosac & Naif.
- Polanyi, K. (2000). **A grande transformação: as origens de nossa época**. (F. Wrobel, Trad.) Rio de Janeiro: Campus.
- Tilly, C. (2006). **Why?What happens when people give reasons... and why?** (1ªedição ed.). Princeton: Princeton University Press.
- Zelizer, V. (2000). **Economic Lives**. New York: Princeton University Press.
- Zelizer, V. (2003). **O significado social do dinheiro**. Em R. Marques, J. Peixoto, & (orgs.), **A nova Sociologia Economica: Uma Antologia** (P. Abrantes, Trad., pp. 125 - 159). Oeiras: Celta Editora.
- Zelizer, V. (2009). **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica.
- Zelizer, V. (set-dez de 2010. < 10.15448/1984-7289.2010.3.8337>). A economia do care. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, 10 n°03, 376 a 391.
- Zelizer, V. (2011). **El significado social del dinero**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.

# As “Regiões” nas Entrelinhas do Trabalho Político: Bases Sociais, Investimentos Intelectuais e Carreiras Parlamentares (MG, RS, PE e MA)\*

*Eliana dos Reis\*\**

*Igor Gastal Grill\*\*\**

*Ariel Pereira\*\*\*\**

## **Resumo:**

Este artigo se insere na agenda de estudos sobre a “dupla arte de representar” de parlamentares brasileiros, cujas carreiras políticas combinam inscrições em domínios culturais. O desdobramento que propomos aqui é o de pensar condicionantes e lógicas que presidem o trabalho de produção e mobilização – inseparavelmente como trunfo político e afirmação de uma condição de intelectual – de imagens e identificações ligadas às configurações regionais de atuação dos agentes. Seguindo pistas de pesquisas já detectadas e fontes de informações variadas, procuramos cotejar casos de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Maranhão. A ênfase recai na análise dos perfis e da produção escrita, pontuando elementos que nos permitam refletir sobre como determinados profissionais engendram bens simbólicos, agenciando representações sobre as “regiões” consoantes com a edição de suas próprias imagens e, inclusive, fundamentando seu potencial como porta-vozes autorizados a descrever, prescrever e representar causas, indivíduos, grupos e fronteiras.

**Palavras-chave:** Perfis. Políticos. Intelectuais. Identificações regionais.

\* Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão pelo apoio dado à realização desta pesquisa.

\*\* Docente e Pesquisadora do PPGCSoc/UFMA. Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail: eliana1reis@terra.com.br

\*\*\* Docente e Pesquisador do PPGCSoc/UFMA. Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail: igorgrill@terra.com.br

\*\*\*\* Docente e Pesquisador do IFMA. Doutor em Ciências Sociais pela UFMA. Membro do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail: ariel.tavares@ifma.edu.br

## The “Regions” Between the Lines of Political Work: Social Bases and Parliamentarians’ Written Production (MG, PE, RS and MA)

### Abstract:

This article is included in the agenda of studies on the “double art of playing” of Brazilian parliamentarians, whose political careers combine incursions in cultural domains. The unfolding we propose here is to understand the logics ruling the work of production and mobilization – inseparably as political trump and affirmation of an intellectual condition – of images and identifications linked to the regional configurations of agents’ performance. Following findings and varied sources of information, we seek to collate cases of Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul and Maranhão. The emphasis is on the analysis of profiles and written production, punctuating elements that allow us to reflect on how certain professionals produce symbolic good, founding representations on the “regions” consonant with the representations they forge upon themselves and even grounding their potential as spokesmen authorized to describe, prescribe and represent (in both ways) causes, individuals, groups and frontiers.

**Keywords:** Profiles. Politicians. Intellectuals. Regional identities.

## Las “Regiones” como Trasfondo del Trabajo Político: Bases Sociales y Producción Escrita de Parlamentarios (MG, PE, RS y MA)

### Resumen:

Este artículo forma parte de la agenda de estudios sobre el “doble arte de la representación” de los parlamentarios brasileños, cuyas carreras políticas combinan inscripciones en dominios culturales. El desarrollo que proponemos es pensar en el condicionamiento y la lógica que presiden el trabajo de producción y movilización, inseparablemente como un activo político y una afirmación de una condición intelectual,

de imágenes e identificaciones vinculadas a las configuraciones regionales del desempeño de los agentes. Siguiendo pistas de investigación ya detectadas y fuentes de información variadas, buscamos comparar casos de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul y Maranhão. El énfasis está en el análisis de perfiles y producción escrita, elementos puntuables que nos permiten reflexionar sobre cómo ciertos profesionales engendran bienes simbólicos, negociando representaciones sobre las consonantes de “regiones” con la edición de sus propias imágenes e incluso sosteniendo su potencial como portavoces autorizados para describir, prescribir y representar (en el doble sentido) causas, individuos, grupos y fronteras.

**Palabras clave:** Perfiles. Políticos. Intelectuales. Identidades regionales.

O trabalho de representação política é também um trabalho de produção e reprodução de representações sobre o mundo social e, como discurso performativo, tem potencial de fazer existir a realidade que ele significa (Bourdieu, 1996). Portanto, agentes políticos, com alguma eficácia, conseguem exercer a tarefa de designação de fronteiras e de invenção de estereótipos regionais (Bertho, 1980) em múltiplos níveis, conforme seus perfis sociais e culturais, períodos históricos de atuação, bem como em função dos seus adversários e aliados (dos mesmos ou de outros domínios, e nos distintos planos locais ou nacionais). O que pode ser conjugado à proposição – mais diretamente relacionada às pesquisas que temos desenvolvido – da existência de relações de interdependência entre diferentes domínios sociais e justaposições de lógicas, notadamente engendradas/respaldadas pela circulação de agentes que neles ocupam posições mais ou menos bem situadas e assumem posicionamentos variados e considerados legítimos, de modo concorrencial e transitivo.

Nesse caso, uma das alternativas para abordar as conexões entre domínios políticos e culturais é ponderar sobre a importância da objetivação das tomadas de posição escritas divulgadas em distintos veículos, especialmente por meio da publicação de livros.

Esse tipo de material é particularmente adequado para captar estratégias de legitimação e princípios de classificação em jogo no trabalho simbólico de orquestração de temáticas, papéis, justificativas, etc.

Cabe sublinhar que não está em jogo avaliar se os políticos estudados escreveram ou não o que publicaram; até porque é possível que eles também “não publiquem tudo o que escrevem” (Le Bart, 1998). O fato é a valorização dessa modalidade de intervenção, inegavelmente ativada para a administração de imagens públicas e de publicização de seus contornos oportunos, conforme determinados estágios biográficos, das carreiras seguidas e dos jogos nos quais se envolvem.

Essas orientações gerais estão na base da construção do objeto de pesquisa e das análises que apresentamos neste artigo.

O desenho mais geral do universo empírico foi definido a partir de algumas regularidades observadas em investigação cujo ponto de partida fora o mapeamento de um conjunto de parlamentares que se notabilizaram, por um lado, pela ocupação de cargos de deputados federais, senadores e de postos políticos administrativos; e, por outro lado, pelo investimento em produção escrita e atuação em lugares de consagração “intelectual” (como academias de letras, institutos de pesquisa, meios midiáticos, universidades, entre outros), em diferentes conjunturas históricas, ao longo do século XX. Do levantamento sociográfico de 1.181 parlamentares, circunscrevemos 299 indivíduos com carreiras políticas e empreendimentos editoriais relativamente equilibrados e consistentes. Para eles, atentamos, numa primeira etapa, às características morfológicas e aos gêneros de escrita que privilegiaram no decorrer de seus itinerários (Grill e Reis, 2016; 2012). Subsequentemente, empenhamo-nos no desenvolvimento de estudos mais recortados, conforme, por exemplo, modalidades de escrita, categorias profissionais, gênero, períodos de atuação e domínios de inscrição priorizados (Grill e Reis, 2016).

Entre os 299, apuramos, mais precisamente, que: i) há uma forte propensão dos agentes a escreverem sobre questões relativas aos seus estados de origem e/ou em que atuam; ii) entre os deputados e senadores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Maranhão (que representam aproximadamente 1/3 do casos, mais exatamente 97 parlamentares) há, proporcionalmente, uma tendência ainda maior a publicarem sobre essas questões; iii) mais precisamente, são 75 nessas condições, que já escreveram sobre temas e conteúdos explicitamente atribuídos às peculiaridades das dinâmicas regionais em pauta; iv) e, somados, eles são responsáveis pela autoria de 310 livros, cujos cenários primordiais das descrições/interpretações/prescrições são os respectivos estados pelos quais exerceram mandatos eletivos.

Por isso, consideramos relevante focalizar quem são eles, que investimentos fizeram, quais livros publicaram e como se posicionaram; procurando refletir tanto sobre as disposições e inscrições canalizadas à (re)produção de identidades culturais quanto sobre os seus usos possíveis como trunfo de luta política e de afirmação intelectual – que incrementam os propósitos (não necessariamente cínicos) de manutenção ou conquista de posições de intérpretes/representantes autorizados.

Dessa maneira, persistimos com a preocupação voltada à “dupla arte de representar” de parlamentares que possuem intensa inscrição em domínios culturais, agora nos debruçando na tentativa de apreensão das lógicas que colaboram com a fabricação de divisões “regionais” relativamente ao trabalho ativo de construção de memórias coletivas, de continuidades e identificações (Pollak, 1992), constante e situacionalmente “negociadas, bricoladas e renegociadas” (Martin, 1994; 1992).

Dois esclarecimentos são importantes. O primeiro é que não identificamos os casos pela referência direta à categoria “região”, logo, a expressão não necessariamente aparece como a rotulagem mobilizada. Nossa proposta é apenas tomá-la como unidade de síntese.

se, podendo englobar uma multiplicidade de significados e derivações aplicadas com afincamento na demarcação de divisas, mediante a reivindicação (e certificação) de singularidades (históricas, políticas, sociais, culturais, geográficas, jurídicas, econômicas, etc.), que separam, diferenciam, justificam e celebram pertencimentos coletivos. Afinal, a construção de identidades regionais é tributária do trabalho de formulação/manipulação de sistemas simbólicos (ideias, versões, concepções e classificações), operado e disputado por aqueles que visam impor sentidos de existência de grupos, comunidades ou questões, bem como o consenso sobre estes sentidos (Bourdieu, 1989). E os parlamentares abrangidos participam dessa operação, disponibilizando-se a escrever sobre objetos diametralmente concebidos em relação às configurações regionais nas quais se inserem (nas suas dimensões políticas, econômicas, culturais, populares, históricas, etc.). Apresentando-se, então, como seus intérpretes autorizados. Sem deixar de explicitar, nos posicionamentos e narrativas assumidos, níveis de intromissão e submissão a princípios ou arquétipos dominantes.

Adicionamos a isso que, como se sabe, historicamente os produtos e relações desenvolvidas a partir de determinados estados da federação – por sua concentração de recursos políticos, econômicos e culturais – são imediatamente considerados como sinônimos de “nacional”. Ao passo que os demais estados aparecem como expressões localizadas, e os aspectos que caracterizam suas dinâmicas seriam apenas idiosincrasias “regionais”. Geralmente percebidos “em relação ao paradigma dominante”, centro que serviria de modelo exportador aos demais, não raro são avaliados pelas chaves da ausência, carência e deficiência, das quais decorrem as ênfases (quase acusações) de lugares de “decadência, de corrupção, de baixa qualidade, de rudeza, etc.” (Ginzburg, 1991, p. 53). Não pretendemos atualizar as oposições “centro x periferia” para reverenciar os parâmetros canônicos nem advogar – numa (ideo)lógica igualmente essencializadora – a autonomia da “periferia” (Idem). Sem denegar a desigualdade da distribuição de posições no âmbito de distintas



e infinitas cadeias de configurações de poder; partimos do pressuposto de que estas posições são interdependentes e relacionalmente constituídas nas complexas dinâmicas de produção, imposição, adaptação, submissão, reinvenção ou até contestação de princípios e exigências de atuação (Reis e Grill, 2016).

Neste caso, a indagação mais geral é sobre como o trabalho político e o cultural condensa um duplo e indissociado reconhecimento instituído na inscrição em domínios concorrenciais de atuação e na autoridade reivindicada/atribuída para definir e agir sobre o mundo social? E a interrogação mais precisa é sobre quais são os perfis e investimentos de “profissionais da política”, que engendram, disputam ou reproduzem concepções sobre as “regiões”, consoantes com as representações que forjam sobre si mesmos e congruentes com as matrizes culturais dominantes nas configurações regionais concernentes? Esses aspectos contribuem à apreensão de fatores que fundamentam o potencial de afirmação e atuação de determinados agentes como porta-vozes autorizados a descrever, prescrever e representar causas, indivíduos e grupos sociais.

Com as frequências que apresentamos, despontam algumas pistas sobre parâmetros decisivos de atuação de “elites políticas estaduais”, seus dispositivos de notabilização e de tensões, condicionados por princípios diferenciados de hierarquização política e de legitimação concorrentes. E, por esse intermédio, esboçar as interferências das imagens das “regiões” subjacentes às configurações díspares, correlativamente a momentos históricos marcantes e a percursos biográficos sucessivos.

## 1. Perfis, carreiras políticas e gêneros de escrita

Como mencionamos anteriormente, foram detectados 75 parlamentares atuantes em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Maranhão que, em algum momento das suas trajetórias,

publicaram textos retratando aspectos assimilados como próprios aos seus estados de origem. Para a apreensão desse universo, recorreremos a fontes diversas, como Dicionário Histórico Biográfico (DHBB) da FGV, sites da Câmara dos Deputados e do Senado, matérias publicadas em jornais e blogs, entrevistas, as principais “obras” de caráter laudatório e/ou histórico divulgadas, documentos de registros variados, entre outras.

Dividimos a exposição do material em duas partes. Neste primeiro momento, situamos o quadro geral de quem são eles, com a composição dos perfis dos agentes, dos postos que ocuparam e dos livros que lançaram, relativamente aos 299 indivíduos da população maior, e 22 dos mesmos quatro estados em foco, entretanto, para estes não foram localizadas autorias de livros com eixos “regionalizados”. Recuperando outros achados analíticos já acumulados sobre essas “regiões”, é possível enriquecer a apreensão dos padrões dominantes vislumbrando recursos com os quais representantes políticos contaram e como redundaram na conquista de multinotabilidades<sup>1</sup>, em distintos domínios.

O ano de nascimento é um indicador pertinente dos períodos de atuação e passível de ser combinado com outros parâmetros válidos à demarcação de cortes geracionais. No universo mais amplo (299) a maioria dos parlamentares nasceu até a década de 1910 (44%), seguidos dos nascidos nos anos de 1940 (28%), e um pouco menos frequentes foram aqueles da década de 1930 (16,6%). Entre os agentes dos estados ora enfocados, notamos variações interessantes nessa distribuição, com presença encorpada daqueles nascidos até 1910 em três estados; excetuando

1 Utilizamos a ideia de multinotabilidade para indicar a pluralidade de trânsitos e fontes de créditos, que garantem reconhecimento e notoriedade a determinados agentes. O que é particularmente evidente em circunstâncias marcadas pela preponderância de multifacetados e ambivalentes registros de atuação e pela existência de justaposições estruturais entre domínios, cujas fronteiras são fracamente instituídas, contribuindo para o peso de trunfos personificados (até mesmo incorporados) e das relações pessoais (Reis e Grill, 2016).

o RS, cuja concentração maior é nos anos 1940. Esta década é a segunda mais frequente aos atuantes de PE. Somente o MA e o RS têm parlamentares-escritores nascidos na década de 1950, com distinta incidência no primeiro estado.

Tabela 1 – Distribuição dos parlamentares por década de nascimento segundo estados (%)

Estados	Até 1910	1920	1930	1940	1950
MG	46,6	16,6	23,3	13,3	----
RS	26,3	10,5	5,2	47,3	10,5
PE	50	5	10	35	-----
MA	44,4	----	11,1	11,1	33,3

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

De modo geral, há uma preponderância da formação em direito na titulação superior, compatível com as ocupações previamente exercidas como advogados e promotores, professores e funcionários públicos. Como variações, considerando os dados da tabela 2, dois apontamentos sobre o universo, comparativamente aos dois outros conjuntos, parecem bons indicadores do seu perfil específico: um é sobre a mais baixa incidência da formação em economia<sup>2</sup> e o outro é referente à maior concentração de empresários, com menor frequência de professores. Vale sublinhar a constatação de uma menor diversificação de títulos e ocupações para os 22 agentes de MG, RS, PE e MA (aqueles não escrevem sobre seus estados de atuação).

2 Sobre a oposição economia (afirmação acadêmica – grandes questões nacionais e internacionais) x direito (profissões liberais e negócios locais – questões regionais), que reforçam as teses de Dezalay e Garth (2000), ver Reis e Grill, 2015.

Tabela 2 – Comparativo das titulações e ocupações prévias (%)

Títulos	299	75	22	Ocupações Prévias	299	75	22
Direito	56	67	65	Advogados/Promotores	38	48	50
Medicina	10	9,3	-----	Médicos	8,5	6,6	-----
Engenharia	07	10,6	10	Professores	14	9,3	25
Economia	9,3	04	15	Funcionários Públicos	20	16	25
Administração	01	2,6	-----	Empresários	07	11	-----
Letras	02	04	-----	Jornalistas	07	08	-----
Ensino Médio	03	2,6	-----				
Outros	11	00	10	Outros	05	1,1	-----
Total	100		100	Total	100		100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Outras oscilações mais sutis podem ser realçadas. Mesmo o curso de direito permanecendo como o mais frequente, tem-se ocorrências diferenciadas nos estados de MG e, mais pesadamente, no MA. Sublinha-se a segunda maior incidência de titulações em engenharia em MG e PE; a presença distinta das formações em economia no RS; e de outras formações (indicando variação mais robusta nos investimentos deste tipo) no RS e MA.

Tabela 3 – Distribuição dos parlamentares por títulos escolares segundo estados (%)

Titulação	MG	RS	PE	MA
Direito	75,8	57,8	62	77,7
Medicina	6,8	5,2	14,2	11,1
Engenharia	17,2	-----	19	-----
Economia	-----	15,7	----	-----
Outros	-----	21	4,7	22,2
Total	100	100	100	100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Replicando a proeminência do curso superior em direito, a tabela 4 revela a constância de ocupações como advogados/promotores, contudo bem mais significativa em MG. Para o MA a

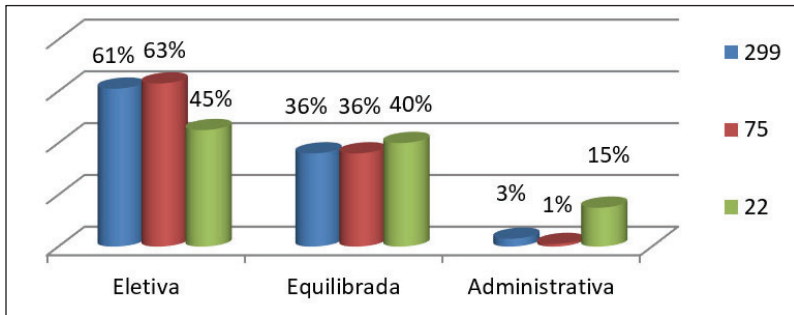
tradução do título em ocupação não parece ser tão direta, e os empresários, comparativamente aos demais estados, são mais frequentes; assim como são os professores para o RS. O estado do PE é o que possui menos advogados/promotores (apesar de não ser o que menos tem agentes formados em direito), e se sobrepõe pela reiteração de funcionários públicos.

Tabela 4 – Distribuição dos parlamentares por ocupações segundo estados (%)

Ocupações Prévias	MG	RS	PE	MA
Advogados/Promotores	70	47,3	28,5	44,4
Professores	-----	21	9,5	-----
Médicos	6,6	5,2	4,7	11,1
Empresários	10	5,2	14,2	22,2
Funcionários Públicos	10	10,5	33,3	11,1
Jornalistas	3,3	10,5	9,5	11,1
Outros	-----	5,2	-----	-----
Total	100	100	100	100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

No que concerne à carreira política dos 299 políticos, que publicam sobre temáticas e gêneros variados, via de regra, a ocupação de posições eletivas prevalece, seguido de percursos que equilibram postos políticos eletivos e administrativos. Sendo que os mais baixos índices observados foram para parlamentares que acumularam mais solidamente cargos administrativos. Essa tendência se repete entre os 75, destoando para aqueles 22 – das mesmas configurações regionais, porém que não se dedicaram a publicar sobre problemáticas relacionadas aos seus estados de origem ou de atuação –, cujas passagens por funções administrativas são mais longas. Logo, podemos indicar que o trabalho de escrita, sendo ou não privilegiadas as “questões regionais”, é particularmente conciliável ao trabalho de mobilização política; talvez funcionando como compensação ao menor acesso a cargos administrativos e às oportunidades que viabilizam a realização de obras e transferência de recursos.

**Gráfico 1 - Comparações de padrões das carreiras políticas (%)**

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

No que tange aos cargos mais altos ocupados, do mesmo modo, praticamente não há variação entre as três coleções de casos. Assim, podemos indicar que os agentes estudados seguem o padrão dominante dos políticos que escrevem.

Para pormenorizar um pouco mais os contornos do nosso objeto, um procedimento útil é verificar em que momento dos seus trajetos de postos políticos os parlamentares publicaram seus escritos, confrontando esses dados com a posição mais elevada alcançada. Quer dizer, estamos analisando um universo de agentes que alcançaram o topo da hierarquia política: 68% chegaram à Câmara Federal, 20% ao Senado da República, 10% à chefia do governo dos seus estados e 2% à presidência ou vice-presidência. Por isso, o mais fecundo parece ser a identificação do cargo que ocupavam quando publicaram sobre suas “regiões” de origem e atuação.

Na tabela 5 observamos que mais de um terço deles lançaram livros antes de ocupar o primeiro cargo eletivo ou quando ocupavam posições locais (prefeito e deputado estadual), indicando o quanto este investimento pode se constituir em trunfo de entrada e de afirmação na política institucional. Porém, quando examinamos os dados isoladamente, avistamos que a frequên-

cia mais alta de escritos ocorre quando eles exerciam o cargo de deputado federal (28%). Neste caso, podemos aventar que a escrita – entre a infinidade de sentidos, interesses e gratificações, que possivelmente se encontram nas bases das motivações para se empenhar na “publicação de um livro” – pode sintetizar estratégias de coadunação, articulação ou até funcionar como contrapartida a *handcaps* de performances ligadas à habilidade de atendimento por intermédio de bens tangíveis e divisíveis. Ou mesmo conformar um tipo complementar e diferente de atendimento simbólico das bases (que, inclusive, pode garantir a eficácia dos efeitos do atendimento material), via eficaz de construção identitária (Pizzorno, 1986).

Há ainda casos significativos de publicações durante a investidura no Senado (14,5%), o que pode estar associado à atribuição formal do cargo (representação estadual), incrementada pelas facilidades da instituição (cada senador recebe por ano uma cota para usar os serviços da gráfica e, na prática, utilizam serviços que custariam muito mais no setor privado para divulgar seus escritos). E não são insignificantes aqueles que se dedicaram à publicação sobre suas “regiões” ao encerrar a carreira. Neste caso, temos indícios de que isso, muitas vezes, assume o sentido de “balanço de vida”, no qual os conteúdos dos textos lhes permitem se inscrever na memória política regional e/ou “resgatar” uma biografia (individual ou coletiva), exaltando feitos e realizações (gestão e transmissão de imagens), como temos mostrado em outros estudos<sup>3</sup>.

3 Apesar de um investimento preponderantemente feito por homens, mesmo com perfis sociais, políticos e profissionais diversificados (ver Grill, 2012); princípios de visão e divisão “regionalizadas” podem ser evidenciados em memórias de mulheres parlamentares (ver Reis, 2020, a sair). Cabendo atentar às características específicas relacionadas a categorias sociais minoritárias nos domínios políticos. No universo dos 299 localizados na pesquisa mais ampla, somente oito são mulheres. Sobre os perfis e carreiras desses 2% das parlamentares que escrevem, ver Reis (2014a).

**Tabela 5 – Distribuição dos livros pelos cargos ocupados pelos autores (%)**

Cargo ocupado no momento em que publicou sobre o estado	(%)
Antes de chegar ao Congresso	20
Prefeito	4,7
Deputado Estadual	12,7
Deputado Federal	28
Intervalo	5,4
Senador	14,5
Governador	1,8
Ministro	1,0
Presidente/Vice	-----
Depois	11,6
Total	100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Reforçamos que as ponderações anteriores não excluem a consideração de que esses agentes detêm atributos e disposições prévias para escrever ou valorizar a publicação de livros como recurso distintivo, mormente, sobre determinadas temáticas.

Um aspecto que nos parece pertinente diz respeito à vinculação entre bacharelismo jurídico e uma escrita voltada às questões regionais. Podemos, assim, sumariamente, classificá-las. Quando distribuímos os 310 livros publicados segundo a formação dos parlamentares, aqueles com essa formação são, claramente, os que mais acumulam publicações. Ou seja, são numericamente mais importantes neste universo de 75 casos e tendem a escrever um maior número de trabalhos sobre as “realidades” estaduais ou regionais.

Outras ponderações podem ser suscitadas quando cotejamos frequências por décadas e variações regionais. Atentamos ao fluxo maior nos anos 1930, o que é compatível com o alto índice de agentes nascidos até 1910. Quer dizer, estariam em idade, conjuntura e problemática legítima favorável a posicionamentos desse tipo em tal período. Sabe-se que essa década foi marcada por reconfigurações políticas e culturais consistentes. No

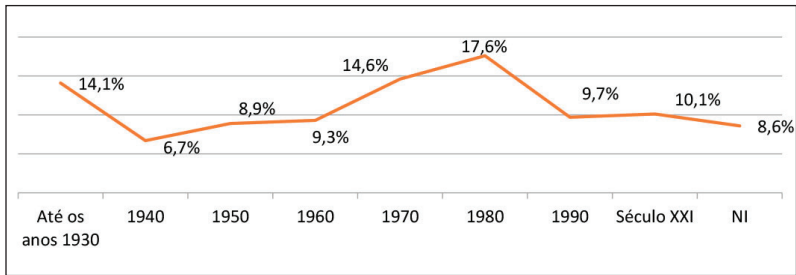


plano nacional, podemos enfatizar os empenhos na construção do Estado e na invenção da identidade nacional, mediante publicações que indicavam a tonificação de um mercado editorial (Sorá, 2010, Pontes, 1998; Garcia Jr., 1993; Pécaut, 1990; Miceli, 1979). Na esteira desse processo, como parte ou reverberação, certos intelectuais se voltaram (não necessariamente de forma planejada) à invenção de tipos regionais específicos, reorientando as ênfases impressas aos seus bens e, por este intermédio, redefinindo seus próprios papéis e imagens (Garcia Jr., 2011; Albuquerque Jr., 2009; Coradini, 2014). Sem esquecer, no entanto, que essa condição de “intelectual” – ou ao menos contribuindo nos movimentos distintivos por eles operados – está diretamente relacionada à ocupação de cargos políticos, eletivos e/ou administrativos, e que, não raro, os agentes investem na produção de bens culturais mobilizando registros diversificados de luta/formulação, às vezes, aparentemente, até ambíguos. Portanto, não devem ser tratados exclusivamente como literatos, romancistas, historiadores, editores, escritores, etc.

Seguindo o padrão que identificamos quando examinamos os 4.162 livros publicados pelos parlamentares abrangidos na pesquisa anterior, há outro pico de publicações entre os anos 1970 e 1980 (Grill e Reis, 2016). Que, como no comentário supra, é consonante aos outros maiores índices de nascimentos entre as décadas de 1940 e 1950. Logo, esses agentes provavelmente tinham idades ajustadas à formação e inserção nos eventos transcorridos nas referidas décadas, inclusive por meio da produção escrita como tomada de posição<sup>4</sup>.

4 Outra dimensão de pesquisa em andamento aborda mais atentamente a pista da coincidência entre períodos de fechamento político (como dos anos 1930 e dos 1970) com a intensificação da produção escrita por parte dos intelectuais politicamente envolvidos.

Gráfico 2 – Distribuição por década para o conjunto dos livros



Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Contudo, existem variações na intensidade de publicações ao longo dos períodos relativamente aos estados. Enquanto algumas flutuações, com momentos de ápice, são observadas na produção das elites políticas mineira, gaúcha, pernambucana; há uma notável estabilidade da preocupação com os problemas/lutas estaduais entre os políticos maranhenses. No entanto, os quatro estados apresentam regularidades consistentes até a década de 1930, principalmente MG, para o qual não encontramos a publicação de nenhum livro de parlamentar, situado no topo da hierarquia política, relacionado às questões regionais, no século XXI. Ao contrário do RS, que destoa dos demais estados pela mais alta percentagem localizada justamente das publicações mais recentes.

Tabela 6 – Distribuição por década em cada estado (%)

Estados	Até os anos 1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	Século XXI
MG	19,7	05,4	17,5	14,2	19,7	18,6	04,3	00
RS	12,3	4,1	6,8	11	12,3	15	12,3	26
PE	13	16,1	13	6,5	16,1	24,1	6,5	4,8
MA	15	05	08	08	12	17	16	19

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Um aspecto primordial para qualificar a composição do universo e avançar na compreensão dos perfis dos políticos, das suas

publicações “regionais” e dos próprios estados, é adicionar à análise os gêneros e as temáticas que eles priorizaram.

Nesse sentido, observamos a predominância do tipo “generalista” (44%) – em que são consagrados projetos de sociedade, ideologias, identidades, etc. –, seguido pelo “setorialista” (25%) – que designa os trabalhos mais especializados e explicitam o uso de competências escolares específicas. As “biografias históricas” (13%) – voltadas à exaltar personagens do mundo político, jurídico, militar, religioso (mais ou menos nesta ordem) e/ou de movimentos, eventos, organizações (partidos, sindicatos, associações, etc.) – ficaram na terceira posição. A “literatura” (9,9%) – contemplando a produção de romances, poesias, contos, novelas, etc. – em penúltimo. E as “confissões políticas” (2,8%) – concernentes basicamente à produção de “memórias” ou ao “gênero memorialístico” – em último; posição esta que permanece inalterada para os 75 agentes que estamos tratando aqui. A raridade na produção de “memórias” está relacionada a algumas singularidades de perfis, carreiras e percepções de parlamentares que as empreendem, além das próprias idiossincrasias ligadas ao gênero de escrita<sup>5</sup>. Sobre os demais, como poderíamos antecipar (haja vista o recorte da pesquisa), a sequência dos gêneros de escrita se modifica.

É possível observar na tabela 7 que as biografias históricas sobem para o topo (elas são especialmente as preferidas dos “gaúchos”) e o generalista (priorizada pelos “pernambucanos”) desce para o segundo lugar, permanecendo bem situada – até porque guarda afinidade com o trabalho de elaboração política, que dizer, com as estratégias de representação e politização de temáticas com amplo potencial de interpelação. A literatura também é elevada ao terceiro lugar (notavelmente perseverante entre os “maranhenses”), enquanto o tipo setorialista despenca para penúltimo, o que certamente está relacionado aos perfis

5 Ver a discussão, já referida, em Reis (2020, a sair) e Grill (2012).

sociais, políticos e culturais dos agentes e das suas carreiras (e ele figura com destaque entre os “mineiros”)<sup>6</sup>.

Tabela 7 – Distribuição dos gêneros de escrita por estado

Gênero	75 (%)	MG (%)	RS (%)	PE (%)	MA (%)
Biografias Históricas	39,3	33,3	58,9	28,5	3,3
Generalistas	21,2	12,5	16,6	42,8	20
Literatura	16,7	12,5	11,1	11,4	70
Setorializados	16,1	33,3	6,6	10	3,3
Confissões	6,4	8,3	6,6	7,1	3,3
Total	100	100	100	100	100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

A partir desta última tabela podemos fazer algumas sínteses.

Considerando o banco mais amplo dos 1.181 parlamentares, Minas Gerais é o segundo estado com mais casos de proveniência de políticos que escrevem (12,1%). É antecedido somente por São Paulo, que ocupa o primeiro lugar (15,7%). O perfil que prepondera entre os parlamentares mineiros é de agentes nascidos até 1910 ou na década de 1930. São formados em direito (alta concentração) – que se converte na preponderância da atuação profissional como advogados/promotores –, seguidos pelos titulados em engenharia e medicina. Eles se destacam por dois gêneros: as “biografias históricas” e os escritos “setorializados”. O que pode estar vinculado à preocupação em consagrar “heróis políticos” e ao investimento em demarcar (por intermédio de textos apoiados em formações escolares) as fronteiras entre Minas Gerais e os outros estados do Sudeste (principalmente São Paulo, antigo aliado da chamada “política café com leite”, e Rio de Janeiro, outrora centro político do Brasil). Isso ocorre predominantemente entre os anos 1950, 1960, 1970 e 1980, configurando um processo de afirmação e distinção do seu lugar no

6 A classificação dos livros por esses gêneros de escrita foi inspirada pelos trabalhos de Le Bart (1998 e 2012).

espaço do poder. Não por acaso a intensidade da produção escrita é relativamente distribuída.

Para os parlamentares gaúchos, as maiores frequências das décadas de nascimento são até 1910 e na década de 1940. Preponderantemente o curso superior é em direito (traduzindo-se na frequência de ocupações como advogados/promotores), mas há uma diversificada gama de titulações e uma destacada atuação como professores. Há um relativo equilíbrio da produção escrita entre 1970 e 1990, com o maior acúmulo no século XXI. A maioria dos parlamentares gaúchos se debruça sobre a “região” mediante a publicação de “biografias históricas” e também “generalistas”, apropriados à pretensão do político em exercer o papel de intérpretes de “causas” e versões heroicizadas da história. Sobretudo, essas ênfases permitem estabelecer um terreno propício – de protagonistas, eventos, períodos e movimentos, estratégias de luta, de vitórias, avanços, pioneirismos, etc., que são politizados, mas também que precisam ser situados e superados – no qual se inscrevem, a um só golpe, como síntese e subversão. Ou seja, apresentando-se como exemplares da continuidade e da ruptura, o que lhes garantiria o seu lugar de novidade<sup>7</sup>. Não raro, na historiografia sul-rio-grandense são celebradas as características geográficas, migratórias, econômicas, fronteiriças, que se traduziriam nas peculiaridades regionais, exemplificadas na disposição militar, para o confronto político, entre outros fatores que contribuiriam na construção da imagem heroica do “gaúcho” “viril”, “politizado”, orgulhoso de suas “façanhas” e dispostos a mobilizá-los distintivamente; princípios que emergem no discurso político (e eventualmente até no acadêmico) de exaltação.

Os parlamentares “pernambucanos” também nasceram mais frequentemente até a década de 1910 e na de 1940 e, do mesmo modo

7 Sobre estratégias de agentes que inauguraram sua atuação política-militante nos anos 1970 e investiram na leitura da história “política gaúcha” visando incorporar e romper matrizes dominantes, ver Reis (2015).

que os “mineiros”, além da formação em direito, obtiveram títulos em engenharia e medicina. Destacam-se no exercício de cargos como funcionários públicos, afora os de advogados/promotores. Eles publicaram consistentemente na década de 1980, contudo arrefeceram seus investimentos em publicação sobre a “região” a partir da década de 1990. No conjunto dos títulos de livros assinados pelos agentes, os gêneros preponderantes são o “generalista” e as “biografias históricas”. Com muita frequência isso aparece associado a problemas sociais (fome, seca, etc.) edificados como inerentes ao “Nordeste”, e tem seu ápice nos anos 1970 e 1980. A elite política pernambucana, ao contrário da mineira, constrói uma ideia de “região” que implode fronteiras estaduais, assumindo o papel de porta-vozes do Nordeste em uma conjuntura de inflação de “questões sociais”, renovando bases sociais e ideológicas mobilizadas na sua representação (no duplo sentido).

Finalmente, para os maranhenses, persistem os formados em direito e dividindo os mandatos com agentes dotados de outras formações escolares em nível superior, como os jornalistas. O ritmo de publicação dos parlamentares desse estado é particularmente estável, quando comparado aos demais investigados. Mas o dado mais singular se refere à ênfase pesada na literatura como gênero de escrita, e a inusitada baixa frequência de “biografias históricas” (o que contrasta com os altos investimentos intelectuais na produção de panteões de consagração das suas diferentes “elites”)<sup>8</sup>. A literatura desponta como o gênero tanto mais excepcional quanto mais a profissionalização política se especializa. Fica explícita a combinação de regularidade dos temas centrados nas questões regionais, apresentadas por intermédio da literatura e das tomadas de posição em meios jornalísticos, sustentadas na referência mítica de um apogeu, simbolizada pelo “rótulo” da “Atenas Brasileira”<sup>9</sup>.

8 Ver Reis (2014b), Grill e Reis (2017).

9 Sobre as inscrições jornalísticas, literárias e as lutas políticas faccionais no Maranhão, ver Pereira (2019).

## 2. Trajetos e tomadas de posição: casos exemplares

Nesta segunda parte do artigo, propomos uma descrição de agentes considerados exemplares e representativos das regulares apontadas no momento anterior. Para corroborar as feições dominantes, após a descrição do caso chave, apresentamos um box com a caracterização de um perfil de apoio.

### 2.1. “Um passarinho na política e na Academia” de Minas Gerais

Estudos como os de Arruda (1999), Canêdo (2008), Grill (2015) trazem elementos importantes à compreensão das condições de construção, difusão e usos políticos de atributos que seriam “inatos” aos “mineiros”. Quer dizer, de como imagens esquemáticas da “mineirice” ou “mineiridade” efetivamente redundam em práticas e posturas harmonizadas ao enraizamento da percepção da existência de um tipo regional único, emblemático, justificador de modos de ser e de agir. Comparados às “raposas”, os políticos mineiros lidam, então, com a necessidade de ajuste das expectativas (positivas ou negativas) de se apresentarem como “perspicazes”, “sagazes”, “negociadores”, etc., aos seus perfis, posições e posicionamentos. O que traz à superfície, ao mesmo tempo, disposições herdadas, representações compartilhadas, identificações construídas, possíveis trunfos de luta, assim como tensões entre “vocações literárias” e “destinos políticos”.

Destacamos aqui o caso de Murilo Badaró, representativo dos herdeiros de famílias tradicionais com proeminência graças às notabilidades políticas e intelectuais acumuladas por seus ascendentes.

Em discussão recente, Grill (2020) reconstitui a genealogia e as lógicas de transmissão de “heranças políticas” entre os componentes da “família Badaró”, tomando como fonte principal de análise um dos últimos livros publicados por Murilo, em 2008, no qual seu avô, falecido, é o “narrador-personagem” (promotor, juiz, deputado

federal, embaixador no Vaticano e Senador). Em “Memórias Póstumas de Francisco Badaró” o autor – autorizado pelo vínculo de parentesco e pelo modelo da narrativa machadiana – produz a biografia do antepassado (e de sua linhagem) como se fosse ele próprio, isto é, colocando-se como veículo de vivificação do “defunto-autor”. Justificando a centralidade do protagonista principal como testemunha de fatos e eventos, Murilo explicita a postulação de características valorizadas pela “elite política mineira”, empenha-se na consagração genealógica e, assim, certifica o espólio herdado.

Murilo Badaró nasceu em 1931, filho do médico Francisco Jr. (prefeito, deputado estadual e deputado federal). Ele atuou no movimento estudantil e se formou em direito pela atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Antes de passar a disputar postos políticos, destacou-se como cantor de ópera em Belo Horizonte (segundo consta, com o pseudônimo Ricardo Villas). Barítono, participou de várias óperas e, por cinco vezes, foi agraciado com o Prêmio Orfeu. Além disso, atuou na fundação da Juventude Musical Brasileira e chegou a ser o presidente de honra da Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos e da Sociedade Coral de Belo Horizonte. Um amigo teria confidenciado a outro: “Por maior político que o Murilo tenha sido, ele nunca iria superar o barítono que era!”<sup>10</sup> O primeiro mandato eletivo de Murilo Badaró foi conquistado em 1958, aos 27 anos, e já como deputado estadual (pelo Partido Social Democrático, o PSD), conseguindo se reeleger em 1962. Com a instalação do regime militar, deslocou-se para a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Nesse período, foi secretário de Governo em Minas Gerais e deputado federal. Mas teria se posicionado contra a cassação de Juscelino Kubitschek, em 1964, em discurso frequentemente mencionado, que recebeu o título de “Protesto de uma Geração”. Assim como havia contestado a cassação do deputado Moreira Alves, o que lhe rendeu o afastamento da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e a inclusão do seu nome em uma

10 <http://badaroblog.blogspot.com/2010/06/ainda-murilo-badaroa-saudade-sera.html>



lista para cassação de direitos políticos enviada ao então Presidente da República, Costa e Silva. Teria lamentado por ter sido impedido pela Arena a se candidatar ao governo do estado, pois, em período de campanha, visitava “todas as cidades mineiras da época, em todas as regiões”, a ponto de um slogan de campanha ser “Não importa em qual cidade de Minas que você nasceu, Murilo Badaró já esteve lá!”, “era o trenzinho das melhores tradições mineiras varrendo o interior de sua gente” (<http://badaroblog.blogspot.com/2010/06/ainda-murilo-badaroa-saudade-sera.html>).

Por suas notabilidades culturais, foi indicado a fazer parte do primeiro conselho deliberativo da Fundação Milton Campos, instância de estudos e pesquisas do partido ao qual pertencia (Arena)<sup>11</sup>. Eleito senador pelo Colégio Eleitoral de Minas Gerais, Murilo Badaró ficou nesta posição de 1978 a 1984. Neste último ano, foi indicado a ministro de indústria e comércio no governo de João Figueiredo. Depois, no governo de Itamar Franco, assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Em 1996 ele fundou e foi o primeiro presidente do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros, instituição voltada para reconstituir a história política e cultural do estado. Em 1998 não obteve êxito na disputa ao senado (agora pelo Partido Progressista Brasileiro, o PPB), mas foi vitorioso na conquista da prefeitura de sua cidade natal, Minas Novas (assim como fora seu pai). Finalizando nessa posição seu itinerário de ocupação de cargos eletivos.

Ao longo de sua carreira, Murilo Badaró – que também atuou como professor universitário (Centro Universitário de Brasília) – publicou uma série de outros livros. Destacamos, de antes da ocupação do primeiro mandato eletivo, na década de 1950: “Posição dos estados-membros na Constituição brasileira”, “Elaboração constitucional” e “Papel do estado-membro da Federação”. Entre as décadas de 1960 e 1970, com carreira política

11 Sobre o lugar dos Institutos ou Fundações Partidárias na imbricação entre recursos políticos e intelectuais, ver Reis e Grill (2017).

afirmada, publicou: “Do Jequitinhonha ao Tennessee”, “Reforma e revolução: uma interpretação político-econômica da classe mineira” e “Memorial Político” (coletânea de trabalhos parlamentares, como pareceres, discursos e artigos), “O bombardino” (livro de crônicas publicadas em jornais) e “Alma de Minas” (livro de discursos selecionados). Na década de 1980, atuando como Senador, houve um abrandamento nas publicações, no entanto, em 1986 foi enaltecido como imortal da Academia Mineira de Letras. Em 1992 lançou outro livro de crônicas “Vigésimo mandamento” e, nos anos 2000, verificamos a dedicação à publicação de biografias históricas de exaltação a personagens políticos nascidos em Minas Gerais (a maioria seus antecessores na cadeira 29 da AML, instância de consagração da qual foi presidente de 1998 a 2010): “Milton Campos, um pensador liberal”; “José Maria Alkmin: uma biografia”; “Gustavo Capanema: uma revolução na cultura”; “Bilac Pinto: o homem que salvou a República”. Vale mencionar que esses livros foram publicados em editoras comerciais de distintos portes, com ou sem catálogo, pela gráfica do senado e alguns até sem editora, restando frisar a preocupação do agente em investir neste tipo de atividade intelectual.

A produção de Murilo Badaró aponta a associação de dois aspectos pertinentes à reflexão que propomos aqui. Em primeiro lugar, a afirmação como intérprete/representante das peculiaridades e “índole” da “mineirice” por meio da difusão de versões das “histórias” da “região”, contemplando tanto os eminentes personagens da vida pública e suas “famílias” como retomando “causos” de uma vida bucólica, sem deixar de propor “diagnósticos” sobre a conjuntura política e o potencial econômico do estado. Em segundo lugar, podemos verificar a leitura saudosista do passado acompanhada do descontentamento com o presente – regularidade bem pontuada por Arruda (1999, p. 200) –, que se traduz no esforço do agente em celebrar aqueles considerados como detentores de virtudes que os singularizariam nos domínios das atividades públicas, portanto, que seriam exemplares da “mineiridade” (Grill, 2020). Não por acaso, a atestação da

centralidade dos “vultos” mineiros na história política brasileira é acompanhada pela ostentação dos próprios vínculos (diretos ou indiretos) que Murilo teria com eles, e, por este intermédio, na autoassociação como pertencente à mesma “estirpe”.

Em entrevista, publicada em 2008 no jornal “O Norte”, de Minas Gerais, Murilo Badaró orienta a leitura dos aspectos demarcadores da sua biografia. A primeira questão apresentada indica o duplo reconhecimento aqui tomado como ponto de partida à reflexão: “qual a relação e qual a sensação de unir política e literatura?”:

Não é bem união de política com literatura, é a literatura predominando sobre a política, mas de qualquer maneira, as duas coisas nunca estiveram separadas. Durante todo o tempo em que estive na política, eu cuidei muito da literatura, me aprimorando, lendo, buscando os melhores autores brasileiros e internacionais. Esse casamento sempre existiu, e vai continuar por aí fora, com a predominância agora, mais da literatura do que da política<sup>12</sup>.

(<https://onorte.net/opini%C3%A3o/entrevistas/murilo-badar%C3%B3-fala-do-tempo-em-que-pol%C3%ADtica-era-uma-coisa-s%C3%A9ria-1.518630>)

A maioria das indagações foi direcionada à comparação entre personagens e práticas políticas do passado e do presente. As respostas de Murilo foram bastante breves, porém, consideramos pertinente realçar seu posicionamento sobre a “saúde”:

Quem não tem saúde? Saúde de tudo, não é? Daquele tempo em que a política era uma atividade séria, correta, saúde dos companheiros, os grandes vultos que passaram pela minha frente [...] Tenho saúde de muita gente, de muitas pessoas que enobreceram a vida política mineira (Idem).

12 A resposta aponta para uma semelhança com a reivindicação constatada na análise de outro notório político-intelectual mineiro, Afonso Arinos, estudado por Grill (2015).

### Sobre o que para ele “significa escrever”:

É uma forma que você tem de manifestar seus pontos de vista, suas opiniões, formular algumas idéias. Eu escrevo nos jornais, porque acho que é preciso, primeiro, sair um pouco da mediocridade que tem prevalecido muito nesse dia-a-dia da imprensa. Em segundo lugar, para colocar pontos de vista que eu considero da minha geração. É muito importante isso (Idem).

### Seus gostos culturais:

O que eu gosto mesmo é de ler. Estou sempre lendo os grandes autores. Também gosto muito de ópera. Fui muito ligado à ópera. Nessa altura da minha vida, posso dizer que é a leitura mesmo, com muita poesia. Eu gosto muito de poesia... Leio sempre os grandes poetas. São os prazeres que eu tenho (Idem).

A definição de política é ainda mais concisa: “Servir bem ao povo... Isso é que é a verdadeira política” e o pertencimento à AML apresentado como causa: “É o destino. É o destino, e hoje aliado a uma missão: fazer da Academia um instrumento de divulgação das letras e da literatura brasileira. Acho que precisamos cumprir essa missão” (Idem). Para finalizar, recuperamos a leitura que o agente oferece sobre si mesmo:

Sou um cidadão comum, um homem que fez uma carreira política com certo êxito, não tenho ambições materiais, sou um homem de classe média, e acho que deixo com a minha geração, um patrimônio moral acentuado, e pra minha família, um nome honrado. Basta isso. Não é preciso mais (Idem).

Murilo Badaró faleceu com 78 anos, em 2010. Em testemunho póstumo, o jornalista e escritor mineiro Petrônio Souza Gonçalves, que trabalhou com ele na AML, no texto intitulado “Quando os pássaros adormecem”, narra uma situação em que se encaminhavam para ir para casa e encontram “a garagem cheia de carros e passarinhos”. Badaró teria protestado quando sua secretária “acendeu a luz para

abrir a porta do carro (...): ‘quê é isso Carmen, assim você vai acordar os passarinhos’, saiu do carro e apagou a luz”:

Essa é a imagem que trago dele, um homem que voou alto, mas nunca esqueceu dos passarinhos aprisionados, dos passarinhos esquecidos que não descobriram a liberdade do ar, os passarinhos do canto limitado, do voo retido. Na verdade, acho que ele era, no mais fundo, um deles também. (<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2010/06/quando-os-passaros-adormecem-por-petronio-goncalves/>)

Um dos políticos-escritores biografado por Murilo Badaró e que o antecedeu na mesma cadeira da Academia Mineira de Letras, Milton Campos, foi igualmente exaltado por vários contemporâneos, da política e da literatura. Badaró fez parte da Fundação da Arena (criada em 1975), que homenageou Campos, dando-lhe seu nome à entidade. Antes disso, Milton Campos foi objeto de elogios póstumos no ano da sua morte (1972), que constaram nas orelhas de um dos seus livros, publicado no mesmo ano, “Testemunhas e ensinamentos”. Nesses, evidenciamos os atributos valorizados: ponderação, formação cultural e jurídica, cultivo de valores cristãos, etc. O escritor Alceu Amoroso Lima afirmou que “Milton Campos é a imagem viva do grande político mineiro. No que ele tem de mais puro; a cultura sedimentada; o sentido do concreto; a ponderação equilibrada; o humanismo autêntico; a polidez do trato; o senso jurídico; o *humour*, em suma, da mais britânica da nossa grei cultural. Foi um homem do centro, em todos os sentidos” (itálico no original). E o ex-senador Afonso Arinos destacou: “Vejo em Milton Campos o brilho do intelectual e o exemplo do cidadão, que o tornaram sem igual em nossa geração”. Nascido no município de Ponta Nova (MG), em 1900, o avô materno, pai e tios de Campos exerceram cargos políticos eletivos. Formado na Faculdade de Direito de Belo Horizonte (atual curso de direito da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), ele frequentou as rodas literárias da capital mineira desde a juventude, quando também começou a escrever artigos para os principais jornais do estado. Profissionalmente, atuou como advogado, professor universitário e foi diretor da sucursal dos Diários Associados, além de ter colaborado em outros veículos de comunicação. Exerceu vários cargos públicos, como advogado-geral do estado e membro consultivo do estado, na primeira metade dos anos 1930. Na sequência, elegeu-se deputado constituinte estadual (1935-1937), deputado federal constituinte (1946-1947), governador de Minas Gerais (1947-1951), deputado federal (1951-1954) e senador (1959-1972). Foi ainda duas vezes candidato à vice-presidência da República e ministro da justiça. É autor dos seguintes livros: “Compromisso Democrático” (de 1951, publicado pela editora Secretaria de Educação de Minas Gerais); “Eleições Diretas” (1965); “Testemunhas e ensinamentos” (de 1972, publicado pela Livraria e Editora Jose Olympio); “Limites Minas Gerais-Espírito Santo” (em colaboração com Benedito Quintino dos Santos); e “Sobre a questão de limites Minas-São Paulo” (Campos, 1972; Abreu, 2011).

## 2.2 Um “ideólogo do trabalhismo” (RS)

A política que muitos rio-grandenses concebem e desejam praticar não é a profissional, não é a que tem como exclusivo propósito apoiar governos ou combater-los, manter ou disputar postos de mando, cargos ou mandatos eleitorais, mas esta outra, algo mais elevada e idealista, que se traduz no esforço e manifestação de boa vontade visando à pesquisa do bem comum. (...) Pertenço (...) à categoria dos rio-grandenses, livres e independentes, que só tem compromissos com a sua consciência e com aquilo que consideram dever social e patriótico (Texto de Alberto Pasqualini, “Nossa única filosofia”, publicado no “Correio do Povo”, em 1945, apud Simon, 1994, p. 359).

A produção/reprodução de representações sobre as “regiões” – que encerram concepções e práticas conjuntamente políticas e culturais – revelam quadros de referências tracejados nas lutas, nas quais taxonomias de depreciação e/ou valorização de indivíduos e coletividades são forjadas e, não raro, são sintetizadas em substantivações com sufixo “ismo”. Assim, os “ismos” têm função central na significação das disputas políticas e, para tanto, contam com o trabalho ativo das formulações de “intelectuais” (localizados nos mais variados domínios), que respondem aos chamados à apreciação, categorização e prescrição das batalhas das quais participaram<sup>13</sup>. Com proliferações de usos e polissemia de sentidos (“profanos” ou “profissionais”), são mais facilmente dignificantes quando dizem respeito a “doutrinas” ou movimentos de identificação com conteúdo ideológico; e podem assumir o caráter mais frequentemente depreciativo quando associados a personalidades específicas. De qualquer modo, permitem evidenciar características sociais, trajetórias seguidas e os posicionamentos assumidos por determinadas lideranças políticas, que, por este intermédio, se afirmam como “ícones” das histórias políticas regionais e como parte indispensável da sua “memória”.

13 Para análise de lutas políticas e intelectuais na edificação/(des)qualificação de “ismos”, ver Grill (2012, 2008) e Pereira (2019).

No Rio Grande do Sul, a afirmação de uma “tradição trabalhista” como “genealogia simbólica” (Abélès, 1992) ou uma “linhagem mitológica” (Hastings, 1992) contou com a produção de referências míticas sobre o “pai do trabalhismo”, Getúlio Vargas, e o “ideólogo do trabalhismo”, Alberto Pasqualini, eles próprios lideranças que serviram de alicerces à fabricação de identificações (positivas e negativas) expressas em “ismos”. Entre outros motivos, por administrarem redes de seguidores e laços de reciprocidade, mormente pelo trabalho persistente de perenização dos seus estatutos de “ícones”, localizados em uma genealogia consagrada, e baluartes da construção da identidade regional. Portanto, não estando em questão a sua centralidade, somente as condições mais ou menos propícias à manipulação dos seus espólios<sup>14</sup>.

As biografias sobre Alberto Pasqualini sempre destacam a sua condição de “intelectual” e “ideólogo” ou “teórico do trabalhismo”, o que está diretamente ligado ao seu itinerário de inscrições culturais, tomadas de posição e condições de afirmação política. Assim como enfatizam a referência à origem italiana, que parece pesar nas suas formulações (como no texto “defesa do colono<sup>15</sup>”, publicado no jornal “Correio do Povo”, em 1945, no qual Pasqualini situa o “colono” como categoria perseguida, desfavorecida, marginalizada, que precisaria da proteção do estado). Seu pai trabalhou inicialmente como agricultor e posteriormente como escrivão. Pasqualini nasceu em Ivorá (1901), passou a infância e parte da adolescência na zona rural e, em 1915, ingressou no Seminário Nossa Senhora da Conceição. Possivelmente por influência do avô materno (Azambuja, 1958), seguiria a carreira eclesiástica, porém, ele acabou cursando o magistério no colégio Anchieta e o ginásio do colégio Júlio de Castilhos – considerados viveiros de intelectuais e políticos gaúchos. O que se apli-

14 Para uma análise detalhada desses processos, ver Grill (2008; 2005).

15 Forma, inicialmente pejorativa, de se referir às comunidades de imigrantes italianos e alemães no RS.

ca também à Faculdade de Direito de Porto Alegre (atualmente UFRGS), na qual foi orador laureado da turma. Nesse período, dividia-se entre os estudos, a atividade docente e um emprego na Viação Férrea. Formou-se em 1929.

Pasqualini participou da “Revolução de 30” e, no início da mesma década, passou a se dedicar à advocacia, à militância política e à docência. Seus investimentos escolares não somente contribuíram à aquisição de formação cultural e de um diploma, como à inserção em um círculo de sociabilidades e ao acúmulo de prestígios como professor da Faculdade de Direito. Nessas condições, ele concorreu à vereança pelo Partido Libertador, elegendo-se aos 30 anos de idade. Pasqualini se notabilizou também pela publicação de artigos em jornais da capital e, ainda nos anos 1930, foi convidado pelo então interventor do estado (general Cordeiro de Farias) a assumir o Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul (Coradini, 1998). No início da década de 1940, ocupou a Secretaria do Interior “por insistência do novo interventor, General Ernesto Dornelles” (Idem, p. 165), publicou artigos com temáticas políticas, posicionou-se favoravelmente ao governo de Vargas e ao Estado Novo<sup>16</sup>, fundou e foi o principal dirigente da União Social Brasileira. A USB – uma espécie de domínio de inserção política e cultural – mais tarde se fundiu ao PTB, partido pelo qual Pasqualini foi duas vezes candidato a governador (1947 e 1954) e senador (entre 1951 e 1958).

Suas campanhas a governador são celebradas na memória dos adeptos do “trabalhismo” como momentos cruciais da afirmação de Pasqualini na “tradição política” do estado. Em especial, a

16 Segundo Laura Vasconcellos (2009, p. 38), ele atuou no jornal “Correio do Povo”, da empresa Caldas Júnior, por conta da “relação muito especial com o periódico. Seu irmão, Arlindo Pasqualini, foi importante repórter do jornal e chegou a ser secretário de redação. Foi parceiro de confiança de Breno Caldas, (...) com quem fundou a Rádio Guaíba e da qual foi diretor até o ano de 1964, ano em que faleceu (...). Além de amigo de Arlindo Pasqualini, Breno Caldas, diretor do Correio do Povo, também foi um admirador de Vargas”.



eleição de 1947<sup>17</sup> teria sido o marco da sua inscrição por conta da disputa travada com Walter Jobim<sup>18</sup> pelo apoio de Getúlio Vargas, das posições nacionalistas defendidas e das suas habilidades no papel de “doutrinador” das massas. A fusão operada pelos porta-vozes do “trabalhismo” entre as duas personalidades da “corrente política” aparece em mão dupla, enfatizando o apoio de Vargas à candidatura do PTB e a adesão de Pasqualini às bandeiras mais caras ao “getulismo”. A atuação de Pasqualini nesse pleito como propagador do “trabalhismo”, sua capacidade de comunicação e o “didatismo” das suas “pregações” fixam, ainda de forma mais consolidada, a imagem do “ideólogo” da “doutrina”.

É necessário que o ‘trabalhismo’ não seja apenas uma palavra, um rótulo para fins eleitorais, mas que lhe corresponda uma substância ideológica, isto é, um sistema de soluções que tenham sua origem em uma determinada concepção social. A verdade é que até agora tem havido a utilização do termo sem grande preocupação pelo conteúdo. Esse é um dos erros de nosso trabalhismo. Trabalhismo deve ser idéia, doutrina, concepção social e um sistema de soluções para os problemas correntes. (...) A tese que sustentamos é que o trabalhismo só pode ser construído e existir sobre uma concepção social que, aos poucos, terá que ir

17 Segundo Cánepa (1999, p. 114-115): “no curso das eleições de 47 para o governo do estado e Assembleia Legislativa, a ocorrência de uma série de eventos deverão marcar de forma indelével o quadro partidário regional por todo o período [47-64] (...): 1) afastamento das lideranças do PSD gaúcho de seu principal inspirador, Getúlio Vargas, abrindo caminho para a aproximação com PL e UDN; 2) cisão no PSD provocando a emigração de suas lideranças ‘getulistas’ para o PTB; 3) aproximação do PTB com Getúlio Vargas; 4) emergência do PTB como maior partido do Estado (...); 5) identificação de diferenças doutrinárias entre as duas lideranças (Getúlio e Pasqualini, permitindo um certo doutrinarismo no PTB gaúcho (nacionalismo/anti-imperialismo em Vargas e Capitalismo Solidarista em Pasqualini); 6) emergência de novas lideranças no PTB que terão grande presença no cenário regional e nacional (ex.: João Goulart, Brizola e Ferrari); 7) projeção do PTB do Rio Grande do Sul na direção do PTB nacional”.

18 Foi secretário de estado e governador do Rio Grande do Sul (1947-1951) pelo PSD. É pai do ex-deputado estadual Hélvio Jobim e avô do ex-deputado federal e ministro da justiça Nelson Jobim. Os três fazem parte de uma “linhagem” de advogados e políticos no município de Santa Maria. Para mais detalhes, ver Grill (2003).

se definindo, caracterizando e concretizando, ela independente de pessoas (Entrevista de Alberto Pasqualini, ao “Diário de Notícias”, em 1945, citada em Simon, 1994).

Além da aptidão em explicitar suas formulações por meio de artigos e documentos escritos, são enaltecidas a capacidade oratória e as disposições decorrentes da proximidade social com um perfil social em ascensão: descendente de imigrante, católico e com origem rural. Quer dizer, aos talentos comumente associados à formação em direito, soma-se a facilidade de trânsito e identificação entre segmentos que passavam a pesar cada vez na política eleitoral.

Entre 1947 e 1950 Pasqualini reforçou sua rede de adeptos por meio da sedimentação de uma “corrente ideológica” no âmbito do PTB, em contraposição àquela que seria uma “corrente pragmática” (Bodea, 1992, p. 60). Em 1950, ele foi lançado como candidato ao senado na chapa liderada por Ernesto Dornelles (primo de Getúlio Vargas) e, nesta campanha, tanto teria reafirmado o “estilo didático e doutrinador” como estreitado os laços com Vargas, assumindo sua “plena defesa” e evocando “a liderança do candidato trabalhista à presidência da república” (Idem, p. 75).

A terceira eleição disputada pelo PTB e a segunda ao governo do estado, em 1954, é, igualmente, realçada por seus traços emblemáticos. Seu nome foi referendado pelas lideranças emergentes da sigla, os cunhados João Goulart e Leonel Brizola, em detrimento de outros quadros de destaque, como José Diogo Brochado da Rocha<sup>19</sup>. Naquele ano ocorreu o suicídio de Vargas e a despedida do próprio Pasqualini dos embates eleitorais. Bodea (1992) indicou o caráter de passagem que os dois eventos representaram:

Com as eleições de outubro de 1954<sup>20</sup> encerra-se, na práti-

19 Sobre a trajetória pessoal e o trabalho de construção da genealogia familiar, ver Grill (2020).

20 A interpretação de Cánepa sobre as eleições de 1954 destaca a peso deste pleito e

ca, toda uma fase de história do trabalhismo gaúcho. Com a morte de Vargas e a segunda derrota eleitoral de Pasqualini, desapareceram do cenário as duas grandes lideranças do movimento. (...). A direção máxima do partido é assumida por duas novas lideranças, os chamados 'herdeiros de Vargas', Brizola e Jango (Idem, p. 130).

A constituição de uma rede de relações política e estadual formada por quadros políticos vinculados a Getúlio Vargas e a Alberto Pasqualini fortaleceu a sigla do PTB no Rio Grande do Sul e pautou alguns dos alinhamentos futuros. Nessa contenda pela proximidade com os líderes e pela encarnação do "legado", alguns condicionantes se mostraram decisivos. Os casos "bem sucedidos" nesse processo de sucessão aliaram estes três registros que interagem entre si: usos do parentesco, itinerários políticos e partidários ascendentes, e a difusão e o reconhecimento acerca da proximidade com os "fundadores" do PTB (notadamente Getúlio Vargas).

---

dos símbolos acionados a despeito da nova derrota de Pasqualini, segundo a autora: "O PTB ainda que perdendo as eleições majoritárias (...), consolida a sua posição, ao mesmo tempo que radicaliza seu discurso. Combinando a ênfase no trabalhismo clássico, com "apelo" claro aos trabalhadores do campo e da cidade e aos 'assalariados' e a ampla divulgação da Carta Testamento, é nos termos desta última que acabam por estabelecer a distinção entre o 'eles' e o 'nós'" (Cánepa, 1999, p. 233).

Um dos principais seguidores e propagadores de Alberto Pasqualini foi Pedro Simon. Em resenha a um dos seus livros, “MDB – uma opção democrática”, o sociólogo Benício Schmidt (1977) destacou a sua inscrição na “tradição trabalhista oriunda dos quadros petebistas”, classificando a ascensão de Pedro Simon como indício do “fim do império fronteiro dentro dos quadros trabalhistas”, em alusão ao controle até então exercido por João Goulart e seu cunhado, Leonel Brizola, sobre essa vertente política. Schmidt sublinhou, da mesma forma, a inspiração de Simon “no pensamento socialdemocrata de um histórico petebista rio-grandense, (...) Alberto Pasqualini” (Semanário Informação, 05/02/1977, p. 06). Sobre o ex-senador gaúcho, Ulisses Guimarães escreveu um prefácio ao seu livro “Discursos e projetos”, grifando características que o aproximam do protótipo do político gaúcho, como capacidade oratória: “No palanque fica em transe. (...) funde-se com a multidão, rege o silêncio e o aplauso (...) e disposição para o debate: “a mola da discordância o põe de pé” (Guimarães apud Duarte, 1998, p. 13). Pedro Simon nasceu em 1930 e é descendente de imigrantes libaneses que chegaram à serra gaúcha em 1922. Filho de mascates que ascenderam socialmente foi criado em uma “família muito católica”. Formou-se em direito na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC/RS). Neste período já se identificava com Alberto Pasqualini (frequentava reuniões na casa do irmão de Pasqualini, Arlindo Pasqualini). Atuou como professor universitário na sua cidade natal. Foi vereador em Caxias do Sul (1959-1962), deputado estadual (1963-1978), senador (1978-1986 e 1990-2014) e governador do Rio Grande do Sul (1987-1990), além de ministro da agricultura. Juntamente com seu cunhado, o economista Siegfried Heuser, liderou os “trabalhistas gaúchos” abrigados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), durante o regime militar. Publicou dezenas de livros sobre partidos e política no Rio Grande do Sul e temas sociais aos quais dedicou atenção em seus mandatos, como: “Por um Rio Grande maior” (1976), “MDB: uma opção democrática (1976)”, “1930: a verdadeira revolução” (1980), “Getúlio Vargas, 100 anos do grande estadista” (1983), “Reflexões sobre o PMDB” (1993), “Discursos do senador Pinheiro Machado” (2004); “A diáspora do povo gaúcho” (2009); “Do regime militar ao mensalão” (2006); “A impunidade veste colarinho branco” (2010). Entre eles destacam-se as coletâneas em homenagem a Alberto Pasqualini: Pasqualini: obra social e política (de 1994, 4 volumes publicado pela Editora do Senado), nas quais exalta o nacionalismo e o catolicismo do “mestre”, bem como a ligação com a imigração (Duarte, 2001; Abreu, 2011).

### 2.3. “Um gigante multifacético” (PE)

Na verdade, não me era fácil optar entre várias tendências do meu espírito: o gosto pela arte, a curiosidade pela ciência e a necessidade irreprimível de participar da ação coletiva. Daí, as diversas experiências que vivi. Mas acabei por unificar as minhas predileções naturais numa obra, que julgo ser literária na forma, científica nos conceitos, revolucionária nos objetivos, ativa pelas suas diretrizes. Na origem dessa obra está evidentemente a imagem dramática dos mangues, que atraem os homens famintos do Nordeste inteiro, os da

zona seca como os da cana-de-açúcar a fazer ninho de esperanças no lodaçal onde se desenrola, trágico e silencioso, o ciclo do caranguejo (Entrevista de Gonçalves de Araújo com Josué de Castro, 1969, publicada por Castro, 1984, p. 117).

Josué de Castro é nacional e internacionalmente reconhecido como um dos pioneiros nas formulações sobre uma questão que se constituiu como social e politicamente crucial: a fome. Seus livros foram publicados em várias línguas, principalmente “Geografia da fome”, que também teve várias edições e ganhou os Prêmios Roosevelt (1952) e o Internacional da Paz (1954), e teve até indicações para o Nobel. Ele exerceu a medicina e também ocupou cargos políticos, entre outros papéis que embasariam a definição feita por Mário de Melo, na introdução ao seu “Perfil Parlamentar” (2007, p. 21-22), de Josué como “um gigante multifacético”, que “viveu profundamente envolvido nas teias e nos dilemas do seu tempo, como intelectual e político. Ou intelectual-político. (...) Sempre com o olho universal e pluridimensional”.

Nascido em 1908 (faleceu em Paris, em 1973), os pais eram separados e ele vivia com a mãe, professora, em área próxima ao mangue (em um bairro de Recife), mas nas férias visitava o pai, que vivia na zona rural, pois tinha uma vacaria e fornecia leite (Idem, p. 29). Nesse período, segundo a reconstituição mítica, “convivia na rua com os meninos pobres, descalço, jogando pião e castanha, tomando banho de rio” (Idem). No mesmo “Perfil” há a reprodução de uma entrevista dada por Josué, em 1964, a Pedro Bloch, da revista “Manchete”. Nessa, ele conta que “o pai era homem pobre da Paraíba (Cabaceiras, o lugar mais seco do Nordeste (...))”, enquanto a mãe era “de família de engenho, aristocrata”.

Josué de Castro se formou na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ) e, depois, voltou para o Recife, onde teria um cargo na Secretaria de Educação, prometido por componentes do grupo de José Maria Belo (são citados Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Gilberto Freyre), que seria governador. Como essa possibilidade não se efetivou, abriu o con-

sultório de nutrição, nas suas palavras: “eu, na realidade, queria era ser psiquiatra, mas Ulhoa Cintra tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um. Resolvi fazer nutrição” (Castro, 2007, p. 42). Ele menciona que seu “O ciclo do caranguejo” foi escrito aos 21 anos e afirma que, aos 23 anos, “com vários companheiros”, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia no Recife, da qual se tornou diretor e livre-docente. Atuou também como professor de fisiologia da Faculdade de Medicina e de geografia humana da Faculdade de Filosofia de Recife (1932). Realizava pesquisas sobre o padrão de vida do operariado nordestino, chefiava a Clínica de Doenças do Aparelho Digestivo e de Nutrição, de Pernambuco, entre outras atividades, inclusive a publicação de artigos em jornais vinculados à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Casou-se com uma aluna e foi morar no Rio de Janeiro.

Desse período, conta que “escrevia contos para os jornais. Era mais literato que médico” (Idem, p. 44) e, ao longo dos anos 1930, publicou: “O problema da alimentação no Brasil”, “Condições de vida das classes operárias do Recife”, “Alimentação e Raça”, “Documentário do Nordeste”, “Alimentação brasileira à luz da geografia humana”, “Fisiologia dos tabus”, “Geografia humana”, “Três personagens” e “Alimentazione e acclimatazione umana nei tropici”.

Ainda na mesma década atuou como catedrático de antropologia da Universidade do Distrito Federal (UDF) e, com o seu fechamento, foi incorporado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada na Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente chamada Universidade do Brasil (UB), pela qual se formou, em 1938, em filosofia. Foi professor catedrático de geografia humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UB), entre as décadas de 1940 e 1960. Antes disso, chegou a ser “convidado oficial do governo italiano [entre os convites que teria recebido de governos de outros países para “estudar problemas de alimentação e nutrição”] para realizar um ciclo de conferências nas Universidades de Roma e Nápoles sobre ‘Os problemas de aclimação humana nos trópicos’” (Correia de Andrade et al.,

2003, p. 110-111). Colaborou com o governo getulista, sendo um dos organizadores e o primeiro diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). E, na década de 1940, entre outras coisas, foi “Presidente da Sociedade Brasileira de Alimentação”; “idealizador e diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil”, e ganhou o “Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras” (Idem), pela publicação, em 1946, de um dos seus “clássicos”: “Geografia da fome”. No mesmo ano também lançou, no México, “La alimentación en los trópicos”.

Josué de Castro acumulou uma série de prêmios, medalhas e direções de conselhos durante a década de 1950. Nesse período, publicou outro livro consagrado: “Geopolítica da Fome” (de 1951). Em 1954, estreou na política eletiva saindo vitorioso na eleição para deputado federal, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Durante o primeiro mandato publicou “A cidade do Recife”, “O livro negro da fome”, “Ensaio de geografia humana”, “Ensaio de biologia social” e “Sete palmos de terra e um caixão”. Este último saiu em um momento favorável aos posicionamentos democráticos relativos aos “grandes problemas nacionais”, por conta da instalação do governo de JK e de João Goulart (Melo e Neves, 2007, p. 59). Nele, contou com o apoio de Francisco Julião e enfocou a preponderância histórica de uma “economia voltada para a monocultura e para o latifúndio, que inviabilizavam a possibilidade de progresso social, especialmente, na região do país considerada a mais pobre: o Nordeste” (Amorim, 2016). Os fragmentos abaixo são ilustrativos das denúncias de desigualdades econômicas e culturais entre Norte, Nordeste e o Sul:

O desnível entre o Sul e o Nordeste e o desnível setorial entre a agricultura e a indústria agravando ainda mais a fome no país (...). O marginalismo em que foram deixados a agricultura e o Nordeste – região essencialmente agrícola – tinha suas origens nas imposições de certos grupos de que não se tocasse nas estruturas agrárias. (...) Os resultados desse desenvolvimento capenga, feito numa perna só, agravavam o descontentamento das massas populares do Nordeste e impedem a industrialização autêntica do país no ritmo desejado (Castro, 2007, p. 59-60).

(...) Este abismo cavado entre os dois Brasis – o Brasil pobre e o Brasil rico, o Brasil do Norte e o Brasil do Sul, o Brasil feudal e o Brasil industrial – em nenhum setor é mais profundo do que na vala que separa o Brasil letrado do Brasil analfabeto. (...). O desconjuntado edifício da estrutura feudal, cujas pedras ameaçavam desabar ao menor choque, já não digo das forças políticas em jogo, mas ao menor choque das ideias. (...) Dá a suspeição com que sempre olhavam os estudiosos mais ousados, que lutavam por uma tomada de consciência educacional, por uma educação que não fosse apenas um privilégio, com o qual se dominam os espíritos de toda uma coletividade, como se domina a sua massa, com o privilégio ou o monopólio da terra (Idem, p. 80).

Em 1958 Josué de Castro foi reeleito como o deputado mais votado “do Nordeste”, pelo PTB, legenda da qual foi vice-líder. Porém, com o golpe militar, teve seus direitos políticos interrompidos e, logo depois, foi demitido do cargo que exercia como embaixador brasileiro junto aos organismos internacionais das Nações Unidas, sediados em Genebra. Em vista disso, foi residir em Paris, criou o Centro Nacional de Desenvolvimento e trabalhou como professor associado (lecionando, principalmente, geografia humana) no Centro Universitário de Vincennes e da Universidade de Paris. Foi ainda presidente do Comitê Mundial por uma Constituição dos Povos e vice-presidente da Associação Parlamentar Mundial. No final dos anos 1960 publicou “A explosão demográfica e a fome no mundo”, “El hambre-Problema universal” e, ainda, “Homens e caranguejos”, que é objeto de estudos de diferentes áreas. A temática do livro – justificada por Josué em tom autobiográfico – é retomada por sua filha, socióloga, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Josué de Castro foi um brasileiro, um ‘cidadão do mundo, mas, sobretudo um nordestino, um pernambucano. Junto às populações dos mangues do Recife, tomou conhecimento de uma das mais tristes e duras realidades do subdesenvolvimento. No prefácio de seu livro *O ciclo do caranguejo*, afirma: ‘O tema deste livro é a história da descoberta da fome



nos meus anos de infância, nos alagados da Cidade de Recife onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procu-ro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade, que travei conheci-mento com o fenômeno da fome (Castro, 2003, p. 109).

"Eles eram como um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar: Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco" (Francisco Julião). Nas duas eleições em que concorreu, Josué de Castro fez "dobradinha" com Francisco Julião, o mais notório líder das ligas camponesas e arauto da reforma agrária no país. Em 1993, comple-tando 20 anos da morte do amigo, Julião escreveu: "Fome, Fome, Fome! Foi o seu grito de guerra/Que partiu de Pernambuco/E se estendeu pela terra" (Melo e Neves, 2007, p.23). Sete anos mais novo que Josué de Castro, Francisco Julião nasceu no agreste de Pernambu-cano, no Engenho Bom Jardim, da sua família. Depois que se formou em Direito, em 1939, pela Faculdade de Direito do Recife, abriu um escritório de advocacia na capital pernambucana. Com um colega, chegou a comprar o Colégio Monsenhor Fabrício, em Olinda, no qual atuou como diretor e professor primário (Idem). Depois de ter integrado o Partido Republicano (PR), no pós-Estado Novo, se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), sigla pela qual foi o primeiro deputado estadual eleito no estado, em 1954. Reelegeu-se em 1958 e conquistou uma vaga na Câmara Federal em 1962, sempre pelo mesmo pelo partido. Liderança que dera vulto às Ligas Camponesas em 1955, ele demonstrava sua força e a capacidade de organização dos trabalhadores rurais desde a região da Galiléia, ou, mais precisamente, dos "foreiros", pessoas que habitavam os engenhos e haviam ficado desamparadas pelos herdeiros dos senhores de engenho (Garcia Jr, 2002). Julião e Castro estiveram juntos em atividades e mobilizações em nome dos trabalhadores rurais e da contestação da estrutura agrária do Nordeste. Incluindo o Congresso de Salvação do Nordeste, organizado pela Prefeitura de Recife, no qual representantes das ligas participa-ram e produziram a "Carta de Salvação do Nordeste" (Amorim, 2016). Em 1959, ganhou o processo judicial de desapropriação do Engenho Galiléia, o que colaborou na importância midiática e projeção nacional e internacional do movimento: "em 1960, o jornal *The New York Times* publicou uma série de artigos sobre as Ligas, apresentando Julião como líder do campesinato brasileiro, e apontando a gravidade da situação econômica e social do Nordeste". Em 1961, Luís Carlos Prestes teria proposto a associação das ligas com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB/PCB). Julião escreveu livros e alguns também foram traduzidos para outros idiomas, como "*Cachaça*" (contos, 1951), "*Irmão Juazeiro*" (romance, 1961), "*Que são as Ligas Camponesas*" (1962), "*Até quarta, Isabela*" (1964), "*Cambão*" (1975), "*Guia do camponês*", "*ABC do camponês*", "*Cartilha do camponês*", "*Carta de alforria do camponês*", "*Bença, mãe*". Com o regime militar foi preso e exilado no México, onde atuou na rede vinculada ao Partido Revolucionário Institucional (PRI). Retornou para o Brasil com a Anistia de 1979 e "buscou produzir uma reinserção política, que envolveu tentativas de desconstrução, reconstrução e ressignificação das memórias existentes sobre a sua atuação no período anterior ao golpe civil-militar de 1964" (Porfírio, 2015, p. 618). Ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1986, e não obteve êxito na disputa pela vaga de deputado constituinte por Pernambuco. Nesse mesmo ano foi para o México, onde teria morrido "pobre e esquecido em um autoexílio", em 1999 (Porfírio, 2015, p. 632).

## 2.4 Um “jornalista do povo” (MA)

A “elite política maranhense” é a menos diversificada social e ideologicamente, bem como a mais tributária de processos exigentes de seleção social e de controle político exercidos pelos políticos estabelecidos; o que contribui para a distinção dos parlamentares que conseguem se associar ao “passado mítico” e utilizar, nos seus escritos, signos de notabilização associados à “tradição” cultural. A partir disso, a análise das clivagens políticas e das estratégias de qualificação e desqualificação acionadas por agentes localizados em domínios políticos (partidários, militantes, etc.) e culturais (jornalísticos, universitários, religiosos, etc.) permite apreender os princípios de construção/classificação/divisão de categorias como o “vitorinismo” e o “sarneysismo” no estado. Nessas batalhas, determinados agentes ocupam lugares centrais e são representativos de posições singulares.

Esse é o caso do jornalista maranhense Neiva Moreira, cuja carreira, inscrições e tomadas de posição permitem situar o espaço dos empreendimentos jornalísticos nas suas relações com personalidades políticas e intelectuais, sobretudo, com as disputas faccionais preponderantes no estado.

Um dos principais veículos das tomadas de posição de Moreira foi o “Jornal do Povo” (foi diretor-responsável e o principal acionista do JP) que, segundo definiu o escritor Benedito Buzar<sup>21</sup> – em apresentação à coletânea “Neiva Moreira: o jornalista do povo”, organizada com artigos publicados por Moreira, entre 1950 e 1964, neste periódico – “de combate sistemático aos desmandos do governo estadual e de críticas veementes ao vitori-

21 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, professor da Universidade Estadual do Maranhão, foi deputado estadual. Ocupou vários cargos administrativos em governos. É apresentado em seus livros como jornalista, historiador e cientista político. É membro da Academia Maranhense de Letras e autor de “O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945-1965)”, de 1998, e “Vitorinistas e Oposicionistas”, de 2001, entre muitas outras publicações sobre a história política maranhense.

nismo”. Um exemplo disso é o texto “Povo, árbitro irrecusável”, no qual questiona a posse de Eugênio de Barros, em 1951, como governador do estado, graças ao apoio do senador Vitorino Freire e à morte do primeiro colocado nas eleições, Saturnino Belo (o que gerou intensos protestos na capital maranhense):

O sr. Eugênio de Barros ameaça tomar posse, insensível aos apelos do bom senso que se cruzaram sobre sua decisão. A obstinação é mais de Vitorino do que sua e nela há fria premeditação do crime que o carrasco concebe para o povo que o execra. (...). Amanhã, depois, no futuro, a força do povo será o mais atraente e definitivo fator de decisões. Esse povo não pode perder uma batalha. Sofre um esbulho e não haverá maior força de aglutinação e de incentivo à luta do que aquela que emana da injustiça, do garroteamento das liberdades, do esbulho. Contra essa força não haverá tribunais e nem manipulações políticas. Ela é o árbitro irrecusável da própria história (Moreira, 1951, apud Buzar, 1997, p. 66-67).

Buzar credita ao jornalista Neiva Moreira o “retumbante sucesso” do JP, principalmente por conta dos “artigos e editoriais de inigualável qualidade intelectual, nos quais enfocava problemas políticos e questões econômicas e sociais, fazendo dele [do *Jornal do Povo*] um instrumento de sua luta” (Buzar, 1997, p. 7).

José Guimarães Neiva Moreira nasceu em 1917, no município de Nova Iorque (sertão médio do Parnaíba, a 544 km de São Luís). Sobre as suas origens sociais, os relatos biográficos<sup>22</sup> o descrevem como descendendo de uma genealogia que possuiria dois ramos: um rico e outro pobre, especificando que sua família está situada no tronco menos abastado. Seu pai seria um modesto comerciante (“quitandeiro”) e maçom, cujos ascendentes eram pequenos agri-

22 As seguintes fontes biobibliográficas serviram de base para a construção desse perfil: 1) “Neiva Moreira – Testemunha de libertação”, do jornalista Clóvis Sena (Sena, 1979); 2) “O pilão da madrugada- depoimento a José Louzeiro” (Moreira, 2007); e 3) “Neiva Moreira – o jornalista do povo” (Moreira/Buzar, 1997).

cultores que tinham vindo para o Maranhão em busca de terras e oportunidades. O pai de Neiva faleceu quando ele, o primogênito dos seis filhos, tinha apenas seis anos de idade. Sua mãe era, à época, professora “contratada pelo governo do Maranhão para implantar o ensino primário no sertão”. Antes de Neiva completar 15 anos, ela se transferiu para Timon/MA, “onde havia melhores condições para nossa instrução” (Moreira, 2007, p. 27).

Neiva Moreira afirma que a profissão de jornalista era uma “vocação” (Idem, p. 35). Teria iniciado sua atuação na imprensa de São Luís em meados da década de 1930, conciliada aos estudos no Liceu Maranhense (naquele momento, a principal escola dos filhos das “elites” do estado) e à participação no movimento estudantil.

No início dos anos 1940, Neiva migrou para o Rio de Janeiro. Já havia acumulado algum conhecimento e experiência, além de vínculos pessoais. Portanto, apesar de não possuir diploma de curso superior e nem ser conhecido no meio jornalístico carioca, ele conseguiu ingressar em alguns dos principais jornais do país. Por intermédio de um tio (um “socialista histórico, respeitado por sua coerência de princípios” e que “tinha muitas relações influentes”) trabalhou no “Diário de Notícias” e, em seguida, foi contratado como repórter de polícia do “Diário da Noite” (dos “Diários Associados”, comandados por Assis Chateaubriand).

No final da mesma década, como um jornalista renomado dos “Diários Associados”, Neiva retornou ao Maranhão para “cobrir” uma “crise política” no seio do “situacionismo”: o então vice-governador havia rompido com a facção de Vitorino Freire e ingressado na frente “oposicionista”. A dissidência ao “vitorinismo” contava ainda com um tio seu, o senador José Neiva. Simultaneamente a esses realinhamentos, ocorreram incêndios em bairros populares da capital, o que atraiu atenção da imprensa nacional e do jornalista maranhense. Durante a “cobertura” ele foi preso, fato que teve grande repercussão no estado e no país,

transformando-o, na sequência, no principal protagonista do chamado “oposicionismo”.

Em termos de cargos eletivos, a trajetória política de Neiva Moreira pode ser dividida em duas fases: a primeira iniciada em 1950 com a eleição para deputado estadual (logo após a prisão), seguida por três mandatos consecutivos como deputado federal (1954, 1958 e 1962). Os mandatos desse primeiro período foram pelo Partido Social Progressista (PSP). Sendo que durante o último, em 1964, foi cassado pelo regime militar. A partir daí, ele viveu no exílio (na Bolívia, no Uruguai, na Argentina, no Peru e no México e, em todos estes países, editou jornais ou revistas). Foi em Buenos Aires, já na década de 1970, que conseguiu, com os jornalistas e cientistas políticos Beatriz Bissio (uruguaia)<sup>23</sup> e Pablo Piacentini (argentino), editar os primeiros exemplares dos *Cuadernos del Tercer Mundo*<sup>24</sup>. (<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/morte/50024/morre-neiva-moreira>).

A segunda fase se inicia justamente com o retorno do exílio, no bojo da abertura política e da denominada “redemocratização” do Brasil. Aliado a Leonel Brizola, em 1980 fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Somente nas eleições de 1994 ele conseguiu um novo mandato como deputado federal (pelo PDT). Antes disso, foi derrotado nas tentativas de chegar à Câmara dos Deputados (em 1982 e 1990) e ao Senado (em 1986). Obteve a reeleição nas eleições seguintes (1998 e 2002). Em 2006 concorreu ao cargo de de-

23 Beatriz Bissio foi esposa de Neiva. Naturalizada brasileira, desde 2011 é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Nos anos 1970, ela “integrou um projeto de pesquisa sobre países do Terceiro Mundo para o diário Expreso e junto com o grupo de colegas argentinos e do próprio Neiva tinha criado uma ‘agência de notícias’ sui-generis, que vendia matérias de análise internacional aos diferentes jornais peruanos. Estava lançada a ideia o Guia do Terceiro Mundo, anuário com edições em português e espanhol que teve sua última edição no ano 1999” (<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/morte/50024/morre-neiva-moreira>).

24 Para mais detalhes, ver a matéria de [Paulo Cannabrava Filho](#), no “Diálogos do Sul”, de 11 de maio de 2012 (<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/morte/50024/morre-neiva-moreira>).

putado estadual, ficando na suplência. Porém, com a vitória de Jackson Lago (PDT) ao governo do estado, Neiva Moreira foi nomeado assessor especial da Governadoria (2007-2009).

Ao longo de suas carreiras jornalística e política, o agente publicou vários livros: “Fronteiras do mundo livre” (1949), “Ação naval no Atlântico Sul” (1951), “O Exército e a crise brasileira” (1968), “O Nasserismo e a Revolução do Terceiro Mundo” (1973), “Modelo peruano” (1973), “Os cubanos na África” (1979), “Cuba: a nova etapa da revolução” (1985), “Brasília, hora-zero” (1988), “O pilão da madrugada – um depoimento a José Louzeiro” (1989), entre outros. Todavia, foi por meio da sua atuação em jornais maranhenses que entrevistou de forma mais contundente na interpretação da “história política do Maranhão” e colaborou para autoimagem do estado. Sobretudo, os posicionamentos veiculados no JP, no momento de combate à liderança de Vitorino Freire, foram decisivos na fabricação do “vitorinismo”, como categoria que delimita um “ciclo” da vida política estadual<sup>25</sup>. Para tanto, recorreu a uma série de simbologias e referências míticas, que singularizariam essa configuração regional. Elegeu-se membro da Academia Maranhense de Letras, segundo seu “confrade” Benedito Buzar (1997, p. 22): “Pela atuação no jornalismo maranhense”.

Neiva Moreira publicou, então, alguns de seus principais escritos enquanto estava em plena campanha eleitoral, defendendo sua candidatura à Assembleia Estadual e também à chapa “oposicionista”, que concorria ao Palácio dos Leões, no início dos anos 1950. Tal cenário o levou a formular e sustentar um discurso de tensionamento direcionado a Vitorino Freire, sobretudo exaltando a luta política e simbólica travada, com “êxitos e vitórias”, contra a permanência do “pernambucano” no comando do jogo político estadual. Aliás, Neiva contava com este trunfo para detratção do seu oponente como um “invasor” ou “forasteiro”, que investia na “ocupação” de “terras maranhenses”.

25 Mais informações são encontradas em Grill (2012).

Outras imagens e representações são mobilizadas para desqualificar Vitorino e acabam contribuindo para a construção (pretensamente negativa) do “vitorinismo”. O comando da “política regional”, detido por Vitorino, advinha da posição central que ele ocupava em uma teia de seguidores no estado e do fato de se constituir, como classificou Miceli (1981), em um “preposto do poder central no Maranhão”. E Neiva se empenhava em exortar os “antivitorinistas” a não desistirem da luta, argumentando que estariam do lado certo da história, dos ideais e valores “nobres” e “elevados”, enfim, dos “bons propósitos”, que caracterizariam o Maranhão como terra da “sã política” e de “grandes homens” públicos, reconhecidos nacionalmente por sua “cultura”, “inteligência” e “moralidade”. Enquanto Vitorino, destituído dos valores considerados legítimos para representar o estado, “não perde oportunidade para rebaixar o nosso passado, desacreditar o acervo de trabalho dos nossos homens públicos, reduzir de importância as conquistas das figuras que têm liderado nossa terra” (JP, 11/07/1950, p. 1).

Em outros textos publicados por Neiva nos anos 1960 é possível identificar, além da persistência das etiquetas estruturantes na configuração regional, (particularmente “vitorinismo” *versus* “oposicionismo”), elementos como a preocupação com uma suposta “tradição política maranhense” baseada em ideias (“progressistas”) e doutrinas (“democráticas”), associada ao exercício da atividade política por indivíduos dotados de “cultura e formação política”, cujas qualificações os permitiriam “brilhar no estado e até popularizar-se”. E também um repertório de representações que buscam estigmatizar uma dada prática política regional como “feudal” e “caciquista” contra a qual o “povo maranhense” deve ser mobilizado numa luta legítima contra as práticas “antidemocráticas”, liderada pelos “antivitorinistas” (JP, 07/10/1960 apud Buzar, 1997, p. 263-265).

Neiva Moreira morreu em maio de 2012, aos 94 anos. A então presidenta Dilma Rousseff (que também inaugurou sua carreira política no PDT) lançou uma nota de pesar, ressaltando que:

Neiva Moreira, fundador do PDT junto com Leonel Brizola, lançou raízes do trabalhismo no Brasil e em vários outros países latino-americanos. Como estudioso, ativista e escritor, sempre esteve ao lado dos povos oprimidos da região. Viveu intensamente a luta pelas liberdades no Brasil, e após retornar do exílio, ampliou sua trajetória política a partir do seu amado Maranhão (...). (<https://www.pdt.org.br/index.php/em-nota-presidenta-dilma-lamenta-a-morte-de-neiva-moreira/>)

Contemporâneo de Neiva Moreira, José Sarney foi o grande beneficiado pelo fim de um “ciclo”, o “vitorinismo”, e o principal protagonista de um novo, o “sarneysismo”. As imagens que mobiliza e as quais é associado o situam na confluência entre “vocações”, que teriam sido “herdadas” dos antecessores nas letras e na política maranhenses, bem como de familiares. Como bem chamou atenção Gonçalves (2000), isso pode ser observado tanto no discurso de posse de Sarney na Academia de Letras como em texto escrito por Afonso Arinos na contracapa do livro “Falas de bem querer”, quando afirma: “Sarney representa uma aliança que ainda não tinha sido feita completamente na tradição maranhense, da chamada Atenas Brasileira. (...) [Ele] faz essa ligação (...) entre a vida da intelectualidade política e a ação da liderança política” (Arinos apud Gonçalves, 2000, p. 86). O que o consagraria, segundo avaliação do escritor maranhense Josué Montello, como caso exemplar de “interprete, tanto no plano político quanto no plano literário” do “povo” que teria “por instinto natural o gosto pelas letras” (Montello apud Gonçalves, 2000, p. 88). José Sarney nasceu em Pinheiro (MA), no ano de 1930. Seu pai foi desembargador. Formou-se na Faculdade de Direito do Maranhão (atualmente curso de direito da Universidade Federal do Maranhão/UFMA). Iniciou a carreira política como assessor do governador, em 1950. Nesse período já frequentava as “reuniões literárias” na “Movellaria Guanabara”, fundou a revista *A Ilha*, passou a ocupar a cadeira 22 da Academia Maranhense de Letras (1952), escreveu seu primeiro livro “A Canção Inicial” (1953) e concorreu à deputação federal (1954), pelo Partido Social Democrático (PSD), ficando em uma das suplências. Na sequência, chegou ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Assumiu posteriormente mandato na Câmara dos Deputados e reelegeu-se em duas oportunidades (ocupando a cadeira entre 1959 e 1965), já pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1965, foi eleito governador do estado e, em seguida (1966), presidente da Academia Maranhense de Letras (AML). Nos anos 1970, chegou ao Senado da República, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em 1980, tornou-se “imortal” na Academia Brasileira de Letras e, logo após, presidente nacional do Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA. Em 1984, por via indireta, chegou à vice-presidência da República e, com a morte do presidente, ao mais alto cargo político da nação. Foi ainda senador pelo Amapá (1999-2014). É autor de uma vasta lista de “obras” (romances, livros de poesias, crônicas e contos, além de coletâneas de discursos e textos para jornais). Além das já citadas, podem ser realçadas: “Norte das águas” (1970), “Os maribondos de fogo” (1978), “O parlamento necessário” (1982), “Falas de bem querer” (1989), “Dez contos escolhidos” (1985), “Breal dos Guajas e outras histórias” (1985), “O dono do Mar” (1995), “Saraminda” (2000), “20 anos de democracia” (2005), “A duquesa vale uma missa” (2007), entre outras (Coutinho, 2010; Abreu, 2011).



## Considerações Finais

O material e reflexões apresentados neste artigo parte da problemática relativa às justaposições entre domínios e lógicas **políticas e culturais** para examinar perfis, inscrições, posições e tomadas de posição de parlamentares oriundos de MG, RS, PE e MA. A escolha de agentes dessas quatro unidades da federação não foi fortuita, mas orientada por regularidades detectadas em estudo mais abrangente acerca dos investimentos culturais, em especial em produção escrita, como **estratégia** de **legitimação resistente das “elites políticas”** brasileiras.

Mais precisamente, foram localizados 75 profissionais da política cujas carreiras foram marcadas pela disponibilidade de intervir (sobretudo por meio da publicação de livros e de artigos em jornais) em debates e embates referentes a “questões” particularmente vinculadas às suas configurações regionais (as quatro referidas).

A primeira parte do texto foi dedicada ao delineamento, sobretudo, dos seus perfis **políticos**, profissionais e tipos de livros publicados. O que nos permitiu cotejar as características dos agentes com padrões historicamente dominantes nas suas respectivas “regiões” primordiais de atuação. E, na segunda parte, descrevemos itinerários que consideramos representativos dos elementos pontuados, seguidos de quadros de apoio com pretensão de remate das lógicas em jogo.

Nas **descrições feitas** é possível observar a importância das bases familiares e das formações escolares; da inserção em domínios universitários, jornalísticos e em instâncias de enaltecimento intelectual; da mobilização de relações pessoais nos investimentos efetuados; da **valorização das formulações intelectuais e** teóricas fundamentadas na prática política; entre outros aspectos demarcadores dos percursos examinados.

Foi possível, ainda, realçar objetos de disputa ou “causas” (“literatura”, “tradição trabalhista”, “erradicação da fome”, “oposição ao vitorinismo” – que prevaleceram para cada um dos agentes) cujos potenciais de invenção parecem relacionados às circunstâncias de luta e de imposições históricas e sociais específicas. Bem como, e inseparavelmente, os seus potenciais de interpegação parecem ser indicadores de disposições (herdadas ou adquiridas) e sentidos detidos pelos agentes. Em conjugação – afora outras transformações mais amplas –, as formas de definição e de identificação das problemáticas estão relacionadas **às propriedades, investimentos e motivações dos seus porta-vozes; às interferências determinantes dos *ethos* gestados nas formações regionais específicas; e, indissociadamente, às injunções (expectativas) decorrentes das imagens ou tipos regionais estandartizados – e que, por meio de repertórios e modalidades de atuação acionadas, os agentes ajudam a reproduzi-las ou reinventá-las.**

Sendo assim, podemos detectar critérios de excelência/hierarquização social, política e intelectual, pensando como eles não significam somente oportunidades de consagração (pessoal e coletiva), mas, no mesmo golpe, funcionam como constrangimentos aos investimentos (escolares, militantes, profissionais, culturais, etc.) possíveis/eficientes feitos, incluindo o próprio exercício de atividades **políticas**. E, finalmente, como tudo isso repercute nos escritos e nas temáticas privilegiadas, trazendo à tona princípios que regem matrizes comuns de interpretação da vida social – comungada com outros protagonistas das lutas intelectuais (cientistas sociais, professores, historiadores, artistas, escritores, músicos, etc.), que não necessariamente ocuparam cargos políticos. As lógicas de fronteiras delimitadas pelos traços próprios das suas “regiões” ou estados se manifestam em elementos frigorificados na memória coletiva, como batalhas e as condutas dignificantes, que justificam interpretações, posições e prescrições eficientes.

## Referências

Abèlés, M. La reference familiale. Patriat, C.; Parodi, J. (Orgs.) **L'héritité en Politique**. Paris: Economica, 1992.

*Albuquerque Jr, D. A invenção do Nordeste* e outras artes. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.

Amorim, H. R. de **“Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História (UFPE), Recife, 2016.

Arruda, M. A. do N. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Bertho, C. L'invention de la Bretagne [Genèse sociale d'un stéréotype]. **Actes de la recherche en sciences sociales**. V. 35, novembre 1980.

Bodea, M. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

Bourdieu, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: Bourdieu, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

Bourdieu, P. A linguagem autorizada: as condições sociais de eficácia do discurso ritual. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. SP: EDUSP, 1996.

Canêdo, L. B. Continuidade e descontinuidade na ordem política brasileira: o caso de Minas Gerais. **Colóquio saber e poder**, 2008.

Cánepa, M. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)**. Porto Alegre. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 1999.

Coradini, O. L. As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: Reis, E. T.; Grill, I. G. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: Edufma, 2014.

Dézalay, Y.; Garth, B. A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000)”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 15, n. 43, p.163-175, 1998.

Garcia Jr, A. Meninos de Engenho. Tradições e dramas familiares feitos símbolos da brasilidade. **Antropolítica**, n. 30, p. 21-47, 2011.

Garcia Jr, A. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19, outubro, 2002: 40-71.

Garcia Jr, A. Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 98, juin 1993.

Ginzburg, C. História da arte italiana. In. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

Gonçalves, M. de F. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

Grill, I. G. **"Heranças Políticas" no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008. 234p .

Grill, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em "famílias de políticos". **Repocs**, nº 33, 2020.

Grill, I. G. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: Biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**. v. 23(54) 2015, p. 21-42.

Grill, I. G. As fronteiras móveis da 'oligarquia' e a 'elite política' maranhense. In: Santos, André Marenco dos. (Org.). **Os eleitos: representação e carreiras em democracias**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, v. 1, p. 135-169.

GRILL, I. G. "Ismos", Ícones e Intérpretes: as lógicas das "etiquetagens" na política de dois estados brasileiros (MA e RS). **Revista de Sociologia e Política**. V. 20(43), p. 193-220, 2012.

Grill, I. G. "Memórias" de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e "teorizações" nativas do jogo político. **Política & Sociedade**, vol. 11 - nº 22 - Novembro de 2012.

Grill, I.G.; Reis, E. T. dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar. Intersecções entre "política e cultura" no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. 258p.

Grill, I.G.; Reis, E. T. dos. Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v.54, 2017.

Grill, I. G.; Reis, E. T. dos. A universidade como um -viveiro- de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política. **Repocs**, v. 12, p. 61, 2015.

Hastings, M. Le mythe en heritage. In. Patriat, C.; Parodi, J. (Orgs.) **L'héritité en Politique**. Paris: Economica, 1992.

Le Bart, C. L'écriture comme modalité d'exercice du métier politique. **Revue Française de Science Politique**. V. 48, 1998.

Le Bart, C. **La politique en librairie: les stratégies de publication des professionnels de la politique**. Paris: Armand Colin, 2012.

Martin, D.C. Le choix d'identité. **Revue Française de Science Politique**, vol.42, n.º 4, 1992.

Martin, D.C. Identités et politique : récit, mythe et idéologie. In: \_\_\_\_\_. **Cartes d'identité: comment dit-on 'nous' en politique**. Paris: Presses de la fondation nationale des sciences politiques, 1994.

Miceli, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-30. In: Fausto, B. **História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981, p. 557-596.

Miceli, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A., 1979.

Pécaut, D. **Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. 335p.

Pereira, A. T. **Disputas faccionais e construções de 'ismos': inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFMA), 2019.

Pizzorno, A. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In: FOXLEY, A. **Desenvolvimento e Política**. São Paulo: Vértice, 1988.

Pontes, H. **Destinos Mistos. Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 - 1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Pollak, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992, p.200-212.

Porfírio, P. F. A. Escritos políticos de Francisco Julião no processo de redemocratização do Brasil (1981-1985) **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 616-640, jul./dez. 2015 | [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)

Reis, E. T. dos. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política: um estudo sobre os militantes que lutaram contra a ditadura no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015. 342p.

Reis, E. T. "Confissões políticas" de mulheres parlamentares. **Repocs**, nº 34, 2020.

Reis, E. T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. **Cadernos Pagu**, n.43, p. 233-263, 2014a.

Reis, E. T. dos. O trabalho de construção de um 'perfil artístico e cultural do Maranhão'. In: Reis, E.T. dos; Grill, I.G. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2014b, v. 1, p. 185-223.

Reis, E. T. dos. A 'arte' da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que 'lutaram contra a ditadura' no Rio Grande do Sul. In: Coradini, O.L. (Org.). **Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. 1 ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008, p. 43-60.

Reis, E. T. dos; Grill, I. G. (Orgs.). **Estudos sobre elites políticas e culturais. Reflexões e aplicações não canônicas**. São Luís: EDUFMA, vol.2, 2016. 296p.

Reis, E. T. dos; Grill, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. **Tempo Social**. V. 29, n. 3, p. 137-159, 2017.

Reis, E. T. dos; Grill, I. G. Trajetórias de multinotabilidades: reconfigurações históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros. **Dados**. V. 58(2), 2015, p. 203-238.

Sorá, G. **Brasileanas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp/ ComArte, 2010. 486p.

Vasconcellos, L. V. **Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História (UERJ), Rio de Janeiro, 2009.

## Outras Fontes:

Abreu, A. et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2011.

Araújo, G. Josué de Castro. Cidadão do Mundo. In Castro, A. M. **Fome, um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro**. Petrópolis: Vozes, 1984.

Badaró, M. **Memórias póstumas de Francisco Badaró**. Romance histórico-biográfico. Belo Horizonte: Claro Enigma, 2008.

Buzar, B. **Neiva Moreira – Jornalista do Povo**. São Luís: Lithograf, 1997.

Campos, M. **Testemunhos e ensinamentos**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

Castro, J. Entrevista dada a Pedro Bloch, Revista Manchete, Rio de Janeiro, 1964. In: Melo, M. M. ; Neves, T. C. W. **Josué de Castro**. Brasília: Plenarium, 2007.

Castro, A. M. Josué de Castro, brasileiro e nordestino. In. ANDRADE, M. C. (et al.) **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora da FPA, 2003.

Correia de Andrade, M. (et al.). **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora da FPA, 2003.

Coutinho, M. **José Sarney**: Memorial dos 80 anos. São Luís: Geia, 2010.

Duarte, J.B. **A fascinante história de Pedro Simon, sua vida, seu tempo**. Porto Alegre: AGE Editora, 2001.

Melo, M. M. ; Neves, T. C. W. **Josué de Castro**. Brasília: Plenarium, 2007.

Moreira, N. **O pilão da madrugada – Um depoimento a José Louzeiro**. São Luís: SECMA, 2007.

Sena, C. **Neiva Moreira – Testemunha de libertação**. São Luís: Comitê Brasileiro pela Anistia (Seção Maranhão), 1979.

Schmidt, B. Semanário Informação. 05/02/1977.

Simon, P. (org.) **Alberto Pasqualini. Obra Social & Política**. Vol. I, II, III. Brasília: Senado Federal, 1994.





# Intensificação Laboral e Identidade Profissional: o Professor de Sociologia do Ensino Médio da cidade de Santa Maria/RS

*Laura Senna Ferreira\**

*Dionas Ávila Pompeu\*\**

## **Resumo:**

Este artigo tem como objetivo explorar as atuais configurações do trabalho dos docentes da educação básica do estado do Rio Grande do Sul, com foco sobre os que ministram a disciplina de Sociologia no ensino médio das escolas público-estaduais da cidade de Santa Maria. Para tal, recorreremos tanto à aplicação de questionários como à realização de entrevistas. Exercitamos o debate sobre as formas de racionalização no mundo do trabalho e suas particularidades no ambiente escolar. Focamos no conceito de intensificação e nas mudanças mais contemporâneas que ocorreram no universo laboral e seus impactos externos. Constatamos que a inadequação entre a formação inicial e a disciplina de Sociologia, bem como elementos de ordem estrutural, impacta de maneira significativa o caráter de artífice e as identidades profissionais dos docentes.

**Palavras-chave:** Profissão docente. Identidade Profissional. Sociologia no Ensino Médio. Racionalização do Mundo Laboral. Intensificação do trabalho.

\* Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFSM. Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: laurasennafe@hotmail.com

\*\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFSM. Membro do grupo de pesquisa Laboratório de Investigação Sociológica (LabIS) – UFSM. E-mail: dionas.apompeu@gmail.com

## Labor Intensification and Professional Identity: the Sociology Teacher of the High School of Santa Maria/RS

### **Abstract:**

This article aims to explore the current configurations of the work of teachers of basic education in the state of Rio Grande do Sul, focusing on those who teach the discipline of Sociology in high school of public-state schools of city of Santa Maria. To do this, we used both the application of questionnaires and interviews. We exercise the debate on the forms of rationalization in the world of work and their particularities in the school environment. We focus on the concept of intensification and the most contemporary changes that occurred in the labor universe and its external impacts. We found that the inadequacy between initial formation and the discipline of Sociology as well as structural elements significantly impact the craftsman character and the professional identities of teachers.

**Keywords:** Teaching profession. Professional Identity. Sociology in High School. Rationalization of the World of Work. Intensification of work.

## Intensificación Laboral e Identidad Profesional: el Profesor de Sociología de Santa Maria/RS

### **Resumen:**

Este artículo tiene como objetivo explorar las configuraciones actuales del trabajo de los maestros de educación básica en el estado de Rio Grande do Sul, centrándose en aquellos que enseñan la disciplina de la sociología en la escuela secundaria de las escuelas públicas estatales de Santa Maria. Para hacer esto, utilizamos cuestionarios y entrevistas. Ejercemos el debate sobre las formas de racionalización en el mundo del trabajo y sus particularidades en el entorno escolar. Nos centramos en el concepto de intensificación y los cambios más contemporáneos que ocurrieron en el universo laboral y sus impactos externos. Descu-

brimos que la insuficiencia entre la formación inicial y la disciplina de la sociología, así como los elementos estructurales, impacta significativamente el carácter del artesano y las identidades profesionales de los maestros.

**Palabras clave:** Profesión docente. Identidad profesional. Sociología de secundaria. Racionalización del mundo laboral. Intensificación del trabajo.

## 1. Introdução

Paola e Marcelo moram com seus três filhos, mas tiveram que deixar a própria casa. Em 2016, decidiram alugar o apartamento que compraram e passaram a viver com uma tia para conseguir pagar o financiamento. Por conta do aumento da carga horária nas escolas, a mãe de Paola teve que abrir mão de um dia de trabalho para cuidar das netas mais novas. Sem reajuste e com os salários parcelados há mais de 30 meses, os dois se dizem sem perspectivas e chamam atenção para as perdas da educação pública nesse processo (17/07/2018)<sup>1</sup>.

É dessa forma que o sítio “Sul 21” resumiu a situação de vida do casal gaúcho de professores Paola e Marcelo. Como podemos observar, a profissão docente, assim como os demais conjuntos de profissões, suscita uma gama de problemáticas que podem ser submetidas à análise. Tendo esse fato em mente, a intenção deste artigo é explorar e apresentar algumas das questões vivenciadas por essa categoria na realidade de sua atividade laboral, levando em consideração não somente os dramas, mas também as potencialidades criativas para lidar com as possíveis adversidades.

Para tanto, recorreremos a dados tanto de fonte primária como secundária. Estes dizem respeito à entrevista gravada em vídeo,

1 Sul 21. Como fica a vida dos professores após mais de 30 meses de parcelamento? Disponível em: <<https://bit.ly/2NKxSRC>>. Acesso em: 20/04/2018.

reportagens jornalísticas e pesquisas de órgãos governamentais como as do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No que toca aos dados levantados por nós, contamos com questionários aplicados nas datas 11 e 12 de maio de 2017, bem como entrevistas (acompanhadas de questionários) empregadas no período entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018.

Trata-se de uma pesquisa com recursos quali-quantitativos (Martins, 2007), mas de premissa fundamentalmente qualitativa, que toma por base tanto informações de ordem objetiva como o universo de significados presente nas narrativas dos sujeitos entrevistados. Como bem sublinhou Maria Minayo (1994, p. 22), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Os questionários realizados nos dias 11 e 12 exploram questões tais como formação, disciplinas ministradas, carga horária, interesse temático em curso de formação, entre outras, e abarcam professores que atuam tanto no ensino fundamental quanto no médio (isto é, na educação básica de forma geral)<sup>2</sup>. No caso das entrevistas<sup>3</sup>, estas foram realizadas com professores que ministram a disciplina de Sociologia nas escolas público-estaduais da cidade de Santa Maria/RS<sup>4</sup>. Justificamos tal escolha por duas vias.

A primeira é por viés metodológico, ou seja, entendemos que afinar a análise dos dados nos permite explorar maiores questões de determinado objeto. A segunda diz respeito a problemáticas de ordem educacional do país, isto é, professores e professoras mi-

2 Maiores esclarecimentos acerca dessa coleta de dados se encontram na subseção 3.1. Apresentação dos dados objetivos.

3 Maiores esclarecimentos sobre os critérios para as entrevistas estão na seção 3. Intensificação laboral e suas implicações no trabalho docente.

4 Destacamos que as questões presentes nos questionários dos dias 11 e 12 também se encontram naqueles aplicados juntamente às entrevistas. É por isso que consideramos válido e coerente a sua utilização em conjunto.

nistrando disciplinas que não condizem com a trajetória formativa percorrida. Levando em consideração o censo escolar de 2017 realizado pelo Inep, no qual apenas 29,5% dos e das docentes de Sociologia do país têm formação na área das Ciências Sociais, optamos por destacar a disciplina e os respectivos profissionais por compreender que tal fato tem implicações relevantes sobre estes sujeitos, bem como para a educação de modo geral. Ainda, sublinhamos que a disciplina de Sociologia possui um histórico de intermitência nos currículos do Ensino Médio das escolas brasileiras (Moraes, 2011), fato que pode ser verificado atual e novamente na Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB) em 2016 e continuada no governo de Jair Bolsonaro (PSL) em 2019. Destaca-se que tal Reforma retira a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia e passa a diluí-la em “**estudos e práticas**”<sup>5</sup>. Consideramos que esses aspectos também impactam de forma significativa a prática e a vida dos docentes.

Tendo por base essa breve reflexão introdutória, destacamos que o objetivo central aqui é compreender os desafios teóricos e empíricos estabelecidos pela extensão desta pesquisa, a saber, os percursos formativos e identidades laborais das professoras e professores da educação básica do estado do Rio Grande do Sul, com recorte específico sobre aqueles e aquelas que ministram a disciplina de Sociologia no ensino médio das escolas público-estaduais da cidade de Santa Maria. Igualmente, buscamos analisar aspectos dos processos de reestruturação recentes do trabalho docente que implicam em intensificação laboral, visto que entendemos como um fator de relevante impacto para a constituição da identidade profissional.

Dalila Oliveira (2004) afirmou que a partir da reestruturação produtiva dos anos 1990 no Brasil, o professor passou a se de-

---

5 Cf. em sítio do Ministério da Educação, mais precisamente no item 9 da seção de dúvidas acerca da Reforma do Ensino Médio. Disponível em: <<https://bit.ly/2KF5L1g>>. Acesso em: 24/04/2018. Grifos nossos.

frontar com novas exigências advindas do campo escolar como um todo. As implicações, segundo ela, foram de intensificação e precarização do trabalho docente, entendido como o acréscimo de funções que o professor passa a adotar, o que resultou em maiores degradações e descontentamentos face sua profissão. Um desses elementos que iremos explorar é a questão da Gestão Democrática nas escolas. Além do mais, Jinkings (2009, p. 05) ainda pontuou que os estudos e pesquisas na área do trabalho docente “têm apontado para um processo de pauperização dos professores, submetidos à baixa remuneração, a longas jornadas laborais, ao multiemprego e ao subemprego, a precárias condições formativas e de trabalho”. Fundamental frisar que essas alegações podem servir como um pontapé inicial, mas nunca tomadas como verdades absolutas e generalizantes. A verdade é que se precisou passar pelo exercício da verificação empírica e metódica para se ter noção em qual grau de precisão essas afirmações fazem diálogo com a realidade do trabalho docente na cidade que se está a verificar.

## 2. Precariedade e crise no mundo do trabalho

Iniciaremos esta seção abrindo um leque mais geral no qual traçamos parte da localização social do objeto aqui tratado. Temos no nosso entendimento que o profissional-professor se encontra no interior daquilo que Ricardo Antunes (1999, p. 101) chamou de “classe-que-vive-do-trabalho”, um termo guarda-chuva que “compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos”, mas “incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo” (Alves; Antunes, 2004, p. 342).

Levar em consideração esse aspecto é já compreender que o docente compartilha dilemas comuns ao coletivo dos trabalhadores. Citamos como exemplo o que consideramos mais estrutural,

a saber, o fenômeno do “movimento contemporâneo de reorganização produtiva que afeta os modos de gestão e a divisão social e técnica do trabalho” (Jinkings, 2009, p. 02). Para nós essa questão é fundamental para o debate que será desenvolvido posteriormente.

Por outro lado, destacamos também que a profissão docente possui suas especificidades e que esses impactos mais estruturais chegam de maneira particular neste campo. Um breve parêntese apenas para pontuar a noção de profissão utilizada aqui. Sem adentrar em um resgate histórico e terminológico da questão, sublinhamos que nos afastamos da perspectiva anglo-saxônica da sociologia das profissões para nos filiar ao ponto de vista de Claude Dubar (2005; 2012). Diferentemente da primeira concepção, que considera profissão somente aquelas que implicam existência de um diploma universitário, são “beneficiadas por uma legislação que protege seu exercício e permite às suas associações deter o monopólio de sua formação e certificação” (Dubar, 2012, p. 356), Dubar (idem, p. 364) expande tal noção:

Todos os “trabalhos”, mas também todos os “trabalhadores”, independentemente de gênero, cor ou religião, têm direito à qualificação de profissional, [...] do ponto mais alto ao mais baixo da escala social, do médico à auxiliar de enfermagem, do engenheiro ao operário, do professor universitário à professora auxiliar do ensino básico. [...] Com a condição de que esses “trabalhos” sejam organizados, definidos, reconhecidos como “ofícios”, isto é, atividades que requerem competências que possam ser certificadas<sup>6</sup>.

Fechado o parêntese, focamos novamente na dimensão estrutural do debate. No livro “Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea”, Sadi Dal Rosso (2008) buscou verificar em que graus se encontram os níveis de intensidade em

6 “O problema”, chamou atenção o autor, “é o trabalho informal não declarado, não reconhecido e não acompanhado de uma oportunidade de formação certificadora” (DUBAR, idem).

diversos ramos de atividades<sup>7</sup> no Distrito Federal atualmente. Antes de mais nada, realiza uma exposição conceitual do que seria para ele a intensificação – apresentação esta que lançaremos mão mais adiante. O que gostaríamos de destacar neste momento é sua visão acerca das dimensões mais estruturais da organização do trabalho.

A afirmação do autor é “de que a história do trabalho conheceu e conhece várias e distintas práxis de intensificação, cuja manifestação contemporânea constitui apenas mais uma onda” (idem, p. 46). A sua explanação, neste sentido, indo em direção à divisão proposta pelo sociólogo Luc Boltanski e pela socióloga Ève Chiapello (2009)<sup>8</sup>, visou “identificar pelo menos três grandes vagas de intensificação” (idem, p. 43), a saber, a Revolução Industrial; o taylorismo e o fordismo; e o toyotismo. Estas formas de organização do trabalho (que segundo o autor objetiva, entre outras coisas, o aumento da intensificação do trabalho, ou seja, maior exploração (idem, p. 45), sociologicamente, não se tratam de eventos isolados, e “sim de uma condição geral [...], fixada em regras e normas de conduta, em habitualidade, constituindo um padrão de organização que, portanto, independe dos desejos, das vontades e das características específicas de cada trabalhador” (idem, p. 43). É por esse caminho que entendemos que o professor, mesmo com suas particularidades, ainda compartilha de situações mais gerais do mundo do trabalho que atinge outras categorias e atividades.

Consideramos que o toyotismo – enquanto “‘ideologia orgânica’ do novo complexo de reestruturação produtiva” (Alves, 2011, p. 43) – bem como o neoliberalismo, compreendido aqui como “sistema normativo [...] capaz de orientar internamente a prá-

7 Bancos e finanças, telefonia e comunicação, supermercados, ensino privado, construção civil, serviço público.

8 Dal Rosso pelo viés da intensificação, Boltanski e Chiapello (2009, p. 39, grifo nosso) pela lógica do espírito, isto é, “a ideologia que justifica o **engajamento** no capitalismo”.



tica efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não tem necessariamente consciência disso” (Dardot; Laval, 2016, p. 15), são merecedores de apontamentos para melhor compreensão no que diz respeito ao nosso estudo. Do primeiro, que iremos destacar novamente mais adiante, sublinhamos que se trata não somente de inovações nos aparatos tecnológicos, mas também de transformações no âmbito do gerenciamento do trabalho e em sua lógica discursiva (Boltanski; Chiapello, *idem*). Como bem sublinhou Giovanni Alves (*idem*, p. 94), esse espírito do toyotismo, sintetizado num gerenciamento sob “critérios de produtividade e desempenho”, transborda da esfera da empresa privada e se dissemina pela sociedade como um todo.

Para melhor compreender o ponto de vista da gestão organizacional, “que se apresenta como sistematização e inscrição de práticas forjadas no âmbito das empresas em **regras de conduta** de caráter geral”, Boltanski e Chiapello (*idem*, p. 85, grifos nossos) analisaram a literatura empresarial “destinada a executivos”<sup>9</sup> (*idem*). Nesse trabalho os autores verificaram que, respaldados em obras fundamentadas “em visões normativas que levem em conta não só as aspirações pessoais a garantias e à autonomia, mas também o modo como essas aspirações podem ser vinculadas a uma orientação mais geral para o **bem comum**” (*idem*, p. 85, grifos nossos), os livros enfocam numa maior “**rejeição à hierarquia**” e a “todas as instâncias associadas à autoridade (patrões, chefes, ordens, etc.)” (*idem*, p. 98-99, grifos do original), prometendo “igualdade formal e respeito às liberdades individuais” (*idem*, p. 99), visando “aumentar a autonomia das pessoas e das equipes” (*idem*, p. 111). Além disto, se sobressai uma “atenção obsessiva à **adaptação**, à **mudança**, à **flexibilidade**” (*idem*,

9 Apesar de sublinharmos a discussão no plano dos anos 1990, os autores fazem um trabalho de comparar os discursos produzidos neste ano com os que foram elaborados nos anos 1960.

p. 100, grifos nossos). Estas últimas observações vão ao encontro da “lógica concorrencial”, elemento fundamental na argumentação desses autores, “principalmente porque a desaceleração do crescimento dos últimos vinte e cinco anos e o aumento do número de desempregados reforçam a convicção de que o desenvolvimento econômico se tornou mais difícil, e a luta econômica, impiedosa” (idem, p. 101).

Ainda no que diz respeito à gestão empresarial, gostaríamos de mencionar o transbordamento desta questão. Acompanhando essas transformações de ordem organizacional e tecnológica, podemos verificar, juntamente com Dardot e Laval, a figura do neoliberalismo. Como bem já mencionado, o neoliberalismo é entendido por esses autores como um sistema normativo, ou melhor, “é em primeiro lugar e fundamentalmente uma **racionalidade** e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até [...] a dos governados” (Dardot; Laval, 2016, p. 17, grifo do original). Neste sentido, o neoliberalismo “**produz** certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades”, ou seja, “com o neoliberalismo o que está em jogo é nada mais nada menos que a **forma de nossa existência**, [...] a forma como somos levados a nos comportar, a nos **relacionar com os outros e com nós mesmos**” (idem, p.16, grifos nossos).

Precisando ainda mais a definição, Dardot e Laval consideram o neoliberalismo “como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da **concorrência**” (idem, p. 17, grifo nosso). Sendo assim, como seria a tipologia da ação individual frente à competição no mundo? Em síntese: as pessoas gerenciariam suas vidas como se estivessem gerenciando uma empresa. Isto quer dizer que o “indivíduo deve governar-se a partir de dentro por uma racionalização técnica de sua relação consigo mesmo. Ser ‘empreendedor de si mesmo’”, continuaram os autores, “significa conseguir ser o instrumento ótimo de seu

próprio sucesso social e profissional” (idem, p. 350). E mais: “a instauração de técnicas de auditoria, vigilância e avaliação visa a aumentar essa exigência de controle de si mesmo e bom desempenho individual” (idem). Destacamos que são nesses termos que compreendemos o transbordamento da gestão empresarial para outros âmbitos da vida social.

Dito isto, gostaríamos de sublinhar que por esses vieses iremos nos ocupar da gestão democrática na escola – entendida como um método organizacional inspirado justamente na lógica contemporânea de negação das hierarquias e maior participação dos empregados nas decisões – bem como observando estratégias/projetos individuais que os profissionais entrevistados se ocupam para lidar com o seu cotidiano. Antes, porém, fazemos questão de pontuar uma problemática fundamental que já fora mencionada.

A reorganização do trabalho, apesar de ocorrer de uma maneira geral no mundo laboral, não é uniforme. Valendo-se do conceito de intensidade – o qual iremos desenvolver adiante e que está umbilicalmente ligado às formas de gerir o trabalho –, Dal Rosso (idem, p. 150) destaca que o processo de intensificação em curso “não é homogêneo em todos os campos em que se manifesta, existindo uma diversidade de formas de fazê-lo empregada por tipos de atividade”. Neste sentido que deixamos claro que não se trata aqui de aplicar de forma mecânica as teorias das escolas de gestão – como o toyotismo, por exemplo – para observar o trabalho docente. O que pretendemos, enquanto parte deste estudo, é analisar a maneira como se organiza o trabalho do professor frente à reestruturação contemporânea no mundo do trabalho, observando o que se aproxima e o que se distancia das manifestações aqui idealmente expostas. Isto porque consideramos que tais modificações estão presentes na conformação dos desenhos identitários desses profissionais. Sendo assim, a pergunta seguinte é: sendo que a escola pública faz parte, teoricamente, das “instituições [...] centradas nos serviços aos particulares e não

orientados pelo lucro” (Dubar, 2005, p. 193), de que forma essas transformações mais recentes no mundo do trabalho chegaram a este ambiente?

Christian Laval (2004, p. 16-17, tradução nossa, grifo do original) sustenta “que uma das principais transformações que tem afetado o âmbito educativo nas últimas décadas [...] é a **monopolização** progressiva do discurso e da dinâmica reformadora pela ideologia neoliberal”. Segundo o autor, “as reformas que, em escala global, impulsionam a descentralização, padronização de métodos e conteúdos, a nova ‘gestão empresarial’ das escolas e a ‘profissionalização’ dos professores são fundamentalmente centradas na competitividade” (idem, p. 19-20, tradução nossa). Contudo, Laval (idem, p. 21) destaca que aquilo que chamou de “escola neoliberal”<sup>10</sup>, produto do que acabamos de expor, “segue sendo uma tendência e não uma realidade consumada”, uma hipótese a ser verificada na singularidade do campo escolar. Feito este devido apontamento, traremos alguns elementos do contexto brasileiro.

De acordo com Dalila Oliveira (2004) a década de 1990 é um marco para a educação brasileira, sobretudo no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). É nesse contexto que surgem políticas educacionais de destaque, trazendo conteúdos como:

A centralidade atribuída à administração escolar nos programas de reforma, elegendo a escola como núcleo do planejamento e da gestão; o financiamento *per capita*, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Lei n. 9.424/96; a regularidade e a ampliação dos exames nacionais de avaliação (SAEB, ENEM,

10 “A escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é acima de tudo econômico” (Laval, idem, p. 18, tradução nossa).

ENC), bem como a avaliação institucional e os mecanismos de gestão escolar que insistem na participação da comunidade (OLIVEIRA, idem, p. 1130, grifos do original).

Conforme a autora, esses fatos “trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e **organizacionais**”, tendo como pano de fundo a incorporação “das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico”, ou seja, produtividade, eficácia, excelência e eficiência” (idem, grifos nossos). Enfim, realizada a tentativa de tecer apontamentos sobre a chegada das transformações mais gerais no mundo do trabalho na escola, relembramos que daremos atenção aqui para o âmbito da gestão da escola de modo geral, da gestão democrática e da gestão de si mesmo. Antes de avançarmos, porém, fazemos questão de mencionar brevemente o tema da gestão democrática. Como bem destacou Dalila Oliveira (2009, p. 34), era um jeito de estabelecer de forma compartilhada e acordada o horizonte pedagógico da escola, “explicitando seu currículo, seus projetos e programas e sua maneira de organizar seus processos de trabalho”. Dito em outras palavras:

no Brasil, a partir da consagração na Constituição Federal de 1988, do princípio da gestão democrática do ensino público, Artigo 206, Inciso VI e da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, Lei n. 9394/96, sobretudo nos artigos 12, 13 e 14, os trabalhadores docentes passaram a ter a obrigação legal de participar da gestão da escola, da escolha direta para diretores e coordenadores escolares, da representação junto aos conselhos escolares (Oliveira, idem, p. 36).

Cumprida essa menção mais geral, deslocamos a profissão docente para percebê-la a partir de um ponto de vista mais específico do que referido no parágrafo anterior. Realçamos aqui as particularidades e implicações específicas que a prática docente possui. Para tal, sublinhamos o caráter artesanal desse trabalho, em razão da sua desvinculação da dinâmica da alta

e maquinação produção fabril. “Habilidade artesanal”, afirmou o sociólogo Richard Sennett (2009, p. 19), “designa um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho benfeito por si mesmo”. Ouvimos com frequência dos entrevistados o desejo de que seu trabalho seja realizado com qualidade. “O bom artífice”, continuou Sennett (idem, p. 22), “utiliza soluções para desbravar novos territórios; a solução de problemas e a detecção de problemas estão intimamente relacionadas em seu espírito”. Da mesma forma que “se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin, 1987, p. 205), se reveste na aula o rastro da particularidade do professor, tendo este a escola e a sala de aula como laboratórios para o exercício de sua capacidade inventiva, criativa e autônoma.

### 3. Intensificação Laboral e suas Implicações no Trabalho Docente

Feita a devida apresentação desta seção, gostaríamos de explorar a discussão acerca da intensidade do trabalho docente e suas consequências. Como bem destacou Dal Rosso (2008, p. 20), “a compreensão da noção de intensidade supõe ainda que a atenção esteja concentrada sobre a pessoa do trabalhador”, excluindo “outros componentes do processo de trabalho que têm capacidade de alterar os resultados, tais como as condições tecnológicas”, ou seja, “a intensidade tem a ver tão-somente com o sujeito do trabalho, com o trabalhador individualizado ou com o coletivo dos trabalhadores”. Não à toa Dal Rosso lançou mão de “entrevistas, registradas em questionários com perguntas fechadas e abertas para captar a realidade da intensidade vigente na atualidade” (idem, p. 94)

Antes de mais nada, gostaríamos de fazer uma breve excursão sobre as formas de gestão laboral mais conhecidas historicamente. Sem entrarmos de forma aprofundada na primeira vaga

ou espírito<sup>11</sup>, trata-se de discutir elementos pontuais – porém fundamentais – do taylorismo, bem como do toyotismo – não deixando de mencionar a “ponte” entre os dois. Destacamos que no nosso entendimento dedicar linhas a esse debate é fundamental, visto que as formas de gerir o trabalho humano estão umbilicalmente ligadas ao conceito de intensificação.

Começemos essa discussão tocando no sentido de uma palavra. Harry Braverman (1987, p. 68, grifos do original) muito bem nos lembrou que etimologicamente “o verbo *to manage* (administrar, gerenciar), vem de *manus*, do latim, que significa mão”. Se em épocas passadas o termo “significava adestrar um cavalo nas suas andaduras”, para o capitalista se trata de um empenho, “através da gerência (*management*), em **controlar**” (idem, grifos do original). “E o controle é”, continuou Braverman, “o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais, como foi reconhecido implícita ou explicitamente por todos os teóricos da gerência” (idem).

Braverman ressaltou, contudo, que “o controle de turmas grandes de trabalhadores antecede de muito à época burguesa” (idem, p. 65). A diferença é que se antigamente se lidava com um trabalho feito por escravos, como na construção das pirâmides, por exemplo, no capitalismo se utiliza mão de obra assalariada, a qual representa um custo no interior do estímulo do capitalista em “exibir um excedente e acumular capital” (idem, p. 66). A consequência é que esse fato “ensejou uma arte inteiramente nova de administrar, que mesmo em suas primitivas manifestações era muito mais completa, autoconsciente, esmerada e calculista do que qualquer coisa anterior” (idem).

Sublinhamos que quando o autor se refere ao controle, ele está se referindo, de maneira geral, às “formas” de se organizar o

11 Para lançar mão, respectivamente, dos termos de Dal Rosso, assim como de Boltanski em conjunto com Chiapello.

trabalho. Conforme Braverman, “os economistas clássicos, [...] seguidos por homens como Andrew Ure e Charles Babbage, [...] foram os primeiros a cuidar, de um ponto de vista teórico, dos problemas da organização do trabalho no seio das relações capitalistas de produção” (idem, p. 82). Contudo, ressalta o autor, nenhum desses levou tão a fundo a tarefa de organizar o trabalho de forma tão metódica quanto Frederick Winslow Taylor (1856-1915).

Taylor, que fora engenheiro mecânico norte-americano, iniciou o movimento da gerência científica no final do século XIX. Conforme Braverman (idem), “a gerência científica [...] significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão”. Maurício Tragtenberg (2006, p. 88, grifos do original) destacou, por sua vez, que na essência do “método Taylor [...], presidindo tudo, está uma atitude descritiva na qual o importante é o **como** e não o **porquê** da ação”.

Baseado em uma alta divisão do trabalho, onde de um lado estão os que executam e de outro estão os que planejam, o “como” que se deve realizar as atividades é repassado pela direção após estudos empíricos, “predominando, [assim], a organização sobre o homem”<sup>12</sup> (idem, p. 92). Para essas pesquisas, como pon-

12 “Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como **uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado**. Admitia-se em geral antes de Taylor que a gerência tinha o direito de ‘controlar’ o trabalho, mas na prática esse direito usualmente significava apenas a fixação de tarefas, com pouca interferência direta no modo de executá-las pelo trabalhador. A contribuição de Taylor foi no sentido de inverter essa prática e substituí-la pelo seu oposto. A gerência, insistia ele, só podia ser um **empreendimento limitado e frustrado se deixasse ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho**. Seu ‘sistema’ era tão-somente um meio para que a gerência efetuasse o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples à mais complicada. Nesse sentido, ele foi o pioneiro de uma revolução muito maior na divisão do trabalho que qualquer outra havida” (Braverman, 1987, p. 86, primeiros grifos do original, segundos nossos).



tuou Braverman (idem, p. 99), Taylor selecionava 1 a cada 8 “dos melhores trabalhadores, isto é, atípicos” (Tragtenberg, idem, p. 93), para gerar dados nos quais era possível observar a execução de tarefas em ritmos mais rápidos que o normal (idem). Neste sentido que “o chamado ‘estudo do tempo’” (Pinto, 2010, p. 30) – ou seja, o da cronometragem – e dos movimentos “definem-se como pedra angular [do] sistema de **racionalização** do trabalho” em Taylor (idem, p. 90, grifo do original). Em síntese: o que Taylor fez foi, “dentro das condições técnicas vigentes” (Dal Rosso, idem, p. 58), atuar “sobre a **organização do trabalho** e aí introduzir transformações” (idem, p. 62, grifos nossos)<sup>13</sup>.

Antes de pontuarmos algumas características do toyotismo, prezamos em mencionar um dos elementos intermediários entre o taylorismo e o toyotismo, destacamos que Elton Mayo (1880-1949) e sua Escola das Relações Humanas (Tragtenberg, idem), antes mesmo de Taiichi Ohno (1912-1990)<sup>14</sup>, introduziu em seu modelo de gestão do trabalho princípios que podemos considerar de ordem mais horizontais. Trata-se fundamentalmente da busca do consenso ao invés do conflito entre os trabalhadores, ou seja, acentuou “o papel da negociação e compromisso” (Tragtenberg, idem, p. 104), buscando a harmonia por meio da psico-

13 É por dedicarmos maior atenção às formas de organização do trabalho – e não às técnicas – que resolvemos não explorar o fordismo. Conforme Dal Rosso (idem, p. 56-57), “a proposta da ‘administração científica do trabalho’ constitui o exemplo claro de um processo de elevação do grau de intensidade, sem que sejam necessárias alterações profundas na estrutura tecnológica existente. Mudanças técnicas de peso acontecem com a modernização do sistema taylorista pela capacidade de Henry\* Ford de adaptar os sistemas de cadeias produtivas ou esteiras rolantes empregados nos abatedouros de animais para a produção em massa de automóveis e outros produtos industriais. As características centrais do ‘método da administração científica’ proposto por Taylor como a forma de aumentar o rendimento do trabalho são mantidas e aprofundadas por meio dos controles mecânicos do ritmo e da velocidade do trabalho”.

\*No livro aparece o nome como John Ford. Tomamos a liberdade de modificá-lo na nossa citação por acreditar que houve um equívoco no original, visto que John Ford foi um cineasta norte-americano.

14 Ohno foi o engenheiro da fábrica Toyota que reestruturou a forma de organização da empresa, dando origem ao modelo de gestão conhecido como toyotismo.

logia. Ainda procurou a “valorização do informal, [...] da comunicação afetiva e simbólica, levando à noção das **dinâmicas de grupo**, [...] uma pedagogia em nível grupal e uma ação que visa mais a **formação** do que a **seleção**” (idem, grifos do original). A crítica de Tragtenberg é que apesar da Escola ter por intenção ressaltar “a participação no processo decisório, [...] esta decisão já é tomada de cima, a qual ele apenas reforça” (idem).

É no toyotismo – como ficou conhecido o modelo proposto por Ohno –, contudo, que essa lógica mais flexível e horizontal se institucionalizou – como tivemos a oportunidade de observar na discussão realizada anteriormente, sobretudo com Boltanski e Chiapello, bem como com Laval e Dardot. A pretensão aqui será a de pontuar suas características básicas e fundamentais<sup>15</sup>, as quais se sintetizam em dois pilares de sustentação que buscam extinguir o desperdício. Trata-se do *just-in-time/kanban* e da autonomia. O primeiro é relativo, respectivamente, ao método e à ferramenta que faz com que este método funcione. A proposta era a de flexibilizar a produção pela utilização de meios de trabalho aptos a ajustar a capacidade produtiva a uma demanda variável em volume e composição. O sistema *kanban* poderia ser considerado o mensageiro que avisa qual o momento certo para produzir peças e encaminhá-las de um setor para outro sem deixar gerar estoques. Já a autonomia dá existência à fluidez na produção. Isto porque esse princípio fazia com que a máquina funcionasse sozinha, dando maior margem de liberdade para o funcionário. Como bem destacou Giovanni Alves, “essa nova organização da produção e do trabalho significa o abandono da organização do trabalho em postos fixos e especializados” (2011, p. 49).

---

15 Para maior compreensão acerca das origens sócio-históricas, bem como de outras questões relacionadas a esse modelo, cf. Giovanni Alves. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório (2011) e Ricardo Antunes. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (1999).

Gostaríamos ainda de abordar aquilo que Alves chamou de “nexo essencial do toyotismo”. Segundo o autor, trata-se da captura da subjetividade. Se em Taylor havia a clara separação entre concepção e execução, no projeto de Ohno se leva em consideração também a cabeça do operário. Assim, o “operador de base” acabou ganhando “certa ‘polivalência’ (pois é preciso saber intervir em diversos tipos de materiais) e certa ‘poliatividade’ (mesclando tarefas de fabricação, de discussão, de manutenção trivial, até mesmo, de gestão produtiva)” (idem). Em síntese: não se requer apenas que o trabalhador se subordine no aspecto formal-material, mas também no espiritual. Trata-se não somente de “máquinas inteligentes, mas sim operadores ‘inteligentes, trabalhando em equipe, com habilidade e talento para dar palpites que aprimorem a inteligência do autônomo espiritual” (idem, p. 57).

Relembramos que o debate trazido aqui sobre essas formas de gestão laboral tem a ver com o fato de que elas foram desenvolvidas justamente com o propósito da intensificação do trabalho. Mas de que forma também poderíamos medir esse conceito? Levando em consideração que as técnicas para o levantamento de dados empíricos acerca da intensidade do trabalho são, conforme destacado por Dal Rosso (idem, p. 91), “a observação de situações criadas em laboratório ou de situações existenciais em processos concretos de trabalho” e os “diálogos mantidos pelos pesquisadores diretamente com os trabalhadores, ou indiretamente com seus representantes sindicais ou empregadores”, optamos por analisar de forma mais aprofundada os cinco professores que, para além dos questionários, também foram entrevistados.

Fazemos questão de esclarecer alguns pontos acerca das entrevistas. A ideia base para iniciar esta pesquisa era a de selecionar quatro professores que ministravam a disciplina de Sociologia em escolas públicas e estaduais da cidade de Santa Maria, sendo dois atuantes da região central e dois de regiões mais periféricas. O critério para a seleção dos entrevistados

partiu inicialmente de uma escolha racional dos pesquisadores para depois adentrar na lógica das indicações, ou seja, o professor entrevistado indicava para entrevista futura um colega que se enquadrava no recorte do objeto. Esse critério de seleção foi utilizado visando gerar uma rede de interlocutores que evitasse a todo o custo o caráter enviesado dos dados.

Ademais, como será possível observar logo adiante, resolvemos ainda utilizar uma entrevista que fora feita com um professor que na época atuava em um município próximo de Santa Maria. Tal escolha veio após a informação de que tal docente iria ser transferido para a cidade que comporta o objeto desta pesquisa. A ideia se tornou o aprofundamento e a verificação desse sujeito em sua experiência atuando em Santa Maria.

Definimos ainda, como forma de uma pré-apresentação dos nossos dados, apontar alguns elementos presentes em uma entrevista realizada pelo jornal “Sul 21” com um casal de professores do Rio Grande do Sul. A proposta da matéria foi mostrar como se encontra a vida desses docentes “após mais de 30 meses de parcelamento” de salário – política protagonizada pelo governador do estado, José Ivo Sartori (PMDB)<sup>16</sup>. Contudo, antes de mais nada, iremos expor aqui qual o conceito de intensidade do trabalho que estaremos lançando mão. Então vamos a ele.

Poderíamos sintetizar a definição assim: “há intensificação do trabalho quando se verifica maior gasto de energias do trabalhador no exercício de suas atividades cotidianas” (Dal Rosso, idem, p. 21). Mas o que isto de fato significa? Para explicar de forma mais clara possível, Dal Rosso parte de uma definição do que é trabalho.

16 Em reportagem da “Gaúcha ZH” de abril do ano de 2018, podemos entender melhor o histórico do parcelamento de salários dos servidores do Poder Executivo. Disponível em: <<https://bit.ly/2NYhNFh>>. Acesso em: 27/07/2018.

Com base em uma perspectiva de Karl Marx, Dal Rosso (idem, p. 20, grifos nossos) destacou primeiramente que o “trabalho é a **transformação da natureza** realizada pelos seres humanos empregando para isso meios e instrumentos a seu dispor e seguindo um projeto mental”. É bastante evidente que muita coisa se modificou da Revolução Industrial e das sociedades pré-industriais para cá, fato que leva a tensionar e a desenvolver essa definição. É com este pensamento em mente que o autor se preocupa em discutir a questão da materialidade e imaterialidade do trabalho.

Não é a nossa pretensão neste artigo aprofundar esse debate, mesmo o entendendo fundamental para análise de elementos da categoria profissional que observamos, contudo faz-se questão de destacar a problemática relevante de que, conforme o autor, “na atualidade o espaço ocupado pelo trabalho imaterial no conjunto das atividades humanas expandiu-se muito” (idem, p. 30). Segundo Dal Rosso, “as atividades, hoje, passam a incorporar cada vez mais tecnologias de informática, de comunicação e de automação, que por sua vez ocupam muito mais a dimensão de conhecimento, da inteligência prática e da emoção do trabalhador do que em épocas anteriores”. Enfim, o que nós gostaríamos de destacar junto com o autor é que, sendo o trabalho material ou imaterial, o sujeito em atividade coloca em movimento todas as suas perícias e habilidades corporais, ou seja, “uma atividade concreta **demand**a em medida variável o concurso de todas as capacidades do trabalhador; ainda que a atividade faça uso mais focalizado, esta do esforço físico, aquela do cognitivo e uma terceira do afetivo” (idem, p. 20-21, grifo nosso). Isto é o mesmo que dizer que “quando um projeto mental se atualiza na prática, os sujeitos que o realizam **gastam** um volume variável de suas **energias físicas**”, **cognitivas** e **afetivas** (idem, p. 20, grifos nossos).

O fato citado acima pontua que a “ideia de que todo o ato de trabalho envolve gasto de energia e, portanto, exige esforço do trabalhador, está na raiz da noção de intensidade” (idem). É da

natureza do trabalho sempre gastar energia para realizá-lo, seja mais, seja menos. Em vista disso, salientamos que o que está em jogo aqui na discussão é “a **maneira** como é realizado o ato de trabalhar” (idem, grifo nosso), a qual, por sua vez, desemboca no **grau** de envolvimento e “de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta” (idem).

Segundo Dal Rosso (idem, p. 21, grifo nosso), “a manipulação do grau de intensidade tem por objetivo elevar a produção quantitativa ou melhorar qualitativamente os **resultados** do trabalho”<sup>17</sup>. “Quando se trata de trabalho físico”, por exemplo, “os resultados aparecem em medidas tais como maior número de veículos montados por dia por pessoa etc.”. Quando o trabalho é de âmbito imaterial<sup>18</sup>, “os resultados podem ser encontrados na melhoria da qualidade mais do que na quantidade” (idem). Em síntese: “intensidade são aquelas condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais”, etc., tendo por “objetivo [...] elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados” (idem, p. 23). Um exemplo interessante seria o caso de um professor entrevistado, o qual chamamos de Irineu Funes (2018)<sup>19</sup>. Funes destacou que “aceitou” assumir a disciplina de Sociologia, mesmo não possuindo formação específica na área, por já ter uma aproximação com a mesma, o que seria dos males o menor, ou seja, com uma qualidade menos inferior que outro professor sem nenhum vínculo com esta área do conhecimento.

Dito isso, gostaríamos de apontar alguns instrumentos de intensificação de modo geral, o que não quer dizer que necessaria-

17 “No capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho está voltada para os resultados” (Dal Rosso, idem).

18 Pesquisador, educador, enfermeira, etc., para ficar nos exemplos do autor. Mais adiante iremos retomar esse assunto.

19 Destacamos desde já que, mesmo possuindo o documento de consentimento livre e esclarecido, optamos por utilizar nomes fictícios retirados de obras literárias.

mente estejam todos interligados à esfera educacional pública<sup>20</sup>, mais especificamente na etapa do ensino médio. Boltanski e Chiappello (idem, p. 273) destacam, neste sentido, “os novos métodos de administração”, sintetizados na maior divisão e autonomização de equipes ou seções de atividade; as “coações em termos de ritmo de trabalho” (idem, p. 274); os certificados de avaliação (idem, p. 275); “as novas tecnologias de informação” (idem); “o **desenvolvimento da polivalência com salário igual**” (idem, p. 277, grifos do original); os “**novos filões de competências**” (idem, grifos do original); e, “por fim, a tendência à **individualização das situações de trabalho**” (idem, p. 278, grifos do original). Ainda destacamos mais um: o “**alongamento das jornadas**” (Dal Rosso, idem, p. 109, grifos do original).

Foi apresentada a definição base de intensidade do trabalho da qual lançaremos mão, bem como de alguns instrumentos de intensificação que podem estar presentes em nosso objeto, contudo, será realizada algumas modificações a partir do contato com os dados empíricos. Como bem sublinhou Dal Rosso (idem, p. 22, grifo nosso), “há situações de intensificação que **não** correspondem a maiores ou melhores resultados”. Esses contextos, conforme o autor, são compostos por elementos que apontam “para uma generalidade e supratemporalidade considerável do fenômeno, particularmente vinculado a formas não-capitalistas de organização do trabalho”, motivos estes pelos quais Dal Rosso optou por desconsiderar essa dimensão em sua análise<sup>21</sup>. A nossa pretensão aqui, por outro lado, será a de demonstrar de que forma essas duas esferas de intensificação<sup>22</sup> podem estar imbricadas (ou no mínimo presentes) no trabalho contemporâneo docente, mais especificamente o daquele que ministra a disciplina de Sociologia no ensino médio das escolas público-estaduais da cidade de Santa Maria.

20 Em razão do fato já mencionado de que a intensificação no trabalho ocorre de maneira heterogênea nos diversos ramos de atividades profissionais.

21 Não à toa o autor dedicou apenas um breve parágrafo para esclarecer essa questão.

22 A que visa produzir resultados quanti ou qualitativamente maiores e a que não visa (ou não consegue).

Quais então as nossas hipóteses? Uma delas é que a intensificação laboral não necessariamente gera melhores resultados no trabalho docente. A segunda é que, conforme estes resultados, podemos observar impactos significativos em esferas como a identidade do trabalho, bem como no caráter de artífice da atividade docente. A terceira e última hipótese é a de que dependendo de como se dá a relação entre formação inicial e disciplina ministrada, o professor passa adquirir (ao menos naquele momento) certo tipo de pertencimento identitário com a profissão. Como bem provocou Dal Rosso (idem, p. 34-35, grifo nosso), “a pesquisa futura precisa aprofundar o estudo de **como** aparece a questão da intensidade nessas formas imateriais”<sup>23</sup>. É justamente essa empreitada que buscaremos dar início aqui.

### 3.1 Apresentação dos dados objetivos

Antes de adentrarmos nos elementos de ordem mais qualitativos, fazemos questão de expor de forma breve, organizada e objetiva os dados extraídos dos 64 questionários que mobilizamos neste texto. Como bem já mencionado, esses questionários abrangem professores e professoras do ensino médio e ensino fundamental, além de abarcar também aqueles que estão “apenas” atuando em cargos de gestão.

Tais dados foram obtidos no âmbito do projeto “Formação de professores da educação básica e outros atores sociais: Ciências Sociais na Interface entre a Universidade, Escola e Comunidade”. Este projeto de extensão, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)<sup>24</sup>, teve como objetivo desenvolver ações formativas vinculadas aos conteúdos trabalhados nas Ciências So-

23 “Os setores que fazem apelo mais à inteligência, à afetividade, à capacidade de representação cultural, à capacidade de relacionar-se são os serviços de **educação** e cultura, os de saúde, os serviços sociais, os de comunicação e telefonia, os bancários e de finanças, importação e exportação e outros que surgiram com a revolução informática” (Dal Rosso, idem, p. 33, grifo nosso)

24 Projeto sob coordenação da profa. Dra. Laura Senna Ferreira (UFSM).



ciais para diversos atores coletivos da cidade de Santa Maria e região. Assim, parte do coletivo de professores do Departamento de Ciências Sociais se voltou para a realização de formação continuada de professores de Sociologia da rede básica de ensino, promovendo espaços de capacitação e atualização docente, a partir de cursos e atividades em conformidade com a própria demanda dos professores. Em 2017 foram realizados dois cursos de formação, operacionalizados em conjunto com a 8ª Coordenadoria Regional da Educação (CRE). Após a realização dos cursos, a partir dos questionários, foram coletados dados sobre o perfil, formação, atuação profissional e interesses formativos dos participantes.

O total de questionários aplicados foi de 64, totalizando 59 mulheres (92,2%) e cinco homens (7,8%). O número de cidades abarcadas foi 17. Dos 64 professores, 63 responderam sobre sua carga horária. A maioria realiza 40 horas semanais: 44 professores (69,84%). 14 profissionais atuam 20 horas (22,22%), 3 fazem 60 horas (4,76%), 1 atua 30 horas (1,6%) e mais 1 trabalha 56 horas (1,6%).

No que toca ao âmbito de atividades, sublinhamos que dos 64 questionários 60 responderam. Observamos que destes 60 professores, 35 estavam ministrando disciplina: 17 atuando com disciplina somado a um cargo de gestão e 18 “apenas” dentro da sala de aula. Os outros 25 professores atuavam somente em gestão no momento que responderam os questionários.

No que toca às disciplinas, sublinhamos um elemento já mencionado aqui, a saber, a adequação e inadequação da formação. De 32 professores levados em consideração<sup>25</sup>, 13 se encontravam

25 No que se refere à discussão acerca de “adequado e inadequado”, diferentemente da questão de “professores que ministram disciplina”, onde o CAT foi contabilizado, gostaríamos de destacar que este não foi levado em conta. É por essa razão que há uma variação nos números dos dados. Para saber mais sobre o Certificado de Avaliação de Título, cf. sítio Designação SEE MG. O que é CAT? Como fazer o CAT? Quais as mudanças na prioridade do CAT? Disponível em: <<https://bit.ly/2MfsVQK>>. Acesso em: 03/08/2018

inadequados: 10 ministravam uma disciplina que condizia com sua formação mais uma outra que não condizia e 3 ministravam somente disciplinas que não condiziam com sua formação. Destes 13 inadequados, constatamos que 11 (84,6%) se encontravam na área de humanidades<sup>26</sup>, 1 na área de exatas e 1 na área de letras.

#### 4. Somos Feitos de Átomos, mas também de História<sup>27</sup>

Como prometido anteriormente, trataremos neste momento, antes de adentrar nos nossos dados, a entrevista realizada pelo “Sul 21”<sup>28</sup>. A intenção, como já destacado, é sublinhar alguns elementos da vida docente para posterior aprofundamento. Lembramos novamente que a categoria de professores vivenciou e vivencia uma situação dramática no que diz respeito ao pagamento de salários, o qual gera, no nosso entendimento, implicações mais graves na profissão. Vamos a algumas dessas consequências.

Começando pelo fim da entrevista, destacamos que não há como não lembrar da advertência de Dal Rosso (idem, p. 31): “é erro grosseiro supor que intensificação ocorre apenas em atividades industriais”, isto é, no trabalho material. A professora Paola declarou, baseada em sua experiência de atuação em outras profissões, que nenhuma outra atividade chegou a ser tão **desgastante** quanto à docência. Não à toa que ela destaca a carga de cobrança vinda do Estado: são 16 turmas com uma média de 25 alunos, totalizando cerca de 400 alunos pelos quais ela é responsável.

O alto volume de cobrança, como bem destacou o professor Marcelo, também está vinculado ao **aumento** da carga horária que

26 Consideramos Sociologia, Ensino Religioso, Relações Humanas, Filosofia e História.

27 Na apresentação do seu livro intitulado “Os Filhos dos Dias”, Eduardo Galeano proferiu a seguinte assertiva: “os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me contou que somos feitos de história”. A nossa intenção aqui foi de aproveitar as duas partes dessa frase.

28 Cf. link para acesso ao sítio na nota de rodapé nº 01.

eles receberam, o qual, por sua vez, não culminou em um aumento de salário. Ou seja, há mais aulas para preparar, mais provas e trabalhos para corrigir e mais alunos para atender. Paola ainda sublinhou que com o aumento da carga horária, o trabalho frente ao aluno cresceu e o de casa diminuiu. Eis já presente um dos instrumentos da intensificação do trabalho.

A situação se faz mais dramática ainda pelo fato de que, para além da falta de reajuste, os salários estão parcelados há mais de 30 meses<sup>29</sup>. Este elemento traz, obviamente, um impacto significativo na vida de quem depende unicamente da profissão para sobreviver. Sem entrar necessariamente no mérito dos reflexos da política do parcelamento na vida privada<sup>30</sup>, gostaríamos de ressaltar uma questão que consideramos interessante. Logo no início da entrevista, Paola destacou a dificuldade que encontra para comprar livros: “eu preciso comprar livros, né, professores precisam se nutrir do que acontece”.

O que observamos nessa frase diz respeito ao tempo e envolvimento com o trabalho. Se levarmos em consideração a opinião de alguns dos nossos entrevistados, essa necessidade de comprar livros para se atualizar diz muito da falta de uma política de formação para os docentes, o que leva a categoria a buscar por conta própria esta formação. Assim poderíamos começar a explorar essa dimensão da intensificação no trabalho docente, focando nas entrevistas por nós realizadas.

Antes de mais nada, destacamos que das cinco entrevistas consideradas para este artigo, quatro foram com professores que ministram a disciplina de Sociologia nas escolas público-estaduais da cidade de Santa Maria e uma com um professor que se encontrava nesta mesma função em outra cidade. Sublinhamos

29 Cf. nota de rodapé 14, reportagem da “Gaúcha ZH”.

30 Abandono de determinado estilo de vida, como por exemplo a exclusão da carne do cardápio ou a obrigatoriedade de andar a pé ou a privação de viajar nas férias, etc.

que somente este último está presente na conta de professores que apenas foram aplicados questionários.

Que o professor precisa se atualizar dos conteúdos que ministra é um fato<sup>31</sup> (Oliveira, 2009), o que fizemos questão foi de verificar como se encontra esta demanda na disciplina de Sociologia. Para tal, apontaremos alguns elementos gerais para depois chegar ao particular.

O Censo Escolar de 2017 realizado pelo Inep demonstrou que apenas 29,5% dos e das docentes de Sociologia do país estão com formação adequada<sup>32</sup> na área. É a pior taxa dentre as disciplinas. Aqui em Santa Maria não é diferente. Do total de 50 professores pesquisados no ano de 2015, apenas cinco possuíam a formação em Sociologia<sup>33</sup>.

O propósito aqui, como já mencionado, é observar de que forma ocorre o envolvimento no trabalho levando em consideração a formação e as condições objetivas de organização da escola.

Para dar início, destacamos que foram observadas escolas localizadas em dois extremos. Uma delas conta com uma gestão democrática funcionando, planos de aulas sendo elaborados em conjunto para harmonizar os conteúdos, estrutura física podendo ser bem utilizada, etc. Já a outra possui uma estrutura mais

31 Para além das atualizações na realidade social e cultural dele e dos seus alunos.

32 Essa adequação diz respeito à formação inicial dos professores e às disciplinas que lecionam em determinada escola. Desses 29,5%, sublinhamos que 27,1% são “professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica)” em Sociologia, ou seja, a formação mais adequada possível, enquanto 2,4% são “professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica)” em tal disciplina. É a pior taxa dentre as disciplinas do ensino médio, seguida por Artes, com respectivamente 41,1% e 9,5%. Tais informações se encontram na página 22 das Notas Estatísticas do Censo Escolar de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2AqicOL>>. Acesso em: 25/06/2018.

33 Cleber do Nascimento. Ensino de Sociologia: formação dos docentes e o ensino nas escolas estaduais de Santa Maria/RS. Publicado em Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<https://bit.ly/2AN37a4>>. Acesso em: 29/06/2018.

verticalizada, com menor diálogo para planejar as matérias de forma compartilhada, problemas com a estrutura física, etc. As outras três escolas variam entre esses extremos.

Dito isso, passamos para o quadro contendo informações dos professores e das professoras de Santa Maria que foram entrevistados/as e posteriormente as entrevistas.

**Quadro 1** – Listagem das professoras e dos professores entrevistados/os<sup>34</sup>

Nome <sup>35</sup>	Vínculo	Idade	Tempo de Profissão	Graduação
Alice	Concursada	33	7 anos	Ciências Sociais (licenciatura)
Bento Santiago	Concursado	31	5 anos	História
Irineu Funes	Concursado	26	3 anos	História
Jean Valjean	Contratado	37	3 anos	História e Jornalismo
Úrsula Iguarán	Concursada	51	25 anos	Ciências Sociais (licenciatura)

Fonte: dados coletados pelos próprios autores, 2017-2018.

Começaremos pelo professor que não atuava na cidade de Santa Maria. Escolhemos ele por entendermos que esse é o caso mais dramático dentre os entrevistados. Chamaremos ele de Jean Valjean, protagonista do livro *Os Miseráveis*, de Victor Hugo.

Jean Valjean, de 37 anos na época, sendo três na profissão docente, com formação inicial em Jornalismo e História, porém ministrando Sociologia e Filosofia, já se diferenciava dos outros entrevistados pelo seu vínculo empregatício. Diferente dos demais que são concursados, Valjean se encontrava como contratado. Nesta parte do relato o elemento de insegurança se fazia presente: “a situação do contrato não existe certeza nenhuma não precisa nem chegar o

34 Parte da forma dessa tabela foi inspirada na que fora elaborada por Jorge Fuentes em sua dissertação intitulada “A precarização do trabalho docente e a disciplina de Sociologia no ensino médio” (2015).

35 Destacamos que os nomes fictícios são todos inspirados em personagens de literatura a fim de preservar a identidade dos professores.

fim do ano [...] pode ser amanhã [...] ó vamos nomear alguém aqui e não precisamos mais de ti e não precisam nem me indenizar”. Essa insegurança o faz planejar outras formas de sobrevivência, como por exemplo a sua atuação na época em outra profissão para além da docência<sup>36</sup>. Ademais, a falta de certeza quanto a um futuro a longo prazo na atividade educacional o fazia flertar com a ideia de abandonar a profissão docente.

Segundo Nise Jinkings (2009, p. 05) os estudos e pesquisas na área do trabalho docente têm apontado esses elementos de multitemprego, para além da baixa remuneração, “precárias condições formativas e de trabalho”, etc. Levando em consideração a questão formativa que teoricamente seria responsabilidade do Estado, o entrevistado considerou “uma piada é uma das coisas na educação que é uma piada”, isto pelo fato de serem cursos pouco esquematizados e extremamente pontuais. A situação ainda piora pelo fato de ele não possuir a formação das disciplinas que na época ministrava. Além disto, todos os demais entrevistados problematizaram a questão dos cursos de formação que deveriam ser realizados pelo governo<sup>37</sup>, os quais estão previstos no plano de carreira e que na maioria das vezes não são oferecidos ou não são geradas as condições para o profissional se fazer presente<sup>38</sup>.

36 Lembramos aqui novamente Marcelo, o entrevistado do “Sul 21” que fora citado anteriormente, o qual procurava realizar um curso de corretagem para atuar nas horas vagas como corretor.

37 Cf. Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://bit.ly/2Q2rIv8>>. Acesso em: 26/08/2018

38 Em uma conversa informal que tivemos com um dos entrevistados, o mesmo salientou a importância de se realizar cursos de formação que façam “rodízios” nas escolas, em vista de que muitas vezes os professores não conseguem liberação da direção. Fato este que entra em contradição com o Estatuto e Plano de Carreira citado logo acima. Nesse sentido que umas das questões que nos chamou a atenção nos 64 questionários analisados aqui. Dos 60 professores que responderam sobre sua ocupação na escola, apenas 18 possuíam sua atividade voltada estritamente para a sala de aula, enquanto que 42 estavam vinculados a alguma atividade de gestão. Fica a pergunta: a partir destes dados é possível afirmar que há uma maior facilidade por parte dos gestores em frequentar estes cursos?

Na pergunta que diz respeito ao impacto da falta de formação em Sociologia nas aulas e sua vinculação com esta, o professor respondeu que

pra mim é a mais difícil, mais difícil que qualquer outra, porque não estudei Sociologia [...] me falta totalmente a base [...] sou um professor de Sociologia terrível, terrível, absolutamente terrível [...], os conhecimentos sociológicos que adquiri na minha caminhada lendo são muito [...] isolados, eles não formam, não dá pra fazer um organograma mental, sabe? [...] E isso é mais difícil pra mim, romper as barreiras na Sociologia do que na Filosofia, na Geografia, por causa dessa carência (Jean Valjean, 2017).

Conforme Jinkings (2007, p. 126), esse contexto acaba obstaculizando a “criação e a consolidação de espaços de reflexão sociológica que promovam mediações significativas entre os estudantes e o conhecimento científico da vida social”, ou, dito de outra forma, são “experiências pedagógicas descontextualizadas e fragmentadas, que não permitem uma compreensão totalizante do mundo social contemporâneo”.

É possível observar que esse fato difere dos professores que possuem a formação adequada. Alice (2018), por exemplo, afirmou de

que que adianta o aluno saber em detalhes a diferença entre solidariedade orgânica e mecânica... e não saber ver por exemplo que na realidade que ele vive a desigualdade social é um problema grave que tem um contexto histórico e social por trás disso... então eu quero que meu aluno saiba interpretar a realidade que ele vive...

Como ela bem ainda destacou, isso se torna mais fácil quando tido como objetivo e também quando experimentadas variadas experiências pedagógicas somadas à formação adequada.

Em um meio termo dessa situação podemos encontrar Bento Santiago (2018), Irineu Funes (2018) e Úrsula Iguarán (2018)<sup>39</sup>. A última, contudo, consideramos mais adequada que inadequada, posto que vinha cursando Ciências Sociais ao mesmo tempo que lecionava a disciplina na escola. Neste sentido, ela não tinha problemas em ministrar Sociologia. Bento Santiago, por sua vez, apesar de sua formação inicial ser em História, também não o tinha. Afirmou que sempre gostou de Sociologia e lia os autores por fora do curso original. Já Irineu Funes é o mais insatisfeito com a situação. De acordo com sua fala, ele “não estudou e se formou para dar essa disciplina, não estudou a fundo os autores e os conceitos de Sociologia” e para além de se sentir incomodado, também não se sentia preparado para ministrá-la.

Observamos neste último o fato de ter que buscar a formação por conta própria. É nesses termos que compreendemos um dos níveis de intensificação do trabalho. Ou seja, o professor precisa dispende mais tempo e energia para se envolver com uma disciplina na qual ele não se formou, porém precisa ministrar. Esse aspecto se soma ao fato do Estado não oportunizar essa formação, fazendo com que o próprio professor utilize o tempo fora da escola (trabalho não pago) para ampliar suas qualificações. A ocorrência se tornava mais dramática pelo fato de Irineu possuir na época uma carga horária de 60 horas, 47 períodos por semana divididos em três disciplinas nos turnos da manhã, tarde e noite<sup>40</sup>.

Dos cinco professores entrevistados, dois trabalhavam em mais de uma escola. Irineu Funes, como já mencionado, se sentia muito satisfeito em trabalhar em uma escola e muito insatisfeito

39 Na época não se encontrava com formação em Ciências Sociais, graduação que em pouco tempo depois veio a obter. Neste sentido que colocamos no quadro licenciatura em Ciências Sociais.

40 Ele trabalha em mais de uma escola, realidade fortemente presente no Rio Grande do Sul. Para mais detalhes cf. sítio Zero Hora. Em jornadas triplas, professores se dividem entre escolas para melhorar o salário. Disponível em: <<https://bit.ly/2ATZgYS>>. Acesso em: 26/07/2018.



em outra. Sublinhamos que a sua satisfação se vinculava a uma escola municipal que não se encontrava em Santa Maria. Alice (2018), por sua vez, também vive um dilema parecido: se sente realizada apenas em uma das escolas. A sua insatisfação é em decorrência da forma de organização da escola, bem como em relação aos aspectos físicos da instituição.

Outro elemento que gostaríamos de destacar é o que trata da gestão democrática nas escolas. Lançamos mão novamente das falas de Alice e Irineu Funes<sup>41</sup>. De acordo com Alice (2018), uma das escolas onde ela trabalha

é o exemplo perfeito de como deve funcionar a gestão democrática... todas as decisões da escola passam pelos professores, pelo Conselho Escolar, pelos pais e pelos alunos... então tudo é feito... a gente trabalha mais no “Luis Buñuel”<sup>42</sup> porque tem um excesso de reuniões, mas... essas reuniões justificam a boa qualidade da escola... é uma qualidade muito boa... é um ambiente muito bom de trabalhar... os colegas que tão lá normalmente se adaptaram a esse ritmo e abraçam a causa da educação pública de qualidade... então é um grupo de trabalho muito bom... (grifos nossos).

E é nesses termos que compreendemos que a intensificação pode aparecer no trabalho docente em forma de maior qualidade. Diferentemente, por exemplo, do caso da outra escola de Alice, bem como na de Irineu Funes (2018). Conforme Funes, a gestão democrática é um

projeto que assim tem muita dificuldade na escola hoje... porque é daqueles projetos que novamente esbarram na atual formação de professores... então você tem uma lei... bonita... maravilhosa, muito legal, até por sinal muito bacana de gestão democrática, só que na prática ela não

41 A fala de Úrsula Iguarán é muito próxima a de Alice, portanto não a recorremos.

42 Nome fictício que demos à escola.

acontece... você pode até encontrar um gestor que consiga ter, por exemplo, iniciativa de gestão democrática... eu duvido você encontrar uma escola que esteja de fato completamente de acordo com a lei... isso não existe... tu pode encontrar em uma escola são diretores que têm uma sensibilidade para fazer algumas que são democráticas, mas no geral o que acontece assim é o máximo o mais democrático que você tem nisso tudo é eleição dos diretores (Irineu Funes, 2018).

### Além do mais, destacou que

os professores estão com tanta coisa pra fazer... hoje... muitos professores com 40, 60 horas... que eles não têm tempo, nem saco pra se envolver com a escola... ah tu vai me dar mais uma coisa de trabalho, já tenho que bater boca com aluno, já tenho que... perder tempo com disciplina, que é uma coisa que eu nem deveria tá perdendo tempo... eu tenho que perder com tudo isso e aí tu quer que eu tipo participe ainda mais, ter que fazer um projeto pra escola, de ficar votando coisa pra escola (idem).

Percebe-se, nesse sentido, que a forma como se gere a escola é fundamental quando diz respeito à questão da intensificação. Se a gestão democrática de fato minimamente funciona, como no caso da escola de Alice (2018), ela não é degradante e sente prazer em atuar assim. Se for como no exemplo de Irineu Funes (2018), a participação nas decisões da escola se torna mais um fardo para o docente. É assim que observamos as duas formas de intensificação imbricadas no trabalho docente.

### Considerações Finais

Como tivemos a oportunidade de observar, algumas das condições objetivas do trabalho docente impõem a estes profissionais desafios com os quais precisam lidar cotidianamente. Seja no que diz respeito a esfera da organização da escola, seja no âm-

bito da disciplina que leciona frente a sua formação de origem. Neste sentido, constata-se que a intensificação do trabalho cria dilemas para que o professor realize a condição de artífice na sua atividade, a qual, por sua vez, compõe sua identidade profissional.

Só para recordar: o caráter de artífice para Sennett (idem, p. 19) é o desejo do trabalho realizado com qualidade, “bem feito por si mesmo”, o qual o sujeito que o faz sente satisfação daquilo que executou. Apenas para acrescentar: na busca por esse ótimo resultado a rotina e a repetição se fazem fundamentais para o aperfeiçoamento do trabalho, sem se preocupar de forma negativa com o tempo e com o ritmo<sup>43</sup>. Como bem destacou o autor, “uma orquestra ensaia com um regente convidado; ele trabalha obsessivamente com a seção de cordas, repetindo interminavelmente uma passagem para fazer com que os músicos ataquem as cordas com seus arcos exatamente na mesma velocidade” (idem, p. 29, grifos nossos). De certo que na profissão docente o fato não se faz totalmente diferente: o professor precisa ler e reler, marcar e remarcar um texto, necessita elaborar e reelaborar suas aulas, visitar e revisitar um conteúdo, fazer e refazer suas avaliações, etc. Neste sentido, de que forma um professor que possui determinada formação, porém ministra outra disciplina, consegue realizar os procedimentos de rotina e repetição, sendo que é necessário abrir frentes de tempo para se dedicar a algo que não se tem o domínio inicial? Esta problemática ficou bastante evidente nos relatos de Jean Valjean e de Irineu Funes.

No primeiro caso, destacamos ainda o fato do entrevistado possuir um filho na época e também trabalhar em outra atividade para além da docência. Nas palavras de Jean Valjean (2017): “eu

43 Nesse sentido é impossível não lembrar de todos os professores entrevistados aqui. Como a disciplina de Sociologia possui apenas um período, os profissionais afirmaram que a rotina em sala de aula é entrar, tentar organizar a turma, fazer a chamada e quando vê já se passou 15 ou 20 minutos. A questão do tempo que a disciplina tem na grade curricular é um dos elementos que fazem com que os professores muitas vezes precisem aumentar o ritmo em sala de aula.

tenho muitas vezes dificuldade com o tempo pra preparar aula, sabe? Por causa desde que eu trabalho como professor eu também trabalho como produtor, também trabalho com outras coisas, também sou músico [...], tenho um filho pequeno”. No caso do segundo, apesar de gostar de Sociologia e de ter feito “uma dissertação dialogando com esta área”, Irineu Funes (2018) admite que precisa investir por conta própria em estudos para poder ministrar esta disciplina da melhor maneira possível, ciente de que não é “capaz de fazer isso como um profissional com formação neste domínio”. Ele ainda pontuou que o caráter atemporal dos conteúdos da disciplina auxilia neste processo. Aqui podemos observar um dos elementos criativos que o entrevistado recorre para melhor se adaptar com a situação.

Irineu Funes ainda vivencia outra questão: a gestão democrática de sua escola, como bem já relatado anteriormente, não funciona da forma ideal, o que acaba se tornando, ao invés de algo produtivo, um fator de maior acúmulo de tarefas frente a condições que não possibilitam maior engajamento e qualidade nesta esfera. Além do fator da jornada de trabalho, Irineu Funes também abordou a problemática salarial: “quem é que tá motivado com um salário de fome desses a participar assim na escola como se fosse a própria casa... o professor ele quer dar sua aula e ir embora...”. Estes são alguns dos fatores que levam Irineu Funes à insatisfação com essa escola para qual ele trabalha. Cabe menção, neste sentido, como bem sublinhou Dalila Oliveira (2009, p. 36), que se as obrigações legais desse tipo de gestão “representaram a conquista democrática da luta de décadas pela democratização da educação, é inegável que têm também produzido a intensificação do trabalho docente, já que as condições que o professorado trabalha não acompanharam tais mudanças”.

Não menos dramática é a fala de Jean Valjean (2017) quando perguntado sobre o nível de satisfação com a profissão naquele momento.

péssimo [...] a palavra é péssimo [...] hoje minhas aulas talvez sejam as piores que eu já dei na vida, sabe? O que eu já [...] mesmo na hora de preparar eu começo a ver coisas, ah vou botar isso aí, mas os alunos não vão dar bola, não adianta, aí vou dar atividade avaliativa eles não vão entregar [...] então as minhas aulas estão terríveis, péssimas mesmo [...] e eu se fosse um aluno que voltasse a ter 16 anos e tivesse naquela aula provavelmente ia pegar o celular

Observamos, como bem sublinhou Sennett (2009), que a habilidade de artífice não se faz apenas pela vontade individual do sujeito, mas também pelas condições de se exercer e empregar tal caráter em seu trabalho.

Retomando o debate sobre identidade, sublinhamos o ponto de vista de Claude Dubar. Buscando se afastar das perspectivas que enfocam ou na agência ou na estrutura, Dubar propõe um diálogo entre estas esferas. Conforme o autor “a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida” (Dubar, 2005, p. XVII). Neste sentido, “o indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações” (idem). Dubar, portanto, assim como Goffman (1988) e Strauss (1999), defendeu que “a identidade é produto das sucessivas socializações” (idem).

Trazendo para a dimensão da profissão, Claude Dubar (2009, p. 117-118) sublinhou que “as identidades profissionais são maneiras socialmente reconhecidas, de os indivíduos se identificarem uns aos outros no campo do trabalho e do emprego”. Como bem destacou o autor,

quer sejam chamadas de “ofícios”, “vocações”, ou “profissões”, essas atividades não se reduzem à troca econômica de um gasto de energia por um salário, mas possuem uma dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social. [...] É por e em um processo específico

de socialização, ligando educação, trabalho e carreira, que essas identidades se constroem no interior de instituições e de coletivos que organizam as interações e asseguram o reconhecimento de seus membros como “profissionais” (Dubar, 2012, p. 354).

Como constatado, nessa perspectiva não se trata de observar a identidade como algo estável e harmonioso, mas, sim, como um processo conflituoso e muitas vezes radical, que pode ser observado nas narrativas dos sujeitos. Sendo assim, percebemos pelos relatos dos nossos entrevistados, mesmo estando eles na mesma profissão, identidades profissionais heterogêneas. Sublinhamos que enxergamos este elemento compreendendo que a identidade docente é deveras muito complexa, ainda que o nosso recorte seja especificamente sobre aqueles que lecionam no ensino médio.

Dito isso, ressaltamos que a partir das entrevistas conseguimos observar três tipos de identidades de professores que ministram Sociologia no ensino médio das escolas público-estaduais da cidade de Santa Maria. O primeiro tipo que destacamos é o de caráter mais coincidente, ou seja, a formação inicial corresponde à disciplina que o profissional ministra. Foram enquadradas nesta percepção Alice (2018) e Úrsula Iguarán (2017). Ousamos dizer que, pegando emprestado o termo de Robert Castel, nesses casos há uma maior “filiação identitária”<sup>44</sup>.

O terceiro molde seria o mais dramático e se enquadram aqui os profissionais que não atuam na área onde se formaram inicial-

44 Uma pequena nota para esclarecer uma questão. Essas definições, como bem já abordadas no debate sobre identidade, não são estanques, ou seja, é possível variar conforme determinações estruturais e trajetórias de vida. Cito como exemplo um trecho da fala de Alice (2018). Ela ministra Sociologia e também Filosofia. Quando abordou a questão da Filosofia, a entrevistada respondeu que “não sabia porque tinham feito isso”, ou seja, porque tinham colocado ela para ministrar esta disciplina. O que queremos destacar aqui é uma possibilidade desse fato mudar no futuro, seja com ela ministrando apenas Sociologia (que é sua formação), seja com ela ministrando apenas Filosofia. Entendemos, neste sentido, que poderiam haver variações em sua identidade profissional conforme mudasse essas condições de trabalho.

mente. Além deste fato objetivo, os relatos sublinham a pouca identificação com a disciplina de Sociologia. Aqui poderíamos dizer que se encaixam Irineu Funes e Jean Valjean<sup>45</sup>. Nestes casos, novamente adaptando para nossa pesquisa os termos de Castel, afirmamos que há uma maior “desfiliação identitária”<sup>46</sup>.

O segundo tipo seria o intermediário entre os dois “extremos”. De maneira objetiva, trata-se dos que não possuem formação inicial na área, ministram a disciplina de Sociologia e possuem um vínculo de identificação com esta matéria. Colocamos nesta perspectiva Bento Santiago que, para além de sua Pós-Graduação em Ciências Sociais, nos relatou que sempre gostou desta área e mesmo quando cursava História lia os autores de Sociologia.

Realizados esses apontamentos, gostaríamos de resgatar uma questão. No início do texto foi dito que pensaríamos os elementos dramáticos e/ou criativos da profissão docente. Adentramos agora, portanto, no debate sobre os segundos. Estes, por sua vez, se farão divididos em três partes. A primeira no que diz respeito ao ensino de Sociologia, a segunda ao tema da organização da

45 Este último, como já destacado, não se encontrava em Santa Maria, porém o levamos em consideração na pesquisa.

46 Gostaríamos de esclarecer a utilização desses dois termos. Robert Castel em “Metamorfoses da Questão Social” (2015) analisa a degradação dos pilares da sociedade salarial que se segue ao fim do Estado de bem-estar social. A partir do conceito de “vulnerabilidade social” procura estabelecer a ligação entre a precariedade do trabalho e a fragilidade dos vínculos sociais, quer dizer, evidenciar as relações entre precariedade econômica e instabilidade social. A economia no período neoliberal fortalece a lógica da competitividade do mercado e fragiliza os laços sociais, a “solidariedade”, o pertencimento coletivo e o “pacto social”. A desestabilidade dos estáveis e a instalação da precariedade (emprego descontinuo, por exemplo) promovem uma crescente degradação das funções integradoras desempenhadas pelo trabalho. Como corolário a precarização do “capital relacional” – relações de vizinhança, família, participação em grupos, sindicatos, partidos... –, provocando um isolamento e uma “desfiliação” social, quer dizer, uma vida a qual falta sentido, projetos e objetivos. Se a filiação identitária tem a ver com um indivíduo vinculado a uma rede de pertencimento, direitos, proteções e vínculos sociais, a noção de desfiliação remete a uma relação entre a degradação da situação econômica e a desestabilização dos modos de vida, pondo os indivíduos numa condição de vulnerabilidade e fragilização dos vínculos de pertencimento.

escola e a terceira sobre um relato acerca da Reforma do Ensino Médio. Como veremos, teremos a oportunidade de observar a gestão de si mesmo em alguns relatos.

Sobre o ensino de Sociologia, prezamos primeiro em ressaltar os que não possuem a formação, nem a identificação com a disciplina. Apesar dos dilemas mencionados aqui, no que toca os aspectos de inventividade, Jean Valjean (2017), por exemplo, destacou que

em duas escolas que eu lecionei elas tinham excelentes livros ... livros curtos cheios de exemplo, cuja linguagem é até possível com alunos, na escola que estou agora o livro é gigante e ele é complicadíssimo mesmo para mim [...] então não me ajuda em nada [...] nessa questão eu uso o livro da outra escola transformado em esquemas e quadros e coisas assim e material é isso.

[...] então [...] eu procuro [...] escolher unidades do livro como base [...] pinçar trechos daquele livro geralmente que eu considero especialmente importante pra compreensão e daí eu vou em busca de alguma coisa que possa me adicionar, vou atrás de um filme que vá corroborar pra ajudar na formação, vou atrás de textos de outros autores, às vezes documentários, aproveitar que tem data show, hoje tá muito comum as salas de aula terem data show [...] até música mais raramente.

Irineu Funes (2018), por sua vez, sublinhou que, se por um lado é negativo ministrar Sociologia por causa da sua formação, por outro é positivo em decorrência dos debates que podem se apresentar por meio dela. Conforme seu relato, destacou que dentro das condições que se encontra ele “tem dado o seu melhor para dar esta disciplina”, mobilizando temas como política, gênero, sexualidade, etc. O planejamento das aulas se dava por meio “da escolha do livro que estivesse mais próximo daquilo” que ele entendia e o que ele pensava da sua ideologia como educador e que também tivesse um retorno



bom para os assuntos da escola. Além dos livros, Irineu Funes lança mão de recursos da internet, vídeos, filmes, imagens, visando a melhor forma de passar conteúdos, como os de política, aos seus alunos.

Sobre os que possuem a formação adequada, um relato interessante é o de Alice (2018). Como bem destacou, para lecionar a disciplina de forma que agradasse a ela, foram necessárias diversas experimentações no que diz respeito às formas pedagógicas de se trabalhar em aula. Observamos, neste sentido, que a formação é relevante, contudo, cabe ao professor saber utilizá-la bem na sua profissão.

No aspecto sobre as capacidades criativas de ministrar a disciplina, Bento Santiago (2018) sublinhou a necessidade de conseguir criar um diálogo entre a teoria e a prática, de forma consistente, sem focar estritamente nos conceitos. Segundo ele, essa é uma maneira de captar a atenção do aluno e fazer com que este perceba que de fato você sabe onde quer chegar e o que quer passar em sala de aula.

Indo para a questão que debate a organização da escola, começamos com um relato de Úrsula Iguarán sobre a gestão democrática. Úrsula Iguarán teve a oportunidade de trabalhar em escolas diferentes e presenciar realidades heterogêneas.

olha... eu já trabalhei em escola que não perguntavam nada pra ninguém... tinha que fazer alguma mudança no projeto político pedagógico aquilo vinha pronto... no início do ano ele, ah, a gente teve que fazer alguma mudança, a gente sabe que vocês são ocupados, a gente fez colocou isso e isso... já trabalhei em escola assim já vem pronto... e a.. aqui... na escola aqui que todos os documentos que são construídos, chamam os pais... a gente faz aquela discussão mais pedagógica, mais... dura (risos)... como a gente... dos professores ali é os funcionários participam depois a gente chama os pais também... os alunos participam ali na escola (Úrsula Iguarán, 2017).

O outro relato já trazido aqui é o de Alice. Ali também constatamos um maior envolvimento e construção por parte dos professores para com a escola. Neste sentido podemos observar que, quando dadas certas condições – ou no mínimo as mais básicas –, é possível realizar um trabalho de artífice, em que a criatividade do indivíduo entra em contato com as estruturas do local podendo, assim, gerar maiores possibilidades de se realizar um trabalho de qualidade.

Nesta terceira e última parte, reproduziremos a narrativa de Úrsula Iguarán sobre a Reforma do Ensino Médio. A entrevistada, depois que ficou sabendo da reforma, prontamente começou a pensar em uma forma de garantir a empregabilidade se adaptando ao novo contexto que vem pela frente. Ela analisou e achou que realizar um curso sobre empreendedorismo fosse uma das opções bastante viáveis, pois sabe que tanto sociologicamente quanto no cotidiano da vida “comum” esta modalidade de trabalho está altamente na ordem do dia. Pode-se perceber, como pontuou Giddens (idem, p. 11), que “nas condições da modernidade, o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento”, além de podermos constatar de forma bastante marcante a gestão de si<sup>47</sup>.

Em vias de conclusão, um último elemento chamou bastante atenção por aparecer em todas as entrevistas. Trata-se da questão da saúde no ambiente de trabalho. Os cinco professores pontuaram a dramaticidade de muitos colegas profissionais que vivem com fragilidades no âmbito da saúde. Este fato é relevante para pensar alguns apontamentos futuros: a questão da saúde do professor está somente vinculada ao trabalho na escola? Como medir isto? De que maneira constatar da melhor forma possível o diálogo entre o estresse que vem de casa e o estresse que sai do trabalho? Enfim, que a questão da saúde se modifica

47 Pontuamos que o debate sobre a gestão de si pode ser verificado, se não de forma tão explícita, ao menos implicitamente em diversas partes dos relatos dos sujeitos que aqui foram entrevistados.

frente às novas reestruturações laborais é um fato (Alves, idem; Dal Rosso, idem; Boltanski e Chiapello, idem), cabe observar como se dá esses impactos na esfera escolar.

## Referências

Antunes, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

Antunes, Ricardo; Alves, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004.

Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Braverman, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: JC Editora, 1987.

Dal Rosso, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Dubar, Claude. **A Crise das Identidades**: A Interpretação de uma Mutação. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. A constru o de si pela atividade de trabalho: a socializa o profissional. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, mai./ago., 2012.

\_\_\_\_\_. **A Socializa o**: constru o das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Edusp, 2005.

Giddens, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Goffman, Erving. **Estigma e identidade social**. Rio de Janeiro, Guanabara: 1988.

Jinkings, Nise. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contempor neos. **Media es**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 113-130, jan/jun., 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educa o: o ensino de sociologia em escolas brasileiras. In: **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoame-

ricana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Martins, Heloísa Helena. O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais. In: **Cronos**. Natal-RN, V.8, n.2, jul./dez., 2007.

Minayo, Maria. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. (org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro-São Paulo: Abrasco-Hucitec, 1994.

Moraes, Amaury. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, set./dez. 2011.

Oliveira, Dalila. A intensificação do trabalho docente e a emergência de nova divisão técnica do trabalho na escola. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande**, v. 15, n. 29, p. 32-45, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. A Reestruturação Produtiva do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez., 2004.

Sennet, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Strauss, Anselm. **Espelhos e máscaras: a busca de identidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

Tragtenberg, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

## Entrevistas

Alice. **Intensificação laboral e identidade profissional** [mar. 2018]. Entrevistador: Dionas Ávila Pompeu. Santa Maria. 1 arquivo .mp3 (104 min.).

Funes, Irineu. **Intensificação laboral e identidade profissional** [jan. 2018]. Entrevistador: Dionas Ávila Pompeu. Santa Maria. 1 arquivo .mp3 (77 min.).

Iguarán, Úrsula. **Intensificação laboral e identidade profissional** [nov. 2017]. Entrevistador: Dionas Ávila Pompeu. Santa Maria. 1 arquivo .mp3 (155 min.).

Santiago, Bento. **Intensificação laboral e identidade profissional** [mar. 2018]. Entrevistador: Dionas Ávila Pompeu. Santa Maria. 1 arquivo .mp3 (74 min.).

Valjean, Jean. **Intensificação laboral e identidade profissional** [out. 2017]. Entrevistador: Dionas Ávila Pompeu. Santa Maria. 1 arquivo .mp3 (100 min.).